

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

188 jul./set. 2015

ISSN 1413-1536

Entrevista:
Ranieri Muricy
Barreto
O Novo Plano
Plurianual da Bahia

Seção Especial:
Gustavo Casseb
Pessoti e Fernanda
Calasans C. L. Pessoti
A economia brasileira
está em crise?

Dinâmica do crescimento
recente da agricultura
baiana

Economia, transformações
territoriais e infraestrutura
no Brasil

Publique
seu artigo



BAHIA ANÁLISE & DADOS

Tema

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
INTERIORIZAÇÃO PRODUTIVA NA BAHIA

PRAZO PARA ENTREGA
DOS ARTIGOS

15 de março de 2016

INFORMAÇÕES

(71) 3115 8656

(71) 3115 4751

EDITAL

http://www.sei.ba.gov.br/images/publique_seu_artigo/pdf/temas_e_prazos/de_senv_regional.pdf

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Pedro Marques Santana

Margarete Perazzo

ENDEREÇO ELETRÔNICO

PARA ENVIO DOS ARTIGOS

aeddesenvolvimento@sei.ba.gov.br

www.sei.ba.gov.br



@eu_sei



imprensa.sei



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO



C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

188 jul./set. 2015

Sumário

5

Carta do editor

Economia em destaque

7

Ambiente econômico baiano no primeiro semestre de 2015

Carla do Nascimento,
Elissandra Britto,
Jorge Tadeu D. Caffé,
Pedro Marques

Entrevista

23

O Novo Plano Plurianual da Bahia

Ranieri Muricy Barreto

Artigos

29

Dinâmica de crescimento recente da agricultura baiana

Carla do Nascimento,
Jorge Tadeu D. Caffé

53

A economia da cultura em seus aspectos teóricos e programáticos

Claudia Fardin Soares
Pereira,
Noelio Dantaslé Spinola

43

Economia, transformações territoriais e infraestrutura no Brasil

Fernando César de
Macedo

71

Um novo padrão de urbanização: impacto dos condomínios fechados sobre o tecido urbano na cidade de Feira de Santana (BA)

Carlane Dias Feitosa,
Ana Licks Almeida

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
RUI COSTA

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
JOÃO LEÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
ELIANA BOAVENTURA

CONSELHO EDITORIAL
Andréa da Silva Gomes, Antônio Alberto Valença, Antônio Plínio Pires de Moura, Celeste Maria Philigret Baptista, César Barbosa, Edmundo Sá Barreto Figuerôa, Gildásio Santana Júnior, Jackson Ornelas Mendonça, Jorge Antonio Santos Silva, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Paulo Henrique de Almeida, Ranieri Muricy, Rosembergue Valverde de Jesus, Thiago Reis Góes

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS

Gustavo Casseb Pessoti

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Elissandra Alves de Britto
Rosângela Conceição

EQUIPE TÉCNICA

Maria Margarete de Carvalho Abreu Perazzo
Mercejane Wanderley Santana
Zélia Góis
Caroline Crisostomo dos Santos (estagiária)

COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO/ NORMALIZAÇÃO

Eliana Marta Gomes Silva Sousa

COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Augusto Cezar Pereira Orrico

EDITORIA-GERAL E COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL
Elisabete Cristina Teixeira Barretto

REVISÃO

Calixto Sabatine (Linguagem)
Ludmila Nagamatsu (Padronização e Estilo)

DESIGN GRÁFICO/EDITORIAÇÃO/ ILUSTRAÇÕES

Nando Cordeiro

FOTOS

Secom/ba, Stock XCHNG

IMPRESSÃO

EGBA – Tiragem: 200

Seção especial

85

A Economia Brasileira está em crise?

Gustavo Casseb Pessoti,
Fernanda Calasans C. L.
Pessoti

Ponto de vista

92

O cenário externo e seus reflexos na economia local

Arthur Souza Cruz Junior

Investimentos na Bahia

94

Investimentos no complexo agroalimentar devem chegar a R\$ 10 bilhões até 2017

Fabiana Karine Santos
de Andrade

98 Livros

100 Conjuntura econômica baiana

Indicadores conjunturais

111

Indicadores econômicos

118

Indicadores sociais

128

Finanças públicas

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte. Esta publicação está indexada no *Ulrich's International Periodicals Directory* e no sistema *Qualis* da Capes.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994) – Salvador: SEI, 2015.
n. 188
Trimestral
Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: Mensal até o número 154.
ISSN 1413-1536

1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(813.8)



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO



Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, 435, CAB
Salvador (BA) Cep: 41.745-002
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br

Sabe onde encontrar informações precisas e atualizadas sobre a Bahia? SEI.



Mais do que coletar dados nas áreas econômica, social, demográfica e geoambiental, a SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – é responsável por informações que ajudam no desenvolvimento de todo o estado. São indicadores e análises que trazem de forma atual, precisa e imparcial o que acontece nos 417 municípios baianos.

Carta do editor

A revista *Conjuntura & Planejamento*, edição de julho/setembro de 2015, retrata a economia brasileira do ponto de vista da sua estrutura e do seu crescimento, bem como traça o cenário de um dos momentos mais delicados de sua história. O primeiro semestre de 2015 foi marcado por uma crise político-econômica que abalou o crescimento do país. De acordo com a equipe de conjuntura da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o ambiente econômico sofreu nova deterioração. O consumo das famílias deverá enfraquecer-se ainda mais, como consequência da retração do mercado de trabalho, da queda na renda, do aumento da taxa de juros básicos e do rebaixamento do nível de investimentos.

Esta edição apresenta, na seção Ponto de Vista, a percepção de Arthur Souza Cruz Junior, coordenador de Comércio Exterior da SEI, acerca dos reflexos do cenário externo sobre a economia brasileira. Segundo ele, o Brasil iniciou o ano de 2015 necessitando de ajustes nas contas externas, desequilibradas devido a uma combinação de excessos domésticos e mudança do cenário global. Na seção Entrevista, uma conversa com Ranieri Muricy Barreto, superintendente de Planejamento Estratégico da Secretaria do Planejamento do estado. Ele faz uma reflexão sobre o plano plurianual (PPA) vigente e afirma que o destaque do novo PPA será o aprofundamento do caráter transversal dos compromissos dos programas de governo. Para Barreto, no processo de elaboração dos compromissos, as mesas temáticas garantiram que o componente estratégico fosse assegurado, e as mesas programáticas serviram para o amadurecimento de questões importantes, a validação dos compromissos e reforços de parcerias que garantiram o elo da intersetorialidade entre os programas.

Na seção Artigos, o trabalho de Fernando Cézar de Macedo intitulado *Economia, Transformações Territoriais e Infraestrutura no Brasil* discute as mudanças territoriais e a infraestrutura no Brasil a partir do padrão de acumulação da economia brasileira, que define um tipo de inserção comercial externa. Seguindo essa linha de pensamento, tem-se o artigo de Carla do Nascimento e Jorge Tadeu D. Caffé – *Dinâmica de Crescimento Recente da Agricultura Baiana* –, em que os autores fazem uma análise sobre a posição privilegiada que o setor agrícola baiano assumiu entre os anos de 2000 e 2013 em termos de produção, produtividade, volume de exportação, valor na balança comercial e participação positiva no PIB.

Ainda nesta edição, a seção Especial apresenta o trabalho *A Economia Brasileira Está em Crise?*, de Gustavo Casseb Pessoti, presidente do Conselho Regional de Economia da Bahia e diretor de Indicadores e Estatística da SEI, e Fernanda Calasans C. L. Pessoti, professora assistente na área de Economia da Uesb. Os autores conjecturam sobre o momento atual da economia brasileira, fazem uma reflexão sobre a retração da atividade econômica e reiteram a percepção dos economistas sobre a falta de perspectiva e de possibilidade de solução em curto prazo.

Assim, a Edição 188 da C&P, além de oferecer discussões de caráter estruturante sobre o planejamento e os desafios para a economia brasileira e baiana, traz um panorama da atual instabilidade econômica do país. Dessa forma, a SEI espera poder informar a sociedade sobre os condicionantes conjunturais e estruturais que norteiam a economia estadual e nacional. Sem a pretensão de esgotar o assunto e de emitir juízo de valor sobre as questões apresentadas, faz-se um convite aos leitores para uma reflexão sobre os aspectos do atual estágio da economia brasileira.





Ambiente econômico baiano no primeiro semestre de 2015

Carla do Nascimento*

Elissandra Britto**

Jorge Tadeu D. Caffé***

Pedro Marques****

A economia mundial mantém a expectativa de expansão do PIB em 2015, fortemente influenciada pelo desempenho dos EUA, não obstante a desaceleração observada em importantes regiões e países. Indicadores apontam para a recuperação da atividade econômica na Europa e no Japão. A China também apresenta crescimento, porém mostra sinais de esgotamento no mercado, mesmo com as medidas adotadas pelo governo, como a redução na taxa básica de juros e o aumento da produção industrial.

* Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). carlajanira@sei.ba.gov.br

** Mestre em Economia e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). elissandra@sei.ba.gov.br

*** Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Analista técnico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). tadeu@sei.ba.gov.br

**** Mestre em Economia e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em produção de informações econômicas, sociais e geoambientais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). pedromarques@sei.ba.gov.br

De acordo com o International Monetary Fund (2015), o crescimento global no primeiro semestre de 2015 foi menor do que no segundo semestre de 2014, indicando desaceleração nas economias emergentes e recuperação moderada nos países desenvolvidos. Nestes, as exportações foram mais fracas, refletindo, em parte, aspectos conjunturais do mercado externo. Houve também desaceleração da demanda interna, fator decisivo para o crescimento mais brando. Já nas economias emergentes, a desaceleração proveio da política econômica adotada após o *boom* de investimento e de crédito pós-crise, à qual foram adicionadas as consequências do declínio dos preços das *commodities*, as tensões geopolíticas e os conflitos armados em vários países.

Nas economias avançadas, as expectativas são de que a atividade retome modestamente o curso do crescimento ainda no segundo semestre deste ano e prossiga nesse caminho em 2016. Por outro lado, prevê-se que o crescimento nos países emergentes, em 2015, será menor do que o alcançado em 2014. As projeções evidenciam uma recuperação somente a partir do próximo ano.

A taxa de crescimento anualizada do Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA atingiu 3,7% no segundo trimestre de 2015, contra 0,6% do primeiro trimestre. O avanço no indicador deveu-se ao aumento dos investimentos não residenciais e em estoque privado, à evolução das exportações, dos gastos dos governos locais e estaduais e dos investimentos fixos residenciais e à desaceleração das importações. Na área do euro, a variação em 12 meses do PIB atingiu 1,5% no segundo trimestre de 2015, repetindo a taxa registrada para os três meses anteriores. No bloco asiático, o crescimento anualizado do PIB japonês teve queda de 1,2% no segundo trimestre de 2015. Na China, a variação em 12 meses chegou a 7,0% no segundo trimestre de 2015, perante 5,3% no primeiro trimestre (PIB..., 2015b; EUROSTAT..., 2015; JAPÃO..., 2015).

No Brasil, o ambiente econômico sofreu nova deterioração. Os resultados do PIB nacional divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) evidenciaram recuo de 1,9% no segundo trimestre de 2015, comparado com o trimestre anterior (-0,9%), de acordo com a série ajustada sazonalmente pelo IBGE (CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS, 2015). O PIB do

A taxa de crescimento anualizada do Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA atingiu 3,7% no segundo trimestre de 2015, contra 0,6% do primeiro trimestre

segundo trimestre caiu 2,6% ante o mesmo período do ano anterior, após diminuir 1,6% no primeiro trimestre. Com esses resultados, o indicador acumulou queda de 2,1% no primeiro semestre.

Considerando-se o acumulado no ano, o destaque negativo foi para a queda no valor adicionado da Indústria (-4,1%) e de Serviços (-1,3%). Já o destaque positivo ficou para o acréscimo de 3,0% da Agricultura, constituindo-se em exceção no ambiente econômico deteriorado. Houve recuo também no consumo das famílias e do governo e na formação bruta de capital fixo, de 1,8%, 1,3% e 9,8%, respectivamente, em relação ao mesmo semestre de 2014 (CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS, 2015).

O consumo das famílias deverá enfraquecer-se ainda mais como consequência da retração do mercado de trabalho, da queda na renda, do aumento da taxa de juros básicos e do rebaixamento de nível de investimentos.

Levando-se em conta os dados atualizados sobre a economia brasileira (período janeiro a julho de 2015), a desaceleração intensificou-se. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) – utilizado como indicador antecedente do PIB – mostrou uma queda de 2,7% da atividade econômica na comparação com o mesmo período do ano anterior (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015b).

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou índice de 6,83% no acumulado de janeiro a julho, superior à taxa de 3,76% do mesmo período de 2014. No acumulado dos

últimos 12 meses, o indicador ficou acima da meta (6,5%), atingindo o patamar de 9,56% (ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO, 2015).

Na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) no início de setembro, o Banco Central manteve a taxa básica de juros (Selic) em 14,25% a.a., sem viés, declarando que “[...] a manutenção desse patamar da taxa básica de juros, por período suficientemente prolongado, é necessária para a convergência da inflação para a meta no final de 2016” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015a).

Tendo em vista ainda o cenário doméstico, o mercado de trabalho exibiu retração, afetando o nível de emprego e o poder de compra. O consumo permaneceu enfraquecido, em decorrência do aumento dos preços e da taxa de juros básica, assim como o nível de investimentos.

Na Bahia, a atividade econômica, no segundo trimestre de 2015, recuou 0,5% em relação aos três primeiros meses do ano, levando-se em consideração a série com ajuste sazonal, de acordo com dados divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Na comparação do segundo trimestre de 2015 com o mesmo período de 2014, o PIB estadual apresentou queda de 1,9%. Os setores de Serviços e Indústria tiveram retração de 1,3% e 6,4%, respectivamente. Nessa mesma comparação, a Agropecuária foi o único setor de atividade que exibiu crescimento elevado, de 7,6% (PIB..., 2015a).

As próximas seções trazem o desempenho setorial da economia baiana ao longo dos primeiros meses de 2015.

AGRICULTURA MANTÉM BOA EXPECTATIVA DE SAFRA

No primeiro semestre de 2015, a agropecuária baiana mostrou crescimento de 7,4% em seu valor agregado bruto (VAB), apesar da retração de 1,5% no ritmo da atividade econômica do estado no mesmo período, de acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). O resultado reflete, sobretudo, o bom desempenho da produção de grãos, com destaque para a ampliação das lavouras de soja (40,5%), café (10,8%), feijão (4,7%) e algodão (2,8%).

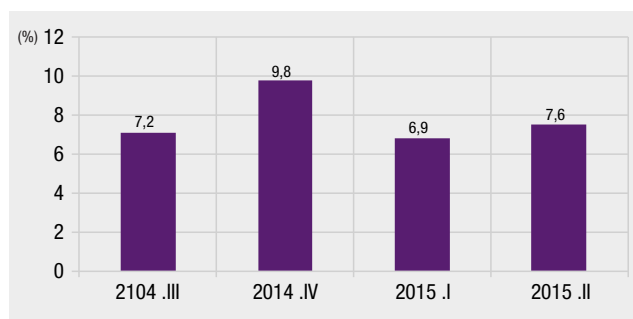


Gráfico 1
Taxa trimestral de crescimento do valor agregado bruto (VAB) agropecuário (1)

Fonte: SEI.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2015) de junho, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, prevê crescimento de 17,3% da safra baiana de grãos em 2015, na comparação com 2014, totalizando uma produção de 9,4 milhões de toneladas no ano corrente. A estimativa de utilização de 3,4 milhões de hectares em área plantada representa um incremento de 3,8% em relação a 2014. Dessa forma, o rendimento médio esperado para a safra atual poderá alcançar 2,7 toneladas por hectare (t/ha), superando em 4,8% a marca do ano anterior (Tabela 1).

A colheita da soja encerrou-se em maio, com estimativa de produção de 4,5 milhões de toneladas, um incremento de 40,5% em relação à safra anterior. As áreas plantada e colhida cresceram 12,6%, alcançando uma extensão de 1,4 milhão de hectares, com produtividade média de 3,3 t/ha. A cotação média da soja no estado (saca de 60 kg) no primeiro semestre foi de R\$ 58,98, contra R\$ 62,28 no mesmo período de 2014. A boa safra colhida no estado e a queda de preços no mercado internacional, devido à expectativa de produções recordes na Argentina e nos Estados Unidos, são fatores que explicam essa variação.

A lavoura baiana de café de 2015 deverá superar em 10,8% a produção de 2014, totalizando 223,5 mil toneladas, numa área plantada de 176,2 mil hectares. A principal contribuição vem da variedade arábica, com 134,8 mil toneladas, superando em 8,9% a colheita anterior. Especulações quanto ao volume da safra nacional de café, aliadas à desvalorização do real, vêm produzindo

volatilidade nos preços. No entanto, a cotação média da saca de 60 kg do grão arábica no estado atingiu R\$ 395,17 nos seis primeiros meses do ano, valor superior ao alcançado no mesmo período do ano passado (R\$ 351,23).

A estimativa do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2015) para a lavoura do feijão aponta para uma expansão de 4,7% na produção, com um aumento de 27 mil hectares de área colhida, totalizando 374 mil toneladas. A principal contribuição vem da primeira safra, cuja produção foi de 157 mil toneladas, cerca de 65,5% superior à de 2014. A projeção para a safra de inverno assinala uma queda de 17,3% com relação ao ano anterior, em função da redução da área plantada. Ao longo do ano, o valor médio da saca oscilou em torno dos R\$ 114,00. A colheita da primeira safra foi concluída em maio, enquanto que a segunda safra encontra-se em estágio de frutificação, no nordeste do estado e na região de Irecê.

Para a lavoura do algodão no estado, as previsões iniciais de queda na produção (-5,6%) foram superadas por uma expectativa de crescimento de 2,8%. O aumento esperado de 5,7% na produtividade, que deve alcançar 3,6 t/ha, pode compensar a redução de cerca de 10 mil hectares em área plantada. Em média, a cotação da *commodity* nos seis primeiros meses do ano ficou em torno de R\$ 61,28/arroba, valor situado abaixo do atingido no mesmo período do ano anterior. Os preços domésticos refletiram tanto

A estimativa do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2015) para a lavoura do feijão aponta para uma expansão de 4,7% na produção, com um aumento de 27 mil hectares de área colhida, totalizando 374 mil toneladas

as cotações internacionais quanto a variação cambial. Além disso, os estoques elevados, sobretudo na China, exerceram pressão de baixa. No entanto, a valorização do dólar em relação ao real tem sustentado uma paridade favorável de exportação e importação para os produtores locais, freando, com isso, o ritmo de queda das cotações no mercado doméstico.

Na comparação com a safra anterior, há previsão de queda de 1,1% na produção de milho, que deve totalizar 2,9 milhões de toneladas. A principal razão para isso é a frustração da primeira safra, cuja previsão inicial de 2,68

Tabela 1
Estimativa de produção física, áreas plantada e colhida e rendimentos dos principais produtos Bahia – 2014/2015

Produtos/safras	Produção física (mil t)			Área Plantada (mil ha)			Área Colhida (mil ha)			Rendimento (kg/ha)		
	2014 (1)	2015 (2)	Var. (%)	2014 (1)	2015 (2)	Var. (%)	2014 (1)	2015 (2)	Var. (%)	2014 (3)	2015 (3)	Var. (%)
Mandioca	2.134	2.096	-1,8	343	291	-15,2	194	181	-7,0	11.002	11.614	5,6
Cana de açúcar	6.693	6.129	-8,4	129	121	-6,3	118	111	-5,7	56.681	55.047	-2,9
Cacau	179	141	-21,2	568	499	-12,2	547	478	-12,7	327	295	-9,8
Grãos	7.972	9.352	17,3	3.318	3.443	3,8	3.046	3.411	12,0	2.617	2.741	4,8
Algodão	1.164	1.197	2,8	342	332	-3,0	341	332	-2,8	3.413	3.608	5,7
Café	202	223	10,8	171	176	2,9	161	167	4,0	1.253	1.335	6,6
Feijão	357	374	4,7	582	534	-8,3	499	526	5,4	717	712	-0,7
Milho	2.920	2.888	-1,1	826	833	0,9	657	819	24,6	4.446	3.528	-20,7
Soja	3.206	4.504	40,5	1.276	1.438	12,6	1.276	1.438	12,6	2.512	3.133	24,7
Sorgo	123	167	36,3	121	131	8,1	113	131	16,0	1.089	1.279	17,5
Total	-	-	-	4.358	4.353	-0,1	3.906	4.181	7,0	-	-	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2015).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) LSPA/IBGE previsão de safra 2014.

(2) LSPA/IBGE previsão de safra 2015 (jun. 15).

(3) Rendimento = produção física/área colhida.

milhões caiu para 2,35 milhões de toneladas. A estimativa para a segunda safra, no entanto, é positiva e prevê um crescimento de 22,8% em relação ao ano anterior, alcançando 536,5 mil toneladas. O preço da saca do milho com 60 kg na Bahia chegou a R\$ 23,93. O mercado doméstico esteve sensível à volatilidade das cotações da Bolsa de Chicago e ao câmbio. Com isso, os produtores de alguns estados, como os da Bahia, sofreram com quedas de preços, não obstante uma conjuntura mais favorável no mercado nacional, com viés de alta, diante do início da colheita da segunda safra.

O levantamento também apontou novamente queda de 1,8% na lavoura da mandioca, em função de redução de 52 mil hectares de área plantada. As lavouras de cacau (-21,2%) e de cana-de-açúcar (-8,4%) permaneceram com expectativas de declínio na produção, em função de cortes de 69 mil hectares e 8 mil hectares em área plantada, respectivamente. Os baixos preços aos produtores e problemas de demanda afetaram as decisões de plantio dessas lavouras na safra atual.

No cenário externo, os bens agrícolas da pauta de exportação baiana vêm sofrendo os efeitos da queda dos preços em âmbito mundial. Isso se refletiu na variação negativa de 13,4% do preço médio em dólar dos produtos ao longo dos seis primeiros meses do ano (Tabela 2). O resultado é explicado pela queda nas cotações internacionais desses segmentos, não obstante o crescimento

do volume negociado. Os embarques tiveram incremento de 3,44% na comparação com primeiro semestre de 2014, totalizando cerca de 1,5 milhão de toneladas. A desvalorização acumulada do real frente ao dólar no semestre estimulou o aumento do *quantum* exportado, compensando a perda de valor em dólar e possibilitando o crescimento da receita em real para os produtores.

Observa-se que a soja e seus derivados apresentaram a maior participação (56,14%) dentre os produtos agrícolas exportados pelo estado, seguidos por cacau (11,71%), algodão (9,68%) e sisal (7,27%). A receita em dólar variou positivamente para quase todos os produtos, exceto para soja (-25,92), café (-28,54) e fumo (-9,32%), como efeito do maior volume exportado. No entanto, os preços médios variaram negativamente, com exceção do cacau (5,42%) e do sisal (23,74%).

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO MANTÉM RETRAÇÃO

A indústria brasileira manteve o declínio da produção física no primeiro semestre de 2015. Os dados da Pesquisa Industrial Mensal (2015), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, confirmaram isso. A produção industrial do país recuou 6,3% no primeiro semestre, em relação ao primeiro semestre do ano anterior. A retração foi generalizada e ocorreu na maioria dos estados pesquisados, exceto Espírito Santo, Pará e Mato Grosso. Na Bahia, a produção industrial recuou 8,6%. Setorialmente, houve decréscimo de 8,6% na transformação e de 3,9% na indústria extrativa mineral. O encolhimento na transformação decorreu, principalmente, do segmento Produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, que registrou queda de 21,0%, por conta de uma parada para manutenção, seguida de acidente, resultando em um período maior para a retomada da produção no primeiro trimestre do ano. Importante ressaltar também os resultados negativos assinalados por Metalurgia (-24,0%), Produtos químicos (-4,7%), Produtos alimentícios (-5,4%), Minerais não metálicos (-9,5%) e Bebidas (-14,0%) (Gráfico 2).

Durante o primeiro semestre, o setor metalúrgico foi marcado por grande volatilidade dos mercados de metais e do câmbio; pela lenta retomada no consumo mundial,

Tabela 2
Exportações baianas de produtos agrícolas – jan./jun. 2015

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %	Var. % Preço médio
	2014	2015			
Soja e derivados	675.592	500.464	-25,92	56,14	-24,37
Cacau e derivados	95.124	104.407	9,76	11,71	5,42
Algodão e seus subprodutos	61.449	86.303	40,45	9,68	-16,57
Sisal e derivados	51.933	64.825	24,82	7,27	23,74
Café e especiarias	83.563	59.718	-28,54	6,70	-30,23
Frutas e suas preparações	42.271	42.781	1,21	4,80	-15,06
Fumo e derivados	21.520	19.514	-9,32	2,19	-12,68
Milho e derivados	1.221	13.413	998,19	1,50	-9,96
Total	1.032.674	891.425	-13,68	100,00	-13,40

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 09/07/2015.

Elaboração: SEI/CAC.

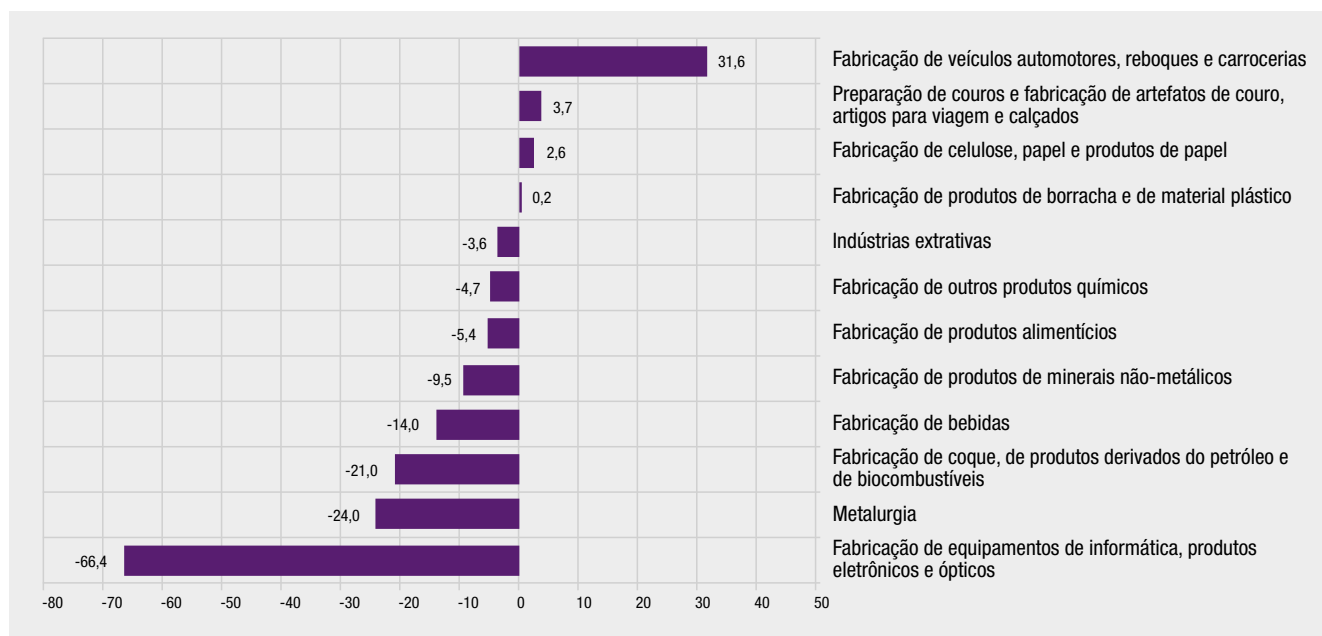


Gráfico 2
Produção física dos principais segmentos da indústria – Bahia – jan.-jun. 2015

Fonte: Pesquisa Industrial Mensal (2015).

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

especialmente na China; pela desaceleração do mercado interno e por paradas programadas para manutenção, o que comprometeu a produção de cobre primário e ácido sulfúrico (PARAPANEMA, 2015).

A piora da atividade econômica levou à retração dos setores de bens duráveis e não duráveis. O mercado brasileiro de produtos químicos, em especial as resinas termoplásticas, apresentou queda em relação ao período anterior, que havia sido positivamente influenciado pela reconstrução de estoques na cadeia. A exceção veio do segmento agrícola, que estruturalmente é produtivo e competitivo e cujo crescimento está relacionado, principalmente, à demanda internacional. Por outro lado, a dinâmica favorável do mercado internacional e o novo patamar de câmbio levaram ao aumento das vendas para o mercado externo (BRASKEM, 2015).

Por sua vez, o setor de *Veículos* proporcionou o maior acréscimo no período, com taxa de 31,6%, impulsionado não só pela maior fabricação de automóveis, mas também pela baixa base de comparação, uma vez que a atividade recuou 34,2% nos primeiros seis meses de 2014. Vale citar também a expansão exibida por *Celulose*,

O mercado brasileiro de produtos químicos [...] apresentou queda em relação ao período anterior, que havia sido positivamente influenciado pela reconstrução de estoques na cadeia

papel e produtos de papel (2,6%) e *Couros, artigos para viagem e calçados* (3,7%) (PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL, 2015).

Não obstante a recuperação da produção de veículos a partir de setembro de 2014 – ressaltando-se a queda em maio de 2015 –, a Bahia vendeu 59 mil veículos no primeiro semestre, registrando uma queda de 18,2% ante o mesmo período do ano passado, segundo dados da Federação

Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (2015). Esse cenário levou à ampliação dos estoques, o que deverá se traduzir em novas paradas de produção no setor.

O desempenho satisfatório do segmento *Celulose* deveu-se à demanda da fibra de celulose nos principais mercados internacionais, especialmente na Ásia e na Europa, e à valorização do dólar. Por outro lado, o mercado doméstico de papel apresentou retração, em razão da conjuntura econômica adversa. Durante o segundo trimestre, uma importante unidade de produção do setor passou por parada programada para manutenção.

O recuo da indústria baiana foi causado pelo desaquecimento da economia brasileira e pela redução na demanda doméstica, influenciada pela inflação elevada, que se traduziu em queda do salário real e perda do poder de compra, aumento no endividamento das famílias, restrição na concessão de crédito, alta nos juros e ausência de confiança nos rumos da economia do país, tanto dos consumidores como dos empresários.

No segundo semestre, a indústria, provavelmente, permanecerá retraída. A retomada da produção dependerá, principalmente, do avanço das exportações, processo que deverá ocorrer de forma lenta e gradual. O setor industrial tem papel relevante como motor do crescimento do país, pois tem participação destacada na composição do PIB, além de alavancar os investimentos em todos os segmentos.

O comércio exterior baiano manteve o cenário adverso entre janeiro e julho de 2015. A balança comercial da Bahia apresentou déficit de US\$ 1,1 bilhão no período, ante um superávit de US\$ 85 milhões no mesmo período do ano anterior, de acordo com as estatísticas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) (BRASIL, 2015a), divulgadas pela SEI (BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA, 2015). No país, foi observado um superávit de US\$ 4,608 bilhões no período, resultado da queda de 15,5% nas exportações e de 19,5% nas importações.

Nos primeiros sete meses de 2015, as exportações baianas tiveram declínio de 18,6%, alcançando US\$ 4,33 bilhões. A China permaneceu como principal mercado

para os produtos exportados pelo estado, com 27,1% de participação e crescimento de 21,1%. Argentina, Países Baixos e EUA ocuparam a segunda, terceira e quarta posição, respectivamente, com 10,4%, 10,0% e 9,8% de participação e quedas acentuadas: 12,0% para o mercado argentino, 9,1% para os Países Baixos e 39,1% para o mercado norte-americano.

Ao contrário das exportações, as importações baianas tiveram crescimento de 3,7% entre janeiro e julho de 2015, ante igual período do ano passado, somando US\$ 5,43 bilhões. Apesar do arrefecimento da produção industrial, que reduziu as importações de bens intermediários em 1,7%, nos primeiros sete meses do ano, houve um aumento de 25,0% nas compras de combustíveis.

Os indicadores de comércio exterior evidenciaram que, mesmo com o dólar favorável, as exportações enfraqueceram no período de janeiro a julho de 2015, em decorrência da queda da demanda externa.

VAREJO SENTIU OS EFEITOS DA CONTRAÇÃO ECONÔMICA

As vendas do Comércio varejista nos primeiros seis meses de 2015 confirmaram que o setor sentiu os efeitos da contração econômica. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Comércio (2015) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o volume de negócios no acumulado do ano foi negativo em 2,2%. Na Bahia, esse comportamento foi um pouco mais acentuado, com taxa negativa de 4,8% (Tabela 3).

A balança comercial da Bahia apresentou déficit de US\$ 1,1 bilhão no período, ante um superávit de US\$ 85 milhões no mesmo período do ano anterior

Tabela 3
Volume de vendas no comércio varejista – Bahia – jun. 2015

Atividade	Mensal (1)			Ano (2)	Acumulado 12 meses (3)
	Abril	Mai	Junho		
Comércio Varejista	-2,6	-9,4	-5,4	-4,8	-1,1
1 - Combustíveis e lubrificantes	-2,9	-8,3	-2,0	-6,8	-0,7
2 - Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	0,9	-4,9	-5,1	-1,3	-0,2
2.1 - Hipermercados e supermercados	2,4	-3,8	-4,3	-0,4	0,2
3 - Tecidos, vestuário e calçados	-7,3	-9,6	-6,5	-9,6	-4,9
4 - Móveis e eletrodomésticos	-11,2	-22,8	-11,2	-12,7	-9,2
4.1 - Móveis	-12	-24,6	-14,7	-12,3	-8,5
4.2 - Eletrodomésticos	-10,9	-22,1	-9,6	-12,8	-9,6
5 - Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	-1,6	-4,6	-5,7	-1,9	5,5
6 - Equipamentos e material de escritório, informática e comunicação	-20,5	-22,6	-18,9	-21,1	-18,0
7 - Livros, jornais, revistas e papelaria	-17,8	-20	-6,1	-17,1	-12,4
8 - Outros artigos de uso pessoal e doméstico	7,5	-0,7	0,3	8,0	13,3
Comércio Varejista Ampliado (4)	-7,2	-12,0	-3,9	-6,3	-3,3
9 - Veículos, motos, partes e peças	-19,2	-19,4	-1,6	-11,0	-8,4
10 - Material de construção	-1,0	-6,8	5,0	-1,5	-3,2

Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio (2015).

(1) Compara a variação mensal do mês de referência com igual mês do ano anterior.

(2) Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior.

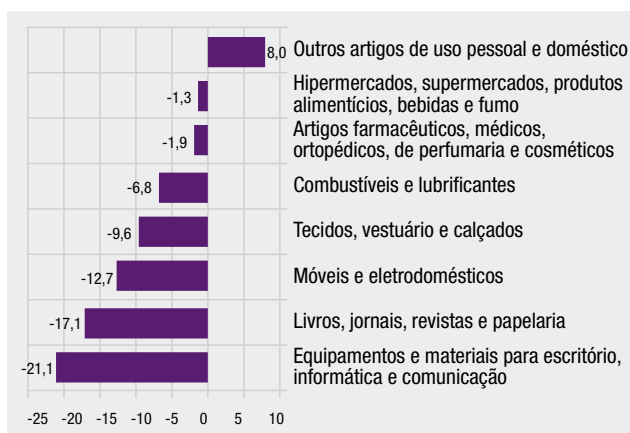
(3) Compara a variação acumulada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

(4) O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 10.

Por atividade, observa-se que, dos oito segmentos que compõem o indicador de volume de vendas, sete registraram queda no acumulado do primeiro semestre do ano, com exceção de *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (8,0%) (Gráfico 3).

Quanto aos segmentos que apresentaram queda nas vendas, destacaram-se, em decorrência da representatividade para o comércio varejista, os seguintes ramos: *Móveis e eletrodomésticos*; *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*; *Combustíveis e lubrificantes*; e *Tecidos, vestuário e calçados*.

A conjuntura adversa no período analisado pode ser percebida no comportamento de *Móveis e eletrodomésticos*, terceiro maior segmento no indicador do Comércio varejista. Por seis meses consecutivos, a atividade registrou variação negativa. Essa situação refletiu não somente a queda na renda disponível e a seletividade do crédito, mas também o aumento das taxas de juros. Em relação a essa seletividade, observou-se que a modalidade de crédito consignado – que, em outro período, levou o segmento a ser um dos líderes do ciclo de expansão, sustentado, em grande parte, pela manutenção da renda elevada – teve um arrefecimento. Tal comportamento é

**Gráfico 3**
Volume de vendas das atividades no comércio varejista (1)
Bahia – jun. 2015

Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio (2015).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação acumulada no ano.

atribuído ao aumento da taxa de juros, associado à retirada gradual dos incentivos direcionados à linha branca, como o imposto sobre produtos industrializados (IPI).

Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, segmento de maior peso para o indicador de volume de vendas do Comércio varejista, já deu

sinas de sentir os efeitos da retração econômica. Apesar de comercializar, prioritariamente, gêneros de primeira necessidade, a atividade, pelo segundo mês consecutivo, teve redução no volume de vendas na Bahia. Essa situação foi influenciada pelo menor poder de compra da população, devido ao retorno da inflação, e pelo enfraquecimento do mercado de trabalho.

Combustíveis e lubrificantes vem registrando quedas sistemáticas no volume de vendas na Bahia desde janeiro de 2015. Esse quadro revela que, em decorrência do aumento nos preços dos combustíveis acima da média, os consumidores têm procurado racionar o consumo, apesar da essencialidade do bem.

Outro segmento a sentir os efeitos da retração da atividade econômica foi *Tecidos, vestuário e calçados*. Desde dezembro do ano passado, esse ramo vem exibindo variações negativas no volume de vendas. A razão para isso está na frágil confiança dos empresários e consumidores diante do cenário de retração. Assim, a falta de investimento por parte dos empresários e a insegurança dos consumidores para adquirir novos produtos, devido ao enfraquecimento do mercado de trabalho, acabaram impactando negativamente a comercialização dos bens.

A atividade *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* foi o única a apresentar comportamento positivo no período. O fato de englobar ramos como lojas

de departamentos, óticas, artigos esportivos, brinquedos etc. contribuiu para que, mesmo numa conjuntura adversa, o segmento registrasse crescimento nas vendas. Assim, esse dinamismo se deve ao fato de a atividade possuir um *mix* diversificado de itens de baixo valor agregado.

No Comércio varejista ampliado, que inclui o varejo e mais as atividades *Veículos, motos, partes e peças* e *Material de construção*, o decréscimo nas vendas no acumulado do ano foi de 6,3%, em relação a igual período do ano anterior. A variação negativa se verificou consecutivamente desde o mês de abril de 2015.

O comportamento do ramo *Veículos, motos, partes e peças* nos primeiros seis meses de 2015 foi determinante para o segmento acumular no período uma variação negativa de 11,0%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Observando-se as variações no volume de vendas do ramo entre janeiro de 2014 e junho de 2015 constata-se um desaquecimento sistemático dos negócios. Esse desempenho refletiu o crédito mais seletivo por parte das financeiras e o menor ritmo da atividade econômica, além do comprometimento da renda familiar. O agravamento da situação financeira das famílias, diante de um cenário de retração, concorreu para que o consumidor reduzisse o ímpeto de consumo, não assumindo compromissos com a aquisição de bens de maior valor agregado (Gráfico 4).

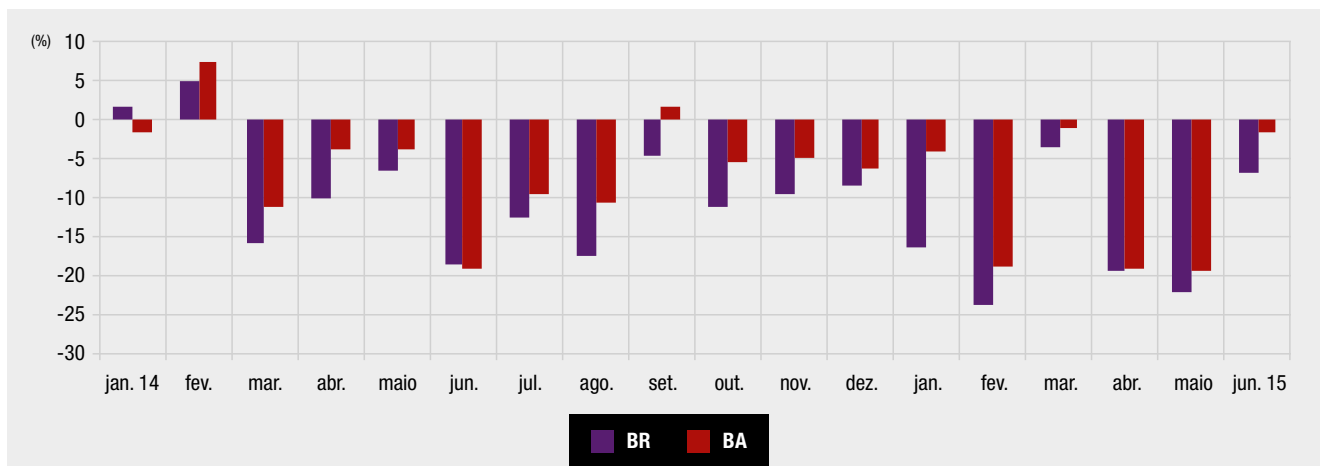


Gráfico 4
Volume de vendas de Veículos, motos, partes e peças – Brasil-Bahia – jan. 2014-jun. 2015

Fonte: IBGE–Pesquisa Mensal do Comércio (2015).

Elaboração: SEI/CAC.

*Variação mensal.

No segmento *Material de construção*, o desaquecimento das vendas resultou em uma variação negativa de 1,5% no acumulado do ano, desempenho atribuído à instabilidade econômica no país. A menor oferta de crédito e o comprometimento da renda familiar também têm impactado o dinamismo dessa atividade. Diante das incertezas na conjuntura macroeconômica, os consumidores preferem adiar as compras.

Assim, o desempenho do Comércio varejista revelou o comprometimento do nível de atividade da economia brasileira, não havendo expectativas animadoras até o momento. Silvio Sales, consultor da Fundação Getúlio Vargas (FGV)/Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), alerta:

[...] não há sinalização de melhora da atividade do setor para os próximos meses nos resultados de julho da Sondagem do Comércio. De modo geral, os indicadores se mantêm em patamar historicamente baixo, e as expectativas prosseguem piorando, em linha com o contexto de redução no nível de emprego e desaceleração do consumo doméstico (SONDAGEM DO COMÉRCIO E ÍNDICE DE CONFIANÇA, 2015).

Os fatores que determinam a retração do consumo, como a alta dos juros, inflação, retração no mercado de trabalho e restrição do crédito, ainda se fazem presentes, levando à instabilidade econômica. Diante desse cenário, a expectativa para os próximos meses é que não haverá mudança na trajetória de queda nas vendas apresentada desde os primeiros meses de 2015.

DECLÍNIO DA EMPREGABILIDADE NO PAÍS E NA BAHIA

As diferentes pesquisas oficiais voltadas para o mercado de trabalho e o emprego têm mostrado que o número de pessoas que perderam a ocupação e tiveram redução do rendimento vem aumentando no Brasil e na Bahia no decorrer do segundo semestre de 2015.

A trajetória de aceleração da desocupação da mão de obra, tanto no Brasil quanto na Bahia, fica evidenciada pela taxa de desocupação, estimada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2015), do

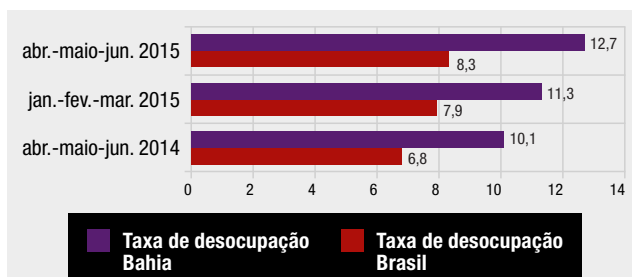


Gráfico 5
Evolução da taxa de desocupação da população em idade de trabalhar – Bahia – 2014-2015

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2015).
Elaboração: SEI/CAC.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nos trimestres ilustrados no Gráfico 5.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2015)¹, chegou-se a 8,35 milhões de desocupados no Brasil e a 952 mil na Bahia no trimestre encerrado em junho deste ano. Em termos relativos, a população desocupada era 23,5% e 30,0% maior do que a observada no mesmo período do ano passado, respectivamente, para o Brasil e para a Bahia.

Por outro lado, a população ocupada no país atingiu 92,21 milhões de pessoas no trimestre encerrado em junho último, significando um aumento de 188 mil ocupações em relação ao trimestre anterior e de 159 mil postos de trabalho, comparando-se com igual trimestre do ano passado.

Concernente à ocupação na Bahia, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2015) revelaram que 6,53 milhões pessoas estavam empregadas no segundo trimestre de 2015, o que representou uma perda 62 mil ocupações (-0,9%) em relação ao trimestre anterior. Contudo, houve acréscimo de 15 mil ocupações (0,2%) em relação ao segundo trimestre de 2014. Vê-se, assim, que a dinâmica do mercado de trabalho na Bahia, no que se refere à ocupação, se diferenciou daquela manifestada no país no segundo trimestre de 2015.

¹ A PNAD Contínua tem o objetivo de produzir informações contínuas sobre a inserção da população no mercado de trabalho. É realizada por meio de uma amostra de domicílios, de forma a garantir a representatividade dos resultados. A cada trimestre são investigados 211.344 domicílios particulares permanentes, distribuídos em cerca de 3.500 municípios brasileiros.

Os empregos formais (com carteira) no setor privado do país tiveram redução de 157 mil pessoas (-0,4%), na comparação entre o trimestre encerrado em junho de 2015 e o trimestre anterior, e 971 mil pessoas (-1,3%), em relação ao trimestre encerrado em junho de 2014. Já os empregos informais (sem carteira) exibiram um crescimento de 20 mil postos (0,2%) em relação ao trimestre encerrado em março de 2015, mas registraram retração de 249 mil postos (-2,4%) em comparação com o segundo trimestre de 2014.

Na Bahia, o emprego no setor privado com carteira recuou nos períodos aqui considerados. Foram menos 48 mil pessoas (-2,6%) na comparação entre o trimestre encerrado em junho de 2015 e o trimestre anterior e menos 63 mil pessoas (-3,4%) em relação ao trimestre concluído em junho de 2014. Também os empregados no setor privado sem carteira apresentaram declínio na ocupação. Assim, foram subtraídas 46 mil pessoas (-4,5%) do mercado de trabalho informal no trimestre encerrado em junho de 2015, em relação aos três primeiros meses do ano, e ocorreu diminuição de 22 mil pessoas ocupadas (-2,2%) em relação ao trimestre concluído em junho de 2014.

Tomando-se como referência os dados de julho de 2015 do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)² – um mês à frente dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra De Domicílios Contínua (2015) –, fica constatada a perda de 157.905 empregos celetistas no país, equivalente à retração de 0,39% no estoque de assalariados com carteira assinada em junho. Com a incorporação das informações declaradas fora do prazo, a diminuição chega a 494.386 empregos (-1,20%) no acumulado do ano. Nos últimos 12 meses, verificou-se a subtração de 778.731 postos de trabalho, correspondendo à redução de 1,88% no contingente de empregados celetistas do país (BRASIL, 2015b).

Na Bahia, foram extintos 8.207 empregos celetistas em julho de 2015, representando um declínio de 0,45% em relação ao estoque de assalariados com carteira assinada do mês anterior. Em junho já haviam sido eliminados 8.588

**Na Bahia, foram extintos
8.207 empregos celetistas em
julho de 2015, representando
um declínio de 0,45%
em relação ao estoque de
assalariados com carteira
assinada do mês anterior**

empregos, e no acumulado no ano (janeiro a junho), o saldo foi de menos 31.202 empregos, conforme os dados do Caged (BOLETIM MENSAL DO CAGED, 2015).

Sob o ângulo da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)³, a dinâmica do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador (RMS), em 2015, vem acompanhando a conjuntura de declínio do emprego experimentada tanto no Bahia como no Brasil. Assim, em julho, o total de desempregados atingiu 349 mil pessoas, representando um aumento de 20 mil pessoas em relação a junho. Isto se deu em decorrência da diminuição no número dos ocupados (-11 mil pessoas) e do aumento da População Economicamente Ativa (9 mil). A taxa de desemprego total da População Economicamente Ativa cresceu, passando 18,0%, em junho, para os atuais 19,0% (PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 2015).

Nos últimos 12 meses, o número de desempregados se expandiu em 13 mil pessoas, devido à eliminação de 44 mil postos de trabalho, número superior à redução da PEA (-31 mil pessoas). Já a taxa de participação diminuiu de 58,6% para 56,6%.

2 O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados é um registro administrativo de dados que permite conhecer a evolução das contratações e desligamentos nas empresas em todo país.

3 A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador (PED) produz informações sobre a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho, mediante levantamento mensal e sistemático sobre o emprego, o desemprego e os rendimentos do trabalho. A pesquisa coleta informações por meio de entrevistas com moradores de 10 anos de idade ou mais, em 2.500 domicílios da região, gerando 9 mil questionários/mês.

No que diz respeito à posição na ocupação, o contingente de trabalhadores assalariados na RMS teve um ligeiro declínio (-5 mil pessoas ou -0,5%) em julho, em razão da queda da ocupação no setor público (-5 mil ou -3,4%) e da ampliação no setor privado (2 mil ou 0,2%).

Na esfera setorial, a perda de postos de trabalho formal, em julho de 2015, foi presidida, no âmbito nacional, pela Indústria de transformação (-64.312 postos), acompanhada de perto por Serviços (-58.010 postos), Comércio (-34.545 postos) e Construção civil (-21.996 postos). Em sentido inverso, a Agricultura (24.465 postos) apresentou saldo positivo na geração de empregos formais em julho de 2015.

[...] a pesquisa “Indicadores Industriais” de julho, divulgada pela CNI, reforça o quadro recessivo, com queda em todos os índices. Com exceção do faturamento real, que ficou relativamente estável ao cair 0,2%, todos os outros indicadores registraram retrações significativas.

[...] A utilização da capacidade instalada caiu 0,9 ponto percentual na virada do primeiro para o segundo semestre e chegou a 78,6%, o pior nível da série histórica, iniciada em janeiro de 2003. Os outros índices de atividade também recuaram. As horas trabalhadas diminuíram 2,3% em julho ante junho e o emprego caiu 0,8%. Em todos os casos, o indicador é dessazonalizado. A

pesquisa também aponta que a massa salarial real caiu 2,5% entre junho e julho deste ano, enquanto o rendimento médio real diminuiu 1,6%. (CNI..., 2015).

No acumulado do ano (janeiro a julho de 2015), a Indústria de transformação continuou capitaneando a eliminação de postos formais de trabalho na economia nacional (-226.986 postos). De modo inverso, a Agricultura permaneceu liderando a geração de empregos com carteira (110.037 postos). Porém, houve mudanças de posição no ranking para o Comércio (-214.145 postos), a Construção civil (-154.897 postos) e Serviços (-11.648 postos) (Gráfico 6).

Na Bahia, foram praticamente generalizados os registros de saldos negativos na atividade econômica em julho. Dentre os setores, três concentraram as maiores perdas de ocupação: Construção civil (-2.681 postos), Comércio (-2.544 postos) e Serviços (-2.357 postos). Os demais setores que eliminaram empregos, mas em menor grandeza, foram Administração pública (-296 postos), Serviços industriais de utilidade pública (-181 postos), Indústria de transformação (-157 postos) e Agropecuária (-63 postos). A exceção ficou por conta de Extrativa mineral (72 postos).

No acumulado dos sete primeiros meses de 2015 houve redução do número de setores que escrituraram saldos negativos, passando de sete para cinco. Construção

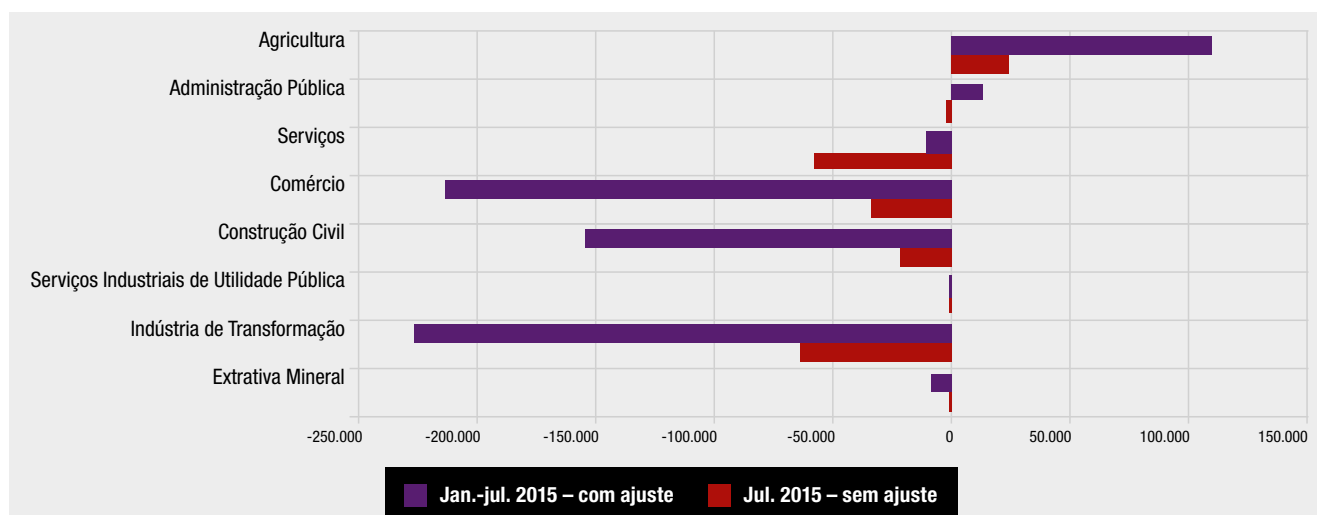


Gráfico 6
Evolução do emprego formal por setor de atividade econômica – Brasil – jul. 2015

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (2015).
Elaboração: SEI/CAC.

civil (-22.459 postos) liderou a perda de empregos com carteira, seguido por Comércio (-9.259 postos), Serviços (-9.106 postos), Serviços industriais de utilidade pública (-521 postos) e Indústria de transformação (-462 postos). Por outro lado, aumentou de um para três o número de setores que apresentaram saldos acumulados positivos. Agropecuária (8.180 postos) e Administração pública (2.373 postos) passaram à condição de superavitários, ao lado de Extrativa mineral (52 postos). Porém, os saldos positivos somados não compensaram as perdas apresentadas pelos outros setores.

Setorialmente, a PED capturou, na pesquisa de julho de 2015, a redução do emprego em *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* (-10 mil ou -3,4%) e na Construção (-2 mil ou -1,7%), bem como o aumento na Indústria de transformação (3 mil ou 2,3%) e em Serviços (1 mil ou 0,1%). Em relação a julho de 2014, houve redução do emprego na Construção (-33 mil ou -21,7%) e em *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* (-9 mil ou -3,0%). Já a Indústria de transformação permaneceu estável, enquanto houve elevação do emprego em Serviços (8 mil ou 0,9%).

No Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra De Domicílios Contínua (2015), a massa de rendimento médio real do trabalho, no segundo trimestre de 2015, foi estimada em R\$ 167.905 milhões, registrando estabilidade em relação ao trimestre anterior (R\$ 168.398 milhões). Na comparação com o mesmo trimestre de 2014, a massa salarial decresceu um pouco (R\$ 165.229 milhões ou -0,2%). Já o rendimento médio real do trabalho habitualmente recebido por mês foi estimado em R\$ 1.882,00, valor ligeiramente superior em relação ao do segundo trimestre de 2014 (R\$ 1.855,00).

Na Região Metropolitana de Salvador, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (2015), a massa de rendimento real caiu tanto para os ocupados (-1,9%) como para os assalariados (-1,0%) em junho de 2015. Em relação ao ocupados, a diminuição se deu em razão do decréscimo do rendimento médio real, vez que o nível ocupacional ficou relativamente estável. No que se refere aos assalariados, a redução da massa foi em decorrência de rápidos declínios do salário médio e do nível de emprego. Já o rendimento médio real diminuiu para

Na Região Metropolitana de Salvador, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (2015), a massa de rendimento real caiu tanto para os ocupados (-1,9%) como para os assalariados (-1,0%) em junho de 2015

os ocupados (-1,8%) e para os assalariados (-0,7%), equivalendo a R\$ 1.277,00 e R\$ 1.353,00, respectivamente. Comparativamente a junho de 2014, houve redução na RMS para os ocupados (-3,4%) e para os assalariados (-5,6%), registrando-se também queda da massa de rendimentos dos ocupados (6,0%) e dos assalariados (8,8%).

Em suma, os dados das pesquisas oficiais que investigam a ocupação no mercado de trabalho do país, da Bahia e da Região Metropolitana de Salvador revelaram uma tendência de instabilidade e de declínio da empregabilidade, com rebaixamento dos rendimentos médios e da massa dos rendimentos dos ocupados. O que estaria contribuindo para essa conjuntura adversa no universo do trabalho seria o enfraquecimento sistemático do desempenho da atividade macroeconômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro semestre de 2015 foi extremamente desafiador para todos os setores da economia brasileira, consequência direta de uma política macroeconômica pautada em forte expansão dos gastos públicos, que acarretou o crescimento da dívida interna do governo, o aumento da inflação e, consequentemente, a elevação contínua da taxa básica de juros. Esses desequilíbrios aumentaram a vulnerabilidade da economia brasileira a choques externos e evidenciaram o desgaste da política macroeconômica que ampliou de modo especial o consumo interno.

Após o envio do orçamento público federal de 2016 ao Congresso Nacional, com previsão de um déficit primário de R\$ 30,5 bilhões (0,5% do Produto Interno Bruto), o dólar atingiu cotação máxima de R\$ 3,633 em 31 de agosto do corrente ano. O desafio tem sido avançar no ajuste da inflação e na reforma fiscal para criar um ambiente adequado à expansão do nível dos investimentos.

A desvalorização do real frente ao dólar, a contração e a restrição da oferta de crédito, a inflação elevada, a redução dos preços das *commodities*, os indicadores gerais de consumo retraídos, o aumento da taxa de desemprego e a expectativa de queda do PIB – aliados ao corte de parcela de gastos e investimentos governamentais e aos aumentos tarifários de serviços básicos nos mais diversos setores – constituíram-se em evidências que reforçam a construção de um cenário pessimista em curto prazo para a economia brasileira, com o aumento do risco Brasil e da volatilidade da taxa de câmbio.

Diante do cenário apresentado, as previsões para a inflação e para o nível de atividade da economia brasileira voltaram a piorar para 2015 e também para 2016, de acordo com os dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (2015d), com base no relatório de mercado Focus⁴. Para o comportamento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2015, os analistas de mercado passaram a estimar uma retração de 2,8%. Esta foi a 11ª queda seguida deste indicador. Até então, a expectativa do mercado era de um recuo de 2,7% para o PIB de 2015. “Se confirmado, será o pior resultado em 25 anos, ou seja, desde 1990 – quando foi registrada uma queda de 4,35% [...] Para 2016, prevê-se uma contração de 1% na economia do país” (MARTELLO, 2015).

Dentro desse contexto, a economia baiana deverá retrair-se em 2015. Como delineado ao longo do texto, a Indústria apresenta forte retração. O menor poder de consumo das famílias já afetou o setor de Serviços, especialmente o Comércio varejista. A Agropecuária deverá ser o único setor produtivo a exibir crescimento no ano.

A depender da condução política do país com relação às medidas econômicas almejadas, poderá ocorrer reversão

da queda dos indicadores ainda no primeiro trimestre de 2016. Portanto, os interesses políticos e econômicos deverão estar alinhados para levar a economia do país a contornar a crise.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO (Brasil). *Dados estatísticos mensais*. jun. 2015. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/?pg=64555&m=&t1=&t2=&t3=&t4=&ar=&ps=&cachebust=1381866081745>>. Acesso em: 4 set. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Ata da 193ª Reunião do Copom*. [Brasília]: BACEN, set. 2015a. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?COPOM193>>. Acesso em: 4 set. 2015.

_____. *Índice de atividade econômica do Banco Central (IBC-BR)*. [Brasília]: BACEN, jul. 2015b. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/Paginas/bc-divulga-ibc-br-de-julho-2015.aspx>>. Acesso em: 23 set. 2015.

_____. *Saldo das operações de crédito*. [Brasília]: BACEN, julho. 2015c. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTeLaLocalizarSeries>>. Acesso em: 4 set. 2015.

_____. *Focus. Relatório de mercado*. [Brasília]: BACEN, 02 outubro. 2015d. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20151002.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2015.

BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA. Salvador: SEI, jul. 2015. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_mai_2015.pdf>. Acesso em: 4 set. 2015.

BOLETIM MENSAL DO CAGED - EMPREGO FORMAL. Salvador: SEI, jul. 2015a. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/caged/rel_CAGED_jul15.pdf>. Acesso em: 8 set. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Indicadores e estatísticas*. Brasília: MDIC, jul. 2015a. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1161>>. Acesso em: 5 set. 2015.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados*. Brasília: MTE, jul. 2015b. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080814DB129A5014E02CD9BFC1344/BA%20maio%2015.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2015.

BRASKEM. *O EBITDA do 2T15 atingiu R\$ 2.610 milhões*. Disponível em: <http://www.braskemri.com.br/portal/RI/arquivos/resultado/128/Release_2T15_PORT.pdf>. Acesso em: 4 set. 2015.

4 Pesquisa do Banco Central com mais de 100 instituições financeiras divulgada às segundas-feiras (02/10/2015).

CNI vê início de segundo semestre bastante preocupante. *Jornal do Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 2 set. 2015. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4206420/cni-ve-inicio-de-segundo-semester-bastante-preocupante>>. Acesso em: 8 set. 2015.

CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS. Indicadores de Volume e Valores Correntes. Rio de Janeiro: IBGE, Abril/Junho. 2015. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_201502caderno.pdf>. Acesso em: 4 set. 2015.

EUROSTAT revisa para cima PIB da zona do euro no segundo trimestre. set. 2015. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/efe/2015/09/08/eurostat-revisa-para-cima-pib-da-zona-do-euro-no-segundo-trimestre.htm>>. Acesso em: 4 set. 2015.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE DISTRIBUIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. Índices e números: emplacamentos. São Paulo: FENABRAVE, jun. 2015. Disponível em: <<http://www3.fenabreve.org.br:8082/plus/modulos/listas/index.php?tac=indices-e-numeros&idtipo=1&layout=indices-e-numeros>>. Acesso em: 4 set. 2015.

ÍNDICE DE COMMODITIES AGRÍCOLAS DA BAHIA. Salvador: SEI, jun. 2015. Mensal. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/icab/rel_ICAB_jun15.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2015.

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO. Rio de Janeiro: IBGE, jul. 2015. Mensal. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultinpc.shtm>. Acesso em: 4 set. 2015.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Global prospects and policy challenges*: G-20 Finance Ministers and Central Bank Governors Meeting in Ankara, Turkey. Washington: IMF, set. 2015. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/g20/090415.htm>>. Acesso em: 8 set. 2015.

JAPÃO revisa queda do PIB para 1,2% no 2º trimestre. set. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/09/japao-encolhe-12-no-2-trimestre.html>>. Acesso em: 8 set. 2015.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, jul. 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/default_publ_completa.shtm>. Acesso em: 11 jul. 2015.

MARTELLO, Alexandre. *Mercado estima mais inflação e queda maior do PIB em 2015 e 2016*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2015/09/mercado-estima-mais-inflacao-e-queda-maior-do-pib-em-2015-e-2016.html>>. Acesso em: 28 set. 2015.

PARAPANEMA. *Release do 2º trimestre*. 2015. Disponível em: <<https://ri.paranapanema.com.br/ShowResultado.aspx?IdResultado=l8v/e3+LjmxOR7EVcsGMsw==>>. Acesso em: 4 set. 2015.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR. Salvador: SEI, jun. 2015. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ped/rel_PED_jul15.pdf>. Acesso em: 8 set. 2015.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2015. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=1&i=P&c=1618>>. Acesso em: 4 set. 2015.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE jul. 2015. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/comerc/default.asp>>. Acesso em: 16 set. 2015.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/>. Acesso em: 9 ago. 2015.

PIB baiano segue tendência nacional e recua 0,5% no segundo trimestre. *Informativo PIB Trimestral*, Salvador, v. 6, n. 2, abr./jun. 2015a. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2015_1.pdf>. Acesso em: 18 set. 2015.

PIB dos EUA é revisado e cresce 3,7% no 2º tri em taxa anualizada. ago. 2015b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/08/pib-dos-eua-e-revisado-e-crescimento-e-de-37.html>>. Acesso em: 27 ago. 2015.

SONDAGEM DO COMÉRCIO E ÍNDICE DE CONFIANÇA. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, jul. 2015. Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumChannelId=402880F83322BF2F0133273B4D9B1327>>. Acesso em: 15 set. 2015.

QUADRO DE DISTÂNCIAS (em km.)

	Assunção (PY)	Buenos Aires (RA)	Montevideo (RU)	Santiago (CH)
Assunção - PY	1319	1319	1319	2159
Buenos Aires - RA	1319	180	1424	1424
Chuy - RU	1540	542	362	1966
Cidade del Este - PY	325	1274	1314	2408
Cordoba - RA	1205	707	857	1050
Curitiba - PR	960	1776	1596	2928
Durazno - RU	1168	276	191	1700
Encarnación - PY	1269	1533	1336	2957
San Carlos - RA	1982	1207	1356	804
Aer del Plata - RA	1700	409	561	1759
Amdoraz - RA	1767	1032	1212	382
Antioquia - RU	1318	180	1604	1604
Bo de los Libres - RA	696	664	794	1796
Brasília - RU	949	336	369	1575
Negre - RS	1311	1048	866	2408
Brasília - RA	360	997	1034	2128
Curitiba Del Este - RU	1453	315	135	2342
Desembocadura - RA	327	892	1073	1632
Bo Branco - RU	1342	692	412	2016
Overa - RU	1065	590	505	1914
Osario - RA	1031	288	468	1245
Alto - RU	831	422	485	1554
San Manuel de Tucuman - RA	1184	1215	1295	1602
San Salvador de Jujuy - RA	1231	1461	1618	1925
Santa Fe - RA	863	496	645	1296
Santa Rosa - RA	1714	613	793	1159
Santiago - CH	2159	1424	1604	
Temita y Tres - RU	2152	912	1134	1757

DOCUMENTOS E EQUIPAMENTOS EXIGIDOS para viagem de carro em países da América do Sul.

Para quem viaja de automóvel, além da carteira de identidade (ou passaporte), da carteira nacional de habilitação e de toda a documentação em ordem do veículo, os países exigem:

ARGENTINA

- * Seguro Internacional contra Terceiros, que pode ser temporário. É importante que cubra o território argentino. Consulte sua própria seguradora.

- * Os equipamentos são os mesmos exigidos para os dois triângulos (colocados um a cada lado do veículo, lateral direito, cabo de arame de 2 metros) e estajo de primeiros socorros.

CHILE

Carteira Int.

Mesmos colocar em ordem dos Ar.

PARAGUAI

Men.

Ob.

o p.

pro.

pi.

co.

co.

co.

co.

co.

co.

co.

co.

co.

co.

co.

co.

co.

co.

co.

co.

co.

co.

co.

co.

co.

co.

co.

co.

co.

co.

co.

co.

co.

Ranieri Muricy Barreto

O Novo Plano Plurianual da Bahia

Ranieri Muricy Barreto é mestre em Economia pela UFBA e, desde cedo, militou no movimento estudantil. Iniciou sua carreira profissional na indústria petroquímica baiana e posteriormente foi dirigente sindical e partidário. No governo da Bahia exerce atualmente a função de superintendente de Planejamento Estratégico da Secretaria do Planejamento. No período de 2007 a 2010 foi coordenador executivo da Casa Civil do governo do estado, e de 2011 a 2012, assessor chefe da Assessoria do governador Jaques Wagner. Também atua como professor na Universidade Católica do Salvador, nas áreas de Economia Política, Macroeconomia, Planejamento, Economia Regional, Economia do Trabalho, Economia Brasileira e Internacional. Escreve para diversos veículos de comunicação e já publicou vários artigos em livros.

C&P – Quais são os resultados já alcançados pelo PPA em vigência e quais as experiências positivas utilizadas para a elaboração do PPA 2016-2019?

Ranieri Muricy Barreto – O destaque do novo PPA fica por conta do aprofundamento do caráter transversal dos compromissos dos programas de governo. No processo de elaboração dos compromissos, as mesas temáticas garantiram que o componente estratégico expresso nos insumos utilizados, a exemplo do Programa Participativo de Governo, fosse assegurado. Já as mesas programáticas serviram para o amadurecimento de questões importantes para os programas, validação dos compromissos e reforços de parcerias que garantiram o elo da intersectorialidade entre os programas.

C&P – Como se deu a participação da sociedade na formação do plano plurianual?

RMB – Avançamos no processo de escuta social, que é um instrumento de desenvolvimento democrático do qual a Bahia não abre mão, com o intuito de reforçar a participação da sociedade nas questões a ela pertinentes. Nosso modelo tem avançado e já se tornou referência para outros estados. Neste PPA Participativo, será possível identificar e acompanhar as demandas oriundas da escuta social – o que facilitará as devolutivas para os territórios de identidade. Nesse sentido, houve ainda a exigência de que as metas fossem territorializadas para que as áreas de atuação em que se planeja realizar ações públicas sejam previamente definidas.

C&P – Qual a importância do PPA para o planejamento estratégico?

RMB – O PPA é a materialização de um dos instrumentos do ciclo de planejamento que precisa ser executado a partir das ações orçamentárias anuais (LOA), acompanhado e monitorado pelas redes da Superintendência de Monitoramento e Avaliação e também avaliado como forma de dar

O destaque do novo PPA fica por conta do aprofundamento do caráter transversal dos compromissos dos programas de governo

sequência ao ciclo de planejamento, que é, por natureza, retroalimentado. Quanto mais aderência houver entre o planejado e o executado, melhor a qualidade dos instrumentos de planejamento, evitando a necessidade de revisões frequentes, embora estas estejam previstas. Os PPA são instrumentos de políticas que podem, a médio e longo prazo, alterar realidades sociais e econômicas.

C&P – Quais as prioridades do governo para o PPA 2016/2019?

RMB – O componente estratégico do PPA considerou o Plano de Governo Participativo (PGP) do governador Rui Costa, dentre outros insumos, que nortearam a elaboração das diretrizes estratégicas de governo, publicados no Decreto nº 16.014, de 20 de março de 2015. Estas diretrizes serviram de inspiração para a elaboração dos 14 temas estratégicos, que são, na realidade, grandes áreas em que o estado pretende atuar durante a vigência do PPA e para além dele. Os temas estratégicos são Pobreza,

inclusão socioproductiva e mundo do trabalho; Desenvolvimento rural e agricultura familiar; Desenvolvimento urbano e rede de cidades; Saúde e assistência social; Educação, conhecimento, cultura e esporte; Segurança pública cidadã; Consolidação e diversificação da matriz produtiva estadual; Infraestrutura para o desenvolvimento integrado e sustentável; Inserção competitiva e integração cooperativa e econômica nacional e internacional; Meio ambiente, segurança hídrica, economia verde e sustentabilidade; Mulheres, gênero e diversidade; Igualdade racial e identidades; Geração, cidadania e direitos humanos; e Gestão governamental e governança socioeconômica. Ainda assim, as prioridades estão localizadas nas áreas de educação, saúde e segurança pública – além de investimentos estruturantes como a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), o Porto Sul, a Hidrovia do Rio São Francisco e o Sistema Viário Oeste (SVO), do qual faz parte a ponte que liga Salvador à Ilha de Itaparica.

C&P – Qual é o cenário prospectivo, do ponto de vista econômico e social, vislumbrado pelo PPA para a Bahia em médio prazo?

RMB – No médio prazo, o cenário já traz perspectivas interessantes para a socioeconomia baiana que provavelmente acontecerão de forma quase inexorável. No nosso estudo, as consideramos como tendências consolidadas, e englobam diversas áreas relevantes, como demografia, educação, saúde, segurança, infraestrutura, logística, produção, comércio, dentre outras. Alguns exemplos: na área social, vislumbra-se na educação que vivemos a universalização do

Há desafios para a produção em virtude da manutenção das dificuldades apresentadas pelos campos maduros de petróleo, mas, por outro lado, existem perspectivas claras de expansão da oferta de gás natural na Bahia

ensino fundamental para a população de 6 a 14 anos. As leis de proibição do trabalho infantil, as políticas contra o analfabetismo e as condicionalidades dos programas sociais que exigem matrícula e frequência à escola são forças aliadas na educação de crianças e jovens, segundo a Constituição federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente. No entanto, permanecerá elevado o desafio da evasão escolar no ensino médio. Esse tipo de informação é importante para o direcionamento e formulação das políticas públicas. Para a economia, o cenário aponta para claros indícios de expansão e melhoria da infraestrutura estadual. No setor energético, verifica-se a consolidação dos parques eólicos e o início da estruturação da cadeia de geração solar no estado. Há desafios para a produção em virtude da manutenção das dificuldades apresentadas pelos campos maduros de petróleo, mas, por outro lado, existem perspectivas claras de expansão da oferta de gás natural na Bahia.

Quanto mais aderência houver entre o planejado e o executado, melhor a qualidade dos instrumentos de planejamento, evitando a necessidade de revisões frequentes, embora estas estejam previstas

C&P – A crise econômica por que passa o país pode dificultar esses resultados?

RMB – Certamente, o aperto fiscal ao qual a União e, consequentemente, os estados estão submetidos faz com que a gestão dos gastos públicos seja ainda mais criteriosa. Não se deve, contudo, interromper programas sociais e investimentos já estabelecidos, uma vez que estes cortes serviriam apenas para agravar ainda mais a situação da economia. Pensar formas de desonerar os investimentos e atraí-los para outras regiões ajudaria também a reduzir as assimetrias de arrecadação dentro do próprio estado. Nesse sentido é urgente repensar o pacto federativo e as formas de cooperação entre os entes federados, que se desarticularam totalmente com as disputas oriundas da guerra fiscal. Há muito não se houve falar de uma política para o Nordeste em que os estados pensem conjuntamente suas questões e desafios.

C&P – Como será feito o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação do PPA?

RMB – A Superintendência de Monitoramento e Avaliação (SMA) da Seplan é responsável pelo acompanhamento, monitoramento e avaliação do PPA. Essas atividades englobam o monitoramento das iniciativas, metas e indicadores dos programas do PPA, por meio das ações orçamentárias (AO), e a avaliação de programas e de indicadores dos programas como forma de aferir sua consistência com o plano. Para esse PPA 2016-2019, a SMA está propondo o monitoramento em rede, que visa contar com

a articulação de três instâncias do estado – a operacional, a político-institucional e a político-estratégica –, em busca de uma responsabilidade compartilhada por toda a administração do estado. A SMA gera diversos produtos relacionados às atividades desempenhadas no PPA. Destacam-se os relatórios gerenciais de acompanhamento trimestral, que são trimestrais e evidenciam a execução financeira e física dos programas do PPA, subsidiados por informações que as setoriais e seccionais lançam no Fiplan sobre a execução física das ações orçamentárias. Também há o relatório de avaliação parcial do PPA (Rappa), que tem como objetivo apresentar os resultados alcançados, comparando-os com a proposta inicial, com destaque para os valores, metas atingidas, produtos e territórios de identidade. Por fim, a avaliação inicial dos programas do PPA, que analisa aspectos relacionados à concepção, planejamento e gestão que poderiam impactar o desempenho dos programas do PPA.

Por fim, a avaliação inicial dos programas do PPA, que analisa aspectos relacionados à concepção, planejamento e gestão que poderiam impactar o desempenho dos programas do PPA

C&P – Como promover a ligação entre o plano de longo prazo e o plano plurianual?

RMB – Certamente esse PPA amadureceu e deu saltos metodológicos que o robusteceu. Houve grande participação dos atores do estado e da sociedade civil nas etapas de elaboração. Entendemos ainda que o plano está em processo contínuo de aprendizado para que o próximo PPA, de 2020-2023, seja ainda melhor. Nesse sentido, os próximos PPAs, com seu conjunto de políticas públicas, ajudarão a conformar a Bahia que desejamos no futuro. Para nos auxiliar na construção dessa visão de futuro, elaboramos os cenários prospectivos, documento que está no prelo e em breve será publicado, que conformou cenários de médio e longo para o estado – servindo de norte para a formulação da base estratégica que alicerçou o PPA 2016-2019. Também faz parte do nosso planejamento como superintendência a elaboração do Plano Estratégico para Bahia, que acenará para onde as políticas públicas devem caminhar, visando à consolidação dessas conquistas. Muito se avançou, mas reconhecemos que são grandes os desafios. Portanto, essa é a grande função e importância do ciclo de planejamento do estado.

C&P – Que mudanças estruturais podem se dar na sociedade baiana a partir do PPA?

RMB – O estudo dos cenários prospectivos apontou algumas possibilidades de mudanças na socioeconomia do estado a partir de 2030. Por exemplo, no aspecto demográfico, a Bahia seguirá a tendência nacional em que a população crescerá a

taxas decrescentes ao longo das próximas décadas. Isso ocasionará a redução do número de jovens e a ampliação do número de idosos. Esses elementos demográficos são relevantes, já que ajudam a determinar o tamanho da força de trabalho e a direção das políticas públicas que visam atender, em um breve futuro, uma população envelhecida – o que trará impactos nos sistemas previdenciário, de saúde e na assistência social, por exemplo. Espera-se, pelo conjunto de políticas públicas que estão sendo realizadas na área, que os agricultores familiares baianos apresentem maiores ganhos de produtividade e de incorporação de tecnologias, ampliando suas possibilidades de inserção no mercado e tornando-os menos dependentes dessas políticas. Vislumbra-se ainda melhoria gradual da desigualdade na distribuição pessoal da renda e melhoria de oportunidades educacionais qualificadas e contextualizadas.

C&P – Mesmo com os avanços ocorridos nos últimos anos, as demandas sociais ainda são muito fortes. Como se dá o processo de inclusão dessas demandas no plano?

RMB – As demandas da sociedade foram incorporadas por meio do processo de escutas sociais, que, para este PPA 2016-2019, sofreu algumas modificações metodológicas, ocorrendo em duas dimensões: a territorial, que envolve os Codeters, e a setorial, que envolve os conselhos estaduais e entidades empresariais – antes era apenas territorial. As propostas da sociedade oriundas dessas dimensões, em visitas de escutas aos 27 territórios

O governo estadual vai enviar para as entidades participantes do processo devolutivas e realizar plenárias para apresentar nos 27 territórios as suas metas para os próximos quatro anos em cada um deles

de identidade, foram consolidadas e incorporadas no Fiplan, e as secretarias as utilizaram como insumos para a formulação dos programas, compromissos e metas do PPA. As secretarias também associaram as propostas estratégicas aos compromissos e metas do PPA, a fim de permitir a emissão de relatórios sobre o seu aproveitamento na formulação do PPA (inclusão/não inclusão) e futura execução dos programas através do monitoramento das leis orçamentárias anuais (LOA). O governo estadual vai enviar para as entidades participantes do processo devolutivas e realizar plenárias para apresentar nos 27 territórios as suas metas para os próximos quatro anos em cada um deles.

C&P – Quais são as maiores dificuldades, além da questão financeira, para o alcance das metas estabelecidas no plano?

RMB – Garantir que a transversalidade dos programas ocorra, que as ações orçamentárias sejam aderentes ao que foi projetado, que

informações sejam captadas para alimentar o sistema de monitoramento e avaliação, que o plano seja realmente utilizado como instrumento orientador da ação pública, enfim, que o ciclo de planejamento seja plenamente atendido. Isso, inclusive, colabora para a racionalização de recursos, ou seja, pode-se fazer mais com menos.

C&P – Tem havido uma estreita correlação dos orçamentos anuais com o PPA?

RMB – Nos governos em que o PPA foi tratado como peça orçamentária esse afastamento era latente. À medida que fortalecemos o plano como instrumento de planejamento, ele vem se tornando cada vez mais exequível. A Superintendência de Planejamento Estratégico (SPE), guardiã do PPA, e a Superintendência de Orçamento Público (SPO), responsável pela elaboração das LOAs, promoveram diálogos pensando nessa adequação. Dessa forma, com a retomada do planejamento do estado, a partir do governo Wagner, a ligação entre PPA e orçamento ficou mais clara, cada instrumento cumprindo o seu papel na sua respectiva temporalidade: PPA quatro anos e orçamento anual. Um orçamento lastreado no PPA possibilita o atendimento das demandas sociais com maior transparência das nossas atividades à sociedade.

C&P – Há dois projetos que podem mudar o processo de desenvolvimento da Bahia: a Ferrovia Oeste-Leste e a ponte Salvador-Itaparica. Quais os impactos, em termos de desconcentração espacial e econômica, desses projetos?

RMB – Há claros indícios de expansão e melhoria da infraestrutura estadual. A logística de transporte, por exemplo, já vem ocorrendo com os investimentos do Programa Estadual de Logística de Transporte (PELT II), gerando, com isso, maior integração do sistema rodoviário com o hidroviário. Ocorrerá, também, a dinamização do Sistema Viário do Oeste, com a criação da ponte Salvador-Itaparica, que provocará impactos em 45 municípios da RMS, Recôncavo e baixo sul do estado, sendo importante para a interiorização do desenvolvimento e a expansão imobiliária e do turismo. Nesse sentido, a FIOLE ajudará a reduzir os custos de transporte na Bahia, que são muito concentrados no modal rodoviário, assim como poderá atrair novos investimentos para as regiões, uma vez que se eliminem esses gargalos estruturais. Essas obras certamente reforçariam os interesses do estado em diversificar a matriz produtiva, assim como interiorizar o desenvolvimento.

C&P – A crise econômica pode atrasar a conclusão desses projetos?

RMB – Como economista, trago sempre a percepção de crises como componentes do próprio sistema capitalista, são iminentes do sistema, ainda que o senso comum insista em apregoar o contrário. A ideia de caos ou crise profunda pode estar beneficiando alguns segmentos da sociedade, particularmente o segmento rentista, parasitário, que se alimenta das altas taxas de juros, em detrimento do

Essas obras certamente reforçariam os interesses do estado em diversificar a matriz produtiva, assim como interiorizar o desenvolvimento

setor produtivo. Não quero dizer com isso que não haja crise, mas, observando os indicadores econômicos, noto que a precipitação da crise econômica foi motivada por uma crise política. Até 2014 não havia sinais tão duros de agravamento. Havia, sim, a necessidade de ajuste pelo próprio processo de desenvolvimento que o país vinha experimentando. Como é possível colocar 40 milhões de brasileiros na classe C e não fazer ajustes para atender às demandas dessa nova classe? Porém, a crise política amplificou a crise econômica, na acepção da professora Leda Paulane, com verdadeiro terrorismo econômico e, assim, emparedou o governo na direção de ajuste maior que o necessário, aprofundando ainda mais a crise. Mas, ao que tudo indica, a confiança demonstra já estar sendo retomada, e o governo segue sem cortar os programas econômicos. Veja o governo da Bahia, garantindo os investimentos, cuidando das encostas em Salvador e atuando ainda mais no interior do estado.

C&P – Em sua opinião, 2016 ainda será um ano difícil para a Bahia e para o Brasil?

RMB – Possivelmente. Tudo depende da direção da política macroeconômica nacional, principalmente no que se refere ao papel da taxa de juros, que tem forte impacto na atividade econômica. Na última reunião do Copom, essa taxa não se elevou. O câmbio parece que está convergindo para o equilíbrio, e isso ajuda a reduzir a incerteza. Por outro lado, espera-se que o resto do mundo vá, pouco a pouco, recuperando-se dessa grande crise, que, como disseram alguns especialistas, seria profunda e duradoura, para que nossas exportações, baseadas em *commodities*, assegurem menores assimetrias na balança comercial.

C&P – Os indicadores previstos no PPA serão capazes de refletir a real situação das ações realizadas?

RMB – Temos a expectativa de que os indicadores de programas permitam identificar e aferir aspectos relacionados aos objetivos dos programas, materializados nos compromissos. Esses indicadores buscam mensurar, portanto, a variação da realidade como aproximação do resultado das ações de governo durante a vigência do PPA. O processo de formulação e validação se deu com a participação da SEI, Seplan e das secretarias, e consideramos que estejam mais aderentes aos programas. Ainda assim, é bom lembrar que esses indicadores podem receber influências de outras ações, além daquelas implementadas pelo governo estadual.



Dinâmica de crescimento recente da agricultura baiana

Carla do Nascimento*
Jorge Tadeu D. Caffé**

O setor agrícola baiano assumiu posição privilegiada em termos de produção, produtividade, volume de exportação, valor na balança comercial e participação positiva no PIB entre os anos de 2000 e 2013. O valor agregado agropecuário baiano cresceu 4,5% ao ano, contra 3,7% da economia no período citado. A presença do agronegócio na geração de divisas também tem sido expressiva, com saldo comercial que atingiu US\$ 3,45 bilhões em 2013. Ao mesmo tempo, a agricultura foi responsável pelo emprego e ocupação de 1,6 milhão de pessoas. A expansão do setor agropecuário baiano proveio especialmente de três frentes: expansão da fronteira agrícola, crescimento da produtividade total dos fatores e financiamento agrícola.

Durante o período 2000–2013, a produção baiana de grãos expandiu-se substancialmente, aumentando de 3,8 milhões para 6,2 milhões de toneladas. A área colhida apresentou uma evolução relativamente modesta, crescendo de 2,4 milhões para 2,7 milhões de hectares. O rendimento médio da produção de grãos, por sua vez, saltou de 1.568 toneladas para 2.316 toneladas por hectare, destacando-se como principal fator responsável pela expansão da produção.

Diante das evidências altamente positivas para a economia baiana, o presente artigo centrou sua atenção na análise do desempenho da produção agrícola baiana no período compreendido entre 2000 e 2013, enfatizando o papel do

Estado no financiamento da agricultura e a questão da produtividade. Para tanto, foram utilizados dados da pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (BCB).

Além desta introdução e das considerações finais, o artigo conta com mais duas partes. Na primeira, aborda-se o papel do Estado no desenvolvimento da agricultura, enfatizando-se o financiamento rural. Na segunda, analisam-se o desempenho das principais culturas agrícolas baianas e sua produtividade, percorrendo os principais estudos sobre o tema.

POLÍTICA AGRÍCOLA E PRODUTIVIDADE

A agricultura é um setor que influencia de forma direta o desenvolvimento econômico, contribui para o crescimento do produto interno bruto (PIB) e desempenha papel estratégico na geração de emprego e renda. O setor também colabora para o equilíbrio das contas externas do país e, ao mesmo tempo, eleva a oferta de alimentos à população e reduz a situação de pobreza e desigualdade, resultando daí a sua importante função social.

* Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). carlajanira@sei.ba.gov.br

** Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Analista técnico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). tadeu@sei.ba.gov.br

Qual é o papel do Estado no desenvolvimento da agricultura brasileira? Recorrendo-se à história, constata-se que o Estado atuou por meio de políticas, subsídios e incentivos voltados para o crescimento e o desenvolvimento do país. No entanto, havia muitas distorções na distribuição de recursos, pois a maior parte ficava com os grandes proprietários de terras, enquanto que a massa dos agricultores permanecia com a menor parcela.

Os instrumentos utilizados pelo Estado, como a política econômica, de ordenamento territorial, trabalhista e previdenciária, de crédito, de infraestrutura, logística, ambiental etc., viabilizam não somente a origem, mas também a dinâmica e a expansão agrícola (LEITE; WESZ JR., 2014). Segundo Lamounier (1994), “[...] a política agrícola é o conjunto das ações de governo dirigidas de forma específica ao setor agropecuário, tendo por objetivos: a) reduzir os custos de produção [...]; b) estabilizar a renda do produtor; e c) prover crédito”.

As políticas agrícolas no Brasil vigentes após 1965 foram concebidas para viabilizar a incorporação de máquinas, equipamentos e outros insumos nas atividades agropecuárias, bem como para a utilização de instrumentos de política econômica que haviam ficado em desuso até então quando se tratava da agricultura nacional. O programa de ação econômica do governo previa o aumento da capacidade de armazenagem, os incentivos à utilização de fertilizantes e a obtenção de sementes melhoradas. Os produtores passaram a receber apoio do Estado, com a concessão de créditos destinados a melhorar a infraestrutura produtiva.

Nessa época foi editada a Lei 4.289, que instituiu o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), iniciando, assim, um período de expansão da produção e de modernização da agricultura no Brasil. O Estado tinha um papel interventor na política agrícola, decorrente das reformas estruturais da economia ocorridas na metade da década de 1960. Segundo Vieira (2014), quando a industrialização se completou e se iniciou o processo específico da industrialização da agricultura, o principal instrumento utilizado foi o crédito agrícola concedido com grande subsídio, que chegava a taxas de juros negativas em decorrência do processo inflacionário da época.

O objetivo do Estado ao viabilizar o instrumento do crédito rural era liberar mão de obra para suprir o novo parque industrial; produzir alimentos baratos para a crescente população urbana; ampliar o mercado de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas fabricados pela indústria nacional; produzir matéria-prima para a agroindústria; e obter excedentes exportáveis para equilibrar o balanço de pagamentos e, consequentemente, modificar a sociedade rural (VIEIRA, 2014).

Ainda segundo o autor,

[...] a agricultura tornou-se subordinada ao capital, ligada diretamente à produção industrial, ou seja, o setor da agricultura passou a ser um alvo das indústrias, que procuraram aplicar seu capital vendendo insumos e comprando as mercadorias produzidas pelo setor. [...] o crédito rural subsidiado, que permitiu reunificar os interesses das classes dominantes em torno da estratégia de modernização conservadora da agropecuária brasileira, como também possibilitou ao Estado restabelecer o seu poder regulador macroeconômico, lembrando que, além dos créditos rurais, as isenções fiscais também foram consideradas instrumentos do poder público (VIEIRA, 2014, p. 17).

Na década de 1970, impulsionada por uma política de créditos facilitados, a agricultura brasileira não apenas respondeu às demandas da economia como foi profundamente alterada em sua base produtiva. O grande crescimento do uso de tecnologia mecânica, de defensivos e de adubos, a presença da assistência técnica, o monumental êxodo rural, a maior complexidade da indústria, a expansão do sistema rodoviário brasileiro e o aumento das exportações de produtos agrícolas transformaram o campo.

A agricultura incorporou mudanças significativas, uma grande interdependência em relação à indústria, além de uma estrutura complexa, heterogênea e multideterminada, constituída por vários segmentos: os complexos agroindustriais (CAIs). (VIEIRA, 2014, p.15).

Foi nesse período que o governo brasileiro criou (em 1973) a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão

Rural (Embrater), visando aumentar a produção e as exportações agrícolas. Ainda hoje, a Embrapa promove a execução de pesquisas agrícolas e agroindustriais para garantir a sustentabilidade do agronegócio, contribuindo para que o Brasil alcance liderança em agricultura tropical e mantenha sua posição no mercado mundial de alimentos, fibras e bioenergia. A política agrícola, da maneira como foi estruturada nesse período, beneficiou os setores mais concentrados em detrimento dos pequenos agricultores, que tinham precário acesso ao financiamento público.

Nos anos 1980, com a crise econômica (endividamento externo, redução do fluxo de poupança e do investimento estrangeiro no país e aumento da inflação), houve redução dos gastos públicos e, conseqüentemente, do crédito rural. Para estimular as exportações e a produção de alimentos foi criada uma política de preços mínimos.

Esta política garantia aos produtores ganharem uma renda mínima por uma produção, com isso eram evitadas as oscilações do mercado e ela foi completada com iniciativas como os Empréstimos do Governo Federal (EGF) e a Aquisição do Governo Federal (AGF). (VIEIRA, 2014, p. 21).

No entanto, essa política, segundo Araújo e outros (2007), causou distorções que acabaram reduzindo a quantidade de alimentos exportáveis, como consequência dos impostos sobre as exportações, que visavam garantir a oferta doméstica.

A partir de 1986, evidenciaram-se a retirada gradual da intervenção estatal e a maior integração entre os diferentes elos da cadeia agroindustrial¹. A atuação do governo passou a ser mais seletiva, focalizando a agricultura familiar e o financiamento do investimento através do BNDES.

Com o crescimento da inflação ao final dos anos 1970, reduz-se o volume de depósitos à vista à disposição do crédito rural, muito embora as autoridades monetárias tenham elevado sistematicamente o nível das exigibilidades. Também se reduz as possibilidades de recursos externos, dado o risco crescente de moratória ao longo dos anos 1980 e 1990. Por último, os recursos do Tesouro Nacional também vão escasseando, dada a crise fiscal do Estado. À parte da redução total de recursos à disposição do crédito rural, são introduzidas algumas novas modalidades com o objetivo de ampliar o alcance da política agrícola em vista da escassez de crédito dos anos 1980. Assim, em 1995, é criada a caderneta de poupança rural, exclusiva dos bancos públicos e destinando um mínimo de 65% dos seus recursos para o agronegócio. Mais tarde, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), novos recursos tributários são destinados aos fundos de investimento setoriais e regionais com aplicação prioritária no setor rural. Em 1992, o BCB regulamenta os fundos de aplicação em commodities e; em 1995, autoriza as empresas exportadoras a realizarem Adiantamento de Contratos de Câmbio (ACC) para o financiamento privado de fornecedores. Finalmente, nesse mesmo ano, introduz-se na rotina do BNDES utilizar recursos compulsórios do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para empréstimos na linha de investimento e, mais tarde, no Pronaf. (BELIK, 2015, p. 23).

Observou-se que, ao longo da década de 1980, o Estado adotou uma visão mais social nas políticas públicas, que, no entanto, não obtiveram o efeito dinâmico na agricultura como nos anos 1960 e 1970.

Na década de 1990, a abertura da economia e a queda de barreiras à importação colocaram o agronegócio em segundo plano no contexto da política econômica. A partir daí, a reestruturação agroindustrial avançou segundo os interesses particulares de setores e grupos não agrários.

Com a estabilização dos preços pós-1994 e a taxa de câmbio em patamar relativamente elevado, os volumes de crédito voltaram a subir. Produção e crédito tornaram-se altamente correlacionados, o que influenciou positivamente a “[...] Produtividade Total dos Fatores (PTF), pois além do melhor acesso às tecnologias ocorria também uma melhor combinação dos fatores” (BELIK, 2015, p.34).

¹ O principal ativo do agronegócio brasileiro foi a construção de cadeias produtivas complexas, com ramificações que começam na produção de commodities e se estendem à geração de tecnologia, redes privadas de financiamento e logística, industrialização, inovação de produtos e comercialização final. Algumas são mais coordenadas e integradas, como a da avicultura, suinocultura, tabaco, suco de laranja e suco de alcaçofes; outras menos articuladas, como a do café, fruticultura irrigada, floricultura, carne bovina, cacau e grãos (SEMENTES FISCALIZADAS, 2015).

Em 1996, por meio do Decreto 1.946, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), cujo intuito era financiar, a taxas diferenciadas de juros, as atividades agropecuárias e não pecuárias exploradas pelo produtor rural e sua família.

Fruto das reivindicações dos próprios trabalhadores rurais, representados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, o Pronaf foi implantado [...] com o propósito de contribuir para o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda dos agricultores familiares, tendo como premissa básica que o fortalecimento dos agricultores familiares é uma condição essencial para o desenvolvimento rural sustentável do País. Em 1999, objetivando-se dar maior ênfase ao Programa, ele foi deslocado para a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). (COUTO FILHO; CERQUEIRA, 2002, p.51).

Nesse contexto, enquanto o SNCR concentrava-se nas grandes propriedades rurais, o Pronaf incluía os pequenos agricultores no financiamento rural.

A partir do ano 2000, foram adotados critérios mais rígidos na concessão dos empréstimos pelos agentes financeiros. O crédito permitiu que a produção avançasse, mas, ao mesmo tempo, provocou enormes distorções causadas pelo crescente nível de subsídio nas operações. Isso porque havia um enorme desperdício de recursos, pois a política de juros subsidiados não era um instrumento eficaz de incentivo e acarretava altos custos para o governo e a economia.

Por outro lado, o câmbio apreciado levou à perda de competitividade no setor agropecuário a partir de 2005. Porém, o crescente aumento dos preços agrícolas no mercado internacional contribuiu para sustentar a rentabilidade financeira da produção. Outro fator observado foi o crescimento dos países emergentes, elevando a demanda por alimentos, fibras e biomassa energética.

Atualmente, a política agrícola brasileira baseia-se no crédito rural com juros controlados; programas de investimento; seguro rural de produtividade e mecanismos de garantia de preço. Os subsídios são restritos. A ampliação

Atualmente, a política agrícola brasileira baseia-se no crédito rural com juros controlados; programas de investimento; seguro rural de produtividade e mecanismos de garantia de preço

do crédito ofertado pelo SNCR deu suporte à grande expansão observada na produção agrícola recente. O Estado está intervindo de diferentes formas, promovendo políticas públicas voltadas não somente para a questão econômica, mas também para uma visão sustentável de mercado. As ações atuais são a continuidade da forma de atuação do Estado nas políticas públicas convencionais, mas com o detalhe importante de estarem voltadas tanto aos valores econômicos quanto aos aspectos sociais.

Ressalta-se, portanto, que a ampliação do financiamento da agricultura a partir da década de 2000 foi um dos elementos propulsores para o aumento da produtividade dos principais produtos agrícolas. Outros fatores também contribuíram para esse desempenho, tais como o aumento da demanda por produtos agrícolas e os investimentos em pesquisas. Segundo Gasques e Bastos (2014), “[...] juntamente com o crédito rural e com as exportações, a pesquisa tem forte impacto no aumento da produtividade agropecuária. Seus impactos têm sido considerados um dos fatores determinantes do crescimento do agronegócio no Brasil” (GASQUES; BASTOS, 2014).

DESEMPENHO DA AGRICULTURA BAIANA, CRÉDITO AGRÍCOLA E PRODUTIVIDADE

O setor agrícola baiano apresentou desempenho bastante positivo em termos de produção, produtividade, volume de exportação, peso na balança comercial e participação no PIB entre 2000 e 2013. Assim, o valor agregado

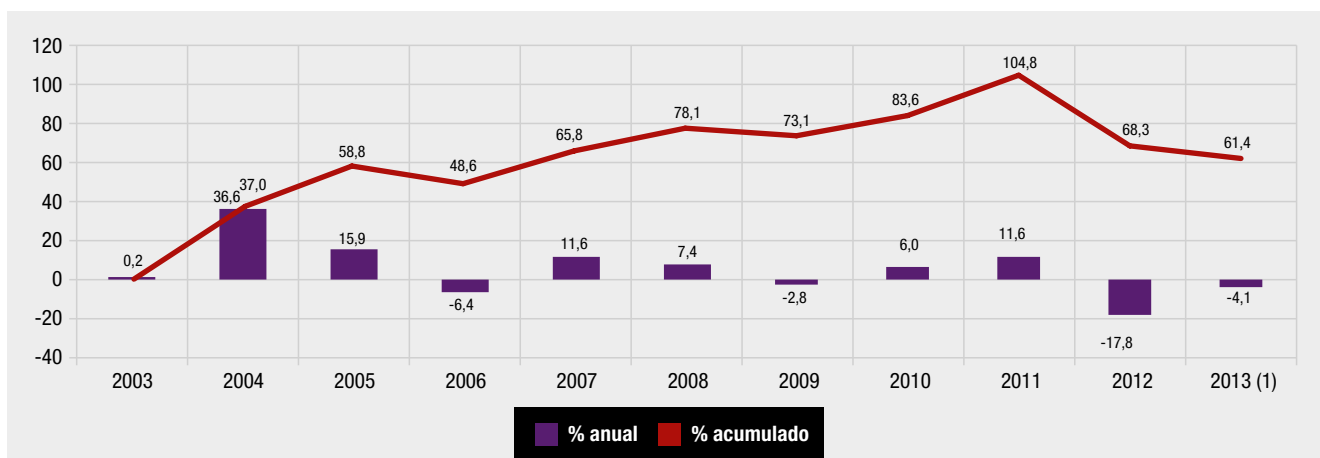


Gráfico 1

Valor agregado bruto da agricultura, silvicultura e exploração florestal – Bahia – 2003-2013

Fonte: Coordenação de Contas Regionais e Finanças Públicas/SEI.

Notas: 1) Dados preliminares sujeitos a retificação.

2) Base 2002 = 100.

agropecuário baiano cresceu 4,5% ao ano, contra 3,7% da economia no período em análise. Ainda ao longo do período considerado, a agropecuária baiana teve expansão média superior à verificada na economia global do estado. Considerando-se apenas agricultura, silvicultura e exploração vegetal (excluindo-se a pecuária), o crescimento médio foi de 4,5%, acumulando uma taxa de 61,4% no período 2003-2013² (Gráfico 1).

A presença do agronegócio na geração de divisas também tem sido expressiva para a economia baiana, com saldo comercial proporcionado de US\$ 3,97 bilhões em 2013. Como consequência do aumento da demanda mundial de alimentos, o valor das exportações do agronegócio ascendeu 483,2%, com um crescimento médio de 14,5% a.a., entre 2000 e 2013 (Gráfico 2). A magnitude do resultado do agronegócio baiano pode ser explicada também pela expansão dos preços agrícolas no mercado internacional.

Acompanhando o excelente desempenho das *commodities* agrícolas, a agricultura baiana foi responsável pela ocupação da força de trabalho de 1,6 milhão de pessoas em 2013, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2013)³.



Gráfico 2

Exportações do agronegócio – Bahia – 2000-2013

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 26/5/2015.

Elaboração: SEI/CAC.

Outro aspecto a ser destacado é que o crescimento do setor agropecuário baiano não decorreu apenas da expansão da fronteira agrícola, mas, sobretudo, do significativo aumento da produtividade total dos fatores, beneficiado pelo financiamento agrícola.

Considerando-se a participação da Bahia no crédito agrícola em relação ao total ofertado pelo SNCR, constata-se que houve um aumento de 2,4 pontos percentuais no período 2000-2013 (Gráfico 3). Nesta análise são considerados apenas os valores⁴ referentes ao crédito destinado à agricultura.

2 As informações para o valor agregado da agricultura, silvicultura e exploração florestal estão disponíveis apenas a partir de 2002.

3 Pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por agrupamento de atividade do trabalho principal.

4 O crédito rural divulgado pelo SNCR é dividido em duas atividades: agrícola e pecuária. Os dados expressos em unidades monetárias foram deflacionados pelo IGP-DI da FGV tendo por base o ano de 2013.

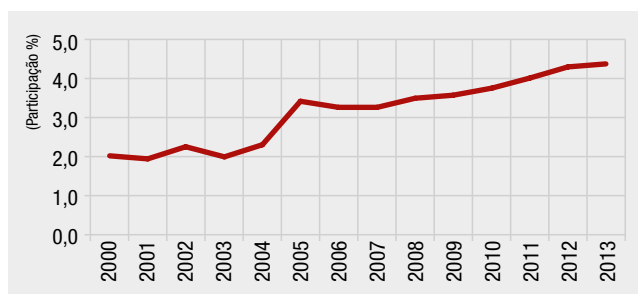


Gráfico 3
Participação da Bahia no crédito agrícola ofertado pelo SNCR 2000-2013

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural (2000-2013).
Elaboração própria.

Historicamente, a implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) no estado da Bahia ocorreu da mesma forma que nas demais regiões do país. A partir de 1965, para tornar a agropecuária mais produtiva e eficiente, o estado recebeu grande volume de recursos, que foram direcionados para culturas tradicionais, especialmente o cacau, no sul do estado. Com a redução do crédito rural no início da década de 1980, a Bahia passou por um longo período de escassez de financiamento público. A retomada ocorreu a partir da segunda metade da década de 1990, com o surgimento do Pronaf e a exploração de novas regiões e culturas, em especial a soja, no oeste; a fruticultura irrigada, no Vale do São Francisco; e a cana-de-açúcar, no Recôncavo baiano (LIMA, 2012).

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2003) evidenciou as mudanças ocorridas na agricultura baiana e o papel do Estado a partir de 1980:

As principais transformações da economia rural baiana transcorreram desde a década de 1980, como parte de um movimento de mercantilização de terras que se identifica com o fim de subsídios financeiros à lavoura, em 1986, com a realização das pesquisas sobre o cerrado e com projetos de irrigação. A irrigação, compreendidas aí as suas diversas formas técnicas e sociais, torna-se uma referência necessária da mobilização de recursos para projetos. Mas a irrigação tanto entra como um fator de incremento de resultados físicos como um fator de desequilíbrio ambiental a ser examinado.

Vinte anos depois, firmou-se um processo de expansão capitalista diferenciado, com segmentos de grande capital e com capitais de médio e pequeno porte, dedicados à produção de mercadorias exportáveis e com uma imensa maioria de pequenos produtores e de trabalhadores sem terra, que oscilam entre explorações deficitárias de pequenas glebas, ocupação temporária nas propriedades de grande porte. O papel do Estado foi fundamental nesse conjunto, mediante a viabilização da produção irrigada, com infraestrutura, pesquisa e assistência técnica. A perda de capacidade de investir do Estado ao longo da década de 80 e as políticas da década de 90 tornaram inviável a continuação desse modelo de desenvolvimento rural conduzido, passando a depender de impulsos induzidos e de ações mais eficazes e coordenadas. (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2003, p. 29).

A partir de 1995, o governo baiano também intensificou ações que criaram estímulos à agropecuária através de programas de melhoria de competitividade nos negócios, recuperação e modernização de setores agropecuários, como cacau, café e pecuária, implementação de projetos de desenvolvimento sustentável e direcionamento de recursos emergenciais para áreas atingidas pela seca (LIMA, 2012).

Ainda segundo Lima (2012), existe grande concentração de crédito na região do extremo oeste baiano e em poucos municípios que sempre estiveram ligados às atividades agropecuárias de melhor desempenho no estado.

Tomando como base o ano de 2006, aproximadamente, 60% do volume do crédito rural está concentrado em vinte municípios do estado. Nessa direção, além da heterogeneidade – quanto aos fatores de produção –, os municípios da Bahia também são bastante desiguais no que tange o acesso e utilização do crédito rural. (LIMA, 2012, p. 14).

Em outro estudo, os autores observam que “[...] uma análise mais aprofundada mostra que o crédito rural pode não estar concentrado, mas direcionado para os municípios mais produtivos” (LIMA; ALMEIDA, 2014, p. 135).

Poucos municípios conseguiram desenvolver seu setor produtivo e já produzem em condições competitivas.

Apesar disso, a produção agropecuária desses municípios é baseada em poucas culturas de interesses econômicos. Dentre essas culturas, destacam-se a soja, algodão, cana-de-açúcar e vários tipos de frutas. Por outro lado, a maioria absoluta dos municípios do estado tem a agropecuária gerida de forma tradicional (baseados no trabalho humano e sem métodos adequados ou tratamento do solo) e com baixa produtividade. Nesses municípios, a agropecuária é basicamente de subsistência, extensiva e sem preocupação com a comercialização dos produtos. Mesmo considerando essas questões, não foi possível ordenar a eficiência técnica dos municípios. (LIMA; ALMEIDA, 2014, p. 210).

O Gráfico 4 ilustra que a participação do crédito agrícola no valor adicionado da agricultura baiana aumentou 39,5 pontos percentuais ao longo do período analisado. Ou seja, o crédito agrícola expandiu-se 604,7%, enquanto o valor agregado da agricultura cresceu 61,2% nesse período. No entanto, o aumento foi desigual entre as culturas, pois os recursos estavam direcionados a poucos produtos.

Em suas conclusões, Lima (2012) destaca que, “[...] embora o crédito rural possa potencializar o papel de alguns insumos de produção – principalmente nos municípios com maior concentração de crédito rural –, o índice de eficiência não foi afetado com a retirada da variável crédito rural”.

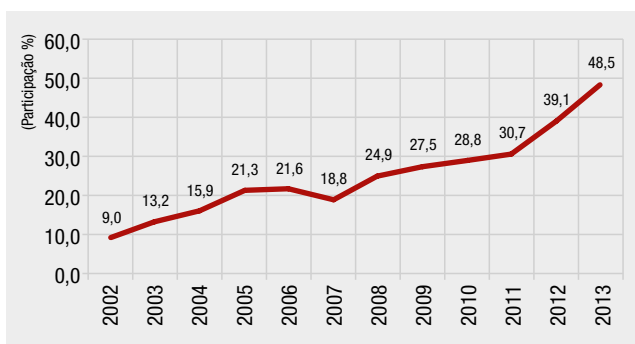


Gráfico 4
Participação do crédito agrícola ofertado pelo SNCR para Bahia no valor adicionado da agricultura baiana – 2002-2013

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural (2000-2013).
Nota: Dados do valor adicionado obtidos na SEI/Coref.
Elaboração própria.

Em estudo sobre produtividade, Gasques e outros (2014) afirmam que “[...] a maior parte dos ganhos de produtividade desses fatores [trabalho, terra e capital] é proveniente do uso mais intensivo de fertilizantes, máquinas e equipamentos, e, em certas áreas, do uso de irrigação”. Ainda segundo os autores, “[...] Minas Gerais, Bahia e Goiás são os que mais tiveram aumento da PTF [...]. A Bahia [...] vem reduzindo acentuadamente atividades como feijão e mandioca, e expandindo a participação de frutas, algodão e soja”.

Os elevados volumes de produção e os preços favoráveis contribuíram para o aumento da produtividade na agricultura dos estados, entre eles a Bahia. Mas outro aspecto essencial foi o volume crescente dos recursos financeiros mobilizados. Assim, Gasques e outros (2014) destacam que o aumento da produtividade decorre “[...] de um conjunto amplo de ações que envolvem políticas macroeconômicas e políticas setoriais”.

A análise sobre produção, rendimento e produtividade da agricultura baiana, no período de 2000 a 2013, está exposta na próxima seção.

PERFIL ATUAL DA AGRICULTURA BAIANA

A evolução da agricultura baiana está subordinada ao modelo geral da agricultura brasileira. Os avanços tecnológicos e o crédito modernizaram determinados cultivos e regiões dentro do estado, valorizando-os como *commodities*. Os dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) do IBGE entre 2000 e 2013 mostram que a organização produtiva da agricultura baiana está assentada majoritariamente na exploração de grãos para o mercado externo. As frutas são coadjuvantes ativas dessa arquitetura produtiva, cujos vínculos também extrapolam os limites do mercado interno, conectando-se com o mercado externo. Porém, ao lado desse quadro geral, pontuam cultivos alimentares, sobretudo o da mandioca⁵, que delineou uma forma de organização produtiva voltada

⁵ Disseminada em todo o estado da Bahia – segundo maior produtor nacional –, a mandioca encontrou na agricultura familiar sua maior expressão produtiva e de segurança alimentar, reunindo mais de 90% da produção, em 126,3 mil estabelecimentos agrícolas, segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006.

para o abastecimento do mercado interno e popular, não integrada aos formatos e às conexões comerciais e financeiras da economia global.

Não obstante o modo seletivo da modernização agrícola no país e no estado, a agricultura baiana se afigura com uma pauta bastante diversificada, catalogando 44 produtos de relativa importância setorial e territorial para a economia do estado. Vinte produtos provêm de cultivos temporários, e 24 se originam de produções permanentes. Os cultivos temporários abrangem abacaxi, algodão, alho, amendoim, arroz, batata-doce, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, feijão, fumo, girassol, mamona, mandioca, melancia, melão, milho, soja, sorgo, tomate. Já os permanentes, na maioria, frutas, envolvem abacate, banana, borracha, cacau, café, caqui, castanha-de-caju, coco-da-baía, dendê, goiaba, guaraná, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, palmito, pimenta-do-reino, sisal, tangerina, urucum, uva.

No período de 2000 a 2013, a área colhida com os 44 produtos acima relacionados cresceu a uma taxa anual de 0,11%, atingindo aproximadamente 4.310 mil hectares. A trajetória da curva da área em apreço se mostrou relativamente estabilizada, não obstante a ocorrência de estiagens generalizadas em determinados anos, que repercutiram negativamente na produção agrícola,

No período de 2000 a 2013, a área colhida com os 44 produtos acima relacionados cresceu a uma taxa anual de 0,11%, atingindo aproximadamente 4.310 mil hectares

sobretudo em relação aos cultivos de sequeiro, que dependem de chuvas regulares para a realização do ciclo produtivo (Tabela 1).

Quanto ao valor total da produção agrícola no período analisado, contabilizou-se aproximadamente R\$ 11.976 milhões, corrigidos pelo IGP-DI, para os 44 cultivos. As culturas temporárias contribuíram com 61,17% na formação do valor, ao passo que as permanentes participaram com 38,83%. A taxa média anual de crescimento do valor total das culturas foi de 2,22%. Os registros da série histórica considerada apontaram para o máximo de R\$ 14.450 milhões, em 2011, e o mínimo de R\$ 8.645 milhões, em 2001. Estabelecendo-se o ano de 2000 como base de comparação, constatou-se que o valor total da produção agrícola, a preços constantes, apresentou uma tendência positiva de crescimento ao longo da série histórica. Isto pode significar um aumento da produção com variação mínima de área colhida e, portanto, elevação do rendimento físico por hectare (Tabela 2).

É importante realçar que há uma forte concentração do valor da produção tanto para os cultivos temporários como para os permanentes. Em relação aos primeiros, algodão, feijão, mandioca, milho e soja representaram um percentual médio de 76,39% do valor da produção no período de 2000 a 2013 e seguiram uma trajetória contínua de participação acentuada no valor das culturas temporárias. Portanto, esses cinco produtos, que representavam 73,98% do valor em 2000, passaram a figurar com 84,63% em 2013 (Gráfico 5).

Tabela 1
Área colhida total – Bahia – 2000/2013

(Em mil hectares)

Ano	Culturas temporárias	Culturas permanentes	Total
2000	2.897.508	1.234.510	4.132.018
2001	2.486.527	1.241.229	3.727.756
2002	2.768.836	1.150.844	3.919.680
2003	2.998.995	1.164.386	4.163.381
2004	3.194.187	1.240.515	4.434.702
2005	3.377.939	1.249.340	4.627.279
2006	3.164.630	1.338.346	4.502.976
2007	3.144.021	1.344.790	4.488.811
2008	3.149.807	1.367.104	4.516.911
2009	3.204.374	1.328.578	4.532.952
2010	3.211.160	1.335.415	4.546.575
2011	3.188.647	1.383.363	4.572.010
2012	2.629.712	1.343.605	3.973.317
2013	2.924.092	1.274.503	4.198.595
Média	3.024.317	1.285.466	4.309.783

Fonte: IBGE–Produção Agrícola Municipal (PAM) – 2002/2013.

Tabela 2
Evolução do total valor da produção agrícola
Bahia – 2000/2013

(Em mil reais)				
Ano	Culturas temporárias (a)	Culturas permanentes (b)	Total (a+b)	%
2000	5.718.275	3.373.014	9.091.288	100
2001	4.944.059	3.701.107	8.645.166	95,09285852
2002	8.367.575	5.027.723	13.395.298	147,3421287
2003	7.049.334	4.185.599	11.234.933	123,5791112
2004	8.266.254	4.257.415	12.523.670	137,7546185
2005	6.213.141	4.089.792	10.302.933	113,3275402
2006	5.575.073	4.928.344	10.503.417	115,5327663
2007	7.927.611	4.994.471	12.922.082	142,1369704
2008	8.455.271	4.793.029	13.248.299	145,7252137
2009	7.163.377	5.475.306	12.638.684	139,0197188
2010	7.421.949	5.507.051	12.929.000	142,2130684
2011	8.820.949	5.628.889	14.449.838	158,9415823
2012	8.848.726	4.565.547	13.414.273	147,5508525
2013	7.795.781	4.568.177	12.363.958	135,9978641
Média	7.326.241	4.649.676	11.975.917	131,7295924

Fonte: IBGE - PAM - Produção Agrícola Municipal - 2002/2013.

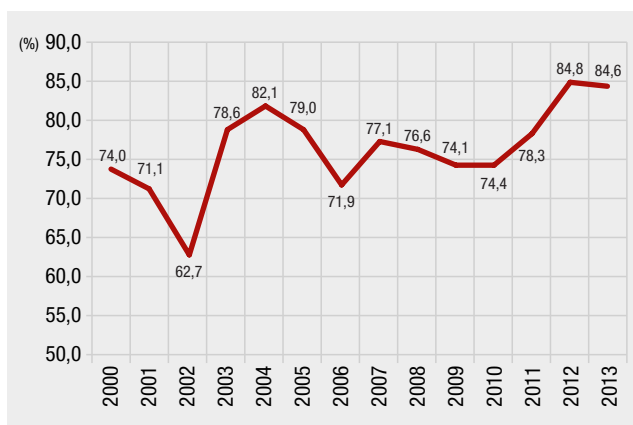


Gráfico 5
Participação de algodão, feijão, mandioca, milho e soja no
valor da produção das culturas temporárias
Bahia – 2000/2013

Fonte: IBGE–Produção Agrícola Municipal (PAM) – 2002/2013.
Elaboração própria.

Por sua vez, também cinco cultivos permanentes – banana, cacau, café, mamão e laranja –, no conjunto de 24 culturas, acumularam um percentual médio de 67,77% do valor da produção no período observado de 14 anos contínuos. O movimento da participação do valor da produção desses cinco produtos delineou um fluxo crescente no período, partindo de 64,64%,

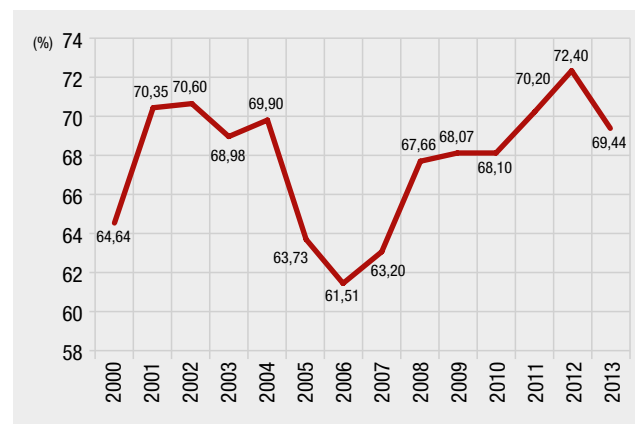


Gráfico 6
Participação de banana, cacau, café, laranja e mamão no
valor da produção das culturas permanentes
Bahia – 2000/2013

Fonte: IBGE–Produção Agrícola Municipal (PAM) – 2000/2013.
Elaboração própria.

em 2000, alcançando 72,40%, em 2012, e caindo para 69,44% em 2013 (Gráfico 6).

PRODUTIVIDADE NA AGRICULTURA DO BRASIL E DA BAHIA

Os dados sistematizados sobre a performance da produtividade do setor agrícola nacional se tornaram referências e aproximações para tentar explicitar o crescimento da produtividade na Bahia. Esses dados tiveram como fonte secundária os censos agropecuários do IBGE dos anos de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006, e foram submetidos a uma metodologia baseada na construção de um indicador que envolve todos os produtos levantados pelos referidos censos e todos os insumos utilizados na produção. A relação entre produtos e insumos define o índice de produtividade total dos fatores, denominado pelo acrograma PTF⁶ (GASQUES et. al., 2010).

A Tabela 3 apresenta os resultados dos índices de produtividade total (PTF) para a Bahia e o Brasil. A partir desses dados, pode-se observar que a produtividade da agricultura

6 Empregou-se o índice de Tornqvist para a obtenção da PTF, a seguir indicado:

$$\ln \frac{P_t}{P_{t-1}} = \frac{1}{2} \sum_{i=1}^n \left(\frac{p_{i,t-1}q_{i,t-1}}{P_{t-1}Q_{t-1}} + \frac{p_{i,t}q_{i,t}}{P_tQ_t} \right) \ln \left(\frac{P_{i,t}}{P_{i,t-1}} \right)$$

Tabela 3
Índice de Produto, de Insumos e Produtividade Total dos Fatores (PTF)

Especificação	Índice Produto						Índice Insumos						PTF * (100)					
	1970	1975	1980	1985	1995	2006	1970	1975	1980	1985	1995	2006	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Bahia	100	119	132	143	141	265	100	121	143	167	142	147	100	99	92	86	99	180
Brasil	100	139	173	211	244	343	100	122	142	149	137	153	100	114	122	142	178	224

Fonte: Gasques et. al. (2010).

Tabela 4
Rendimento físico das principais culturas temporárias – Bahia – 2000/2013

Produto/ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Algodão (Kg/ha)	2.371	3.004	2.391	3.221	3.452	3.195	3.347	3.726	3.767	3.167	3.687	3.800	3.171	3.141
Feijão (Kg/ha)	653	441	494	488	469	670	562	592	640	616	564	559	509	617
Mandioca (Kg/ha)	12.997	12.450	12.571	11.802	12.440	12.888	12.748	13.200	12.946	12.655	12.255	11.735	9.925	10.352
Milho (Kg/ha)	1.960	1.774	1.657	1.805	2.137	2.089	1.558	2.187	2.599	2.840	3.070	3.281	4.662	3.698
Soja (Kg/ha)	2.400	2.040	1.830	1.830	2.880	2.760	2.730	2.700	3.035	2.551	3.060	3.361	2.888	2.283

Fonte: IBGE–Produção Agrícola Municipal (PAM) – 2000/2013.

no país seguiu uma trajetória de crescimento em todos os períodos censitários apreciados. O índice de produto passou de 100, em 1970, para 343 em 2006. O índice de insumos foi de 100 para 153 entre os dois períodos de comparação. Já a PTF transcorreu de um índice 100, em 1970, para 224 em 2006, havendo no período em análise um crescimento de 124%. Daí chega-se à conclusão, com base nesses índices, que o crescimento da agricultura brasileira tem-se concretizado, sobretudo, com base na produtividade.

O quadro de produtividade na agricultura baiana, segundo Gasques e outros (2010), também transitou pelo caminho do crescimento contínuo com base no índice de produto (165% entre os censos de 1970/2006) e no índice de insumos (47% considerando os censos de 1970/2006). Entretanto, a PTF do estado expressou valores ligeiramente abaixo do ano base (1970) no transcurso dos censos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96. A exceção foi 2006, quando a PTF figurou com percentual de crescimento de 80% (Tabela 3).

Utilizando-se critério similar ao de Gasques e outros (2010), com base nos dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) do IBGE no período 2000-2013 para o estado da Bahia, observou-se que o rendimento físico ou produtividade dos principais cultivos temporários experimentou uma tendência de crescimento (Tabelas 4 e Gráfico 7). Particularmente, os grãos tiveram aumento de produtividade durante dez anos consecutivos (entre

2000 e 2010) e queda da curva de crescimento entre 2011 e 2013 – provavelmente em razão das estiagens prolongadas ocorridas nesses anos na Bahia. Esses

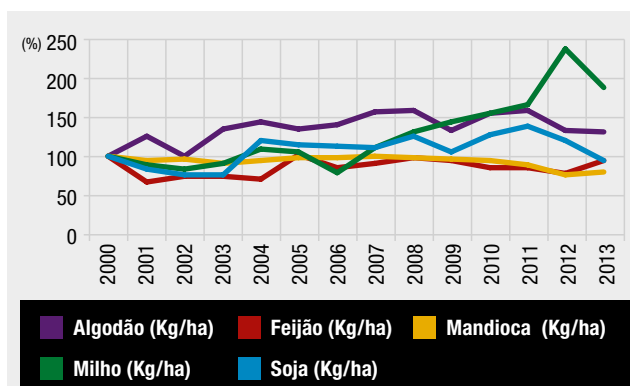


Gráfico 7
Evolução do rendimento físico das principais culturas temporárias – Bahia – 2000/2013

Fonte: IBGE–Produção Agrícola Municipal (PAM) – 2000/2013.
Elaboração própria.

Tabela 5
Taxa anual de crescimento do rendimento físico das principais culturas temporárias por período – Bahia

Período/cultura	Algodão	Feijão	Mandioca	Milho	Soja
2000/2005	5,1	0,43	-14	1,07	2,36
2005/2010	2,42	-2,83	-0,98	6,63	1,73
2000/2013	2,03	-0,4	-1,61	4,64	-0,36

Fonte: IBGE–Produção Agrícola Municipal (PAM) – 2000/2013.
Nota: Cálculos próprios. $T = [(n\sqrt{P(t+n)/P(t)} - 1) \times 100]$.

Tabela 6
Rendimento físico das principais culturas permanentes – Bahia – 2000/2013

Produto/ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Banana (Kg/ha)	1.197	15.124	15.156	14.770	14.092	13.761	14.640	15.492	15.533	15.506	16.196	16.536	14.968	15.086
Cacau (Kg/ha)	226	220	225	226	254	265	275	259	251	268	285	293	300	287
Café (Kg/ha)	1.117	1.202	1.142	881	876	853	1.064	1.010	1.085	1.140	1.007	987	897	987
Laranja (Kg/ha)	68.842	17.500	18.195	15.984	15.859	15.856	17.131	17.155	17.325	16.266	16.154	16.283	15.920	15.741
Mamão (Kg/ha)	37.994	45.685	46.284	49.244	50.201	53.951	55.637	54.825	54.095	59.206	60.550	60.799	58.743	59.242

Fonte: IBGE—Produção Agrícola Municipal (PAM) – 2000/2013.

Nota: Mudança de unidade de medida do IBGE para banana de cacho para Kg a partir de 2001.

(1) Ano base 2001, por força de mudança de unidade de medida do IBGE de cacho para Kg.

(2) Ano base 2001, por força de mudança de unidade de medida do IBGE de cento para Kg.

cultivos acompanharam, assim, a tendência de crescimento do setor agrícola como um todo, que foi ilustrada por Gasques e outros (2010) pelos dados dos censos agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006, conforme análise no parágrafo anterior.

As taxas de crescimento anual do rendimento físico, apresentadas em três períodos fracionados – de 2000 a 2005, de 2005 a 2010 e de 2000 a 2013 –, possibilitaram aferir os valores intercessores de cada uma das cinco principais culturas temporárias do estado ao longo de 14 anos. De acordo com os dados da PAM, o aumento do rendimento físico dos cultivos de algodão, feijão, mandioca, milho e soja passou por fases de expansão e de declínio (Tabela 5). A oscilação para baixo provavelmente “[...] se deve a eventos climáticos como secas ou excesso de chuvas e geadas, além de refletir a ocorrência de crises e fortes oscilações de mercado” (GASQUES et al., 2014).

Em relação ao rendimento físico das principais culturas permanentes, compreendendo os cultivos de banana, cacau, café, mamão e laranja, entre 2000 e 2013, os dados da PAM assinalaram resultados díspares (Tabela 6 e Gráfico 8). Depreende-se, por esses dados, que mamão, cacau e banana exibiram tendência de crescimento do rendimento físico no período em análise, sobretudo os dois primeiros produtos. Por outro lado, café e laranja evidenciaram decréscimo ao longo do mesmo período.

Sob o ângulo de análise da taxa anual de crescimento do rendimento físico, os cultivos de banana, cacau e mamão proporcionaram índices positivos no período em estudo. Entretanto, café e laranja apresentaram taxas negativas, excetuando-se o período de 2005/2010 para o cultivo de café (Tabela 7).

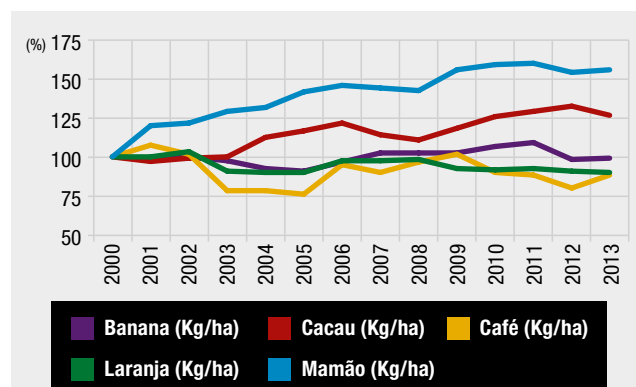


Gráfico 8
Evolução do rendimento físico das principais culturas permanentes – Bahia – 2000/2013

Fonte: IBGE—Produção Agrícola Municipal (PAM) – 2000/2013.

Elaboração dos autores.

Tabela 7
Taxa anual de crescimento do rendimento físico das principais culturas temporárias por período – Bahia (Em %)

Período/cultura	Banana (1)	Cacau	Café	Laranja (2)	Mamão
2000/2005	-1,89	2,25	-4,39	-1,95	6,02
2005/2010	2,75	1,22	2,8	-1,32	1,94
2000/2013	0,54	1,72	-2,04	-0,81	3,22

Fonte: IBGE—Produção Agrícola Municipal (PAM) – 2000/2013.

Nota: Cálculos próprios. $T = [(n/P(t+n) / P(t)) - 1] \times 100$.

(1) Ano base 2001, por força de mudança de unidade de medida do IBGE de cacho para Kg.

(2) Ano base 2001, por força de mudança de unidade de medida do IBGE de cento para Kg.

O cultivo da banana convive com técnicas avançadas, adotadas em perímetros irrigados, e métodos rudimentares imperantes no sequeiro. O estado se constitui no segundo maior produtor de banana do país. O aumento da produtividade do cacau se deveu à crescente adoção de técnicas que empregam o uso de fertilizantes e de novas variedades selecionadas para resistência à vassoura-de-bruxa. Medidas de controle de doenças

do mamão se mostraram eficientes para a elevação da produtividade, sendo que mais da metade da produção nacional tem procedência na Bahia.

As oscilações no rendimento médio dos cafezais têm duas motivações principais. A primeira envolve as características fisiológicas do cafeeiro, que alterna anos de alta e baixa produtividade. A segunda diz respeito às diferenças socioeconômicas dos cafeicultores, que afetam a manutenção do cultivo. A Bahia ocupa o quarto lugar no ranking de produção de café do Brasil.

Em relação ao cultivo da laranja, 80% de sua produção provém de pomares da agricultura familiar, que têm sofrido os impactos negativos na produtividade decorrentes de estiagens e do controle ineficaz de pragas e doenças. O principal destino comercial da laranja tem sido a produção de suco concentrado e congelado para exportação, apesar de a fruta ser consumida *in natura* em larga escala no mercado interno. A Bahia ocupa o segundo lugar no ranking da laranja, com 5% da produção nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica de crescimento e de modernização da agricultura brasileira e da baiana, em particular, gerou concentração de valor da produção e aumento de produtividade ao longo do período analisado. O avanço tecnológico e a oferta de financiamento subsidiado pelo Estado foram importantes ingredientes para o crescimento do valor agregado e a manutenção positiva da participação da agricultura no PIB.

Essa nova dinâmica também alterou as relações de trabalho até então prevalentes na agricultura, condicionando-as ao novo formato da produção articulada com o agronegócio internacionalizado. Apesar de a modernização agrícola ter atingido um número limitado de produtos explorados sob a modalidade de monocultivos e determinadas manchas do território baiano, esse setor de atividade econômica ainda assim apresentou uma pauta diversificada de culturas, catalogando 44 produtos temporários e permanentes. Dentre eles, diversos – conduzidos pela agricultura familiar – demonstraram

relativa importância regional, como matéria-prima e no abastecimento alimentar.

Há pouca razão para pensar que as vantagens dos grandes estabelecimentos podem estender-se para a maioria das atividades na agricultura ou para todas as regiões do País, portanto, pequenos e médios produtores que aumentam sua produtividade têm futuro [...]. (HELFAND; PEREIRA; SOARES, 2014).

Em suma, o fato diferenciador mais relevante na economia agrícola, no transcurso de 2000 a 2013, foi o aumento contínuo de sua produtividade na Bahia, favorecido pelo crescente volume do financiamento agrícola. O presente artigo procurou ressaltar esse quadro com a análise quantitativa dos dados do Censo Agropecuário e da Produção Agrícola Municipal do IBGE.

REFERÊNCIAS

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO RURAL. 2000-2013. Brasília, DF: Banco Central do Brasil Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>>. Acesso em: 15 ago. 2015.
- ARAÚJO, Paulo Fernando Cidade de et al. Política de crédito para a agricultura brasileira: quarenta e cinco anos à procura do desenvolvimento. *Revista Política Agrícola*, Brasília, DF, v. 16, n. 4, p. 27-51, out./dez. 2007.
- BELIK, Walter. *O financiamento da agropecuária brasileira no período recente*. Rio de Janeiro: IPEA, jan. 2015. (Texto para discussão, 2028).
- COUTO FILHO, Vitor de Athayde; CERQUEIRA, Patrícia da Silva. Um olhar sobre o crédito do Pronaf na Bahia. *Bahia Agrícola*, Salvador, v. 5, n. 2, nov. 2002.
- GARCIA, Junior Ruiz; VIEIRA FILHO, J. E. R. *Reflexões sobre o papel da política agrícola brasileira para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: IPEA, fev. 2014. (Texto para discussão, 1936.).
- GASQUES, Jose Garcia et al. Produtividade total dos fatores e transformações da agricultura brasileira: análise dos dados dos censos agropecuários. In: CONGRESSO SOBER, 48., 2010, Campo Grande, MS. *Anais...* Campo Grande, MS: SOBER, jul. 2010.
- GASQUES, José Garcia et al. Produtividade da agricultura: resultados para o Brasil e estados selecionados. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, v. 23, n. 3, jul./set. 2014.

GASQUES, José Garcia; BASTOS, Eliana Teles. Gastos públicos e o desenvolvimento da agropecuária brasileira. In: BUAINAIN, Antônio Márcio et al. *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília, DF: Embrapa, 2014. Parte 6, cap. 3, p. 865-890.

HELFAND, Steven M.; PEREIRA, Vanessa da Fonseca; SOARES, Wagner Lopes. Pequenos e médios produtores na agricultura brasileira: situação atual e perspectivas. In: BUAINAIN, Antônio Márcio et al. *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília, DF: Embrapa, 2014. Parte 4, cap. 1, p. 533-558.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sidra*: Pesquisa Agrícola Municipal. [Brasília, DF]: IBGE. Foram pesquisados os anos de 2007 a 2013. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sidra*: Censo Agropecuário. [Brasília, DF]: IBGE. 2006. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/censoagropecuario/default.asp>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sidra*: Pesquisa Nacional de Amostra e Domicílios. [Brasília, DF]: IBGE. 2013. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pnad/default.asp>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

LAMOUNIER, Bolívar. (Coord.). *Determinantes políticos da política agrícola: um estudo de atores, demandas e mecanismos de decisão*. Brasília, DF: IPEA, 1994. (Estudos de política agrícola, 9).

LEITE, Sérgio Pereira; WESZ Jr., Valdemar João. Estado, políticas públicas e agronegócio no Brasil: revisitando o papel do crédito rural. *Revista Pós Ciências Sociais*, São Luís, v. 11, n. 22, jul./dez. 2014.

LIMA, João Batista Oliveira. *Crédito rural e eficiência técnica da agropecuária dos municípios do estado da Bahia*. 2012. 107 f. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Economia. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

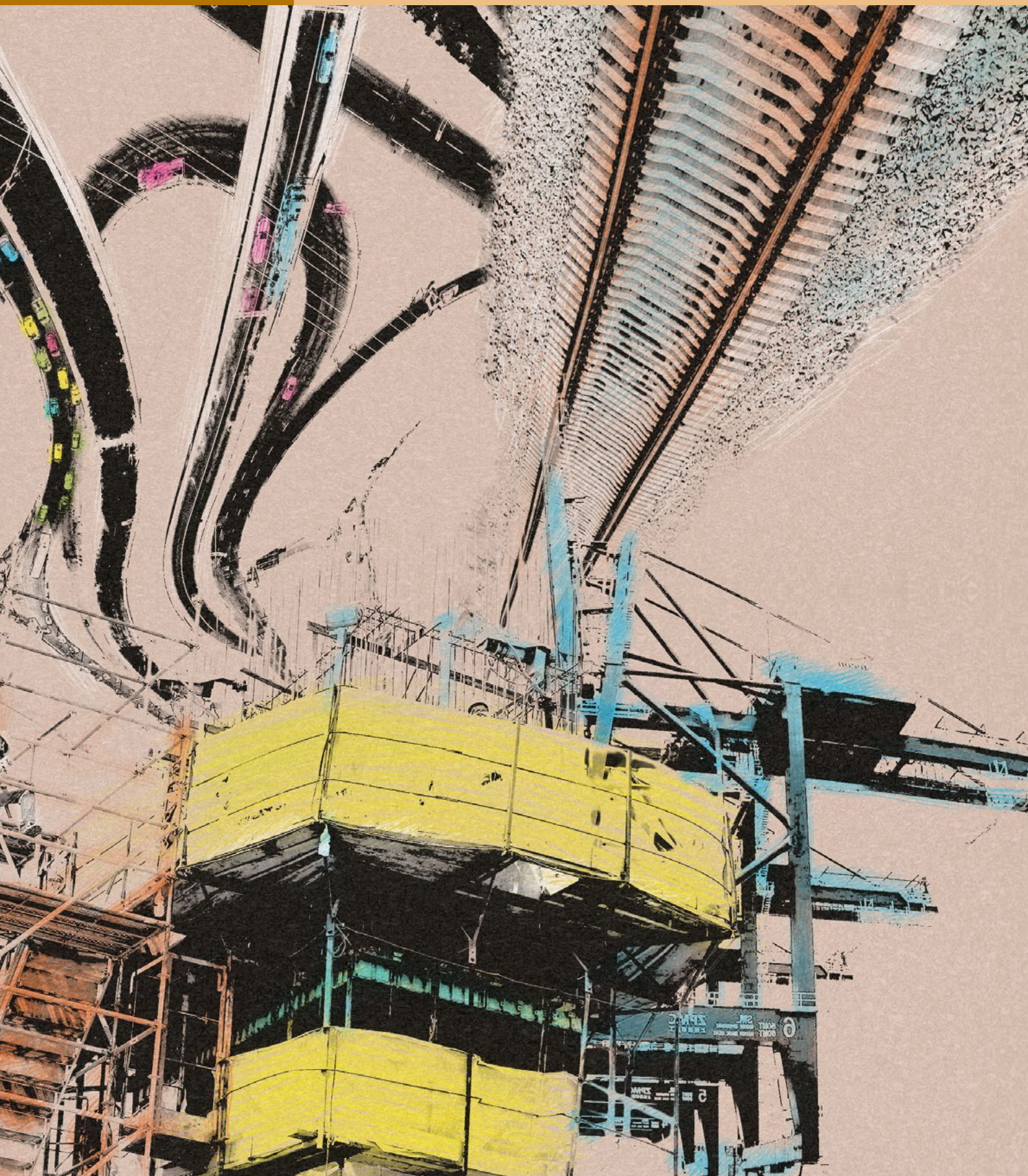
LIMA, João Batista Oliveira; ALMEIDA, Paulo Nazareno A. Crédito rural e eficiência técnica da agropecuária dos municípios do estado da Bahia. In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 10., 2014, SALVADOR. *Anais...* Salvador: SEI, 2014. p. 188-212.. Disponível em: <http://www.eeb.sei.ba.gov.br/pdf/2014/eb/credito_rural.pdf> Acesso em: 10 jul. 2015.

SEMENTES FISCALIZADAS. *Agricultura em tempo de crise*. Disponível em: <<http://www.sementesfiscalizadas.com.br/artigos/82/agricultura-em-tempo-de-crise./>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Análise regional da Bahia rural: relatório final do diagnóstico*. Salvador: SEI, jun. 2003.

VIEIRA, Edmundo; CAVALCANTE, Ricardo; MACEDO, Walter. *Economia baiana: desempenho e perspectivas*. Salvador: DESENBÁHIA, jul. 2000. (Artigo técnico 01/00).

VIEIRA, Bruna Bitello. *Agricultura orgânica e as políticas públicas no Brasil*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Graduação em Economia. Porto Alegre, 2014. 54p.



Economia, transformações territoriais e infraestrutura no Brasil

Fernando César de Macedo*

O pacote de concessões lançado pela presidenta Dilma Rousseff em junho de 2015 prevê investimentos de R\$ 198,4 bilhões, divididos em ferrovias (43,5%), rodovias (33,3%), portos (18,9%) e aeroportos (8,5%). Segundo informações oficiais, o BNDES financiará até 70% do valor dos projetos de rodovias, portos e aeroportos, e até 90% dos projetos de ferrovias¹. O governo federal tenta, nesta segunda fase do Programa de Investimento em Logística (PIL), atacar dois problemas cruciais da economia brasileira: 1) em curto prazo, inverter seu baixo ritmo de crescimento (ou negativo, segundo previsões majoritárias), o que exige medidas para a retomada dos investimentos e, conseqüentemente, o reaquecimento do mercado de trabalho, com geração de emprego, renda e elevação do consumo interno – prejudicados pelas políticas (fiscal e monetária) restritivas postas em prática no início de 2015; 2) em médio e longo prazo, melhorar as condições da infraestrutura, particularmente de transporte, que representa o principal componente do custo logístico no país².

Segundo interpretações correntes, a infraestrutura de logística e de transporte e o baixo investimento nessa área têm trazido constrangimentos à competitividade do aparelho produtivo do país³. É sobre esse segundo ponto e seus impactos sobre a organização territorial brasileira que esta breve nota se deterá.

A discussão que se segue parte de algumas questões teóricas e conceituais sobre a infraestrutura para, em seguida, apresentar aspectos históricos recentes sobre o tema no Brasil. Finalmente, discute o contexto atual a partir do padrão de acumulação da economia brasileira, que define um tipo de inserção comercial externa que amplia a demanda por investimentos em infraestrutura de logística e de transporte, determinantes na organização socioespacial do país.

¹ Fonte: Brasil (2015).

² “Os custos logísticos do Brasil se inserem entre os mais elevados do mundo e mais de um terço desses custos é gerado pelo setor de transportes” (VALENTE, 2013, p. 18).

* Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e mestre em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professor livre-docente do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico (CEDE). fcmacedo@unicamp.br

³ Valente (2013) relativiza as interpretações correntes sobre o baixo investimento em infraestrutura no Brasil e afirma que o crescimento do comércio exterior brasileiro no século XXI só foi possível graças às “[...] ações proativas e investimentos do governo federal e da iniciativa privada” (VALENTE, 2013, p. 43).

INFRAESTRUTURA, ECONOMIA E ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL

Como bem documentado na literatura sobre o tema, a infraestrutura apresenta algumas características peculiares que a distinguem de outros tipos de investimento. Do ponto de vista econômico, ela é tanto base material como condicionante geral da produção social que se articula aos diversos processos produtivos de diferentes cadeias de valor, proporcionando-lhes maior eficiência pela redução de custos (especialmente, mas não apenas, os de transporte), e melhoria da competitividade sistêmica. Nesses termos, ela é condição para a acumulação de capital e para o crescimento econômico. É por essas características tão favoráveis ao processo de acumulação que emergem as principais demandas privadas por investimento nesta área e que se articulam mais diretamente com os propósitos do PIL 2, numa tentativa de reduzir um dos componentes daquilo que se convencionou chamar de “custo Brasil”.

As infraestruturas econômicas sempre estiveram diretamente ligadas à ação do Estado, aparecesse este como produtor e/ou como regulador de sua oferta. Isso ocorre dada a baixa elasticidade da oferta, a grande escala de produção, a alta relação capital/produto e, portanto, a imobilização elevada de capital, a irreversibilidade e indivisibilidade dos investimentos, a baixa rentabilidade, uma taxa de retorno em longo prazo, com receitas líquidas negativas nos primeiros anos, e o consumo difundido, que muitas vezes cria dificuldade de precificação.

As infraestruturas econômicas sempre estiveram diretamente ligadas à ação do Estado, aparecesse este como produtor e/ou como regulador de sua oferta

Do ponto de vista espacial, a infraestrutura organiza o território, formando redes que conectam países, cidades e regiões dentro de uma mesma lógica de acumulação, influenciando a divisão territorial do trabalho, as especializações produtivas, as complementaridades entre diferentes regiões e os padrões de estruturação socioespacial. Portanto, é elemento decisivo na integração dos mercados e na organização da produção ao possibilitar a circulação de mercadorias, de capital, de pessoas e de informações. A realização de investimentos infraestruturais gera economias de aglomeração e de urbanização, normalmente não generalizáveis, dadas as características anteriormente descritas, o que torna determinados lugares – aqueles dotados de maior capital social básico⁴ nos termos de Hirschman – mais aptos a receber investimentos.

Este processo promove a concentração espacial da atividade econômica – especialmente em países subdesenvolvidos, por apresentarem menor dotação de capital, visto seus vazamentos para o exterior – e gera um círculo vicioso comandado pelo mercado no qual as regiões mais adensadas economicamente e com melhores infraestruturas tendem a receber mais investimentos, enquanto aquelas em piores condições ficam à margem de fluxos de capital. As relações de produção que se estabelecem nas regiões e entre elas refletem e são refletidas, em certa medida, pela distribuição do estoque de infraestrutura.

Essa causação circular à *la* Myrdal (1968) deve ser rompida pela ação do Estado, que pode subverter a lógica do mercado pela maior oferta de capital social básico em regiões cujas forças produtivas são menos desenvolvidas e, por consequência, pouco atrativas à iniciativa privada. Mais do que o investimento produtivo em si, a constituição de redes de infraestrutura é o elemento aparentemente mais eficaz na tentativa de superação das disparidades urbano-regionais. Ela possibilita a determinados espaços as condições de participação

4 Para este, o capital social básico compreende “[...] os serviços básicos, sem os quais as atividades primária, secundária e terciariamente produtivas não podem funcionar. Num sentido mais amplo, inclui todos os serviços públicos, desde a justiça e a ordem, através da ordem e saúde pública, até o transporte, comunicações, suprimentos d’água e de energia, assim como os capitais agrícolas fixos e os sistemas de irrigação e drenagem” (HIRSCHMAN, 1970, p. 89-90). Portanto, o conceito de capital social básico deste autor aproxima-se muito do de infraestrutura.

na produção, circulação, distribuição e consumo dentro do aparelho produtivo e em diferentes escalas (da local à global), de forma a inseri-los positivamente nos circuitos econômicos nacionais e internacionais, rompendo seus isolamentos relativos. Esses processos, no entanto, podem se mostrar contraditórios.

É por isso que alguns autores, como Dias e Simões (203, p. 10), afirmam que “[...] as evidências acerca da relação entre infraestrutura de transporte e o desenvolvimento regional ainda estão longe de serem conclusivas”⁵. Mas o fundamental é que investimentos desta natureza são estruturadores do território e definidores do papel de cada região na divisão do trabalho e no tipo de relação de produção que se estabelece.

Do ponto de vista social, a infraestrutura cumpre papel de garantir os bens de consumo coletivo que melhoram as condições de sobrevivência e de reprodução da classe trabalhadora e representam um importante indicador da qualidade de vida das cidades e regiões, especialmente naquelas economias que se urbanizaram aceleradamente a partir de seus processos de industrialização. A infraestrutura, portanto, “[...] é um elemento de expressão do nível civilizatório alcançado” (MACIEL, 2006, p. 277). Destacam-se aqui, principalmente, a água canalizada e tratada, o saneamento básico, os aterros sanitários, a coleta e o tratamento do lixo, os investimentos em mobilidade urbana, a iluminação pública, a constituição de áreas de lazer e a pavimentação de vias públicas e de bairros residenciais.

A oferta desses serviços é determinante para a organização do espaço intraurbano e para garantir o direito à cidade para todas as classes. Da mesma forma, as infraestruturas econômicas possibilitam a conexão entre

Do ponto de vista social, a infraestrutura cumpre papel de garantir os bens de consumo coletivo que melhoram as condições de sobrevivência e de reprodução da classe trabalhadora e representam um importante indicador da qualidade de vida das cidades e regiões

diferentes espaços locais, formando uma rede de cidades que estrutura o espaço regional e nacional e determina suas vinculações com o exterior. Assim, garante-se aos lugares menos adensados economicamente a possibilidade de participar dos circuitos da produção, circulação, distribuição e do consumo em diferentes escalas dentro do processo de produção capitalista. É a partir das conexões interurbanas e intraurbanas oferecidas por esses investimentos que a questão deveria ser pensada.

INFRAESTRUTURA, SUBDESENVOLVIMENTO E NEOLIBERALISMO NO BRASIL

Para as economias subdesenvolvidas, com históricos problemas de financiamento de longo prazo, as dificuldades para conciliar os propósitos econômicos com os sociais são visíveis⁶ e refletem as agudas contradições entre capital e trabalho que lhes são peculiares e as

5 Como lembram esses autores, existe um aspecto contraditório nos investimentos em infraestrutura, especialmente nos de transporte: “O desenvolvimento de infraestrutura de transporte e, conseqüentemente, o aumento de acessibilidade via redução dos custos de transporte dá às firmas de áreas menos dinâmicas acesso a mercados e produtos de regiões mais desenvolvidas. Mas, em contrapartida, prejudica a industrialização dessas áreas periféricas ao abrir seus mercados para produtos de regiões mais desenvolvidas e com firmas mais competitivas do centro industrial” (DIAS; SIMÕES, 2013, p. 9). Os efeitos de estímulo, de bloqueio e de destruição nas e entre as economias regionais no Brasil quando da integração do mercado nacional via industrialização e construção de infraestrutura assinalados por Cano (1977) ilustram bem essa situação contraditória.

6 A contradição entre os gastos em infraestrutura para fins econômicos ou sociais se agrava em situações de baixo crescimento ou de recessão, como o que se observa a partir de 2014 no Brasil. Conforme destacado alhures, “[...] numa situação de baixo dinamismo da economia brasileira e de redução drástica da FBKF, os investimentos em infraestrutura – quando realizados – são ordenados a partir de uma lógica privada de valorização da riqueza, sobretudo a atrelada às exportações e comandada pelas finanças mundializadas, deixando de cumprir com o compromisso de sua outra face: a função social” (MACEDO, 2010a, p. 64).

formas de integração na economia mundial. As disputas pelos investimentos infraestruturais, que inexoravelmente redundam em batalhas em torno dos orçamentos e dos fundos públicos, indicam a correlação de forças de diferentes grupos de interesses (inter e intraclases sociais), o padrão de acumulação vigente, o tipo de inserção da economia nacional na ordem global e, por consequência, o modelo de sociedade que prevalece em cada momento histórico em determinado país.

As condições de vida nas cidades brasileiras indicam bem as características deste modelo de sociedade, marcado historicamente pelas desigualdades no acesso aos bens públicos e pelo déficit das infraestruturas urbanas e sociais. Isso indica, também, quão insuficientes foram os investimentos nesta área a despeito de um certo esforço das políticas governamentais para garantir a universalização de determinados serviços de utilidade pública no auge da industrialização do país (1930-1980). Não obstante, as jornadas de junho de 2013 em todo o Brasil denunciaram claramente a precariedade de acesso a esses serviços por uma parcela ainda grande da população.

Quanto às infraestruturas econômicas, embora tenham sido priorizadas no Brasil em relação às sociais, também apresentaram desempenho sofrível nas últimas três décadas. Como lembra Maciel (2006, p. 279),

As condições de vida nas cidades brasileiras indicam bem as características deste modelo de sociedade, marcado historicamente pelas desigualdades no acesso aos bens públicos e pelo déficit das infraestruturas urbanas e sociais

[...] desde os 1980, a infraestrutura brasileira foi vítima de todos os impactos perversos da crise econômica: esgotamento do padrão de financiamento setorial, choque tarifários, perda da prática do planejamento e projetamento dos investimentos. Redundou a queda substancial do nível de investimentos e a perda de qualidade da prestação de serviços, acarretando problemas graves ao desempenho econômico de vários setores industriais. Tudo isso se verificou em um país cujos setores infraestruturais não podem – ainda hoje – ser considerados maduros, comprometendo, consequentemente, metas de universalização de sua provisão.

O insuficiente estoque de infraestrutura no país tornou-se mais evidente partir dos anos 1990 por três razões. Primeiro, pelos efeitos do neoliberalismo naquela década, que reduziram tanto os investimentos públicos, em decorrência das privatizações e dos ajustes fiscais restritivos, quanto a formação bruta de capital fixo (FBKF) no país. Segundo, porque a abertura da economia brasileira nos anos 1990 e o aprofundamento de sua inserção comercial externa – caracterizada por crescente dependência das exportações de produtos de baixo valor agregado produzidos em larga escala e a grande distância dos portos – ampliaram as demandas por redes de infraestrutura, especialmente as de logística, em particular as de transporte. A oferta dessas redes cresceu aquém das imposições derivadas do ritmo de produção das *commodities*.

Aliada a essa baixa oferta, observa-se a necessidade de diversificação da matriz de transporte com o fito de reduzir os fretes e aumentar a competitividade sistêmica do aparelho produtivo. Os custos de transporte sempre foram uma preocupação dos estudos regionais, desde o trabalho seminal de Alfred Weber (1929), e um elemento definidor das localizações das atividades econômicas. Sendo assim, com o aprofundamento da internacionalização dos mercados e a realocação das cadeias globais de valor, voltaram a ter particular destaque na análise econômica, especialmente nos estudos urbano-regionais, desde o final do século passado. Nesses termos, há de se destacar a contribuição da nova geografia econômica, como o trabalho de Fugita, Kugman e Venables (1999).

Terceiro, porque as atividades mais dinâmicas, especialmente aquelas voltadas à exportação, puxaram e foram

puxadas pela interiorização das produções agrícolas e minerais, que deslocou para áreas com precária infraestrutura o *core* do crescimento do país. Nesse processo, emerge demanda tanto por infraestrutura econômica, para facilitar e baratear as produções interiorizadas, quanto por infraestrutura social nas cidades cabeças de rede nessas regiões e em torno das quais se organizam parcialmente os serviços de apoio às atividades exportadoras, especialmente as do agronegócio.

Se até a “década perdida” houve um discurso e um certo esforço prático para conjugar a eficiência econômica à equidade social nos investimentos em infraestrutura (MACIEL, 2006; LESSA, 2009; MACEDO, 2010a), isso se perdeu com a crise naquela década e com a retórica e a prática neoliberal, que preconizavam (e promoviam) a redução do Estado frente aos compromissos sociais. Ademais, os vultosos volumes necessários para esse tipo de investimento esbarraram nos percalços da financeirização da economia, que ampliou as disputas pelos recursos dos fundos de alavancagem da infraestrutura⁷. Com o neoliberalismo e a financeirização, a infraestrutura vai perdendo seu papel – no discurso e na prática – de “serviço de utilidade pública” e se volta prioritariamente para a acumulação sob dominância do capital financeiro.

Portanto, o processo de privatização da infraestrutura brasileira nos anos 1990 reduziu o compromisso com a equidade, visto que o cálculo privado – diferente do setor público – direciona-se, exclusivamente, para a lucratividade dos investimentos. Por esta razão, a opção privada é sempre pelo investimento já realizado, privatizando o que já foi amortizado⁸. Os novos investimentos ficariam restritos àqueles com retorno assegurado – seja por tarifas sustentadas por recursos públicos, seja por negócios que se liguem às atividades rentáveis, como a logística para exportações e importações. Essa condução pelo mercado reforça as externalidades de áreas que

O processo de privatização da infraestrutura brasileira nos anos 1990 reduziu o compromisso com a equidade, visto que o cálculo privado – diferente do setor público – direciona-se, exclusivamente, para a lucratividade dos investimentos

já apresentam dinamismo, num claro movimento de ampliação das disparidades urbano-regionais e de fragmentação do território do país, visto que este não tem política de desenvolvimento regional para as áreas não eleitas pelo mercado, conforme se constata no portfólio de projetos previstos no PIL 2⁹.

Não por acaso, seguindo essa lógica privada e dado o baixo desempenho da economia brasileira nas últimas décadas, observa-se que

[...] a mediocridade do crescimento brasileiro não engendrou apenas a paralisia nas matrizes energéticas e de logística. É visível que seu desempenho se atrofiou e se degradou. A erosão da infraestrutura tem sua macroexplicação no percurso rastejante da economia nacional e nas respostas político-econômicas setoriais adotadas durante o último quarto de século. (LESSA, 2009, p. 90).

INFRAESTRUTURA E DINÂMICA REGIONAL NO BRASIL

A dinâmica regional brasileira recente apresenta diversos determinantes, detalhados em Araújo (2013) e Macedo, Pires e Sampaio (2015). Um, já indicado por Pacheco

⁷ Caso ilustrativo é o da Sabesp, que, em meio à crise hídrica no estado de São Paulo, garantiu pagamento dos dividendos aos seus acionistas muito acima do mínimo exigido pela bolsa de valores, deixando de realizar os investimentos necessários para minimizar os problemas que atingiram, principalmente, os moradores dos bairros de mais baixa renda.

⁸ “Adquirir infraestrutura já existente é atraente para os ‘negócios’ privados, se acompanhada de generosas regras de tarifação. A infraestrutura, com sua característica de longa maturação, não é a primeira opção para investimento privado” (LESSA, 2009, p. 93).

⁹ Disponível em <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/programa-de-investimento-em-logistica-pil/>.

(1998), é particularmente importante para o tema deste ensaio, por seu papel na organização socioespacial do país desde os anos 1990, assumindo características novas neste século: o crescimento do grau de abertura da economia brasileira¹⁰ e o tipo de inserção externa – especializada em *commodities* e puxada pelo crescimento da demanda internacional, que impactou o crescimento de regiões fora do Sudeste. Comparativamente a outros vetores que influenciaram a dinâmica regional brasileira,

[...] a inserção externa – e seu perfil traçado pela política econômica – foi muito mais impactante na organização territorial, seja pela continuidade da itinerância da agricultura, seja pelos efeitos espaciais do crescimento da extrativa, seja pelo crescimento generalizado do terciário que acompanha a urbanização extensiva, ou ainda, pelo efeito da realocização de empresas da indústria de transformação que, buscando atingir o mercado externo, se direcionaram para regiões fora do *core* industrial do país, reforçando a desconcentração regional da produção. Ademais, o papel da infraestrutura e da logística – ambas indispensáveis para conexão das produções regionais ao mercado externo – é determinante na reestruturação do território, pois foram justamente nas atividades ligadas ao exterior que as grandes empresas globalizadas agiram de forma mais decisiva na organização do território para adaptá-lo às exigências da compressão tempo-espço imposta pela nova geografia econômica (MACEDO, 2010b, p. 92-93, grifo nosso).

Esse movimento pode ser observado nas figuras 1 e 2. Na primeira, verifica-se que são as áreas mais interiorizadas que apresentam ritmo de crescimento acima da média brasileira, especialmente *vis-à-vis* estado de São Paulo, que ainda concentra parcela expressiva do PIB do país. As microrregiões mais dinâmicas encontram-se atreladas principalmente à expansão produtiva de grãos (soja e milho) neste início de século XXI – conforme ocorre, por exemplo, nos cerrados centroestino e nordestino – e à produção mineral (petróleo, gás e minério de ferro) – como no caso do sudeste do Pará e da bacia petrolífera

10 Para ilustrar esse movimento, basta destacar que o grau de abertura da economia brasileira em 1995 era de 14,2% e passou para 24,3% em 2012. Para as regiões Norte e Centro-Oeste, por exemplo, esses números foram, respectivamente, 23,0% e 32,2%, e 2,5% e 20,1%. Fonte: MDIC e Contas Regionais do IBGE.

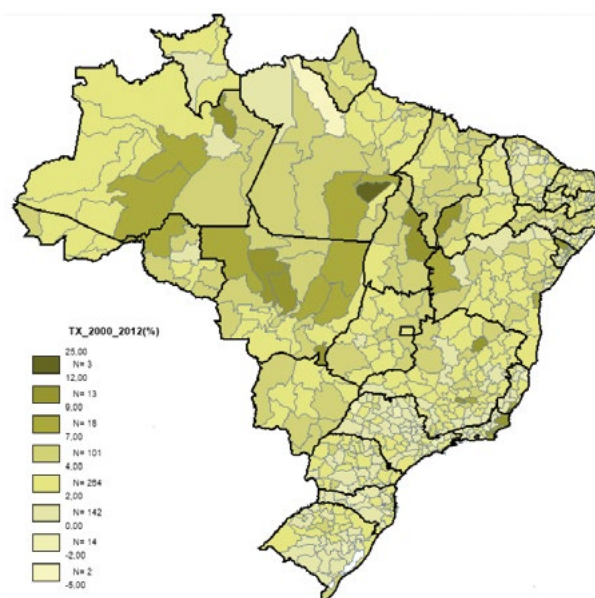


Figura 1
Taxa de crescimento médio anual do PIB, segundo microrregiões – Brasil – 2000/2012

Fonte: IBGE (2015).
Elaboração própria.

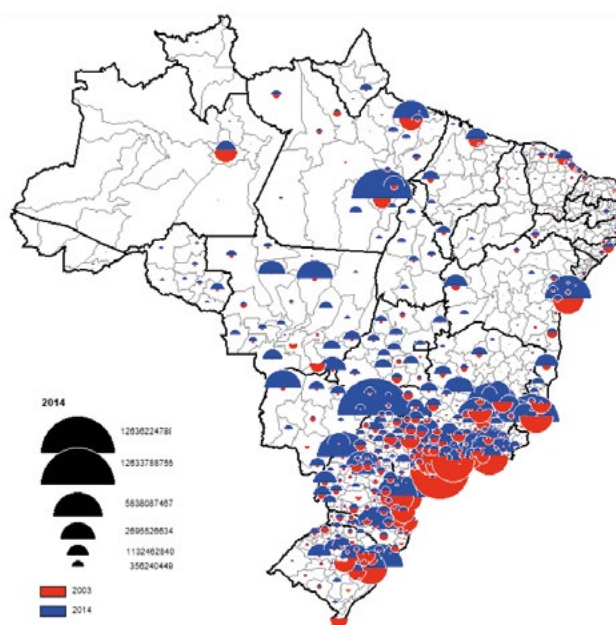


Figura 2
Distribuição das exportações, segundo microrregiões e sede fiscal das empresas exportadoras – Brasil – 2003/2014
(em US\$)

Fonte: MDIC (2015).
Elaboração própria.

do norte do Rio de Janeiro e sul do Espírito Santo. Como consequência, interiorizam-se, também, as exportações brasileiras, conforme fica perceptível na Figura 2. Esse processo estimulou a demanda por formas de multi e intermodalidades para o escoamento, que tornariam a matriz de transporte brasileira menos dependente do rodoviarismo. Este modo apresenta o mais elevado frete por tonelada transportada *vis-à-vis* as hidrovias e ferrovias, mais indicadas para escoamento de mercadorias com baixo valor agregado a longas distâncias, como em um país de dimensão continental.

Observam-se neste processo alguns movimentos importantes sobre a dinâmica urbano-regional brasileira. O primeiro é o efeito do esforço exportador sobre as estruturas produtivas locais, estaduais e regionais, que se tornaram muito mais especializadas e dependentes de um ou poucos produtos, embora não se possa negar a emergência de serviços de apoio à atividade produtiva e ao comércio exterior que contribuem para a diversificação do terciário. Como tanto as estruturas produtivas quanto a base terciária dependem da demanda e dos preços internacionais do produto de exportação, a organização desses espaços é fortemente reflexa do movimento da economia mundial, em especial da demanda dos maiores importadores de *commodities*.

O segundo é o papel que a logística assume neste movimento de maior abertura externa. A combinação de baixo valor agregado, elevados volumes de produção e grande distância das áreas produtoras das principais *commodities* até as vias de escoamento e os maiores centros urbanos do país exige verdadeiras adaptações dos espaços econômicos para promoção das exportações das áreas dinâmicas. Dada a posição estratégica da infraestrutura, que teve seu papel potencializado no processo de acumulação em contexto de internacionalização crescente, a política predominante no Brasil, a partir de 1994, priorizou a realização de grandes investimentos – pelo menos no discurso, pois na prática as inversões realizadas ficaram abaixo das anunciadas. São exemplos os eixos nacionais de integração e desenvolvimento (ENID), na década de 1990, a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), no século XXI, e, mais recentemente, o PIL 1 e 2 e parte das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O terceiro aspecto decorre dos impactos da referida especialização em *commodities* sobre a rede urbana brasileira e o espaço intraurbano de algumas cidades fora das áreas metropolitanas e do litoral. A dinâmica regional recente, como já destacado, é acompanhada pelo aumento da demanda por infraestruturas econômicas necessárias à acumulação dos capitais das atividades de exportação. Estas estão bem detalhadas no PIL 2 e nos documentos da Confederação Nacional de Transportes (2014, 2015). No entanto, o crescimento econômico mais interiorizado verificado nas figuras 1 e 2 pressiona, também, o crescimento de cidades que servem de suporte para as atividades dinâmicas, modificando o seu espaço urbano. A contraface do dinamismo econômico são as pressões por infraestruturas urbanas e sociais que parecem esquecidas ou menos priorizadas no atual contexto.

Por parte do setor público, pouco espaço sobra para investimentos desta natureza, seja pelo ajuste fiscal que recai primeiro sobre os gastos sociais (vide a retração do Programa Minha Casa Minha Vida em 2015), seja pela projeção de queda de arrecadação dos estados e municípios decorrente da recessão econômica. Para o setor privado, a lógica de mercado predomina como único balizador na oferta de serviços urbanos. Basta citar o detalhado trabalho da CNT intitulado Plano CNT em Logística, que prevê a necessidade de investimentos de quase R\$ 1 trilhão para melhoria das condições de

Por parte do setor público, pouco espaço sobra para investimentos, seja pelo ajuste fiscal que recai primeiro sobre os gastos sociais [...], seja pela projeção de queda de arrecadação dos estados e municípios decorrente da recessão econômica

escoamento do país, divididos em transporte e logística (75,7%) e mobilidade urbana (24,3%), num total de 2.045 projetos (1.702 para transporte e logística e 343 para mobilidade urbana).

Na primeira categoria predomina a articulação de áreas produtivas para escoamento das produções, especialmente para o exterior. Na segunda, que poderia ser classificada como infraestruturas urbanas e sociais, são priorizadas as regiões metropolitanas, que receberiam 95,6% dos investimentos, cabendo o restante aos demais centros urbanos – todos no Sul e no Sudeste¹¹. Menção alguma se faz às áreas urbanas do interior das regiões Norte e Centro-Oeste que estão sendo impactadas pelo modelo de inserção comercial externa do país. Essas áreas precisam ser pensadas para se evitar os problemas verificados nas capitais e regiões metropolitanas brasileiras quando a industrialização respondeu pela estruturação dos espaços urbanos e interurbanos, especialmente entre o plano de metas e a crise dos anos 1980.

Não é possível mais tratar o dinâmico interior do país – do ponto de vista econômico – como mera plataforma de produção de excedente que vaza para os maiores centros urbanos e metropolitanos das regiões Sudeste e Sul e capitais dos estados e que sofrem em seus espaços intraurbanos os efeitos sociais desse dinamismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na ausência de uma política de desenvolvimento que pense o país a partir de suas especificidades urbanas e regionais – visto que a PNDR¹² nunca se efetivou de fato –, o território brasileiro é planejado pelos setores público e privado a partir de sua adaptação para atender às atividades primário-exportadoras que acenam com alguma capacidade competitiva, mas dependentes de decisões externas. Na esfera federal, observa-se o direcionamento dos esforços para construir uma ossatura que reforce a capacidade exportadora e importadora do país. Isso se dá através de investimentos que ampliam a

inserção competitiva do aparelho produtivo e de mudança no aparato regulatório que garanta a rentabilidade dos investimentos privados, com assunção dos riscos pelo Estado. O PIL 2 aponta neste sentido.

A regionalização do território ocorre, portanto, por meio de eixos de transporte capazes de estruturar áreas que já são dinâmicas economicamente, com destaque para os sistemas multimodais, que conciliam a estrutura produtiva vigente com as modalidades de escoamento mais adequadas para seu perfil. Pouco se discute sobre as regiões que, por carência de infraestrutura e ausência de capital, ficam à margem do processo de acumulação, sofrendo as agruras sociais de seu atraso, ou sobre os impactos do modelo no espaço urbano das áreas dinâmicas cujas infraestruturas sociais chegam sempre com bastante atraso. Isso reforça a ideia de que elas são vistas como meras plataformas de extração do excedente que se realiza fora de seus territórios.

De qualquer forma, as concessões previstas no PIL 2 podem recuperar a capacidade de investimento no país, que deverá ter dificuldades para efetivá-los em decorrência das crises (nacional e internacional). No entanto, esses investimentos devem ser articulados a uma política nacional de desenvolvimento regional que contemple também as áreas não eleitas pela iniciativa privada, dando-lhes oportunidade para se desenvolver.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. B. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no governo Lula. In: SADER, E. (Org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 157-171.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Financiamento*. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/programa-de-investimento-em-logistica-pil/financiamentos>>. Acesso em: 30 jul. 2015

CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1977.

CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970*. São Paulo: Global; Unicamp, 1981.

¹¹ Exceção de Vitória da Conquista (BA).

¹² Política Nacional de Desenvolvimento Regional, instituída em 2005 e regulamentada em lei em 2007.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE. *Plano CNT em logística*. Brasília: CNT, 2014.

_____. *Entraves logístico ao escoamento da soja e milho*. Brasília: CNT, 2015.

DIAS, L. R. S.; SIMÕES, F. R. *Infraestrutura de transportes e a alocação das atividades econômicas: um estudo do PROCESSO em Minas Gerais*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2013. (Texto para discussão, 476).

HIRSCHMAN, A. O. *La estrategia del desarrollo económico*. México: Fondo de Cultura, 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2012/default.shtm>>. Acesso em: 2 ago. 2015.

FUJITA, M., KRUGMMAN, P., VENABLES, A. J. *Spatial economy: cities, regions and international trade*. Cambridge: The MIT Press, 1999.

LESSA, C. Infraestrutura e logística. In: CARDOSO JR., J. C. *Desafios ao desenvolvimento brasileiro: contribuições do conselho de orientação do Ipea*. Brasília: IPEA, 2009. p. 77-100. Livro 1.

MACEDO, F. C. Inserção externa e território: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana no Brasil (1989-2008). 2010.302 p. Tese (Livre-Docência)-Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2010a.

MACEDO, F. C. Inserção comercial externa e dinâmica territorial no Brasil. *Redes*, Santa Cruz do Sul, RS, v. 15, p. 89-114, 2010b.

MACEDO, F. C.; PIRES, M. J. S.; SAMPAIO, D. P. *Diagnóstico da aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento*. Brasília: IPEA, 2015. Relatório de pesquisa.

MACIEL, C. S. Políticas de regulação de setores infraestruturais no governo Lula (2003-2005). In: CARNEIRO, R. *A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula*. São Paulo: UNESP, 2006. p. 276-298.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO - MDIC. Estatísticas de comércio exterior. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=606>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

MYRDAL, G. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

PACHECO, C. A. *A fragmentação da nação*. Campinas, SP: Unicamp; IE, 1998. 291 p.

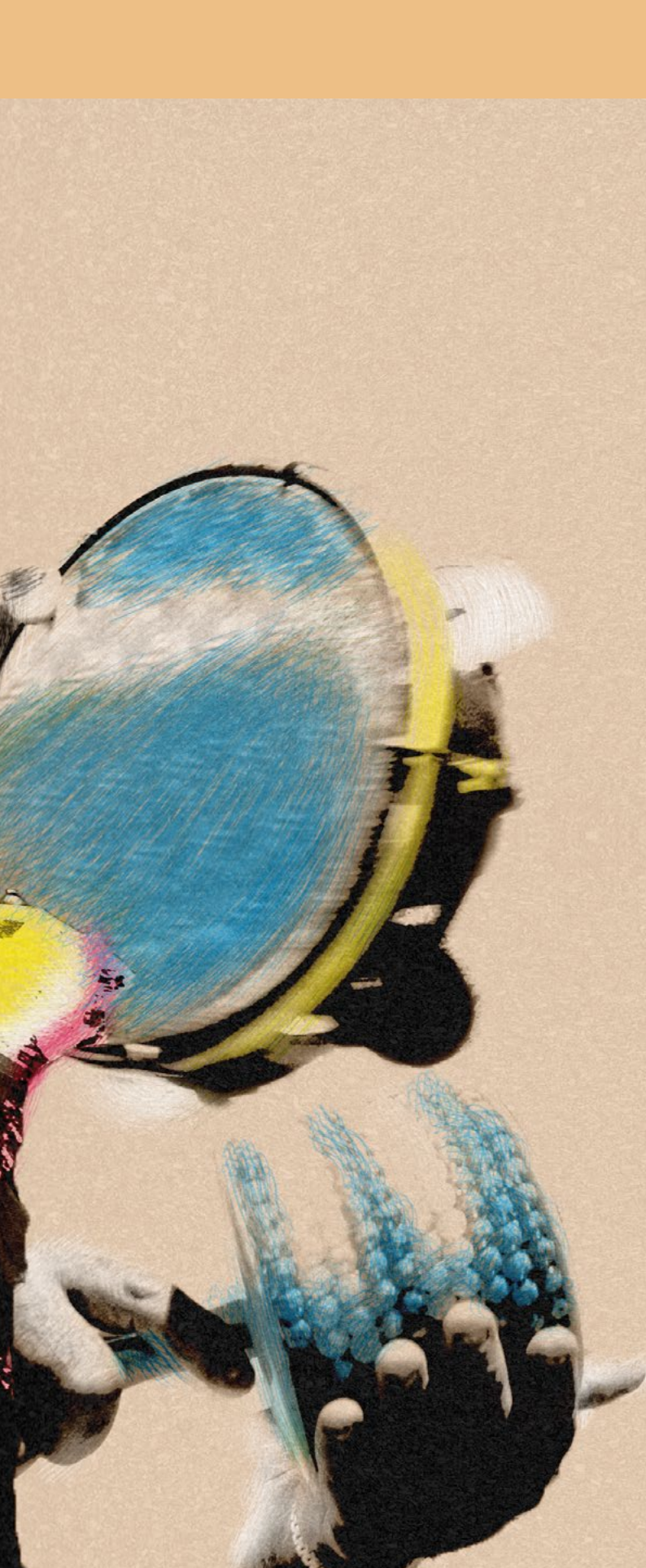
WEBER, A. *Theory of location of industries*. Chicago: University of Chicago Press, 1929.

VALENTE, J. A. *Infraestrutura, transportes e mobilidade territorial*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo 2013. (Coleção Projetos para o Brasil).

WEBER, A. *Theory of location of industries*. Chicago, University of Chicago Press, 1929.

O autor agradece o apoio da Capes, que financia o projeto de pesquisa "Novas determinações produtivas, regionais e urbanas na área do cerrado brasileiro: uma avaliação sobre os efeitos das obras de infraestrutura rododiferroviária no cerrado brasileiro", no âmbito do edital pró-integração. Este trabalho é desenvolvido pelo CEDE/IE/Unicamp em conjunto com o mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (MPDT/PUC-Goiás) e o Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (Iesa/UFG).





A economia da cultura em seus aspectos teóricos e programáticos

Claudia Fardin Soares Pereira*
Noelio Dantaslé Spinola**

As atividades oriundas do setor cultural vêm despertando um especial interesse no debate econômico da atualidade, nos diversos segmentos da sociedade, porque, além de ser responsável pela geração de parcela expressiva de ocupação e/ou emprego e riqueza, também contribui para que seus atores participem do mercado de trabalho de forma dinâmica e transformadora. Isso ocorre porque os bens culturais possuem um valor diferenciado, a partir de seus componentes simbólicos que, quando disponibilizados no mercado, adquirem o status de bens econômicos tradicionais, capazes de gerar renda, emprego e bem-estar social.

* Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador (Unifacs) e especialista em Filosofia da Religião pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). claudiafardinsp@gmail.com

** Doutor em Análise Geográfica Regional pela Universitat de Barcelona (UB) e especialista em Marketing pela Universidade Salvador (Unifacs). Professor titular VI da Unifacs. spinola.noelio@gmail.com

Ao se fazer uma análise da sociedade atual, é facilmente observável que a produção cultural vem ganhando crescente destaque como um dos elementos mais dinâmicos e imprevisíveis de mudança histórica no novo milênio. Portanto, o estudo dessa produção torna-se determinante para o entendimento do setor como estratégia para o desenvolvimento local, regional e nacional.

A produção cultural no Brasil, conforme entendimento do Ministério da Cultura (MinC) envolve, historicamente, atividades nos segmentos de artesanato, música, moda, culinária, dança, literatura, arquitetura, patrimônio, anti-quários, design, cinema, artes híbridas e artes performáticas, dentre outros.

Essas atividades, com presença marcante em todas as regiões do país, indicam que o Brasil efetivamente possui grande diversidade de manifestações culturais, muitas vezes associadas a movimentos regionalistas e folclóricos, ou provenientes de outras tendências, nacionais e internacionais.

A Bahia e em especial a sua principal cidade e capital – Salvador – são detentoras de identidade singular, que se manifesta com forte expressão em inúmeros segmentos culturais: na música, nas artes cênicas, nas artes plásticas, na arquitetura, no artesanato, na culinária, na moda e na religião, fato este que acaba por desencadear muitas atividades na cidade (REIS apud GUERREIRO, 2008). É neste cenário que a produção cultural vem ocupando lugar de destaque e ganhando espaço significativo na economia baiana.

ECONOMIA DA CULTURA

Durante o século XX, com o crescimento das indústrias culturais¹, a cultura passou a ter uma significativa importância no ramo da economia. O progresso tecnológico proporcionou grande impulso à produção massiva na área cultural, principalmente com o advento de novas tecnologias digitais.

¹ O termo “indústria cultural” foi cunhado por Adorno e Horkheimer (1985, p. 144) na década de 40, referindo-se ao movimento de padronização e produção em série dos produtos e serviços decorrentes da atividade cultural.

Mais especificamente a partir do pós-guerra, começou a ser sentida, em nível mundial, a importância da produção, circulação e consumo de bens e serviços culturais nas economias das nações. Porém, somente a partir dos anos 1970, a economia da cultura ganhou importância entre os debates e estudos no mundo acadêmico e, progressivamente, passou a obter destaque entre os órgãos internacionais de cooperação, que perceberam seu grande potencial na geração de riqueza para diversos países (REIS, 2008).

Em 2003, o Banco Mundial estimou a participação da economia da cultura em 7% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, classificando-a como um setor de grande dinamismo e potencial crescimento (BRASIL, 2011).

Essa produção cultural destaca-se como um dos elementos mais dinâmicos e imprevisíveis de mudança histórica no novo milênio e estudá-la e entendê-la torna-se determinante e importante estratégia para o desenvolvimento dos países na atualidade.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) define a economia da cultura como

um setor estratégico e dinâmico, tanto pelo ponto de vista econômico, como sob o aspecto social. Baseados em criatividade, ideias, conceitos e valores geradores de propriedade intelectual, os bens e serviços culturais são ativos intangíveis que integram a chamada

Em 2003, o Banco Mundial estimou a participação da economia da cultura em 7% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, classificando-a como um setor de grande dinamismo e potencial crescimento (BRASIL, 2011).

A questão cultural ganhou significativa relevância econômica e social e passou a ser vista com certa prioridade na elaboração das políticas públicas

“economia do conhecimento”, base de sustentação das economias nacionais. (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2011).

Pensar em cultura é procurar entender o aspecto criador do indivíduo, com a liberdade e individualidade que lhe são próprias, sem cair no erro de acorrentá-lo a regras e conceitos que o inserem no mundo limitador do mercado capitalista, como toda e qualquer mercadoria produzida para o mero fim de obtenção de lucro, como define Spinola (2006).

A questão cultural ganhou significativa relevância econômica e social e passou a ser vista com certa prioridade na elaboração das políticas públicas. É crescente, portanto, a necessidade de produção e elaboração de dados e informações estatísticas no campo da cultura, em que a construção de indicadores para a realização de um estudo mais detalhado e criterioso sobre a matéria adquire grande importância.

UMA BREVE DISCUSSÃO CONCEITUAL

Definido conceitualmente pela primeira vez por Edward Tylor em sua obra *Primitive Culture*, o vocábulo inglês *culture* designou inicialmente todo o conhecimento, a arte, a moral, as leis, os costumes, a capacidade e os hábitos adquiridos pelos homens. Tylor entendia a cultura como um fenômeno natural, cujo estudo resultaria na identificação de leis que permitiriam a sua evolução (TYLOR, 1971).

Mais tarde, com o evoluir do pensamento e a observação sobre as práticas sociais, o mesmo termo passou a expressar também todo o conjunto do comportamento assimilado e apreendido, que independe de uma transmissão genética.

Para a antropóloga Ruth Benedict, a cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo, e, por isso, suas práticas e seus comportamentos tendem a se modificar conforme os povos observados e o local onde estes estão inseridos. Sob outro ângulo, numa visão antropológica, a cultura refere-se aos códigos morais e de valores dos homens e pode ser contextualizada através dos costumes e dos modos de vida, nas experiências cotidianas que produzem e deixam uma marca no tempo e no espaço em que vivem (BENEDECT, 1972).

Pode-se dizer de uma forma simplista, mas nem por isso errônea ou irreal, que a cultura é toda e qualquer manifestação produzida pelo ser humano, seja nas artes, na religião, na música, na dança, na língua, na economia e demais expressões de comportamento.

Por sua própria definição e constituição, toda a produção resultante da atividade cultural é carregada de simbologia e de um significado único. Isso faz com que os bens culturais possuam valor diferenciado, adquirido a partir de seus componentes simbólicos. Estes bens, quando disponibilizados no mercado, adquirem o *status* de bens econômicos tradicionais, inseridos no processo de produção, reprodução e circulação e, por isso mesmo,

A cultura é toda e qualquer manifestação produzida pelo ser humano, seja nas artes, na religião, na música, na dança, na língua, na economia e demais expressões de comportamento

A produção cultural está presente nas vozes e imagens, na moda e na dança, no artesanato e na culinária, na língua e no comportamento, atrelada, pelo consumo, às tendências e às modas

capazes de gerar ocupação, emprego, renda e bem-estar social. Porém, enquanto a percepção de seu valor ocorre de forma individual, o seu consumo tende a ser impulsionado por hábitos e interesses coletivos – ou seja, é o interesse pelo consumo que determina sua demanda.

É assim que a produção resultante da atividade cultural tende a se profissionalizar, gerando profissionais, estudiosos e especialistas. O seu caráter simbólico se consolida e procura a obtenção de legitimidade e difusão num mercado em que produtores e consumidores de bens culturais originam a criação de culturas de massa. E, desta forma, esse produto cultural emerge na sociedade como mercadoria e, como tal, passa a ser estudado pela economia da cultura.

A produção cultural está presente nas vozes e imagens, na moda e na dança, no artesanato e na culinária, na língua e no comportamento, atrelada, pelo consumo, às tendências e às modas. E é por isso que não se pode concebê-la simplesmente como uma variável de menor importância ou secundária, mas sim pensada e entendida como fundamental, constitutiva e determinante para a sociedade.

A partir dessa concepção, a produção advinda dos diversos setores da cultura transforma a prática mercantil; o mercado deixa de ser um simples espaço de trocas de mercadorias, para ser também um lugar onde se processam as interações sociais e simbólicas entre os indivíduos. O consumo não implica somente a satisfação de necessidades básicas ou de apropriação

imediate de bens. O ato de consumir certos produtos passa a dizer algo sobre quem os consome, sua posição social, seu *status*, o lugar a que pertence e os vínculos que é capaz de estabelecer com os demais indivíduos, com o mercado e com a sociedade como um todo.

Esta produção cultural foi observada desde o início dos estudos econômicos por muitos teóricos, de forma pontual e sob um caráter esporádico, considerada sem grande relevância para a sociedade devido à intangibilidade de seus bens e serviços e por seu processo produtivo e de consumo atípico, não se inserindo no modo de produção comumente observado. Ainda assim, alguns economistas clássicos, como Adam Smith e David Ricardo, a incluíam em uma categoria de satisfação de luxo e prazer ou, ainda, uma categoria improdutiva, mais indispensável ao bem-estar social.

Em *A Riqueza das Nações*, vol. II (1776), A. Smith cita que a produção artística gera um efeito positivo na sociedade. Porém, para o autor, as desigualdades observadas entre as remunerações dos artistas estão relacionadas à escassez dos talentos e ao desprezo da opinião pública.

Marx (1987), ao versar sobre trabalho produtivo e improdutivo, considerou que as atividades culturais só teriam um caráter produtivo se fossem capazes de gerar riqueza para as pessoas que exploram as atividades assalariadas dos trabalhadores que as produzem.

Marshall (1948), em sua obra *Princípios de Economia* (1890), incluiu na análise do comportamento econômico o contexto

Para o autor, as desigualdades observadas entre as remunerações dos artistas estão relacionadas à escassez dos talentos e ao desprezo da opinião pública

cultural e histórico, e foi o primeiro autor a citar exemplos de atividades culturais, como quando analisa o consumo da música. Ou seja, enquanto no consumo do produto industrial a satisfação dos indivíduos tende a diminuir a partir de certo nível de consumo, caracterizando uma utilidade marginal decrescente, no consumo da música o princípio é invertido, quanto mais escutada, mais ela é apreciada. Então, para a música e, em geral, para os bons serviços culturais, é válido o princípio da utilidade marginal crescente (SALA RODRIGUES; SOLÉ, 2003).

A partir de meados dos anos 1960, a cultura passou a ter algum destaque no discurso teórico acadêmico, que começou a prestar mais atenção aos aspectos da produção humana advinda de seus modos particulares de convivência e à relação existente entre os povos e o tempo e o espaço em que habitam o gosto e o modo particular de produzir determinado objeto de arte, o que contribui também para a dinamização da economia de diversas nações.

Em 1968, na obra *Performing Arts: the Economic Dilemma*, de W. Baumol e W. Bowen, considerada um marco para a economia da cultura, os autores observam que o setor cultural torna-se diferente dos demais setores econômicos pelo uso intensivo do trabalho e por não ser este sensível aos ganhos obtidos com a produtividade tecnológica, e, então, defendem que deveriam ser esses setores subsidiados por políticas. Outra observação feita pelos autores é que os salários de técnicos e artistas tendem à estagnação, sem acompanhar as tendências do mercado em geral.

A partir de Baumol e Bowen, outros autores passam a dispensar interesse pelo estudo da cultura e seu comportamento econômico, como David Throsby, Gary Backer e Ruth Towse.

Com seu conceito ainda em construção, a economia da cultura ganha importância como uma disciplina integrante da Ciência Econômica, cujo objetivo é estudar e compreender os fenômenos culturais, com seus símbolos, sua subjetividade e intangibilidade próprias.

O que torna o estudo da economia da cultura bastante peculiar e, de certo modo, também o seu conceito difícil

**A economia da cultura
ganha importância como
uma disciplina integrante
da Ciência Econômica,
cujo objetivo é estudar e
compreender os fenômenos
culturais, com seus
símbolos, sua subjetividade e
intangibilidade próprias**

de ser homogeneizado é o fato de que as atividades do setor são bastante heterogêneas e envolvem diferentes práticas, modalidades de organização produtiva, empresarial e tecnológica, assim como as operações que envolvem sua circulação. Cada área cultural tem diferentes inserções e graus de participação na dinâmica da produção cultural.

Neste cenário, para dar visibilidade, suporte e responder à demanda por bens provenientes do setor cultural, a indústria, com uma lógica de aplicação dos processos de produção em série aos produtos da criação artística e cultural, permite a massificação de bens e serviços dessa natureza, mercantilizando a cultura e dando-lhe certa padronização.

O termo “indústria cultural” foi primeiramente empregado por Adorno e Horkheimer, no livro *Dialética do Esclarecimento*, datado de 1947, com o objetivo de substituir o termo “cultura de massa”, em que a produção é voltada para o consumo de grande parcela da população, de acordo com a demanda por ela determinada, com algum planejamento. O termo refere-se ao processo de standardização da produção de determinado bem, como se verifica na produção de filmes, CD e DVD, dentre outros.

Essa indústria cultural abarca diversos segmentos da cultura e, ao se apropriar do produto da arte popular, faz

A cultura converteu-se totalmente numa mercadoria difundida como uma informação, sem penetrar nos indivíduos dela informados

sua adaptação ao consumo das massas, através da padronização de seus bens e da racionalização das técnicas utilizadas para distribuição. Neste novo processo de produção, o saber individual é associado a procedimentos técnicos, à divisão do trabalho e ao uso de maquinarias.

Assim, a arte passa a ser assimilada pela indústria, perdendo parte do seu conteúdo inspirador, criativo e único, e transformando-se em mera mercadoria, inserida em um processo de controle social que gera demanda e dita normas e padrões necessários à sua produção, conforme descrito por Adorno (1994, p. 93): “o consumidor não é rei, como a indústria cultural gostaria de fazer crer, ele não é o sujeito dessa indústria, mas seu objeto. (...) As massas não são a medida, mas a ideologia da indústria cultural, ainda que esta última não possa existir sem a elas se adaptar.”

A expressão indústria cultural é um termo polêmico para os dias atuais. Para Adorno e Horkheimer (1985), essa indústria da cultura merece bastante reflexão, pois, ao mesmo tempo em que massifica a produção, torna o ser humano um ser explorado e escravo do consumo. A cultura converteu-se totalmente numa mercadoria difundida como uma informação, sem penetrar nos indivíduos dela informados. “O pensamento reduzido ao saber é neutralizado e mobilizado para a simples qualificação nos mercados de trabalho específicos e para aumentar o valor mercantil da personalidade.” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 184).

Esta indústria atua transformando tudo em bem de consumo, seja este produto da criatividade, nas áreas de arte, música, cinema, literatura, moda, ou arquitetura,

é levado ao mercado para ser comercializado sob a lógica do capital, inserido no contexto mercadológico de fins lucrativos.

Em Adorno (1994), o termo “indústria cultural”, então, veio a substituir outro concebido como “cultura de massas”. Diferentemente da cultura que surge espontaneamente do povo, na indústria cultural a sua produção é dirigida para as massas e determinada para o seu consumo e vice-versa.

A indústria cultural preocupa-se primordialmente com o produto que vai chegar às massas, que devem consumi-lo integralmente e com grande aceitação, seja ele um espetáculo, uma mostra de arte ou uma mídia eletrônica. Neste segmento, com o apoio fundamental dos veículos de comunicação, ao mesmo tempo em que divulga sua arte, cria continuamente necessidades, sem admitir críticas.

Neste cenário manipulado pelo capital, é promovida a integração proposital das duas artes, separadas há tempos: a superior – das elites culturais, que acaba sendo desfeita em sua seriedade e erudição pela especulação –, e a inferior – das culturas populacionais, que seria controlada em seus caracteres rudes e manipulada socialmente. O mercado passa a padronizar o gosto pelas artes, subtraindo dos consumidores a liberdade de estipularem seus critérios e exigências, e dos autores a liberdade da criação comprometida somente com os seus ideais artísticos.

A indústria cultural preocupa-se primordialmente com o produto que vai chegar às massas, que devem consumi-lo integralmente e com grande aceitação, seja ele um espetáculo, uma mostra de arte ou uma mídia eletrônica

Em nível mundial, o setor da cultura é organizado para dar suporte à produção de inúmeros segmentos, que passam a ser vistos com bastante interesse pelas autoridades, em virtude do aporte de recursos que movimentam, compondo importantes percentuais em seus Produtos Internos Brutos (PIB). O mesmo acontece com o Brasil, que desde os anos 30 já procurava estabelecer as primeiras políticas públicas para o setor. Porém, somente a partir dos anos 90 o país passou a organizar sua área cultural através do Ministério da Cultura, com uma política mais voltada para as relações mercadológicas e a interação entre economia e cultura, e uma proposta de elaboração de diretrizes e metas culturais para os diversos segmentos do setor.

A POLÍTICA CULTURAL E SEU FINANCIAMENTO

Os governos começaram a perceber, então, que o incentivo à cultura poderia ser uma estratégia importante na autoafirmação de sua identidade nacional, sua diferenciação e singularidade, e que este saber-fazer seria visto como um diferencial capaz de gerar, ao mesmo tempo, encantamento e valor e, conseqüentemente, desenvolvimento econômico e social. Procuraram, então, incentivar, conservar, promover e expor sua produção e seus autores. Paralelamente, amantes e admiradores, de algum modo, sempre adquiriram, divulgaram ou estimularam as obras de artistas nos mais variados gêneros, a depender do gosto, seja na pintura, na música, artes cênicas, escultura, e outros mais.

Em meio aos discursos econômicos e políticos, nos últimos tempos, as questões relacionadas à cultura tornaram-se centrais para o desenvolvimento humano e social, e a forma de financiamento desta atividade, uma preocupação de governos e gestores que buscam cada vez mais uma maior interlocução entre os cidadãos e as instituições públicas e privadas.

Fruto da necessidade de um diálogo principalmente entre as áreas de Sociologia, Antropologia, Economia, Política e Artes, que se mostram indispensáveis à concepção e à delimitação do campo de atuação da cultura, o conceito de política cultural ainda não é um consenso entre os

Os governos começaram a perceber, então, que o incentivo à cultura poderia ser uma estratégia importante na autoafirmação de sua identidade nacional, sua diferenciação e singularidade [...] conseqüentemente, desenvolvimento econômico e social

estudiosos do tema, embora de grande importância na sociedade moderna.

Para fins deste trabalho, foi adotada a definição dada por Coelho (2004, p. 292) em seu Dicionário Crítico de Política Cultural:

a política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas.

Canclini (2001, p. 65), ao abordar o tema, infere que a política cultural é: “[E] conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civis y los grupos comunitarios a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social”.

Embora este conceito não tenha sua aceitação entre a maioria dos pensadores que discorrem sobre o assunto, ajuda a melhor entender a necessidade de uma estratégia conjunta entre os diversos agentes, sob a coordenação e o planejamento de um dos entes centrais (no caso, o

governo – seja de qualquer âmbito: nacional, regional, estadual ou local) para a intervenção e a promoção da cultura na sociedade.

Para sintetizar o assunto, pode-se admitir que as políticas culturais são o conjunto de intervenções promovidas pelo Estado, com o objetivo de satisfazer as necessidades da população e estimular e incentivar o desenvolvimento de suas representações simbólicas em sua esfera de atuação, para tal contando com a interlocução e o apoio de empresas privadas, organizações civis e/ou grupos comunitários que, ao se unirem, juntam esforços para promover o bem-estar social.

Inúmeros desafios vêm sendo enfrentados no campo das políticas culturais no mundo contemporâneo desde a sua organização mais moderna, que aconteceu a partir de meados do século XX, quando novos elementos foram incorporados a este conceito, cuja transversalidade passou a abarcar áreas distintas e até então desconexas, como Sociologia, Economia, Política e Antropologia, para citar algumas.

Desde os anos 40, a política cultural passou a ser uma área de expressão na Europa, quando foi instituída a Arts Council, na Inglaterra, e posteriormente com a criação do Ministério dos Assuntos Culturais, na França, cujo

objetivo principal estava assentado na universalização das obras culturais, tornando-as acessíveis aos franceses e tendo por base a preservação, a difusão e o acesso a seu amplo patrimônio artístico e cultural.

A França insere o tema das políticas culturais como questão relevante para a organização da cultura e de sua gestão em nível nacional. Porém, quem posteriormente internacionaliza o tema e intensifica o debate é a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), que já em 1952 elabora a Declaração Universal dos Direitos do Autor, e mais tarde, dentre alguns de seus temas importantes, produz a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (1972), a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2002) e a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005), de onde se retira o conceito de diversidade cultural como a multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão. Tais expressões são transmitidas entre e dentro dos grupos e sociedades. A diversidade cultural manifesta-se não apenas nas variadas formas pelas quais se expressa, se enriquece e se transmite o patrimônio cultural da humanidade, mas também através dos diversos modos de criação, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais, quaisquer que sejam os meios e tecnologias empregados (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2006).

Assim, questões relevantes envolvendo o debate cultural e amplo começaram a ser maciçamente abordadas em todos os continentes. São inúmeros os exemplos de gestão, e cada país tem a liberdade de adotar a política que melhor possa satisfazer seus interesses e os de seus cidadãos, a fim de proteger seu patrimônio material e imaterial, sua cultura, sua história. Muitas são as formas de intervenção observada, porém, o que se torna uma prática comum, em relação aos modelos de financiamento da cultura, é que, em todos os países, atuando em blocos ou isolados, há a adoção de uma forma de financiamento para o setor cultural que mescla recursos advindos diretamente do setor público com recursos financeiros do setor privado, através de mecanismos como incentivos fiscais e/ou doações diretas à classe artística. Os financiamentos público e privado da

Pode-se admitir que as políticas culturais são o conjunto de intervenções promovidas pelo Estado, com o objetivo de satisfazer as necessidades da população e estimular e incentivar o desenvolvimento de suas representações simbólicas em sua esfera de atuação

No caso brasileiro, as políticas públicas, em qualquer das áreas, são adotadas sob os moldes de uma intervenção estatal na vida da sociedade, visando resolver e/ou prevenir algum problema social detectado

cultura são amplamente adotados por diversos países, embora seja um tema ainda muito carente de estudos e publicações.

No caso brasileiro, as políticas públicas, em qualquer das áreas, são adotadas sob os moldes de uma intervenção estatal na vida da sociedade, visando resolver e/ou prevenir algum problema social detectado, dando-lhe a solução possível, e atualmente com o envolvimento dos mais variados agentes e setores, todos integrados e sob a coordenação de um ente público responsável.

As formulações e práticas referentes às políticas culturais no Brasil remontam aos primeiros anos da década de 1930. Porém, foi em 1988 que o setor cultural ganhou considerável destaque e relevância no debate nacional, ao ser promulgada a Constituição Federal, que trouxe a garantia de acesso à cultura nacional, cuja política é feita sob um planejamento de mais longo prazo (quatro anos), com o estabelecimento e a necessidade de elaboração do Plano Nacional de Cultura. A Carta Magna do país garantiu ainda a instituição do Sistema Nacional de Cultura, sob uma forma descentralizada e participativa, em regime de colaboração entre os demais órgãos públicos e a sociedade em geral.

A partir daí surgiu também a necessidade de organização dos diversos segmentos da sociedade que passaram a dar voz à participação popular e a criar conselhos de políticas públicas, com o objetivo de auxiliar o Poder

Executivo no encaminhamento de demandas, na elaboração de propostas políticas e orçamentárias e na fiscalização das leis, uma nova forma de gestão através dos orçamentos participativos e das parcerias com diversos agentes sociais e a sociedade civil em geral. Este fato também se tornou realidade na área da cultura.

Foi o mesmo documento que também determinou aos governos estaduais e municipais a edição de leis próprias para a organização de seus sistemas de cultura. Ao mesmo tempo, foi propiciada a elaboração de políticas públicas direcionadas à realidade política e socioeconômica de cada região, transferindo para o nível local o planejamento, a regulação e a execução das ações do setor cultural, bem como a maior parte do ônus das ações.

Historicamente, o setor cultural no Brasil sempre se apresentou frágil politicamente e com insuficiência de recursos, e na maior parte do tempo esteve atrelado a outras áreas que demandavam grande parte de seus planejamentos e, conseqüentemente, maior aporte financeiro.

No plano federal, em 1986 foi sancionada a primeira lei de incentivos fiscais para o setor – a Lei nº 7.505, de 02 de junho de 1986 (BRASIL, 1986), conhecida como Lei Sarney. Esta lei apresentava alguns problemas técnicos, muitas críticas e pouca eficiência. Por exemplo, não havia a exigência de aprovação prévia de projetos por um corpo técnico, mas somente o cadastramento da entidade proponente junto ao Ministério da Cultura, o

O setor cultural no Brasil sempre se apresentou frágil politicamente e com insuficiência de recursos esteve atrelado a outras áreas que demandavam grande parte de seus planejamentos

que favorecia o surgimento de inúmeras irregularidades e desvios. Em 1990, esta lei foi revogada.

Em 1991 foi promulgada a Lei nº 8.313 (BRASIL, 1991) – conhecida como Lei Rouanet, ainda em vigor, que utiliza a renúncia fiscal como principal mecanismo para o financiamento de projetos ligados à área da cultura no país. Esta legislação instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), cujo objetivo é, dentre outros, promover o estímulo à produção, à distribuição e ao acesso a produtos culturais, a proteção e conservação do patrimônio histórico e artístico e a promoção e difusão da cultura brasileira, com ênfase na diversidade regional.

O Pronac possui, atualmente, dois mecanismos que permitem sua viabilização: o Fundo Nacional de Cultura (FNC) e o incentivo fiscal (renúncia fiscal ou mecenato²). O primeiro é um fundo contábil que prevê o financiamento de até 80% dos projetos culturais apresentados por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas. O segundo instrumento é uma forma encontrada pelo governo federal para viabilizar a participação do setor privado em financiamentos de projetos da área cultural previamente aprovados, permitindo a pessoas físicas e jurídicas a aplicação de parcelas de seu Imposto de Renda em projetos culturais, por meio de doações ou patrocínio.

Foi somente em 1992 que a cultura passou a ter definitivamente um ministério próprio, com a função de elaborar políticas em nível nacional voltadas exclusivamente para esta área, através do Ministério da Cultura (MinC).

Segundo dados liberados pelo MinC, do período de 1996 a 2011 foram apresentados 93.786 projetos no total, sendo destes 75.112 aprovados e 32.206 captados via Pronac. Em termos monetários, estes projetos correspondem a R\$ 68.494.584,00 apresentados, R\$ 40.616.707,00 aprovados, porém somente R\$ 9.683.035,00 efetivamente captados (ou seja, 14,14% do total), o que representa, em valores, um percentual pequeno e um valor ainda mais ínfimo perto da grandiosidade do segmento cultural no país (2012).

2 O mecenato é um termo que data da antiguidade, de origem italiana, do tempo do Império Romano. Atualmente, o termo faz referência à forma de patrocinar as artes, através benefícios fiscais.

Em 1992 que a cultura passou a ter definitivamente um ministério próprio, com a função de elaborar políticas em nível nacional voltadas exclusivamente para esta área, através do Ministério da Cultura

Um dado que chama a atenção refere-se ao valor captado no ano de 1996, que representou 7,71% do total dos projetos aprovados; em 2001 esse valor passou para 33,74%, com grandes oscilações, até que, em 2011, chegou ao percentual de 23,88%.

Registrou-se um aumento considerável no número de projetos aprovados e captados, que passou de 2.316 e 451, respectivamente (em 1996), para 7.703 e 3.654 (em 2011). Embora o percentual e o valor dos projetos captados sejam relativamente baixos quando comparados com os projetos aprovados, estes números melhoraram significativamente nos 16 anos do período considerado, ainda que essa melhora não tenha sido constante e regular.

Segundo o relatório *Mecanismo de Incentivo*, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (Sefic), do MinC, no ano de 2012, as áreas de música e artes cênicas apresentaram a maior quantidade de projetos no período em análise e, correspondentemente, os maiores valores captados. Somente estas duas áreas culturais responderam por cerca de 50% dos projetos apresentados, em cada um dos anos analisados, em conjunto, e 47% dos projetos captados, enquanto as outras áreas não conseguiram captar mais que 16% do total do volume de recursos disponíveis, separadamente. O MinC informou, para 2009 a 2011, a quantidade de projetos apresentados, bem como os valores captados por estado da Federação (Tabela 1).

Tabela 1
Quantidade e valor dos projetos apresentados para o mecanismo de incentivo (Participação das unidades da federação em relação à região) – 2009-2011

Regiões / UF	Quantidade e valor dos projetos apresentados						Participação em relação à Região (%)					
	2009		2010		2011		2009		2010		2011	
	Projetos	Valor (R\$)	Projetos	Valor (R\$)	Projetos	Valor (R\$)	Projetos	Valor	Projetos	Valor	Projetos	Valor
São Paulo	2.033	2.043.354.181	2.561	2.537.327.787	2.472	2.595.302.467	49,87%	55,04%	46,55%	50,38%	47,63%	51,86%
Rio de Janeiro	1.389	1.286.032.525	2.078	1.852.174.991	1.772	1.700.748.100	34,07%	34,64%	37,77%	36,77%	34,14%	33,99%
Minas Gerais	611	357.895.941	800	588.586.535	862	598.440.796	14,99%	9,64%	14,54%	11,69%	16,61%	11,96%
Espírito Santo	44	24.916.498	63	58.775.793	84	109.718.929	1,08%	0,67%	1,15%	1,17%	1,62%	2,19%
Sudeste	4.077	3.712.199.145	5.502	5.036.865.106	5.190	5.004.210.292	70,02%	77,10%	69,40%	77,52%	67,38%	75,54%
Paraná	269	157.643.902	354	170.692.903	428	286.630.419	27,90%	31,92%	28,18%	27,83%	34,19%	42,14%
Rio Grande do Sul	442	199.761.301	570	306.764.758	492	249.800.719	45,85%	40,45%	45,38%	50,01%	39,30%	36,73%
Santa Catarina	253	136.487.284	332	135.981.977	332	143.706.442	26,24%	27,64%	26,43%	22,17%	26,52%	21,13%
Sul	964	493.892.487	1.256	613.439.638	1.252	680.137.580	16,56%	10,26%	15,84%	9,44%	16,25%	10,27%
Bahia	176	121.927.326	280	211.168.567	327	209.763.064	40,27%	40,49%	41,12%	46,79%	42,91%	42,76%
Pernambuco	87	93.408.970	143	87.685.501	132	109.124.999	19,91%	31,02%	21,00%	19,43%	17,32%	22,25%
Ceará	124	61.408.436	141	84.472.933	174	92.072.279	28,38%	20,39%	20,70%	18,72%	22,83%	18,77%
Maranhão	9	4.948.234	29	27.618.905	25	23.952.236	2,06%	1,64%	4,26%	6,12%	3,28%	4,88%
Paraíba	12	3.634.738	35	9.702.879	42	17.603.814	2,75%	1,21%	5,14%	2,15%	5,51%	3,59%
Sergipe	7	8.150.468	15	14.659.613	21	14.908.062	1,60%	2,71%	2,20%	3,25%	2,76%	3,04%
Rio Grande do Norte	8	2.000.911	14	6.910.611	21	10.722.475	1,83%	0,66%	2,06%	1,53%	2,76%	2,19%
Piauí	7	3.428.191	16	3.868.230	12	8.843.132	1,60%	1,14%	2,35%	0,86%	1,57%	1,80%
Alagoas	7	2.243.346	8	5.259.103	8	3.561.050	1,60%	0,74%	1,17%	1,17%	1,05%	0,73%
Nordeste	437	301.150.620	681	451.346.342	762	490.551.111	7,50%	6,25%	8,59%	6,95%	9,89%	7,40%
Distrito Federal	173	195.929.022	206	222.714.240	216	200.464.509	59,66%	69,38%	50,86%	66,46%	51,31%	58,68%
Goiás	83	67.202.985	116	60.817.903	133	102.910.242	28,62%	23,80%	28,64%	18,15%	31,59%	30,13%
Mato Grosso	21	16.093.026	59	35.701.478	49	22.780.875	7,24%	5,70%	14,57%	10,65%	11,64%	6,67%
Mato Grosso do Sul	13	3.190.018	24	15.895.661	23	15.453.590	4,48%	1,13%	5,93%	4,74%	5,46%	4,52%
Centro-Oeste	290	282.415.051	405	335.129.282	421	341.609.216	4,98%	5,87%	5,11%	5,16%	5,47%	5,16%
Acre	3	538.334	2	592.104	5	1.675.539	5,45%	2,14%	2,38%	0,97%	6,41%	1,55%
Amazonas	13	9.539.332	21	6.262.771	21	83.014.679	23,64%	37,93%	25,00%	10,26%	26,92%	76,61%
Pará	29	9.887.731	48	48.752.765	30	17.225.193	52,73%	39,32%	57,14%	79,85%	38,46%	15,90%
Rondônia	9	4.519.665	5	2.387.620	6	2.746.636	16,36%	17,97%	5,95%	3,91%	7,69%	2,53%
Tocantins	1	663.811	5	1.294.419	10	2.413.206	1,82%	2,64%	5,95%	2,12%	12,82%	2,23%
Amapá	0	0	1	117.652	4	788.197	0,00%	0,00%	1,19%	0,19%	5,13%	0,73%
Roraima	0	0	2	1.648.935	2	500.194	0,00%	0,00%	2,38%	2,70%	2,56%	0,46%
Norte	55	25.148.873	84	61.056.266	78	108.363.644	0,94%	0,52%	1,06%	0,94%	1,01%	1,64%
Total	5.823	4.814.806.176	7.928	6.497.836.634	7.703	6.624.871.843						

Fonte: Brasil. Ministério da Cultura. Diretoria de Desenvolvimento e Avaliação de Mecanismos de Financiamento. Mecanismo de incentivo. 2014. Adaptado.

A Região Sudeste, ao longo da série (2009/2011), apresentou o maior número de projetos do país, (67,34%) e também conseguiu captar a maior parte dos recursos disponibilizados nos três anos analisados, sendo em 2011 o equivalente a 79,9% do total nacional. Desta região merecem destaque os estados de São Paulo e Rio de Janeiro que, em conjunto no ano de 2011, apresentaram, em termos nacionais, mais de 55% dos projetos, cujo valor representou em torno de 64,8% do total do país, correspondendo a R\$ 4.296 milhões. A captação efetiva dos recursos equivaliu R\$ 1.042 milhões para a região como um todo e a R\$ 914,73 milhões para os dois estados, em 2011. Tais números evidenciam a posição destes, o seu grau de importância no contexto nacional, a sua capacidade de *lobby* e a hegemonia da região como eixo das manifestações culturais do país, ditando assim princípios e regras que passam a ser seguidas pelos demais estados da Federação. A segunda colocada neste *ranking* é a Região Sul com 16,25% dos projetos apresentados em 2011 cujo valor foi de aproximadamente R\$ 680 milhões. Conseguiu captar 21,7% dos recursos disponibilizados, o que correspondeu a 11,2% do montante nacional. A Região Nordeste veio em seguida, ocupando a terceira posição. Apresentou 9,89% do total de projetos, representando um montante de R\$ 490,6 milhões. Captou 5,2% equivalentes a R\$ 68,37 milhões do total disponível para o país. Registre-se que nove estados desta região, em conjunto, não conseguiram apresentar 10% do total de projetos em nenhum dos anos analisados. Nesta região merecem destaque a Bahia que, sozinha, apresentou 43,34% dos projetos da região, seguida por Pernambuco, que apresentou em média 24,23% dos projetos. Porém, quando se passa a analisar os valores efetivamente captados, a posição destes estados se inverte, ficando Pernambuco com a primeira posição (33,53%, equivalentes a R\$ 22,92 milhões), seguido da Bahia (com 24,3%, equivalentes a R\$ 16,495 milhões), praticamente empatada com o Ceará (com 23,38%, equivalentes a R\$ 16,330 milhões).

No Nordeste, como visto, os estados que mais captaram recursos foram Pernambuco, Bahia e Ceará. Os demais não conseguiram atingir juntos 24% dos valores captados em qualquer dos anos em análise. Particularmente, o estado da Bahia, somente em 2010, conseguiu superar Pernambuco em termos de valores captados, ficando atrás nos demais anos, seguido de perto pelo Ceará.

O que se observa, na prática, é uma concentração de verbas, que persiste nas ações culturais do eixo Rio-São Paulo, além da promoção de atividades geradoras de maiores lucros, já consolidadas pelo setor.

Outro instrumento de gestão na esfera federal é o Plano Nacional de Cultura (PNC) instituído pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010 (BRASIL, 2010), que criou também o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). Conforme esta legislação, o PNC deve privilegiar o reconhecimento e a promoção da diversidade cultural; a criação, fruição, difusão, circulação e consumo da cultura; a educação e a produção de conhecimento; a ampliação e a qualificação de espaços culturais; o fortalecimento institucional e a articulação federativa; a participação social; o desenvolvimento sustentável da cultura; os mecanismos de fomento e financiamento para o setor cultural; as políticas setoriais.

Em termos de captação de recursos pelas áreas culturais, o *ranking* nacional é o seguinte: música (23,8%); artes cênicas (22%); artes integradas (14,7%); patrimônio cultural (13,7%); artes visuais (9,2%); audiovisuais (8,9%) e humanidades (7,8%) (BRASIL, 2014).

O Governo do Estado da Bahia, seguindo uma tendência nacional, organizou a Secretaria de Cultura e Turismo (SCT) em meados da década de 90. Naquele período, o estado passou a utilizar como um dos mecanismos para o financiamento de suas atividades culturais a renúncia fiscal, estabelecida através da Lei Estadual nº 7.015,

O que se observa, na prática, é uma concentração de verbas, que persiste nas ações culturais do eixo Rio-São Paulo, além da promoção de atividades geradoras de maiores lucros

de 9 de dezembro de 1996 (BAHIA, 1996), que criou o Programa Estadual de Incentivo à Cultura – o Fazcultura –, em vigência até os dias atuais, cujo principal objetivo é o estímulo à produção artístico-cultural nas áreas de música, pintura, teatro, cinema, literatura, artesanato, folclore, museu, biblioteca, arquivo e patrimônio cultural.

Há, no estado, outra forma de incentivo cultural, o Fundo de Cultura, que apoia projetos nas áreas de música, artes cênicas, artes plásticas e gráficas, cinema, vídeo e fotografia, literatura, folclore, artesanato, museus, bibliotecas e arquivos e patrimônio cultural, através de demanda espontânea, via editais, instituições e projetos culturais.

No ano de 2007 foram desmembradas as áreas de cultura e turismo e, então, criada a Secretaria de Estado da Cultura, com o objetivo de promover a diversidade, o desenvolvimento, a descentralização, a democratização, o diálogo e a transparência nas ações que envolvem o segmento da cultura na Bahia.

Em Salvador, o planejamento e a execução das políticas culturais estiveram inicialmente atrelados à área da educação, integrando a Secretaria Municipal da Educação e Cultura (Semec), à qual, posteriormente, juntaram-se as áreas de esporte e lazer, constituindo a Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer (Secult). Em dezembro de 2012, porém, a área de cultura foi dissociada da educação e passou a unir-se ao turismo, constituindo assim a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Turismo e Cultura (Sedes).

As políticas públicas municipais referentes ao setor da cultura, porém, ficaram sempre a cargo da Fundação Gregório de Matos (FGM), que é uma autarquia, criada em 1986 através da Lei Municipal nº 3.601, cujos objetivos incluem a organização e a promoção de atividades culturais na cidade e a preservação e divulgação do patrimônio histórico e cultural, dentre outros. Em sua operacionalização, são mantidos alguns equipamentos que funcionam como espaços para promoção e divulgação de atividades culturais (exposições e oficinas) voltadas para a população em geral: o Espaço Cultural da Barroquinha – com área para espetáculos de teatro, dança e música; o Museu da Cidade (Centro Histórico); a Casa do Benin (Pelourinho) – espaço dedicado a exposições e oficinas

No ano de 2007 foram desmembradas as áreas de cultura e turismo [...] com o objetivo de promover a diversidade, o desenvolvimento, a descentralização, a democratização, o diálogo e a transparência nas ações que envolvem o segmento da cultura na Bahia

artísticas; o Arquivo Histórico Municipal (Centro); o Teatro Gregório de Matos (Centro); a Galeria da Cidade (Centro); a Biblioteca Pública Municipal Prof. Edgard Santos (Ribeira); a Biblioteca Pública Municipal Denise Tavares (Liberdade); e a Biblioteca do Arquivo Municipal (Centro).

Ao longo do ano, a FGM desenvolve mostras de cinema, teatro e música em áreas populares, ao ar livre, de fácil acesso à população de vários bairros. Tais atividades, algumas a preços populares e outras gratuitas, buscam proporcionar a formação e informação cultural dos munícipes.

A FGM conta ainda com o projeto Arte em Toda Parte, que financia projetos em vários segmentos artísticos (artes visuais, audiovisual, circo, dança, teatro, música e literatura), culturas populares e identitárias e festivais e mostras de arte e cultura.

No ano de 2005 foi sancionada a Lei Municipal nº 6.800 (SALVADOR, 2005a), que estabeleceu a concessão de incentivos fiscais, com a redução do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) para o financiamento de projetos na área cultural, no âmbito do município de Salvador. Tal lei vigorou até o final do exercício de 2011, sem que fosse renovada.

No mesmo ano foi promulgada a Lei Municipal nº 6.914 (SALVADOR, 2005b), que criou o Fundo Municipal de Cultura – vinculado à FGM, para prestar apoio a projetos artísticos e culturais. Em 2007, através da Lei nº 7.315 (SALVADOR, 2007), foi criado o Conselho Municipal de Cultura, constituído por comissões temáticas nas áreas de artes cênicas (teatro, dança e artes circenses); música; artes visuais e audiovisuais; livro e literatura; patrimônio histórico e cultural; cultura negra e indígena e patrimônio imaterial; eventos de rua; educação, ciência e tecnologia.

Para o período de 2010-2013, a prefeitura de Salvador adotou como estratégia de planejamento o Plano Plurianual (PPA), que segue uma determinação federal, no qual se encontra delimitado o modelo de gerenciamento e execução a ser seguido em toda a cidade, buscando o seu desenvolvimento sustentável, conforme a Lei Municipal nº 7.729 (SALVADOR, 2009).

A gestão municipal iniciada em 2012 apresentou à sociedade o Plano Estratégico elaborado para o período de 2013-2016. Algumas linhas de ação foram propostas, com metas e iniciativas, em dez áreas, como: educação, saúde, justiça social, ambiente de negócios, turismo e cultura, mobilidade, ambiente urbano, ordem pública, gestão para entrega e equilíbrio de contas.

Na área específica de cultura, três pontos marcam o planejamento da cidade: projetos de requalificação e reformas estruturais em equipamentos culturais, relançamento do Projeto Boca de Brasa e o lançamento do edital “Arte em toda a parte” (SALVADOR, 2013, p. 11).

O Projeto Boca de Brasa, relançado em 2013, oferece cursos e oficinas nas áreas de produção cultural, direção artística e gestão de grupos, criação musical, grafite, dança de rua e criação literária, levando oficinas e apresentações aos bairros periféricos da cidade, aproximando população, arte e artista, em palcos abertos. O edital “Arte em toda a parte” é uma iniciativa de apoio às atividades de arte e cultura, com ações de fomento nos segmentos de dança, teatro, literatura, artes visuais, cinema e vídeo, circo e música e culturas populares e identitárias.

No início do exercício de 2014 foi implantado o Sistema Municipal de Cultura de Salvador (SMC), através da Lei

Municipal nº 8.551, de 28 de janeiro de 2014 (SALVADOR, 2014), com o objetivo de assegurar e fortalecer os processos de criação, produção, pesquisa, difusão e preservação das manifestações culturais, bem como dos espaços a elas destinados, estabelecer parcerias público-privadas e agendas de ações nas áreas culturais. Para tal, utiliza como instrumentos o Plano Municipal de Cultural, sistema de indicadores e informações, programas de financiamento, programas de formação e qualificação, dentre outros. As instâncias para sua articulação na cidade são o Conselho Municipal de Política Cultural e a Conferência Municipal de Cultura.

Ao finalizar este assunto, é preciso ressaltar que toda política pública só consegue alcançar seus objetivos se estiver diretamente atrelada ao conceito de território, cuja identidade está intimamente ligada à noção de história, espaço, tempo, recursos naturais e povo. As políticas públicas, de modo geral, devem necessariamente passar pelo contexto social. Devem respeitar a territorialidade, com suas limitações e imposições, com suas vantagens naturais e vantagens adquiridas ao longo de seu processo de formação, e com sua gente, aquela que nasceu, cresceu e se estabilizou na localidade, mas também com aqueles que ali se fixaram, com suas origens, suas histórias, suas tradições e culturas e que, com o passar do tempo, receberam influências e influenciaram todo o contexto social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura é entendida como o conjunto dos saberes e fazeres de um povo, que se expressa em determinado tempo e espaço e se perpetua por gerações. É transmitida em uma cadeia de ensinamentos que a torna única. Para tal, torna-se fundamental que haja uma relação de proximidade entre os indivíduos e o poder constituído, fornecendo as condições necessárias para que os povos, ao mesmo tempo em que possam expressar seus hábitos culturais, os coloquem à disposição da sociedade, gerando bem-estar, ocupação e renda para toda a comunidade.

Partindo-se do entendimento de que a economia da cultura busca estudar os produtos da criação simbólica e

os instrumentos com os quais essa cultura adquire valor e se mercantiliza, e de que os bens e serviços culturais têm em comum o componente da cultura e da criatividade, foi possível perceber que estes bens, quando transformados em mercadoria, passam a ter um valor diferenciado a partir de seus componentes simbólicos, sob o *status* de bens econômicos tradicionais, inseridos no processo de produção, reprodução, circulação e distribuição e, por isso mesmo, são importantes instrumentos na geração de ocupação, emprego, renda e bem-estar social.

As atividades culturais são bastante heterogêneas e envolvem diferentes práticas, modalidades de organização produtiva, empresarial e tecnológica, assim como as operações de produção e circulação. São alguns segmentos do setor cultural: música, dança, literatura, artesanato, pintura, tradições populares, culinária, religião, moda, linguagem, numa relação que não se exaure aqui.

Uma vez que o espaço cultural é composto necessariamente pela tríade Homem x Tempo x Território, para trabalhar as potencialidades que o setor fornece é necessário observá-lo através de suas peculiaridades, sua localidade, suas especificidades e suas limitações.

Depois da década de 90, o que se verifica é o crescimento do setor cultural, a multiplicação de oportunidade na área, a institucionalização da cultura no país e a profissionalização dos agentes culturais. Com isso, o setor cultural ganha importância no debate econômico, sendo concebido como um importante recurso, capaz de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico de determinada região, e instrumento de construção e autoafirmação do cidadão na sociedade, fornecendo muitas possibilidades, principalmente em termos de empregabilidade e rentabilidade.

Para que a produção cultural seja capaz de contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento das nações é preciso que sejam adotadas políticas públicas sérias e direcionadas, capazes de articulação e diálogo com os demais setores públicos e privados.

Há alguns mecanismos de financiamento para o setor cultural, como a Lei Rouanet – em nível nacional – e o

Fazcultura – do estado da Bahia, que oferecem incentivos fiscais, com base em isenções ou deduções tributárias, a empresas privadas e pessoas físicas. Além destes, os fundos Federal, Estadual e Municipal de Cultura também financiam projetos de diversas áreas culturais em seus âmbitos de atuação. Porém, estas políticas e programas de governo, para serem eficazes em suas proposições, devem observar a constituição e as práticas da população nos âmbitos regional e local, bem como a possibilidade de desenvolvimento de seu saber-fazer de acordo com o território específico em que deverão ser implantados.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. A indústria cultural. In: COHN, Gabriel (Org.). *Adorno: sociologia*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

_____. A indústria cultural. In: CONH, Gabriel (Org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Nacional, 1971.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

BAHIA. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2 dez. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm>. Acesso em: 13 nov. 2014.

_____. Lei Estadual nº 7.015, de 9 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a concessão de financiamento de incentivo fiscal para projetos culturais, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado da Bahia*. Salvador, BA, 9 dez. 1996. Disponível em: <http://siic.cultura.ba.gov.br/pdfs/Lai_7015_de_09-12-1996_-_Criacao_FAZCULTURA_-_Com_Alts_de_2005_e_2010.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2014.

_____. Secretaria de Cultura. *Linhas de ação*. Salvador: SEC. Disponível: <<http://www.cultura.ba.gov.br/linhas-de-acao>>. Acesso em: 23 out. 2013.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *BNDES cria Programa de Incentivo à Economia da Cultura – PROCULT com possibilidades de financiamento e renda variável aos segmentos do mercado fonográfico e espetáculos ao vivo*. São Paulo: Cooperativa de Música, 2011. Disponível em: <<http://www.cooperativademusica.com.br/blog/?p=2810>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

BAUMOL, William J.; BOWEN, William G. *Performing arts: the economic dilemma*. New York: Paperback, 1968.

BECKER, Gary S. Theory of the allocation of time. *Economic Journal*, Oxford, UK, v. 75, n. 299, p. 493–517, Sept. 1965.

BENEDECT, Ruth. *O crisântemo e a espada*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. 292 p.

_____. Lei nº 7.505, de 02 de junho de 1986. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 3 jul. 1986. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7505.htm>. Acesso em: 30 dez. 2014.

_____. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 24 dez. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313cons.htm>. Acesso em: 28 nov. 2014.

_____. Ministério da Cultura. *Plano da Secretaria da Economia Criativa: diretrizes e ações 2011 a 2014*. Brasília: MinC, 2011.

_____. Ministério da Cultura. Diretoria de Desenvolvimento e Avaliação de Mecanismos de Financiamento. *Mecanismo de incentivo*. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10883/13170/mecanismo-de-incentivo-fiscal-do-pronac.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

CANCLINI, Nestor Garcia. Definiciones en transición. In: MATO, Daniel (Org.). *Estúdios latino-americanos sobre cultura e transformaciones sociales en tiempos de globalización*. Buenos Aires: Clacso, 2001.

COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural*. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 2004.

FERNÁNDEZ, Xan Bouzada. Acerca del origen y génesis de las políticas culturales occidentales: arqueologías y derivas. *O Público e o Privado*, Fortaleza, n. 9, p. 109-147, jan/jun. 2007.

GUERREIRO, Goli. A cidade imaginada: Salvador sob o olhar do turismo. *Gestão & Planejamento-G&P*, Salvador, v. 1, n. 11, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Perfil dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. (Informações básicas municipais).

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia: un tratado de Introducción*. Madrid: Aguilar, 1948.

MARX, Karl. *O capital: teorias da mais valia*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987. Livro 4, v. 1.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais*. Brasília, UNESCO, 2006.

REIS, Ana Carla Fonseca (Org.). *Economia criativa: como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

RENGERS, Merijn. Economic lives of artists: studies into careers and the labour market in the cultural sector. [S.l.: s.n.], 2002. Disponível em: <<http://dspace.library.uu.nl/bitstream/handle/1874/815/inhoud.htm;jsessionid=4B687B6AF55DD45EE9C3D5ABB4FB6BB6?sequence=9>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

SALA RODRIGUES; SOLÉ, Ramon. El pensament economic en l'àmbit de la cultura. Universidade de Lleida. *Nota d'economia*, [S.l.], v. 2, n. 3, p. 76-77, 2003.

SALVADOR. Lei nº 6.800, de 26 de Agosto de 2005. Dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para financiamento de projetos culturais e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*, Salvador, BA, 26 ago. 2005a.

_____. LEI Nº 6914 de 28 de dezembro de 2005. Cria o fundo municipal de cultura, vinculado à Fundação Gregório de Mattos, com a finalidade de prestar apoio a projetos de natureza artística e cultural. *Diário Oficial do Município*, Salvador, BA, 28 ago. 2005b.

_____. Lei nº 7.315 de 31 de outubro de 2007. Cria o Conselho Municipal de Cultura, e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*, Salvador, BA, 31 out. 2007.

_____. Lei Municipal nº 7.729 de 4 de novembro de 2009. Institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2010 a 2013, e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*, Salvador, BA, 4 nov. 2009.

_____. Lei Municipal nº 8.551, de 28 de janeiro de 2014. Altera dispositivos da Lei nº 1543/63, que institui o Dia do Samba, preservando as características da música popular e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*, Salvador, BA, 29 jan. 2014. Disponível em: <http://www.ipac.ba.gov.br/wp-content/uploads/2014/01/leis_cultura-municipal-salvador.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. *Planejamento estratégico - construindo um novo futuro: 2013-2016*. Salvador: PMS, 2013.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. 5. ed. São Paulo: USP, 2007.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elizabete (Org.). *Políticas públicas: coletânea*. Brasília: ENAP, 2006.

SAY, Jean Baptiste. *Tratado de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os economistas).

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os economistas).

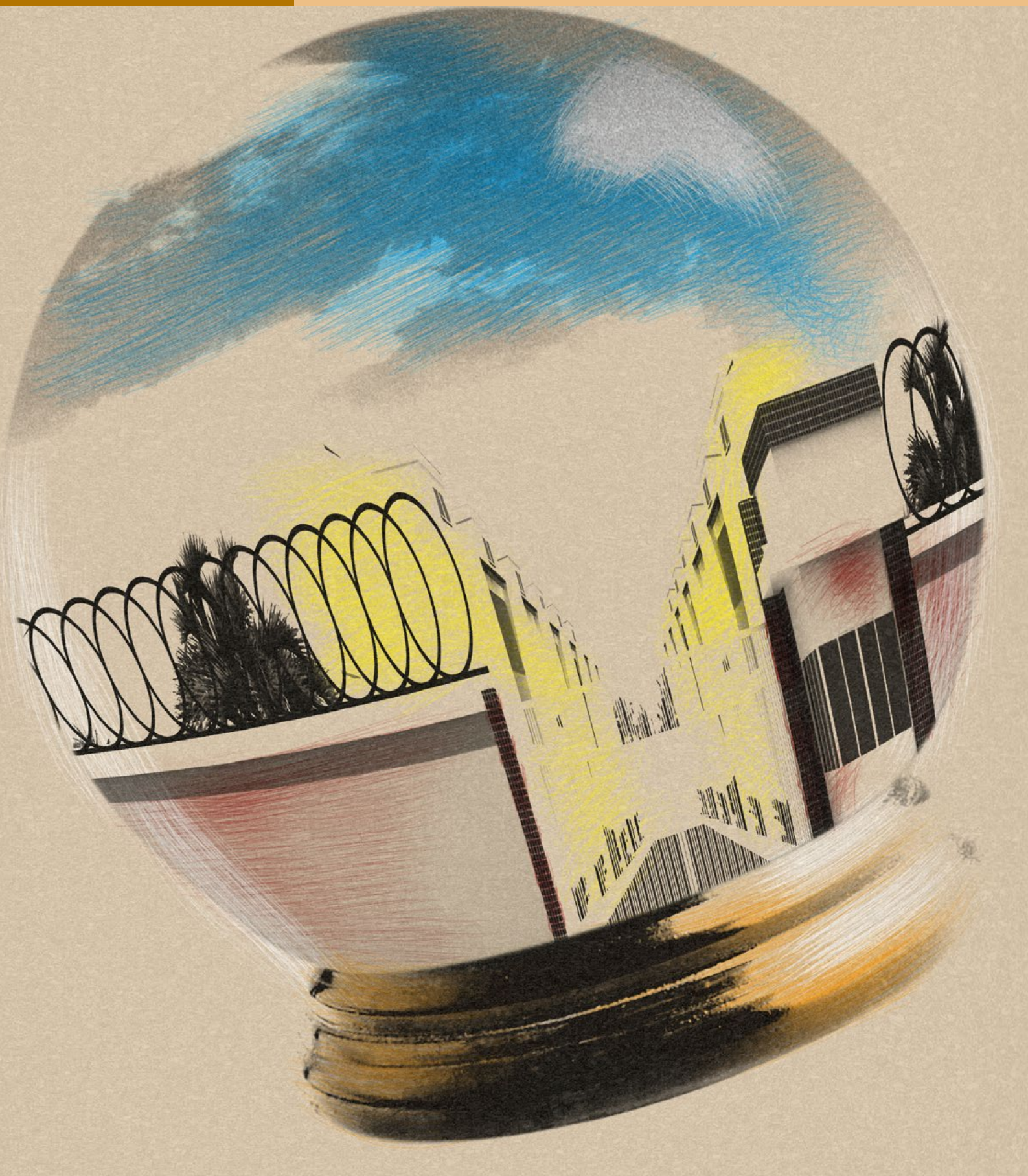
SPINOLA, Noelio Dantaslé. *Economia cultural em Salvador*. Salvador: Unifacs. 2006.

THROSBY, David; WITHERS, Glen. *The economics of the performing arts*. Hampshire, England: Gregg Revivals, 1993.

TOWSE, Ruth (Org.) *Manual de economia de la cultura*. Madrid: Fundación Autor, 2003.

TYLOR, Edward. *Primitive culture: researches into the development of mythology, philosophy, religion and customs*. London: John Murray, 1871.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. *Creative economy report 2010: a feasible development option*. Geneva: United Nations. 2010. Disponível em: <<http://www.unctad.org>>. Acesso em: 7 jan. 2014.



Um novo padrão de urbanização: impacto dos condomínios fechados sobre o tecido urbano na cidade de Feira de Santana (BA)

Carlane Dias Feitosa*
Ana Licks Almeida**

Vive-se um século urbano, no qual o número de cidadãos que habita os grandes e médios centros cresce continuamente, provocando um aumento na demanda por serviços, infraestrutura e uma política urbana capaz de minimizar as diferenças espaciais e sociais no território das cidades. O último censo demográfico (IBGE, 2010) mostra um crescimento na taxa de urbanização do país, que já atingiu o índice de 84,36%.

O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat, 2012) estudou o tema na região da América Latina e Caribe (ALC), destacando o Brasil como um dos países com maior evolução na taxa de urbanização, conforme se vê no Gráfico 1.

O relatório do ONU-Habitat (2012) também revela que a região da ALC é a mais urbanizada do mundo, com quase 80% da população vivendo em cidades e com estimativa de que, até o ano de 2020, este índice atinja os 90%. Neste documento ainda é possível avaliar a velocidade desse processo nas nações vizinhas da ALC. Em 1950, inexistiam metrópoles com mais de 5 milhões de habitantes nesta região, ao que passo que hoje são em número de oito (Cidade do México, São Paulo, Buenos Aires, Rio de Janeiro, Lima, Bogotá, Santiago e Belo Horizonte), das quais três estão no Brasil.

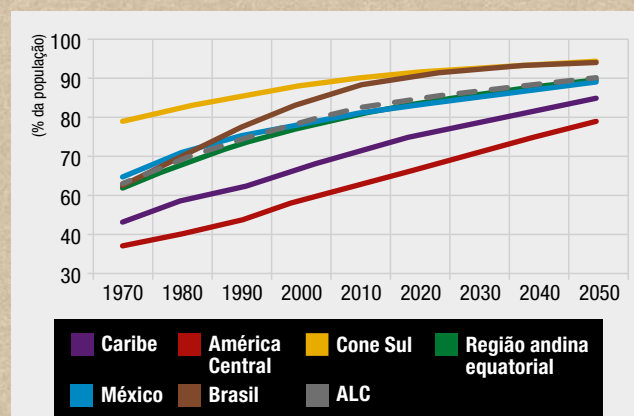


Gráfico 1
Evolução e projeção da taxa de urbanização na ALC – 1970-2050

Fonte: ONU – Habitat. Estado de las Ciudades de América Latina y el Caribe. Ago. 2012.

Contudo, a urbanização no Brasil só ocorreu de forma mais efetiva a partir da segunda metade do século XX, especialmente na década de 1970, quando a população urbana brasileira superou a rural, atingindo um índice de 55,92%. Esse processo foi estimulado pelo desenvolvimento da atividade industrial, que permitiu a formação

* Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano e especialista em Planejamento Urbano e Gestão de Cidades pela Universidade Salvador (Unifacs). carlanedias@hotmail.com

** Doutora em Saúde Coletiva e mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (Unifacs). aalmeida.ssa@gmail.com

de um mercado nacional, através do surgimento e da integração de cidades de médio e grande porte em todas as regiões do país.

Ao se analisar a evolução dessa urbanização, constata-se que ela se mostra em trajetória de constante ascendência, passando de 31,24% no ano de 1940 para 84,36% em 2010. Por ocorrer de forma acelerada e sem o planejamento adequado, a urbanização do país agravou problemas econômicos, ambientais e sociais, acentuando a desigualdade, com a segregação física e espacial entre ricos e pobres, além de contribuir para a especulação imobiliária e a carência de serviços e espaços públicos.

Diferentemente das migrações anteriores, motivadas principalmente pelo processo de industrialização do país, que atraía moradores do campo para a cidade, o atual processo de crescimento da taxa de urbanização brasileira tem participação importante de movimentos migratórios entre cidades. Cidadãos que habitam pequenos municípios buscam melhores condições de trabalho e habitação nos grandes centros urbanos. Trata-se de uma migração mais complexa, mas que, assim como antes, ocorre de forma desequilibrada e acaba por reproduzir nas regiões de destino as desigualdades econômicas e sociais das localidades de origem (AMARAL; BRITO; HORTA, 2001).

Bonduki (2012) afirma que o Brasil terminou o século XX com um aumento de 22,5% no número de favelas, na comparação com o ano de 1991. No período de 1991 a 2000, a população residente em assentamentos subnormais cresceu 84%, enquanto que a população geral teve uma elevação de 15,7%, expondo a baixa eficiência das ações do Estado no que tange à redução das necessidades habitacionais.

Valendo-se dos problemas sociais que se instauram em decorrência do crescimento urbano e do adensamento populacional não planejado, observa-se um crescimento na atuação da iniciativa privada, através de incorporadores e agentes de mercado, que passam a intervir no tecido urbano por vislumbrar neste segmento grandes oportunidades de negócio.

Uma das formas de atuação se dá por meio da construção de condomínios fechados do tipo residencial, nos

No período de 1991 a 2000, a população residente em assentamentos subnormais cresceu 84%, enquanto que a população geral teve uma elevação de 15,7%, expondo a baixa eficiência das ações do Estado no que tange à redução das necessidades habitacionais

quais são ofertadas à população espécies de ilhas no interior das cidades, dotadas de habitações padronizadas em ruas pavimentadas, limpas e bem iluminadas, além da garantia de segurança privada. Com isso, se evidencia uma tendência de remodelamento do solo urbano, com a injeção de recursos em determinadas áreas da cidade, promovendo a especulação imobiliária e inibindo a mobilidade urbana, ao dificultar a ocupação de tais espaços pela população mais carente.

A apropriação do urbanismo pelo sistema capitalista, com a proliferação de grandes enclaves fortificados¹ (CALDEIRA, 2000) urbanos, consolida uma urbanização desigual, na qual as comunidades que mais necessitam da atuação do Estado ou de parcerias público-privadas são desprezadas em detrimento de “guetos” de classe média e alta, cujas moradias, ruas e espaços coletivos passam a ser cada vez mais privilegiados.

Vale destacar que, em vez de surgirem novas alternativas para o enfrentamento da questão e a minimização dos problemas decorrentes da urbanização desigual, observa-se nas cidades de grande, médio e até de pequeno porte a proliferação de condomínios como

¹ Aqui é adotada uma terminologia de Teresa Caldeira (2000), que utiliza “enclave fortificado” como analogia a condomínios fechados. A ideia é a de condomínio fechado como um território ou trato de terra de uma cidade, murado e autosegregado de seu entorno.

solução para aqueles que podem pagar por um solo urbano mais organizado e ilusoriamente distante da problemática social vigente no país.

Produto de uma pesquisa sobre condomínios fechados na cidade de Feira de Santana, sede do maior município do estado da Bahia, excluindo-se a capital, este artigo tem como objetivo compreender a implantação de condomínios residenciais fechados e seus impactos no tecido urbano e na dinâmica das relações sociais que ali se estabelecem a partir da segregação socioespacial dominante nas cidades brasileiras.

O loteamento Vila Olímpia, objeto dessa pesquisa, foi implantado no bairro da Pedra do Descanso, município de Feira de Santana. Com 16 condomínios, 3.442 unidades habitacionais e uma população estimada em 9.900 habitantes, o empreendimento ocupa cerca de 50% da área total do bairro da Pedra do Descanso, constituindo-se como uma grande zona monofuncional, sem continuidade com o tecido urbano e com características físicas e sociais diversas do seu entorno.

Para a coleta de dados, adotou-se a prática da observação *in loco*, o levantamento fotográfico e conversas informais com moradores, funcionários e visitantes da região, além da elaboração de mapas mentais. Foram aplicados 75 questionários, com moradores de cinco condomínios, divididos em dois grupos (Quadro 1), buscando selecionar um público diversificado, com diferentes níveis de renda e idade.

Grupo 1 (popular)	Grupo 2 (melhor padrão)
Viva Mais Vila Olímpia I - cond. horizontal	Palm Garden - cond. horizontal
Feira de Santana Life - cond. vertical	Vila Mariana- cond. horizontal
	Vila d'Itália - cond. vertical
Quadro 1 Condomínios selecionados para aplicação dos questionários	

Fonte: elaboração própria.

A referida área (Figura 1), remanescente de uma antiga fazenda, tem como principal acesso a Avenida Rio de Janeiro e como vizinhos imediatos a Estação de Tratamento de Esgoto Jacuípe II (na direção oeste) e os conjuntos habitacionais Feira IX (na direção norte) e Feira IV (na direção nordeste).

Ações federais como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I), em 2007, que priorizava os investimentos em obras de infraestrutura econômica e social, e o Programa Minha Casa Minha Vida, em 2009, foram agentes impulsores da construção de condomínios.

O Programa Minha Casa Minha Vida destinou boa parcela dos recursos à aquisição da casa própria para os segmentos médios da população, graças especialmente às medidas de financiamento estendido. Com esse novo enfoque, o coração da agenda da reforma urbana e a reforma fundiária/imobiliária foram esquecidos (MARICATO, 2013). Os investimentos de capitais privados no mercado residencial cresceram 45 vezes, passando de R\$ 1,8 bilhão em 2002 para R\$ 79,9 bilhões em 2011, conforme dados da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP).

De acordo com Silva (2010), no município de Feira de Santana, a eclosão dos condomínios dedicados às famílias de segmentos médios também foi incentivada pelo processo de reestruturação urbanística, iniciado em 2000, que provocou o aumento de investimentos em infraestrutura urbana em áreas próximas a grandes avenidas do centro comercial da cidade. O Gráfico 2 mostra a evolução no lançamento de tais empreendimentos no período de 1995 a 2010, expondo um aumento significativo em 2007 e nos anos subsequentes.

A pesquisa de campo apontou que 40% dos moradores dos condomínios são migrantes de cidades vizinhas e que 76%, antes de residir no condomínio, moravam em residências isoladas e voltadas diretamente para as vias públicas (SILVA, 2010).

Caldeira (2000) alerta que, para pessoas com essas características e costumes, a adaptação à vida em apartamentos é muito difícil, e esse modo de existência é até considerado um declínio social. Segundo ela, a proximidade é vista como uma questão delicada, pelo fato de que apenas em casas independentes as pessoas se sentem suficientemente isoladas, livres e com controle sobre suas vidas. Acrescenta-se ainda o fato de que a residência e, conseqüentemente, o



Figura 1
Localização do empreendimento

Fonte: elaboração própria, com base no Googlemaps.

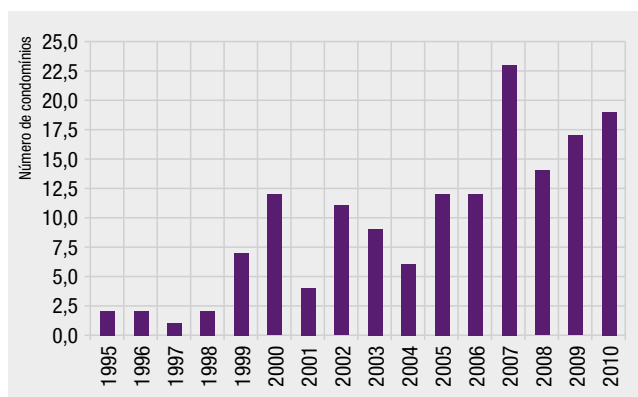


Gráfico 2
Número de condomínios construídos em Feira de Santana

Fonte: Santos (2012).

seu padrão construtivo adquirem valor simbólico que expressa e materializa a posição social e econômica do indivíduo ou grupo familiar ali residente.

A Figura 2 mostra a evolução da construção de condomínios fechados na zona urbana do município de Feira de Santana, no período de 1995 a 2010. Nela é possível observar que, seguindo recomendações do PDDU/2000, a partir de 2005, houve um direcionamento do crescimento urbano para a região nordeste (extrapolando o anel de contorno), onde estão bairros como Conceição, Santo Antônio dos Prazeres, Parque Ipê e Lagoa Salgada, e para a região sudoeste (intra-anel), com as maiores taxas de crescimento nos bairros Pedra do Descanso e Calumbi.

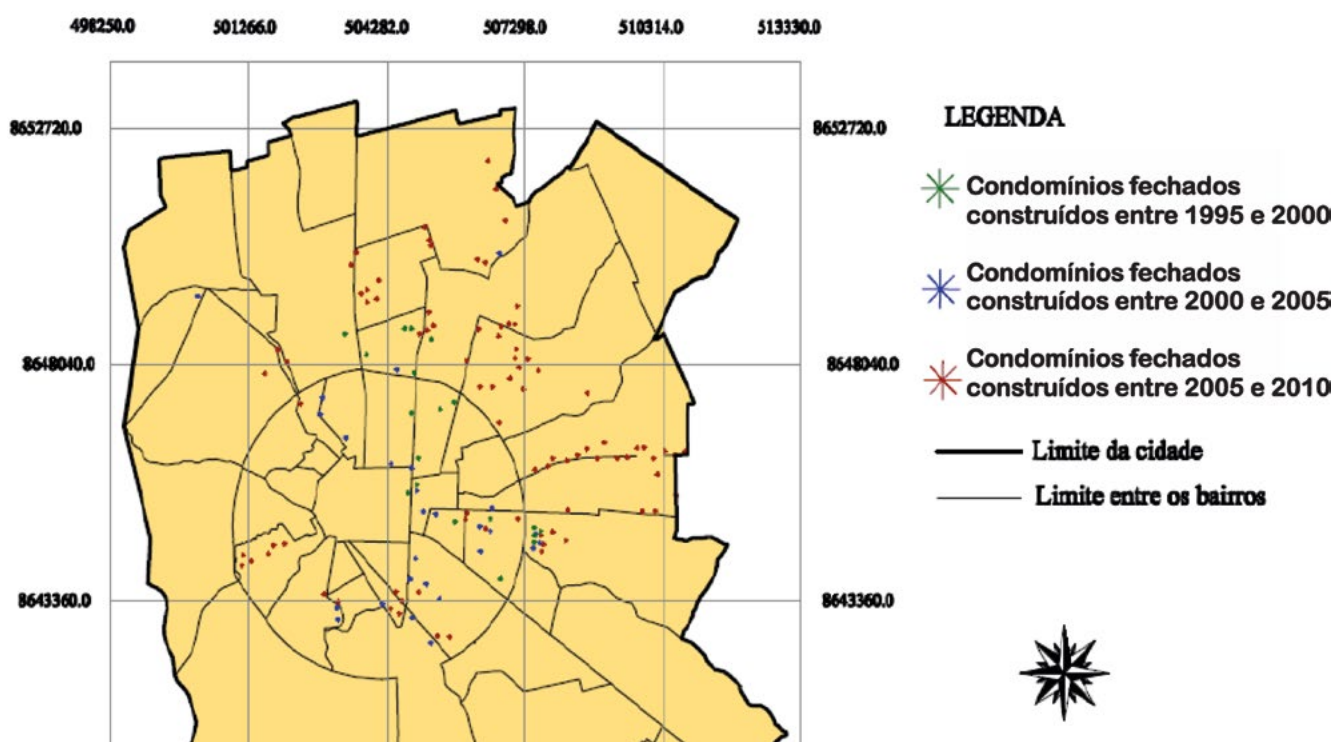


Figura 2
Distribuição dos condomínios fechados na cidade de Feira de Santana

Fonte: Santos (2012).

Situada no nordeste baiano, a 108 km de Salvador, Feira de Santana conta uma população de 556.642 habitantes (IBGE, 2010). Consagrou-se, ao longo da sua história, como uma das principais cidades baianas, respondendo pela segunda maior economia do estado e sediando, desde junho de 2011, a segunda Região Metropolitana da Bahia, formada por mais cinco municípios circunvizinhos: Amélia Rodrigues, Conceição de Feira, Conceição do Jacuípe, São Gonçalo dos Campos e Tanquinho.

Graças à sua localização estratégica em um dos principais entroncamentos rodoviários do país, que interliga as estradas federais BR-101, BR-116 e BR-324, Feira se destaca no cenário nacional como um importante polo de atração populacional, em virtude de um diversificado e importante setor de comércio e serviços, além da existência do Centro Industrial do Subaé (CIS), que alcançou, na última década, um crescimento da ordem de 350%².

Segundo o relatório final do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de 2000 (PDDU/2000), Feira de Santana exerce forte atração em cerca de 40 municípios localizados em um raio de 100 km de distância e que totalizam uma população em torno de 800 mil habitantes, representando 6,4% da população do estado.

Destaca-se ainda que o percentual da população feirense residente na zona urbana é extremamente elevado, chegando ao patamar de 92%, sendo que 8% desses moradores urbanos residem em condomínios constituídos por casas e/ou apartamentos (SANTO, 2012).

A VILA OLÍMPIA

A Vila Olímpia é um empreendimento formado majoritariamente por condomínios fechados, idealizado e construído pela empresa R. Carvalho Construções e Empreendimentos Ltda e que ocupa uma área de 753.865,35 m² no bairro da Pedra do Descanso.

² <http://www.cifs.com.br/investaemfeira.php>

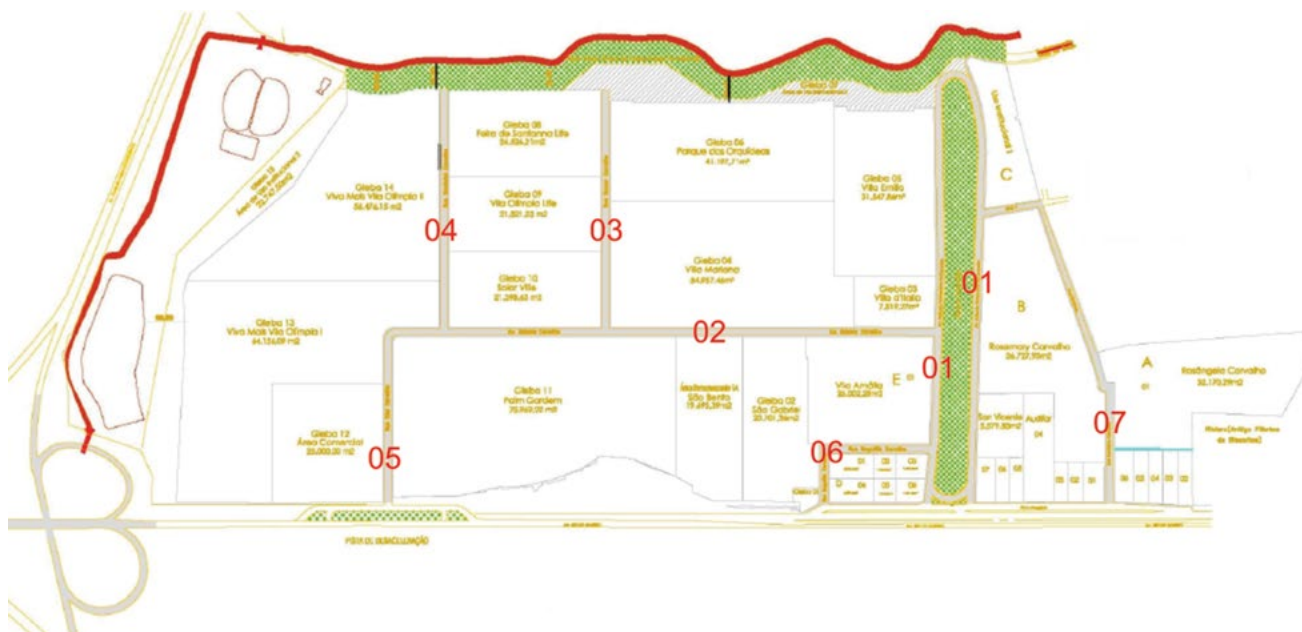


Figura 3
Planta baixa com identificação das ruas da Vila Olímpia

1. Avenida Antônio Bernardino de Carvalho (que circunda uma área verde).
2. Avenida Rubens Carvalho.
3. Rua Itamar Carvalho.
4. Rua Vanderlei Carvalho.
5. Rua Elza Carvalho.
6. Rua Magnólia Carvalho.
7. Rua Donizete Carvalho.

Fonte: Planta cedida pela Construtora R. Carvalho.

O loteamento tomou forma com a criação de sete vias, que subdividem a área em cinco quadras (A, B, C, D e E), conforme se vê na Figura 3.

Apesar da aprovação formal pelos órgãos municipais competentes, o loteamento apresenta importantes discrepâncias quanto à legislação, como se observa no Quadro 2.

Áreas	Vila Olímpia	Legislação
Glebas	7.819,27 m ² (Gleba 03/ Vila d'Itália) a 75.969,22 m ² (Gleba 11/Palm Garden)	Art. 1 da Lei 632 de 9/08/1969, gleba ≥ 10.000 m ² .
Áreas destinadas ao público (ruas/passeios)	6,56%	13%
Área verde	7,09%	14%
Área de uso institucional	6,48%	8%
Área comercial	3,32%	2%

Quadro 2
Áreas e percentuais do Loteamento Vila Olímpia

Fonte: elaboração própria, com base em dados da Construtora R. Carvalho Construções e Empreendimentos Ltda e da Prefeitura de Feira de Santana.

Essas evidências suscitam dúvidas e questionamentos. Primeiro, os parâmetros adotados para análise e aprovação do projeto que resultou em um conglomerado de 15 condomínios fechados de uso exclusivamente residencial provavelmente referiam-se a loteamentos populares – Programa Minha Casa Minha Vida –, já que o principal agente financiador era a Caixa Econômica Federal.

O mesmo acontece quanto à área das edificações e suas acomodações, como se nota no Quadro 3.

Código municipal de obras		Vila Olímpia I	Vila Olímpia II	Vila Mariana	Palm Garden
Quarto	12,00m²	7,26m²	8,23m²	7,50m²	11,74m²
Sanitário social	3,00m²	2,50m²	2,69m²	2,50m²	2,69m²
Quadro 3 Áreas das edificações					

Fonte: elaboração própria a partir do Código de Edificações do Município (Lei 632 de 9/8/1969), Artigo 74.

A Lei Municipal nº 632, de 9/8/1969, Seção II, prevê que só serão admitidas dimensões inferiores quando se tratar de habitações populares para pessoas reconhecidamente pobres. Entretanto, a pesquisa de campo apontou que os moradores da Vila Olímpia possuíam renda média entre cinco e dez salários mínimos.

Após o início das obras, a Vila Olímpia passou a ser apresentada à comunidade feirense, por corretores e campanhas publicitárias, como o primeiro bairro planejado do município, ainda que atendessem a padrões previstos para habitação de interesse social.

A peça publicitária explorava cores, imagens e palavras carregadas de simbolismo e que, unidas, eram capazes de compor um ideário que remete à vida perfeita. Para tanto, utilizaram-se elementos que sugerem maior integração com a natureza e, conseqüentemente, distanciamento do caos e do “imenso mar de concreto” que caracterizam as cidades, além da reiteração de termos como lazer, bem-estar e qualidade de vida. Destaca-se ainda a alusão a uma nova vida, a um novo projeto de vida, ofertando-se a possibilidade de uma espécie de recriação da realidade (BAUMAM, 2003).

AS CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS E O CONCEITO DE COMUNIDADE

As peças publicitárias criam, exploram e sugerem a adesão a um novo estilo de vida ao apresentar os condomínios como verdadeiros oásis de tranquilidade e segurança. É a possibilidade de morar e pertencer a uma comunidade de iguais, isto é, estar entre indivíduos de mesmo padrão socioeconômico, ao passo que a incerteza inerente à vida contemporânea e materializada nas ruas permanece fora dos muros desses enclaves urbanos que primam pela segurança com a adoção das tecnologias de *surveillance* (BAUMAN, 2009).

Combinada ao poder e à força simbólica da palavra “comunidade” subjaz a ideia dos “espaços defensáveis”, conceito introduzido na década de 1970 pelo arquiteto Oscar Newman e continuamente explorado pelo capital imobiliário.

As peças publicitárias criam, exploram e sugerem a adesão a um novo estilo de vida ao apresentar os condomínios como verdadeiros oásis de tranquilidade e segurança

Essa teoria afirma que a organização espacial, ao delimitar de forma clara o espaço público e o espaço privado, consegue inibir ações criminosas. Defende a necessidade de estimular o senso de propriedade da coletividade e facilitar as possibilidades de um controle comunitário sobre o uso dos espaços coletivos. Para tanto, prevê um monitoramento conjunto e espontâneo por parte dos moradores, a fim de minimizar o cometimento de delitos. Esse conceito não previa a utilização de muralhas e de uma brusca segregação espacial, como propagado nos enclaves (SOUZA, 2008).

O uso de imagens que criam uma aura de felicidade e de convivência harmoniosa é uma constante nas peças publicitárias. A exuberância da natureza e a utilização de tons pastéis suscitam nos indivíduos sensações de relaxamento, serenidade e equilíbrio. O efeito dessa representação faz com que esses detalhes sejam tomados como expressão do conjunto, assumindo dimensão simbólica e, com isso, tornando-se capazes de criar sensações cativantes e ludibrias.

Aqui, evidencia-se uma contradição. Ao tempo em que o conceito de comunidade é enaltecido como meio de alcançar segurança e tranquilidade na convivência entre iguais é também rejeitado na vida cotidiana pelos condôminos, desconfortáveis em partilhar as áreas comuns de lazer com vizinhos. Apesar de morar próximas umas das outras, as pessoas são desconhecidas (JACOBS, 2000), e, em alguns casos, “[...] a proximidade leva ao refinamento das separações, para que a percepção da diferença seja mantida” (CALDEIRA, 2000 p.75).

Outro fator que pode contribuir para esse distanciamento – observado durante a pesquisa de campo – é que, ao contrário das vizinhanças espontâneas que se formam, gradualmente, em virtude da proximidade de indivíduos agrupados por semelhanças socioeconômicas e/ou culturais, nos enclaves urbanos essa “comunidade” é artificialmente produzida pelos anúncios e pela padronização dos espaços. Sua formação está atrelada a um processo de discriminação, segregação e exclusão que restringe o acesso aos indivíduos aptos a adotarem, inclusive, as regras e contratos – que ditam até mesmo cores de fachadas – pelas administrações condominiais.

Nesta sociedade contemporânea, homens e mulheres procuram e compram o direito de pertencer a um determinado grupo, sem necessariamente se reconhecer nele. Os condomínios não possuem a diversidade e vivacidade das ruas e não permitem encontros inusitados. Esses empreendimentos são meros agrupamentos de casas camuflados pela publicidade em um modo de vida idealizado e almejado por indivíduos que, transformados em uma grande massa, despidos dos hábitos característicos das comunidades e separados dos laços afetivos com a cidade, tornam-se aptos a consumir esse novo produto (BAUMAN, 2003).

A presunção de se estar em um ambiente totalmente controlado remete a uma ilusória sensação de segurança, paz e tranquilidade. Os condomínios tentam recriar uma vida pública harmônica, mas o que se vê são “[...] graus variados de uma vida privada ampliada” (JACOBS, 2000 p.68).

Nesta sociedade contemporânea, homens e mulheres procuram e compram o direito de pertencer a um determinado grupo, sem necessariamente se reconhecer nele

Os altos muros definem claramente o “dentro” e o “fora”, imprimindo à rua características de “terra de ninguém”, área insegura para o transeunte, em um paralelo como a visão de Jacobs

No que tange à segurança, valorizada nos anúncios publicitários, fica evidenciado o descrédito da população com o sistema público. O aparato disponibilizado pela segurança privada é hoje uma mercadoria valorizada e sofisticada, elemento central do padrão de segregação urbana estabelecido pelos enclaves fortificados. As rondas, vigias, câmeras, alarmes e cercas elétricas sobre muros cada vez mais altos são fundamentais para o sucesso de vendas dos condomínios (CALDEIRA, 2000).

A falta de autonomia dos condôminos, principalmente daqueles que residem em empreendimentos horizontais, que, em tese, poderiam ser mais livres, mascara uma tentativa de controle social que busca garantir a conformidade de comportamento dos indivíduos e a ordem no condomínio.

Os altos muros definem claramente o “dentro” e o “fora”, imprimindo à rua características de “terra de ninguém”, área insegura para o transeunte, em um paralelo como a visão de Jacobs (2000). Para essa autora, os veículos passam a ser utilizados como espécies de “carapaças metálicas”, nas quais as pessoas se refugiam e se isolam do contato direto com o mundo exterior, semelhante ao que acontece nos safaris nas reservas da África, nos quais turistas, protegidos, apreciam a vida selvagem. Caldeira (2000) sugere ainda que a sensação de insegurança transmitida pela falta de “olhos para a rua” (JACOBS, 2000) seja proposital, visto que inibe a presença de indivíduos que não possuem carros e que não fazem parte do “mundo dos condôminos”.

Com o propósito de dificultar a circulação de estranhos, em duas das ruas do complexo foram construídos muros com altura de 2,60 m que impedem a livre circulação de pessoas entre a Vila Olímpia e o Conjunto Habitacional Feira IX, produzindo fraturas no tecido urbano e corporificando a segregação socioespacial. Ilegalmente, cria-se um constrangimento do direito de ir e vir, da livre circulação de pessoas e mercadorias nas vias públicas.

RESULTADOS DA PESQUISA

A população residente na zona onde estão implantados os condomínios da Vila Olímpia é formada majoritariamente por jovens adultos, com elevado nível de escolaridade – 64% possuem nível superior, e 8% são pós-graduados –, sendo que 48% das famílias afirmaram ter renda entre cinco e dez salários mínimos.

Ao se subdividir a população por grupos de idade, percebe-se que a maioria dos habitantes (64%) tem, no máximo, 39 anos. A associação entre este dado e estado civil, tempo de união e presença de filhos sugere que os maiores interessados no padrão de habitação oferecido no loteamento são jovens casais em início de vida conjugal.

No que tange à média de moradores por domicílio, constatou-se que 64% das residências são ocupadas por duas ou três pessoas, caracterizando a predominância

No que tange à média de moradores por domicílio, constatou-se que 64% das residências são ocupadas por duas ou três pessoas, caracterizando a predominância de famílias pequenas

Outro fator que se destacou como forte influência para escolha do local de moradia foi a opinião de amigos

de famílias pequenas. Cerca de 40% da população residente se origina de cidades vizinhas, e 76% já moravam em casas, embora pela primeira vez estivessem residindo em condomínios.

Outro indicador que expõe a preferência por condomínios horizontais é que 71% dos habitantes que hoje residem em apartamentos afirmaram que pretendiam se mudar para uma casa nos próximos anos. Entre as razões apontadas estão busca por mais espaço, silêncio, autonomia, privacidade e facilidade de manutenção do imóvel. “Quando se mudam de uma casa para um apartamento, eles sentem que sua qualidade de vida se deteriorou e, em alguns casos, veem a mudança como um declínio social” (CALDEIRA, 2000, p.286).

Quando questionados sobre as principais razões que levaram à opção da residência em condomínio fechado, 88% alegaram a busca por mais segurança, e 76% afirmaram sentirem-se seguros no interior dos condomínios. Quanto à segurança nas áreas adjacentes, extramuros, esse índice cai para 36%. O PPDU/2000 apontava a região de Feira de Santana como a mais violenta do estado da Bahia, com índices de homicídio (6,0/10.000 hab.) que superavam os da RMS (5,7/10.000 hab.).

Outro fator que se destacou como forte influência para escolha do local de moradia foi a opinião de amigos: 84% dos entrevistados afirmaram que possuem amigos residindo em condomínios da Vila Olímpia. Destes, 76% disseram que levaram em conta a opinião desses amigos para adquirir imóveis no loteamento, e 24% afirmaram que motivaram outros amigos a se mudar para a região.

A influência exercida por amigos e familiares no ato da escolha de um modelo de habitação ajuda a corroborar a existência do modismo dos condomínios nas cidades contemporâneas. Conforme já mencionado, a procura cada vez mais frequente por esse modelo expõe que a autossegregação não se justifica apenas pelo sentimento de medo e insegurança, mas também pela mera disseminação de hábitos e estilos de vida.

A despeito de todo o investimento em segurança privada, a violência e a criminalidade permanecem como fantasmas que rondam as imediações e alimentam um constante sentimento de insegurança.

Os muros construídos para delimitar a área de cada condomínio, com altura de 2,60 m, foram aumentados seguidamente, acentuando o desconforto de andar pelas ruas da Vila Olímpia, que, assim como em outros empreendimentos do tipo, compõem uma paisagem monótona e estéril (JACOBS, 2000).

Como meio de controle, um serviço de segurança 24 horas foi contratado pelas administradoras dos condomínios, com anuência dos moradores, para monitorar, através de rondas sistemáticas, os espaços do entorno imediato dos empreendimentos.

A paisagem urbana que ali predomina remete aos princípios do urbanismo modernista, cujos parâmetros contribuíram para a constituição de um espaço urbano fragmentado e desconexo: zoneamento e monofuncionalidade; obsolescência da rua como espaço de socialização e exacerbação de sua função de circulação; e desprezo pelos costumes, hábitos e aspectos climáticos e culturais que compõem a identidade local. Neste ambiente, o automóvel é o meio de locomoção possível.

Na Vila Olímpica, 76% dos moradores adotam o veículo próprio (automóveis, motocicletas) como meio de transporte, incentivando o isolamento e alimentando a sensação de insegurança. Ao entrar e sair de seus condomínios utilizando automóveis, esses moradores não se apropriam das ruas e calçadas, como alguém que caminha, estimulando o medo, que é projetado no outro, um estranho (JACOBS, 2000).

Ao entrar e sair de seus condomínios utilizando automóveis, esses moradores não se apropriam das ruas e calçadas, como alguém que caminha, estimulando o medo, que é projetado no outro, um estranho (JACOBS, 2000)

Embora a Vila Olímpia tenha sido divulgada pela mídia como bairro planejado, com infraestrutura completa de serviços e lazer, o que se observa é o surgimento de problemas inerentes às grandes zonas monofuncionais: espaços públicos vazios, ruas desertas que contribuem para a disseminação da sensação de insegurança quando se está fora dos enclaves e a absoluta segregação espacial e social com o entorno.

Como zona monofuncional, a região apresenta um comércio rarefeito, praticamente inexistente, que obriga os moradores a percorrer grandes distâncias até para aquisição de produtos básicos, como pão, remédios etc. Em resposta a essa escassez e dificuldade, os moradores desenvolveram uma rede informal de serviços nas próprias residências que atende a vizinhança.

A fim de analisar a relação que os condôminos estabelecem com o local que habitam e perceber as relações de vizinhança e de pertencimento, foram elaborados mapas mentais ou cognitivos. A maioria dos desenhos representa o bairro com uma espécie de recorte geográfico no qual aparece apenas a região mais nobre, onde estão instalados os condomínios, geralmente restrita à Vila Olímpia. A área ocupada pelas habitações de baixa renda, assim como todo o entorno da estação de tratamento, foi ignorada.

Essa mesma percepção foi corroborada pelos questionários: um percentual significativo dos moradores citou Vila

64% dos entrevistados afirmaram que interagem com os vizinhos, e 48% classificaram a intensidade desse contato como média ou grande

Olímpia como nome do bairro. Em oposição, encontra-se o bairro de Pedra do Descanso, estigmatizado, por suas características de assentamento espontâneo, como “área perigosa”. Essa percepção resulta ainda da existência de quadras extensas, que contribuem para o isolamento físico, influenciando a capacidade de atuar coletivamente (JACOBS, 2000).

Ainda que muitos mapas mentais contenham a piscina na representação do condomínio, o grupo formado por aqueles que não utilizam este equipamento ou o utilizam raramente representa 72%, fortalecendo a ideia de que essas áreas de lazer desempenham uma função mais ostentatória do que de socialização (CALDEIRA, 2000; RAPOSO, 2012).

Sobre as relações de vizinhança, 64% dos entrevistados afirmaram que interagem com os vizinhos, e 48% classificaram a intensidade desse contato como média ou grande. Mas foi possível concluir que essas relações são superficiais e se resumem, em sua maioria, a cumprimentos ou conversas rápidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Vila Olímpia apresenta certas características urbanas decorrentes da urbanização desigual, assim como ocorre em outras cidades e países nos quais também foram erguidos grandes enclaves fortificados (JACOBS, 2000; CALDEIRA, 2000; SOUZA, 2008).

Essas diferenças se fazem evidentes quando se alcança a avenida de acesso aos condomínios Vila Amália e Vila

Emília, que conduz ao assentamento espontâneo situado nas margens do córrego, nos fundos dos condomínios. À medida que se percorre a via e se aproxima desse aglomerado de casas improvisadas, a infraestrutura urbana desaparece. Tão logo se ultrapassa a guarita e se deixa a Vila Emília, a pavimentação desaparece, e a paisagem, drasticamente transformada, é marcada pela existência de mato, lixo e escuridão e pela falta de iluminação pública. Embora fisicamente muito próximas, algumas áreas se mostram distantes em termos de infraestrutura urbana, parecendo pertencer a mundos completamente distintos.

Com a disseminação desse novo padrão de habitação, promovido pelos condomínios fechados, o planejamento arquitetônico e urbano, que deveria ser definido com o propósito de difundir espaços públicos abertos, convidativos e acolhedores, dá lugar a uma planificação que enaltece a vida no espaço privado e exclui cidadãos que não podem arcar com o novo custo do solo urbano, valorizando e estimulando o “neoliberalismo urbano” (SOUZA, 2008).

Apesar disso, nota-se a aprovação indiscriminada desse tipo de empreendimento por parte das prefeituras, que, por vezes, se eximem de realizar estudos de impacto desses projetos sobre o tecido urbano. Fundamentados nos parâmetros arquitetônicos e urbanísticos – em alguns casos negligenciados –, os órgãos públicos deixam de avaliar as consequências que essas construções trazem para a paisagem, para a dinâmica urbana e para a mobilidade e a socialização.

A forma de apropriação do solo urbano pelos condomínios, que constituem grandes zonas monofuncionais, também vai de encontro aos princípios das cidades sustentáveis, que valorizam a diversidade de usos e o adensamento e a compactação do tecido urbano, com o intuito de assegurar a compatibilidade e o equilíbrio de usos do solo e facilitar a mobilidade.

É fundamental estimular e recuperar a vitalidade dos espaços e logradouros públicos, centrada não na recuperação física, mas na reconstrução da imagem, da paisagem e das sensações. É preciso ressaltar a diversidade dos espaços públicos, contraposta à monotonia dos espaços privados coletivos dos enclaves urbanos.

Souza (2008), assim como Jacobs (2000), defende a adoção de uma espécie de vigilância comunitária – remetendo à teoria dos espaços defensáveis, com amplo controle popular –, combinada a medidas de educação para a cidadania e participação popular nos problemas da cidade, como meios de combater a mixofilia (BAUMAN, 2009).

No que tange ao discurso dos “enclausurados”, que atribui à violência a razão da busca por condomínios, não se pode negar que, enquanto o problema da falta de segurança pública não for solucionado, será difícil convencer os segmentos mais abastados a não adotarem a autosegregação como solução. Mas é dever alertar sobre a ilusão instaurada. É assustador imaginar o futuro das cidades (SOUZA, 2008).

A busca por mais segurança, embora seja a justificativa mais comum, esconde outras motivações decorrentes das mais variadas formas de medo. Há o medo da insegurança, da mistura com outros indivíduos, de não seguir a mais nova tendência e até o medo de não pertencer a determinado grupo social.

Constata-se a disseminação de um temor do diferente, a mixofobia (BAUMAN, 2009), que contribui para a atribuição, de forma genérica, de que o perigo se materializa na pobreza e nos locais de moradia de baixa renda (favela).

Percebe-se também uma mudança significativa nas relações de vizinhança, que se tornaram mais frias e distantes. A proliferação dos condomínios materializa uma alteração substancial no conceito de cidade, nas relações sociais e na forma de viver e se apropriar dos espaços públicos.

Nessa nova forma de habitar, o desenho urbano é vendido como ferramenta de controle das problemáticas sociais, através da exploração do medo generalizado e da insegurança pública. Urge que se discuta até que ponto essa solução, que opta pelo autoenclausuramento, é válida e saudável para as cidades. É imprescindível defender a certeza de que é possível que seres tão distintos sejam capazes de conviver de forma harmoniosa e integrada.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, Thêmis Amorim; CARDOSO, Adauto Lúcio. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: Adauto Lucio Cardoso (org.). O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 17-65.
- ARAÚJO, Maria Lia Corrêa; ARAÚJO, Maria do Socorro; CAMPELLO, Ana Flávia; LUBAMBO, Cátia. Urbanização Recente na Região Nordeste: dinâmica e perfil da rede urbana. In: OBSERVANORDESTE. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/textos_especiais_catialubambo.pdf>. Acesso em: 20 de ago. 2014.
- AUGUSTO, Carlos. Com sede em Feira de Santana e 25 anos de atuação, Construtora R. Carvalho retoma atividades no mercado de incorporação. Jornal Grande Bahia. 26 de mar. 2014. Disponível em: <<http://www.jornalgrandebahia.com.br/2014/03/com-sede-em-feira-de-santana-e-25-anos-de-atuacao-construtora-r-carvalho-retoma-atividades-no-mercado-de-incorporacao.html>>. Acesso em: 18 de ago. 2014.
- BAUMAN, ZYGMUNT. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- BAUMAN, ZYGMUNT. Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- BAUMAN, ZYGMUNT. Medo líquido. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BAVA, Silvio Caccia. A cidade como mercadoria. Revista Le Monde Diplomatique, São Paulo, ano 7, n.57, p.4-5, ago. 2013.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Programa de apoio à produção de habitações. Disponível em: <http://www.fgts.gov.br/programa_apoio_habitacao.asp>. Acesso em: 1 set. 2014.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. PAR – Programa de arrendamento residencial. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/pj/pj_social/mg/habitacao_social/par/>. Acesso em: 1 set. 2014.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.
- FEIRA DE SANTANA. Lei °. 632. Institue o Código de Edificações do município de Feira de Santana. 9 ago. 1969.
- FEIRA DE SANTANA. Lei °. 629. Dispõe sobre o loteamento e dá outras providências. 4 ago. 1969.

FERREIRA, Danilo Silva. Uso do solo urbano de Feira de Santana: uma análise comparativa sobre a aplicação da Lei 1615/92 e o uso real da cidade de Feira de Santana. 2011. 71 f. Monografia (Graduação). Curso de Engenharia Civil. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Atlas do Censo demográfico 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=264529>>. Acesso em: 20 ago. 2014

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LUNA, Danusa Emile Ulla Silva. Privatização do espaço público: a cidade entre muros. O conjunto habitacional Luis Eduardo Magalhães e a Vila Olímpia – Feira de Santana. Revista Fórum de Direito Urbano e Ambiental, Belo Horizonte, ano 10, n.55, jan/fev. 2011.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido!. Revista Le Monde Diplomatique, São Paulo, ano 7, n.57, p.6-7, ago. 2013.

RAPOSO, Rita. Condomínios fechados, tempo, espaço e sociedade: uma perspectiva histórica. Cadernos Metrópole, São Paulo, v.14, n.27, p. 171-196, jan/jun 2012.

SANTOS, Bethsaide Souza. Análise espacial da distribuição dos condomínios fechados na zona urbana de Feira de Santana entre 1995 e 2010. 2012. 63 f. Monografia (Graduação). Curso de Engenharia Civil. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS.

SILVA, Alex de Souza. A influência do Centro Industrial do Subaé – Cis no processo de urbanização do bairro do Tomba: um estudo de caso no município de Feira de Santana - BA. 2010. 177 f. Dissertação (Mestrado). Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano. Universidade Salvador – Unifacs.

SOUZA, Marcelo Lopes. Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Bertrand Brasil, 2008.



A Economia Brasileira está em crise?

Gustavo Casseb Pessoti*
Fernanda Calasans C. L. Pessoti**

Este não é um daqueles artigos extensos, com muitos termos em economês para explicar as origens das crises sistêmicas do capitalismo, e muito menos um debate ideológico que responsabiliza o governo federal por tudo que está ocorrendo na economia brasileira em 2015. Trata-se apenas de um ponto de vista, mais um entre tantos que estão sendo elaborados pelos economistas, diante da grande instabilidade da economia brasileira atualmente. Por isso, a pergunta norteadora dessa análise será respondida já no primeiro parágrafo. Sim, estamos em crise econômica e política, com fortes rebatimentos para a sociedade e sem qualquer perspectiva ou possibilidade de solução em curto prazo. Essa não é uma visão pessimista, mas a realidade dos fatos, nada mais do que a realidade. Vejamos, pois, alguns fatos concretos que embasam essa resposta tão contundente.

A forma mais corriqueira de analisar a “saúde econômica” de um país é a interpretação dos resultados do desempenho do Produto Interno Bruto, o PIB, que mede tudo aquilo que foi produzido pelos setores produtivos da agropecuária, indústria e serviços, em um determinado período de tempo, tomando-se como base de comparação igual período de um ano anterior. O PIB do Brasil, segundo as informações mais recentes do IBGE, retraiu-se 2,6% no segundo trimestre de 2015, piorando o resultado que também havia sido negativo no primeiro trimestre, quando a economia brasileira havia encolhido 1,6% em comparação com o mesmo período de 2014. O resultado de dois trimestres consecutivos com o PIB negativo caracteriza o que os economistas denominam recessão técnica do país.

Mas, particularmente, não gostamos de trabalhar com a perspectiva de analisar o resultado da economia apenas como um somatório de valor e dizer, com base nesse número, se estamos bem ou mal. Preferimos, antes, mostrar que o PIB é o resultado da ação de quatro agentes econômicos que realizam uma série de transações entre si: as famílias, as empresas, o governo e o “resto do mundo”. Ao se entender as variáveis que interligam esses quatro agentes, pode-se ter uma pista mais real e menos impessoal sobre o desempenho da economia de um determinado país. Para tanto, é necessário usar a contabilidade social, que associa a cada um desses agentes um conjunto de atribuições e responsabilidades dentro do circuito econômico. Assim, as famílias representam o consumo, as empresas representam os investimentos, o governo aparece como responsável pelos gastos públicos, e o resto do mundo é o responsável pelas negociações exteriores, sobretudo pelas exportações e importações. Com isso, o PIB pode ser analisado como resultado da demanda agregada em consumo, investimentos, gastos governamentais e pelo saldo da balança comercial.

Quando se analisam as variáveis que estão diretamente associadas às famílias e que respondem diretamente pelo fluxo de consumo, pensa-se de forma bem direta no nível de renda, no mercado de trabalho e, por conseguinte, na geração de empregos, na disponibilidade de

* Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano e especialista em Planejamento e Gestão Governamental pela Universidade Salvador (Unifacs). Presidente do Conselho Regional de Economia da Bahia (Corecon-BA), diretor de Indicadores e Estatísticas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e professor de Macroeconomia da Unifacs. gustavop@sei.ba.gov.br

** Mestre em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e doutoranda do Programa de Pós-graduação em Economia da UFBA. Professora-assistente de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). fecalasans@gmail.com

crédito e no nível de endividamento/comprometimento da renda para pagamento de itens consumidos no passado. Com base nesses indicadores, as famílias brasileiras “não aparecem bem na foto” que retrata a conjuntura econômica atual. O salário médio real está em queda, sobretudo em função da elevação inflacionária do início do ano, e o mercado de trabalho está demitindo mais do que contratando. Segundo informações do Ministério do Trabalho, no segundo semestre de 2014, houve um saldo negativo – resultado de um volume maior de demissões em relação a contratações – de 176 mil postos de trabalhos formais que foram fechados. Nos primeiros seis meses de 2015, esse número negativo praticamente dobrou, com o fechamento de 345 mil postos de trabalho. Como se sabe, de maneira geral, os empregos formais são os que garantem mais proteção ao trabalhador e que ajudam a elevar o valor do salário médio real da economia. Com renda menor e maior instabilidade no mercado de trabalho, as famílias brasileiras estão consumindo menos, e muitas estão endividadas. Por incrível que pareça, a inadimplência não se elevou a níveis descontroláveis, mas, com a atual política de elevação dos juros e de maior seletividade nos empréstimos bancários, muitas famílias não estão conseguindo honrar os compromissos assumidos anteriormente. Os preços continuam subindo, sobretudo de itens básicos, como combustíveis, energia, gás de cozinha, transporte, alimentação, o que só piora o quadro. O consumo, que já se desaqueceu no primeiro trimestre do ano (queda de 0,9%), perdeu mais fôlego ainda no segundo trimestre (recoo de 2,7%) e deve continuar nesse ritmo de baixa durante todo o segundo semestre, principalmente por não existir qualquer expectativa de mudança nas variáveis analisadas. A renda continua perdendo poder de compra,

O salário médio real está em queda, sobretudo em função da elevação inflacionária do início do ano, e o mercado de trabalho está demitindo mais do que contratando

Com a renda mais comprometida na aquisição dos produtos de primeira necessidade e com o pagamento dos empréstimos mais caros, as famílias devem diminuir mais ainda o consumo

ao passo que a inflação segue pressionando os preços de itens importantes para a subsistência do trabalhador. Com a renda mais comprometida na aquisição dos produtos de primeira necessidade e com o pagamento dos empréstimos mais caros, as famílias devem diminuir mais ainda o consumo.

Em relação às empresas, as variáveis mais importantes estão relacionadas ao investimento produtivo e ao nível de confiança que os empresários depositam na economia brasileira. Pode-se dizer, de certa forma, que o resultado das famílias impacta diretamente o nível de investimento, de forma que o consumo sinaliza a necessidade ou não de se realizar novos investimentos. Ora, se o consumo está em baixa, e a renda média do trabalho assalariado, em queda, evidentemente, os empresários sabem que a realização de investimentos deverá significar um acúmulo de estoques e uma perda de dinheiro com custos operacionais. Basta ver os pátios das grandes montadoras de veículos ou a situação do mercado imobiliário para entender o que essa situação significa. Como resultado dessa relação e ainda do baixo nível de confiança dos empresários em relação aos rumos do cenário nacional e internacional, o investimento teve uma forte queda ao longo dos últimos dois anos, intensificando-se a desaceleração no primeiro semestre de 2015, quando o resultado foi 9,8% menor do que no mesmo período de 2014. Com as taxas de juros altas, consumo em baixa e as expectativas cada vez mais negativas, as perspectivas para o nível de investimento não são nada positivas no curto prazo. Se os investimentos não forem retomados, não há como pensar em uma taxa

de crescimento realmente sustentada para a economia. Falando francamente, existe alguma possibilidade de o empresário fazer valer o seu “espírito animal”, tão propagado na teoria, e anunciar uma grande partida de novos investimentos em um cenário como esse?

Por isso, é importante entender que o resultado do PIB, quando se analisam as transações realizadas entre as famílias e as empresas, depende muito do papel de um terceiro agente: o governo. “As livres forças” do mercado econômico não parecem muito interessadas na retomada dos investimentos que conduziram o país a uma situação econômica de mais equilíbrio. Ao mesmo tempo, é importante relativizar um assunto que será tratado um pouco mais à frente: a crise atual e a diminuição de crescimento do PIB são de plena responsabilidade do Estado (ou, nesse caso, do governo, como órgão de ação executiva e política do Estado)? Entendendo-se plenamente as considerações que já fizemos até esse momento, consegue-se perceber que não. A diminuição no ritmo de crescimento do PIB está relacionada, como já foi dito, ao conjunto de transações realizadas entre os quatro agentes. O governo até pode ser o mais importante, mas obviamente não é o único responsável pelo quadro conjuntural atual. Se a economia chinesa crescer menos ou se os juros americanos voltarem a subir, pode o governo evitar o “efeito manada” nas desvalorizações naturais da moeda brasileira? Há um forte reducionismo de viés ideológico que acredita piamente na plena responsabilização do governo brasileiro por tudo o que acontece e que pode acontecer na economia.

Há um forte reducionismo de viés ideológico que acredita piamente na plena responsabilização do governo brasileiro por tudo o que acontece e que pode acontecer na economia

Qual é o papel exercido pelo governo nesse fluxo de integração entre famílias, empresas e o resto do mundo? O governo estimula a economia com seus gastos públicos, mas diminui o poder de compra das famílias e das empresas em função da necessidade da cobrança compulsória de impostos diretos e indiretos. No caso brasileiro, o governo utilizou uma estratégia macroeconômica complexa para estimular a economia, pautando-se em metas de inflação, flexibilidade de câmbio e metas de contenção para os gastos públicos, em percentual do PIB. O chamado tripé macroeconômico rendeu ao país o título de economia confiável que vigorou até o ano de 2013. No entanto, alguns equívocos na condução econômica já eram evidenciados, como a elevação do déficit em transações correntes do balanço de pagamentos, o aumento do consumo (transformado em consumismo) e do endividamento das famílias brasileiras (uma vez que as taxas de juros permaneceram em patamares elevados, sobretudo no final do primeiro mandato e ao longo do primeiro ano do segundo governo da presidente Dilma Rousseff) e a extensão para além do prazo de validade das medidas anticíclicas adotadas para minorar os efeitos da crise financeira global no país. Embora justificáveis, à época de sua implantação, como um elemento da “boa intervenção governamental” para obter resultados econômicos mais eficientes ou socialmente desejáveis, tais medidas acabaram elevando os gastos públicos, e, em alguns casos, como nos subsídios setoriais concedidos à indústria automobilística, os resultados foram aquém dos esperados. É inegável que o ritmo de expansão do gasto público (que passou a evoluir de modo quase autônomo desde então) prevaleceu ante a capacidade contributiva da sociedade. Muitos dos desajustes econômicos de hoje devem ser atribuídos às medidas anticíclicas, cuja a extemporaneidade e erros de diagnóstico levaram aos déficits orçamentários de hoje.

Mas, em nossa opinião, a maior miopia se deu na não observância do relevante movimento de queda dos investimentos produtivos. Esse fato não poderia (ou não deveria) ter passado despercebido pela equipe econômica. Os dados do IBGE revelavam, a cada trimestre, que o ritmo dos investimentos públicos e privados era cada vez menor, tornando-se negativos durante todo o ano de 2014 e no primeiro semestre de 2015. Além de não conseguir reverter a tendência de redução dos investimentos, os gastos públicos aumentaram como

proporção do PIB, sobretudo em função da continuação das políticas sociais que garantiram a governabilidade da presidente, do aumento do passivo devido às elevadas taxas de juros e dos subsídios concedidos em torno dos preços administrados (combustíveis e energia) para evitar a elevação da inflação em ano eleitoral. Não está e nem estava tudo errado nessa condução, como muitos analistas de mercado estão supondo. Mas, evidentemente, sem a retomada dos investimentos e com o aumento do endividamento, consubstanciado na queda do PIB brasileiro em aproximadamente 2,5%, fica difícil defender a atual engrenagem usada pela máquina pública brasileira. Para piorar, uma inflação elevada (9,5%), justamente provocada e majorada em função dos preços administrados, que acabaram aumentando os custos e forçando o ajuste em outros itens importantes, fez parecer que o “descontrole dos gastos públicos” provocou um efeito ainda mais negativo na economia.

E qual o remédio adotado para combater essa situação? Mais trivial, impossível, e envolve mecanismos básicos de elevação da taxa básica de juros e de diminuição da oferta de crédito, justamente no momento em que as famílias aumentavam o seu nível de endividamento. E, claro, aumento da carga tributária – ou expectativa de aumento –, desde que o governo recupere a governabilidade perdida em meio aos desentendimentos com as casas legislativas. Além, é claro, das tentativas de redução dos gastos públicos e de ajuste das contas.

No entanto, em meio a este cenário de queda do nível de atividade econômica e deterioração das expectativas dos agentes econômicos, sobrepuseram-se as incertezas associadas ao enfraquecimento político do Poder Executivo, que enfrenta sérias dificuldades, no âmbito do Legislativo, para aprovar o conjunto de medidas que compõem o chamado “ajuste fiscal”. Há ainda as dificuldades do próprio governo em determinar qual será o montante dos cortes e qual o tamanho ótimo do orçamento. Outros fatos políticos, relacionados às investigações da chamada “Operação Lava-Jato”, contribuem para a estagnação de investimentos em importantes cadeias produtivas de setores como a construção civil, construção naval e petróleo e gás. Além de paralisar importantes investimentos, essa situação de perda de confiança dos agentes econômicos na macroeconomia

A “fuga de capital” é, sem dúvida, um dos elementos que ajudam a entender a desvalorização recorde da moeda brasileira frente ao dólar (US\$ 1 = R\$ 4,20) em 2015

brasileira também influencia as relações do governo com o resto do mundo, sobretudo em função das entradas de dólares em títulos brasileiros. A “fuga de capital” é, sem dúvida, um dos elementos que ajudam a entender a desvalorização recorde da moeda brasileira frente ao dólar (US\$ 1 = R\$ 4,20) em 2015. Enfim, o governo, como elemento entre as famílias, as empresas e o resto do mundo, obviamente tem sua fatia de contribuição para o que está acontecendo na economia brasileira atualmente.

Para finalizar essa breve incursão, é preciso destacar o papel do “resto do mundo”, pois a situação atual de incertezas e de efeitos colaterais na economia brasileira também está associada ao que está ocorrendo lá fora com os principais parceiros comerciais do país. O Brasil entrou em 2015 precisando de ajustes em diversas frentes, entre elas, nas contas externas. Entre 2012 e 2014, o déficit em conta corrente (que agrega balança comercial e balança de serviços) dobrou, passando de 2,2% para 4,4% do PIB, um nível elevado para padrões brasileiros. Financiar um déficit desta magnitude é difícil, especialmente considerando a perspectiva de alta da taxa de juros nos EUA e a provável redução dos investimentos estrangeiros diretos no Brasil, consequência da desaceleração da atividade econômica.

O aumento do déficit externo foi resultado da combinação de excessos domésticos e mudança do cenário global. O acelerado crescimento do consumo interno até 2014, em meio a restrições do lado da oferta e ao câmbio valorizado, impulsionou as importações. Ao mesmo tempo, a queda expressiva nos preços das *commodities* reduziu

O comércio global vem perdendo força desde a crise financeira iniciada em 2008, e, segundo as últimas estimativas da Organização Mundial do Comércio, deverá crescer apenas 2,5% em 2015

o valor financeiro das exportações. Como esses preços não deverão subir novamente como na década passada – especialmente com os novos sinais de desaceleração na China –, o ajuste das contas externas exigiu uma importante depreciação do real. Nos últimos 12 meses, a taxa de câmbio teve apreciação de cerca de 60%, um movimento expressivo sob qualquer parâmetro de análise.

O comércio global vem perdendo força desde a crise financeira iniciada em 2008, e, segundo as últimas estimativas da Organização Mundial do Comércio, deverá crescer apenas 2,5% em 2015. Será um dos piores resultados dos últimos tempos, bem inferior aos 3,3% estimados em abril, que já era uma revisão para baixo. Um impacto maior que o previsto é a desaceleração na China, que responde hoje por 15% da produção global, sendo a segunda maior economia do mundo e a maior nação comerciante (na soma de exportações e importações).

A queda de preços das *commodities* exportadas pelo país também “conspira” contra um rápido crescimento das vendas externas. A cotação do petróleo e combustíveis caiu 45% no primeiro semestre de 2015. No caso das manufaturas, a baixa foi de 7,5%, e das *commodities* primárias, de 18%. A disparada do dólar melhora substancialmente a situação das exportações brasileiras, embora ainda não se esteja conseguindo vencer a barreira do encolhimento dos principais mercados importadores. Isto é, para conseguir ampliar as exportações, em meio a essa desvalorização cambial, seria imprescindível que a economia mundial (sobretudo os países com quem o

Brasil mantém as maiores transações comerciais) voltasse a dar sinais mais consistentes, o que não parece nada provável, pelo menos em curto prazo.

Para concluir, é importante mencionar que uma crise não deve e não pode ser responsabilidade única e exclusiva de um agente específico. Ela atinge a economia capitalista na sua raiz, dificultando a circulação monetária, diminuindo a produção de bens e serviços e restringindo os fluxos globais de transações. Esse artigo, a nosso ver, buscou ser claro e transparente quanto à explicação para a situação atual do país. Na democracia, sempre se está sujeito à discordância de argumentações, bem como a críticas que possam ser feitas ao nosso pensamento. O que não se pode é ser leviano e “dar a César o que não é de César”.

A realidade é que a economia brasileira está em crise não apenas pelas especulações monetárias, mas uma crise no lado real da economia. A queda de 2,5% do PIB, combinada com uma expressiva redução no emprego formal e com uma inflação acima da expectativa, indica que estamos revivendo um problema que esteve presente durante os anos 1980 do século passado. Como foi prometido aqui que não seria usado nenhum termo técnico, também não será repetida a expressão que sintetiza essa situação econômica – até para aguçar a curiosidade dos mais novos –, que ainda tem como elemento fundamental a piora na expectativa dos agentes econômicos. E como dizia

Para conseguir ampliar as exportações, em meio a essa desvalorização cambial, seria imprescindível que a economia mundial [...] voltasse a dar sinais mais consistentes, o que não parece nada provável, pelo menos em curto prazo

um importante economista britânico já falecido e cujas análises parecem cada vez mais esquecidas, as expectativas jogam um papel primordial na reativação dos investimentos produtivos.

Para melhorar essa situação, os economistas de hoje, muito influenciados pelos do passado, voltaram a discutir o tamanho ótimo do Estado. É uma prova de que nossas discussões teóricas ainda encontram um terreno fértil de aplicações práticas. Há aqueles que acreditam que a solução para o Brasil passa pela renúncia da presidente, como fator necessário para a recuperação da governabilidade do país. Combinado com esse fato político, haveria um ajuste fiscal progressivo, para que o Estado tivesse condições de fazer os investimentos necessários para estimular a iniciativa privada a voltar a crescer. Com isso, se retomariam as rédeas do crescimento econômico dentro da visão de uma intervenção de curto prazo para “desobstruir” o custo Brasil de produção. Mas há também aqueles que entendem que um ajuste fiscal muito rigoroso, longe de reativar a economia, pode intensificar a recessão, dada a importância do Estado na dianteira de processos que diminuiriam as desigualdades sociais no Brasil nos últimos anos. Para esses, a elevação da taxa de juros para combater uma inflação de oferta está retroalimentando o endividamento público, sem alcançar os objetivos pretendidos.

Mas a ciência econômica permite uma visão plural, ainda que os economistas briguem para estabelecer um pensamento dominante. O ajuste fiscal parece ser um mal necessário em tempos de “planejamento” de curto prazo. O problema agora é o tamanho do corte nos gastos públicos para uma economia estagnada. Se é verdade que a economia é o resultado da ação dos quatro agentes, é preciso lembrar que, no período de bonança, nem sempre ganham todos, mas, na recessão, o custo é distribuído para toda a sociedade. Tomara que o custo social dessa decisão não implique a “morte” de mais conquistas e a retomada de uma visão com olhos apenas no passado.

Por fim, antes que os críticos de plantão nos perguntem, gostaríamos de afirmar que seria um tanto quanto minimalista se simplesmente acreditássemos ou fizéssemos supor que a administração pública atual não

O ajuste fiscal parece ser um mal necessário em tempos de “planejamento” de curto prazo. O problema agora é o tamanho do corte nos gastos públicos para uma economia estagnada

tenha responsabilidade direta na crise – não foi isso que se tentou dizer com essa breve reflexão. Mas, se é verdade supor isso, então é igualmente válido acreditar que o governo pode contribuir para uma tentativa de minimizar os impactos negativos da atual conjuntura sobre a população brasileira. No entanto, a solução, ao nosso ver, está na contramão dos passos advertidos pelo ministro da Fazenda, que defende o chamado “1, 2, 3” (juros elevados, corte nos gastos públicos e aumento nas receitas) para uma retomada do crescimento em médio prazo. Voltemos, pois, aos quatro agentes econômicos para uma última reflexão.

Se o consumo representa aproximadamente 65% da demanda agregada do Brasil e se forem válidos os princípios shumpeterianos em torno do crédito, então uma retomada do crescimento vai passar necessariamente pela melhora nas linhas de financiamento da economia, com redução das taxas de juros para pagamento do passivo devedor das famílias. Com juros gravitando em torno de 400% ao ano nos “empréstimos” excedidos com cartão de crédito ou cheque especial e com a extorsão que é cobrada das famílias que usam empréstimos consignados, é preciso pensar em alternativas dos bancos públicos que barateiem o crédito para quem quer pagar o que deve. Reduzindo o endividamento das famílias, certamente a inadimplência vai pelo mesmo caminho, e, mantido o princípio da oferta e demanda, é possível acreditar que os bancos privados sejam obrigados a diminuir o elevado *spread* que vêm mantendo ao longo dos últimos 20 anos de estabilização macroeconômica.

Se a melhora no saldo corrente se efetivar, não haverá mais necessidade de se manter a taxa de juros básica da nossa economia no patamar mais elevado do globo

De outra parte, é preciso perceber que a atual desvalorização cambial pode permitir uma aceleração das exportações de manufaturados brasileiros e compensar as perdas com as quedas de preços das *commodities* de exportação. Isto é, mesmo pensando em menor ritmo de crescimento da economia mundial, é importante aproveitar esse momento para aumentar a competitividade da indústria brasileira e tentar reverter o processo de desindustrialização, que até então está a pleno vapor. Não adianta apenas ficar rezando para que o FED não volte a subir a taxa de juros norte-americana. Isso vai acontecer, mais cedo ou mais tarde, causando turbulências em toda a economia. Por isso mesmo, se a melhora no saldo corrente se efetivar, não haverá mais necessidade de se manter a taxa de juros básica da nossa economia no patamar mais elevado do globo. A queda na taxa de juros melhora o ambiente para a retomada dos investimentos que podem deixar a economia brasileira mais blindada para aproveitar os efeitos da valorização do

dólar. Crédito e investimento seriam as molas propulsoras para enfrentar a crise.

Nossos “1, 2, 3” seriam, portanto: 1) queda da taxa de juros e elevação do crédito subsidiado para as famílias; 2) desvalorização cambial; e 3) elevação da arrecadação tributária. Não, ninguém entendeu errado. Se os juros caírem e o crédito aumentar, a ampliação da atividade econômica vai elevar a arrecadação de impostos diretos e indiretos, a partir dos quais é possível financiar o gasto público. Com a redução das taxas de juros, diminui também o endividamento público, e com uma fórmula relativamente simples, retoma-se o crescimento econômico, a arrecadação, a geração de empregos e a confiança na economia. Os mais incrédulos certamente devem estar pensando nas consequências dessas medidas para a inflação. Mas, com os preços administrados crescendo no máximo 5% em 2016 e com a redução na procura, que já é suficientemente clara em alguns setores, a elevação na demanda não seria suficiente para um descontrole inflacionário.

Os economistas adoram usar uma expressão – *coeteris paribus* – que se aprende quando se estudam as condições de temperatura e pressão na física. Mas, pegando-se uma carona também com a matemática, pode-se dizer que, em uma economia em recessão, nada fica constante. Então, as soluções passam por sair da inércia de acreditar que, antes de melhorar, temos que piorar. Há muita gente perguntando se a economia brasileira já chegou ao “fundo do poço”. E há gente apostando que é preciso chegar lá para depois melhorar. Nós, no entanto, acreditamos que para sair do poço, antes de mais nada, é preciso parar de cair.

O cenário externo e seus reflexos na economia local

Arthur Souza Cruz Junior

Coordenador de Comércio Exterior da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). arthurcruz@sei.ba.gov.br



O Brasil começou 2015 precisando de ajustes em diversas frentes, entre elas, nas contas externas. Entre 2012 e 2014, o déficit em conta corrente (que agrega balança comercial e balança de serviços) dobrou, passando de 2,2% para 4,4% do PIB, um nível elevado para padrões brasileiros. Financiar um déficit desta magnitude é difícil, especialmente considerando a perspectiva de alta de taxa de juros nos EUA e a provável redução dos investimentos estrangeiros diretos no Brasil, consequência da desaceleração da atividade econômica.

O aumento do déficit externo foi consequência de uma combinação de excessos domésticos e mudança do cenário global. O acelerado crescimento do consumo interno até 2014, em meio a restrições do lado da oferta e câmbio valorizado, impulsionou as importações. Ao mesmo tempo, a queda expressiva nos preços das *commodities* reduziu o valor financeiro das exportações. Como não é provável que se volte a ver os preços das *commodities* subindo como na década passada, especialmente com os novos sinais de desaceleração na China, o ajuste das contas externas exigiu uma importante depreciação do real. Nos últimos 12 meses, a taxa de câmbio teve uma depreciação de aproximadamente 60%, um movimento expressivo sob qualquer parâmetro, mas que não a coloca em patamar excessivamente desvalorizado. Mesmo relevante, esse processo apenas posicionou a taxa de câmbio real um pouco acima de sua média histórica. Ou seja, a depreciação cambial foi necessária e tende a ser permanente.

Já há sinais de que o câmbio está se aproximando de seu equilíbrio. O déficit em conta corrente entre janeiro e julho de 2015 recuou para US\$ 44 bilhões, frente a US\$ 58 bilhões no mesmo período de 2014, interrompendo uma tendência de rápida deterioração e trazendo a conta

corrente de volta para perto de 2,5% do PIB. Ainda é um número elevado, mas, com o ajuste no câmbio, a queda foi palpável e deve continuar à frente.

Boa parte do que se alcançou foi reflexo do baixo dinamismo econômico pressionando os desembarques e não da expansão das exportações, o que torna a contribuição positiva do setor externo para o PIB mais vulnerável. No lado dos embarques, há poucas possibilidades de expansão por conta da baixa participação de manufaturados na pauta de exportação, da desaceleração maior da China e do fraco crescimento da economia e do comércio mundial.

O comércio global vem perdendo força desde a crise financeira iniciada em 2008. Segundo as últimas estimativas da Organização Mundial do Comércio (OMC), deverá crescer apenas 2,5% neste ano. É um dos piores resultados dos últimos tempos e bem inferior aos 3,3% estimados em abril e que já eram uma revisão para baixo. Um impacto maior que o previsto da desaceleração na China – país que responde por 15% da produção global e é a segunda maior economia do mundo e a maior nação comerciante (na soma de exportações e importações) –, além da modesta recuperação dos países ricos, poderá resultar até numa expansão menor que 2,5% em volume.

A queda de preços das *commodities* exportadas pelo país e pela Bahia também conspira contra um rápido crescimento das exportações. A cotação do petróleo e combustíveis caiu 45% no primeiro semestre. No caso das manufaturas, a baixa foi de 7,5%, e das *commodities* primárias, de 18%. Para as exportações brasileiras e baianas, a disparada do dólar melhora substancialmente a situação, embora ainda não se esteja

conseguindo vencer a barreira do encolhimento dos principais mercados importadores.

As vendas externas baianas até agosto, por exemplo, com exceção das realizadas para a China, caíram em todos os mercados. Para o Mercosul e demais países da América Latina, principais compradores de manufaturados, recuaram 16,5% e 24%, respectivamente. Para a UE, a retração foi de 18,4%, e para os EUA, chegou a 33%, tanto em quantidade como em preços de derivados de petróleo, petroquímicos e pneumáticos.

Com relação aos preços, a queda nas cotações das *commodities* parece ter atingido seu piso, e a perspectiva para os próximos meses é de alguma recuperação, ainda que modesta, e não de renovados movimentos intensos de baixa. Em geral, as cotações alcançaram os piores níveis desde a crise financeira de 2008, e há pouco espaço para quedas adicional. Os valores médios dos produtos exportados pela Bahia permaneceram com trajetória de queda (-28,4%) em agosto, atingindo seu segundo menor patamar desde fevereiro de 2009. No acumulado do ano, a perda de preços chega a 18,1%, comparando-se com igual período de 2014. As maiores reduções ocorreram em metais preciosos, com queda superior a 60%, derivados de petróleo, com encolhimento de 47,2%, e soja, com retração de 25,1%.

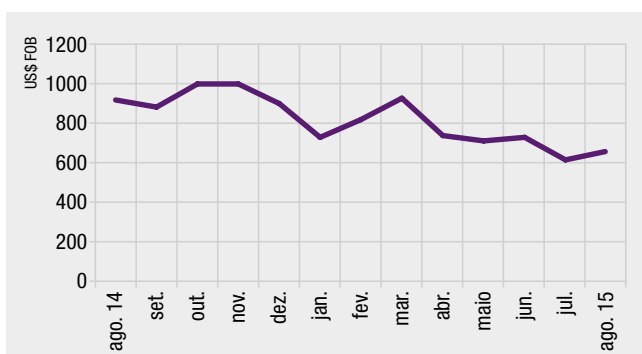


Gráfico 1
Preço médio mensal das exportações baianas – 2014-2015

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 10/11/2015.

Elaboração: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

Obs.: Valor de outubro excluiu valores da plataforma de petróleo.

PERSPECTIVAS

Durante o longo período de câmbio apreciado e recessão nos países desenvolvidos, muitas empresas encerraram ou reduziram seus esforços de vendas externas.

A depreciação cambial e a retomada do crescimento nos EUA e na Europa melhoram as condições, mas a reação dos negócios é lenta. Além disso, muitos países emergentes que também passam por um período de desaceleração econômica rebaixaram suas taxas de câmbio e vêm promovendo ajustes para ganhar produtividade. Ou seja, a aceleração das exportações depende de o país se tornar mais competitivo não apenas em termos absolutos, mas também em relação aos seus concorrentes. Neste sentido, o câmbio favorável não é suficiente. É preciso avançar em medidas que impulsionem a produtividade e a eficiência da produção nacional mais rapidamente do que os concorrentes.

A boa notícia sobre as importações é que a sua redução não se origina apenas na retração do consumo, mas também na substituição propiciada pelo câmbio. Como o consumo de importados caiu mais do que a demanda doméstica, parte dessa demanda tendeu a se deslocar para a produção da indústria nacional, que passou a ter um horizonte um pouco mais favorável do que há um ano.

Com a retração da atividade doméstica, sobretudo da indústria, e a alta do dólar, as importações devem permanecer contidas. Resta ainda a dúvida se as mudanças macroeconômicas em curso (o câmbio, principalmente) serão suficientes para desencadear um movimento em larga escala de substituição de importações. Entretanto, um processo consistente de recuperação do mercado pela indústria local (em detrimento do bem importado) precisará, além de câmbio efetivamente depreciado, de alterações tributárias pró-exportação e de melhorias na infraestrutura, entre outras mudanças. Hoje já há algum sinal de substituição de bens importados em nichos do mercado, mas a atividade fraca impede um avanço maior. A magnitude dessa troca, contudo, vai depender da evolução do câmbio.

Portanto, não dá para esperar que o setor externo seja a salvação da economia brasileira porque a conjuntura mundial é pouco favorável aos países emergentes, com desaceleração da China, queda de preços das *commodities* e possível alta de juros nos Estados Unidos. Entretanto, na ausência de qualquer outro estímulo à economia, novamente é a taxa de câmbio – e não o aumento geral da produtividade – que dá início à recuperação das exportações. Isso é importante e vem em boa hora. Mas, para que as vendas externas de fato impulsionem o PIB, é crucial, além do câmbio favorável, a melhora da eficiência e da produtividade local.

Investimentos no complexo agroalimentar devem chegar a R\$ 10 bilhões até 2017

Fabiana Karine Santos de Andrade*

Os investimentos industriais previstos para o estado da Bahia contabilizam atualmente um montante de R\$ 69 bilhões, havendo expectativa de atrair 304 empresas com a intenção de implantar e/ou ampliar suas unidades até 2017. Além disso, espera-se a geração de 43.380 mil empregos diretos.

O maior volume de recursos está previsto para ser alocado no território Metropolitana de Salvador, com inversões que chegam a R\$ 7 bilhões e a implantação/ampliação de 93 empresas. Destaca-se também o território Sertão Produtivo, com um volume esperado de R\$ 11,3 bilhões, para 13 projetos voltados para a instalação de diversos parques eólicos. Ressalta-se ainda o território Vale do Jiquiriçá, com investimentos programados de R\$ 5,5 bilhões, sendo que o maior volume deverá ser aplicado na atividade de mineração.

Por complexo de atividade, destaca-se o *mineral e beneficiamento*, com a projeção de investimento de aproximadamente R\$ 26 bilhões, a partir de 46

projetos de empresas de extração de minerais metálicos e não metálicos.

No setor *agroalimentar*, os recursos devem alcançar R\$ 10 bilhões, resultantes de 52 projetos originários da atividade de alimentos e bebidas. Já no complexo *outros*, que engloba a atividade de energia e gás, o montante chega a R\$ 26 bilhões, com 53 empresas prestes a se implantar na região.

Os investimentos industriais fazem parte da política de atração de empreendimentos via concessão de incentivos fiscais implementada pelo Governo do Estado da Bahia através do Programa Desenvolve, que possibilita a vinda de empresas de diversos segmentos. Essa política traz uma nova dinâmica para a economia do estado e para o seu setor industrial, com a diversificação da matriz e a consolidação da cadeia produtiva. A ação governamental com o objetivo de desenvolver a indústria baiana vem ocorrendo desde 2002, com a implantação de programas de incentivos especiais.

* Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnica da Superintendência de Indústria da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM). fabianakarine.pacheco@gmail.com

Tabela 1

Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de
atividade – Bahia – 2015-2017

Complexo	Volume (R\$ 1,00)	Nº. projetos	Volume (%)	Projeto (%)
Agroalimentar	10.015.800.000	52	14,3	17
Atividade mineral e beneficiamento	26.184.750.000	46	37,5	15
Calçados/têxtil/confecções	67.450.000	24	0,1	8
Complexo madeireiro	246.290.000	17	0,4	6
Eletroeletrônico	215.060.000	13	0,3	4
Metal-mecânico	5.550.240.000	41	7,9	13
Químico-petroquímico	1.563.780.000	34	2,2	11
Reciclagem	31.460.000	6	0,0	2
Transformação petroquímica	96.150.000	18	0,1	6
Outros	25.910.782.150	53	37,1	17
Total	69.881.762.150	304	100	100

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 04/08/2015.

Tabela 2

Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por Território de
Identidade – Bahia – 2015-2017

Território	Volume (R\$ 1,00)	Nº. projetos	Volume (%)	Projeto (%)
A definir	13.569.320.000	2	19	1
Bacia do Rio Corrente	9.581.150.000	1	14	0
Bacia do Rio Grande	680.600.000	10	1	3
Baixo Sul	56.000.000	2	0	1
Chapada Diamantina	1.178.396.000	5	2	2
Costa do Descobrimento	7.630.000	6	0	2
Extremo Sul	6.920.000	5	0	2
Irecê	2.429.155.000	10	3	3
Litoral Norte e Agreste Baiano	333.700.000	6	0	2
Litoral sul	2.459.930.000	13	4	4
Médio Rio de Contas	173.850.000	8	0	3
Médio Sudoeste da Bahia	2.014.170.000	7	3	2
Metropolitana de Salvador	6.883.680.000	97	10	32
Piemonte da Diamantina	430.007.000	3	1	1
Piemonte do Paraguaçu	451.700.000	2	1	1
Piemonte Norte do Itapicuru	4.654.500.000	11	7	4
Portal do Sertão	395.820.000	57	1	19
Recôncavo	2.401.290.000	3	3	1
Semiárido Nordeste II	885.000.000	3	1	1
Sertão do São Francisco	4.145.769.000	25	6	8
Sertão Produtivo	11.277.518.150	13	16	4
Sisal	58.500.000	3	0	1
Vale do Jiquiriça	5.501.000.000	3	8	1
Velho Chico	216.464.000	4	0	1
Vitória da Conquista	89.693.000	5	0	2
Total	69.881.762.150	304	100	100

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações. Coletados até 04/08/2015.

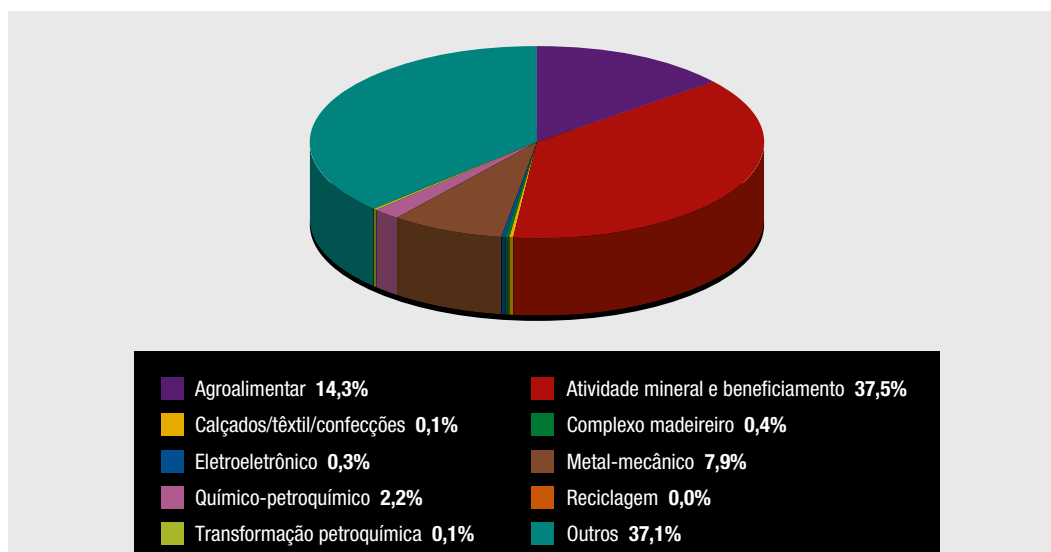


Gráfico 1
Investimentos industriais previstos por complexo de atividade – Bahia – 2015-2017

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 04/08/2015.

METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS

A política de atração de investimentos industriais vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, a partir de meados da década de 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998, com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Pro cobre e Profibra. A partir de 2002, o Programa Desenvolve substituiu os anteriores. Assim, a metodologia utilizada pela Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM), desenvolvida inicialmente pela Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), consiste em coletar informações primárias sobre os investimentos industriais previstos para os próximos três anos na Bahia a partir da listagem dos protocolos de intenções assinados com o governo do estado e dos projetos econômico-financeiros entregues à secretaria para o requerimento de incentivos fiscais através do Programa Desenvolve. Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidas, as principais informações são apresentadas sob a forma de tabelas e gráficos.

Quem mais estuda a Bahia não pode faltar na sua estante.

A SEI, por meio de sua linha editorial, publica regularmente livros e revistas que debatem aspectos socioeconômicos e geoambientais do estado. Quem se interessa pela Bahia não pode deixar de ler.



Bahia Análise & Dados

Revista temática trimestral que aborda temas atuais através de artigos e entrevistas elaborados por colaboradores externos e especialistas da SEI.



Conjuntura & Planejamento

Publicação trimestral colorida e ilustrada que traz artigos assinados e entrevistas sobre a conjuntura econômica da Bahia. A publicação compila estatísticas e indicadores que revelam o desempenho do estado no período.



Série Estudos e Pesquisas

Divulga os resultados de pesquisas e trabalhos desenvolvidos, na sua maioria, por técnicos da SEI nas áreas de demografia, indústria, energia, agropecuária, saúde, educação, agricultura e geoambiental.



Estudos e Relatórios

Também faz parte da linha editorial da SEI, estudos e relatórios que retratam a realidade socioeconômica e cultural do estado. Entre estes estudos, indicamos para leitura a revista eletrônica CAS Centro Antigo de Salvador: Território de Referência; a TRU: Tabela de Recursos e Usos do Estado da Bahia, instrumento que permite uma análise da dinâmica econômica do estado; e a série de Textos para Discussão.

Onde comprar: Biblioteca Rômulo Almeida – SEI CAB, 4ª Avenida, 435, térreo

Download gratuito:
www.sei.ba.gov.br



@eu_sei



imprensa.sei



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO



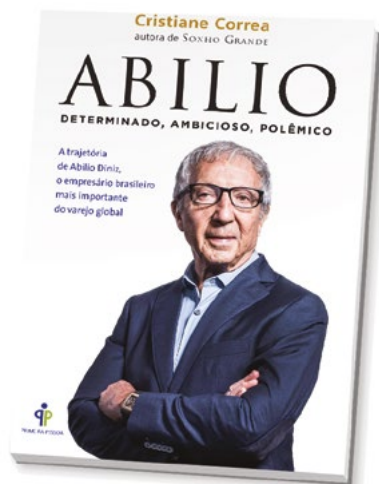


A TEORIA ECONÔMICA NA OBRA DE BRESSER-PEREIRA

José Luís Oreiro, Luiz Fernando de Paula, Nelson Marconi (organizadores)

Em comemoração aos 80 anos de Luiz Carlos Bresser-Pereira, o livro *A Teoria Econômica na Obra de Bresser-Pereira* faz uma homenagem ao seu trabalho, à sua contribuição ao pensamento econômico, sociológico e político, bem como à metodologia científica, à história e, sobretudo, à economia brasileira.

Na apresentação os organizadores comentam que “[...] no livro fica clara a filiação keynesiana e estruturalista de Bresser-Pereira. Keynesiana porque entende que as decisões de ‘como produzir’ são em boa medida induzidas pelas expectativas de demanda dos empresários; estruturalista porque, além de buscar entender a problemática específica de desenvolvimento das economias periféricas, analisa o desenvolvimento como um processo de mudança estrutural em parte induzido pelo Estado”.



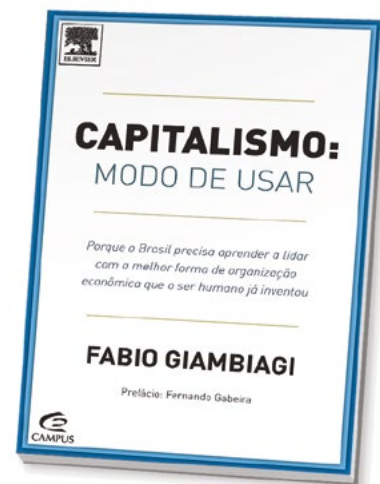
ABILIO: DETERMINADO, AMBICIOSO, POLÊMICO

Cristiane Correa

O livro de Cristiane Correa atém-se mais à vida empresarial de Abilio Diniz do que à sua individualidade. A obra centra-se nos fatos, sem desenhar um perfil mais elaborado da personalidade do empresário, que é retratada muitas vezes nas suas ações no âmbito dos negócios.

O texto segue uma ordem cronológica. A história começa na infância de Abilio Diniz, que nasceu em 1936, e continua com sua entrada na empresa do pai, passa pelos altos e baixos da companhia, que quase quebrou, pelo seu sequestro (1989), e chega à venda do controle para o Casino (2005) e à sua saída do comando da empresa (2013).

A autora descreve, em 20 capítulos, os principais momentos da carreira do empresário, que fez da doceria Pão de Açúcar, fundada pelo pai, o maior grupo varejista do país.

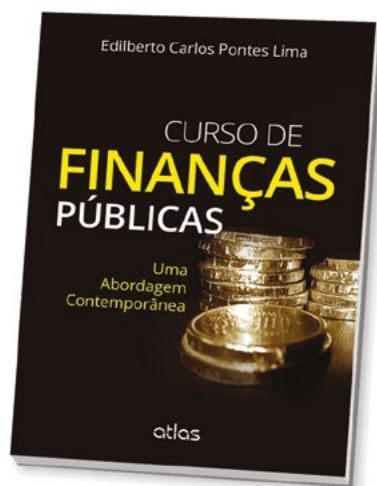


CAPITALISMO: MODO DE USAR

Fabio Giambiagi

No livro *Capitalismo: modo de usar*, o economista Fabio Giambiagi apresenta a realidade, os desafios e o que ele aponta como “mitos” da economia brasileira que perpetuam e acentuam a visão antipitalista do país e entravam o seu crescimento econômico e desenvolvimento. O autor aborda temas que vão desde o debate sobre os traços paternalistas de nossa sociedade até chegar ao capítulo em que destaca a ideia-chave que permeia o livro e que é a base para a compreensão dos argumentos propostos (e do próprio capitalismo): a competição.

Fabio Giambiagi considera que, para que uma economia tenha êxito no mundo moderno, cabe aos governos um papel crucial na regulação e na coordenação de certas políticas, mas a chave do dinamismo é a competição travada no campo do setor privado.



CURSO DE FINANÇAS PÚBLICAS

Edilberto Carlos Pontes Lima

O livro de Edilberto Carlos Pontes Lima sobre finanças do setor público, com foco no Brasil, aborda questões que são recorrentes e que estão presentes no dia-a-dia dos brasileiros, tais como a elevada carga tributária, o aumento dos gastos do governo, os programas de assistência social, a dívida pública, o orçamento, a desigualdade da renda e a distribuição de recursos entre os entes federativos.

A competição imperfeita, os bens públicos, as externalidades, os recursos comuns, as implicações e formas de atuação do governo, os custos e benefícios da intervenção governamental são outros aspectos mencionados no livro.



DE DENTRO PARA FORA

Alexandre Teixeira

O objetivo do livro de Alexandre Teixeira é destacar a existência de empreendedores inovadores e ativistas que estão à frente de um movimento de transformação da livre iniciativa. São pessoas que procuram injetar mais propósito e significado em seus negócios, mesmo operando na lógica do mercado. Lutam por conciliar lucro e justiça social, competição e espiritualidade, eficiência e bem-estar.

Esses novos empreendedores apontam mudanças no mercado e nas relações de negócios: uma real preocupação com os problemas sociais e ambientais que ganham espaço como principal motivação para essas pessoas e suas empresas.

De Dentro para Fora é também uma reflexão sobre as bases intelectuais do capitalismo, a distribuição de riqueza e as estratégias das empresas de vanguarda.



DESIGUALDADE ECONÔMICA NO BRASIL

Marcio Pochmann

O livro *Desigualdade Econômica no Brasil* reúne dados sobre as diferenças de renda e riqueza entre os brasileiros, as classes sociais, municípios e regiões do Brasil, incluindo-os numa perspectiva histórica. As raízes e as causas da desigualdade econômica no Brasil nem sempre aparecem com clareza. A obra oferece ao leitor uma série sistemática de informações quantitativas, empíricas, uma interpretação teórica e também experiências de outros países que enfrentaram com êxito a desigualdade, o que não é o caso do Brasil.

Conjuntura econômica baiana

No primeiro semestre de 2015, todas as atividades econômicas tiveram queda, quando comparadas ao mesmo período do ano anterior. O comportamento dos principais indicadores ratifica a desaceleração da economia na Bahia, com perspectivas de manutenção do comportamento no segundo semestre de 2015.

Com base na Pesquisa Industrial Mensal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PIM-IBGE), a produção industrial baiana acumulou, no primeiro semestre de 2015, um decréscimo de 8,6%, comparada com o mesmo período do ano anterior. Dos 12 segmentos da indústria de transformação, oito apresentaram retração no período, com destaque para *Produtos derivados do petróleo e biocombustíveis*, com queda de 21,0%. Importante ressaltar também os resultados negativos assinalados por *Metalurgia* (-24,0%), *Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos* (-66,4%), *Produtos químicos* (-4,7%), *Produtos alimentícios* (-5,4%), *Minerais não metálicos* (-9,5%) e *Bebidas* (-14,0%). Positivamente, destacaram-se *Veículos* (31,6%), impulsionado não só pela maior fabricação de automóveis, mas também pela baixa base de comparação, uma vez que esse setor recuou 34,2% nos primeiros seis meses de 2014. Vale citar ainda os acréscimos assinalados por *Celulose, papel e produtos de papel* (2,6%) e *Couros, artigos para viagem e calçados* (3,7%).

Entre janeiro e junho de 2015, a balança comercial registrou déficit. As exportações tiveram retração (-20,4%), e as importações expandiram-se (9,4%). As vendas externas somaram US\$ 3,527 bilhões, e as compras, US\$ 4,621 bilhões, proporcionando déficit de US\$ 1,094 bilhão, de acordo com os dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O desempenho das exportações no período decorreu, principalmente, da diminuição nas vendas de alguns segmentos, tais como *Petróleo e derivados* (-74,7%), *Soja e derivados* (-25,9%), *Químicos e petroquímicos* (-20,6%), *Automotivo* (-16,0%), *Papel e celulose* (-13,7%) e *Borracha e suas obras*

(-17,1%). Entre os segmentos que apresentaram desempenho positivo, destacaram-se *Metalúrgicos* (50,5%), *Metais preciosos* (11,3%), *Minerais* (96,9%), *Algodão e seus subprodutos* (40,5%), e *Cacau e derivados* (9,8%).

Os dados observados na Pesquisa Mensal de Comércio (PMC-IBGE) demonstraram que o comércio varejista acumulou, no primeiro semestre de 2015, queda de 4,8% em relação a 2014. As maiores contribuições negativas no período em análise vieram de *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (-21,1%), *Livros, jornais, revistas e papelaria* (-17,1%), *Móveis e eletrodomésticos* (-12,7%), *Tecidos, vestuário e calçados* (-9,6%), *Combustíveis e lubrificantes* (-6,8%) e *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (-1,9%). O comércio varejista ampliado, que inclui os segmentos *Veículos, motos, partes e peças* (-11,0%) e *Material de construção* (-1,5%), registrou decréscimo de 6,3% na mesma análise.

Em relação à inflação em Salvador, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), acumulou, no primeiro semestre de 2015, variação de 5,36%, revelando-se superior aos 3,92% registrados no mesmo período de 2014. O índice foi impulsionado pelos grupos *Despesa pessoal* (11,12%), *Alimentos e bebidas* (4,70%), *Saúde e cuidados pessoais* (8,79%), *Habitação e encargos* (6,68%) e *Transporte e comunicação* (3,19%). Em sentido oposto, os grupos que apontaram retração foram *Artigos de residência* (-2,22%) e *Vestuário* (-1,93%).

Conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/Dieese/Seade), a taxa média de desemprego entre janeiro e junho de 2015 fechou em 17,3% da população economicamente ativa na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Por setor de atividade econômica, quando comparado com o mês de junho de 2014, em termos relativos, houve aumento da ocupação apenas em *Serviços* (0,9%). Registrou-se queda nos setores *Construção* (-21,9%), *Indústria de transformação* (-3,7%) e *Comércio e reparação de veículos* (-0,7%). Considerando-se as categorias de ocupação, verificou-se retração para os ocupados *Com carteira assinada* (-2,2%), *Sem carteira assinada* (-18,8%) e *Domésticos* (-0,8%). Com base na mesma pesquisa, o rendimento médio real dos trabalhadores ocupados caiu 3,4% no mesmo período.

Nesse cenário, inicia-se a seção com os principais resultados da conjuntura baiana nas análises dos indicadores mensais e no acumulado de 12 meses, referentes ao primeiro semestre do ano de 2015.

O Índice de Movimentação Econômica (Imec), que mede a atividade econômica no município de Salvador, apresentou, em junho de 2015, decréscimo de 1,4% na comparação com o mesmo mês de 2014. No acumulado dos últimos 12 meses, o indicador aumentou 2,9%.

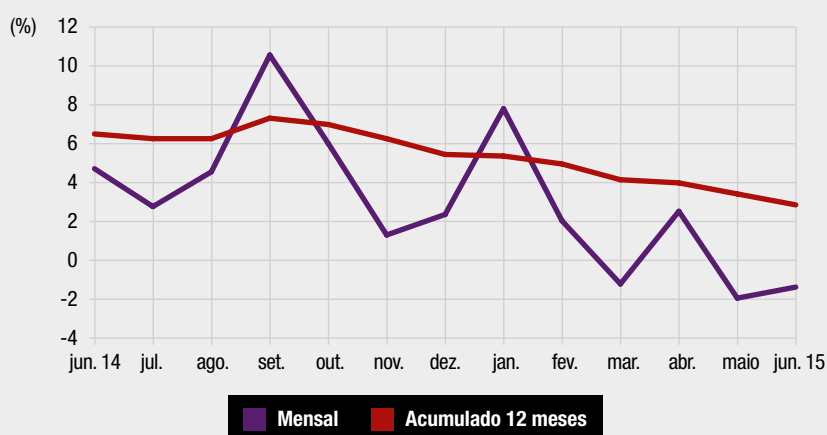


Gráfico 1
Índice de Movimentação Econômica (Imec)
Salvador – jun. 2014-jun. 2015

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

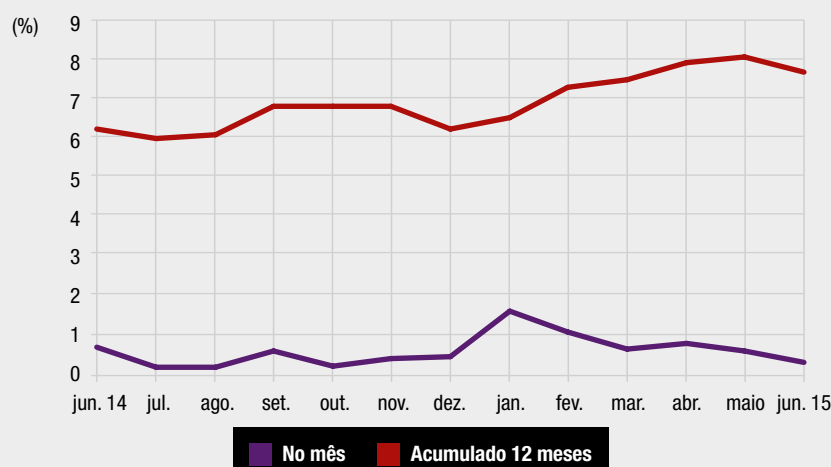


Gráfico 2
Taxa de variação do IPC-SEI – Salvador – jun. 2014-jun. 2015

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela SEI, apontou inflação de 0,35% em junho de 2015. Ressalte-se que, dos 374 produtos/serviços pesquisados mensalmente, 179 exibiram alta nos preços, 70 não sofreram alterações, e 125 apresentaram queda. Dentre aqueles que tiveram as maiores influências positivas na formação do índice destacam-se Camiseta, blusa e blusão feminino (14,73%), CD (17,58%), Conjunto de short e camisa infantil (36,63%), Energia elétrica (2,67%), Acessórios e peças de veículos (7,56%), Serviço de reparo automotivo (3,20%), Ônibus à distância (6,94%), Camisa masculina (5,51%), Refrigerador (9,94%) e Cebola (22,71%). Em contrapartida, os produtos cujos preços exerceram as maiores pressões negativas foram Cerveja fora do domicílio (10,27%), Anti-inflamatório e antirreumático (3,91%), Empregado doméstico (2,07%), Automóvel novo (0,36%), Alimentos de cães (9,79%), Short, calção e bermuda masculina (5,35%), Produto para pele (4,30%), Bijuteria (7,93%), Tomate (10,59%) e Motocicleta (1,90%). No acumulado dos últimos 12 meses, o indicador alcançou 7,69%.

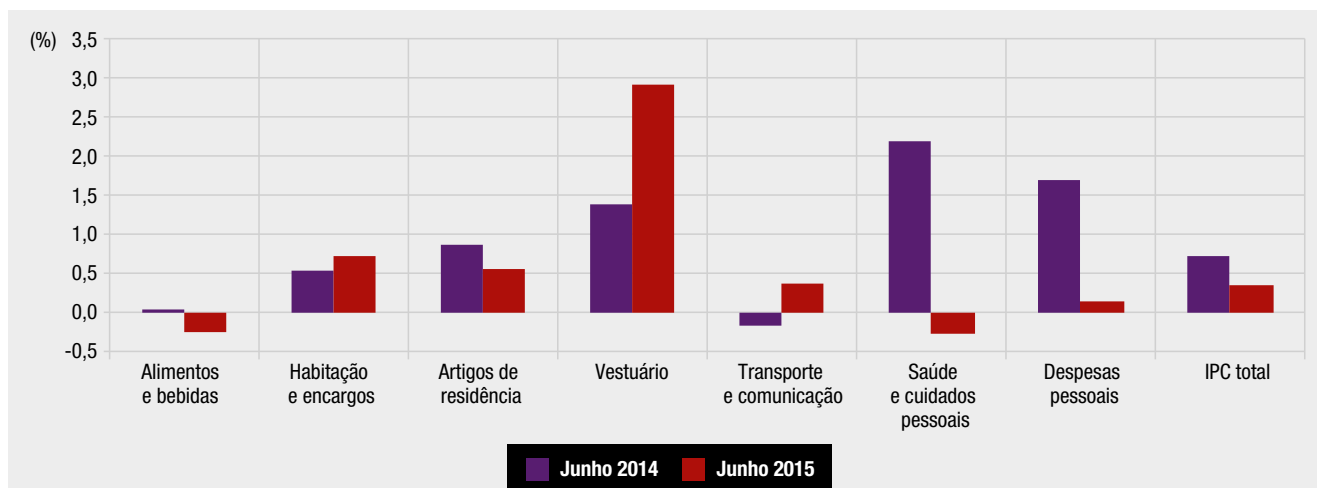


Gráfico 3
Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados – Salvador – jun. 2014-jun. 2015

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

Vestuário (2,92%) e Transporte e Comunicação (0,37%) foram os grupos que exerceram as maiores influências para a inflação em Salvador no mês de junho de 2015. Os subgrupos que proporcionaram as maiores pressões nos preços no período foram Camiseta masculina (40,11%), Conjunto de short e camisa infantil (36,63%), Fralda (24,11%), Pintura de automóvel (8,63%), Acessórios e peças de veículos (7,56%), Ônibus à distância (6,94%) e Transporte escolar (5,75%).

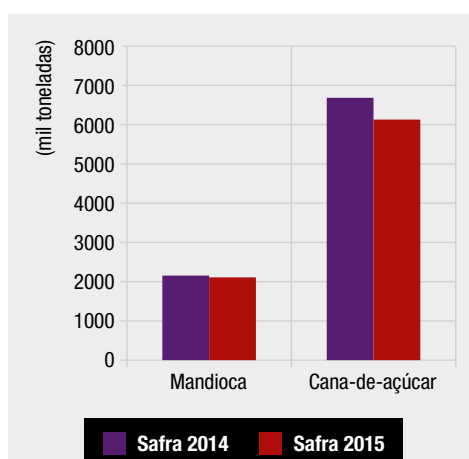


Gráfico 4
Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar – Bahia – 2014/2015

Fonte: IBGE-LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

Segundo informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em junho de 2015, as produções de cana-de-açúcar e mandioca, em andamento no estado, decresceram 8,4% e 1,8%, respectivamente. A queda no desempenho da cultura de cana-de-açúcar foi oriunda da redução da área plantada (-6,3%) e da área colhida (-5,7%), culminando em variação negativa do rendimento médio (-2,9%). Seguindo o mesmo comportamento, a mandioca também apresentou retração da área plantada (-15,2%) e colhida (-7,0%), porém com expansão no rendimento médio (5,6%) em relação à safra de 2014.

O LSPA apresentou estimativas de elevação da produção das culturas de feijão, soja e algodão em relação à safra de 2014, com taxas de 4,7%, 40,5% e 2,8%, respectivamente. Em sentido oposto, há uma perspectiva de retração da cultura de milho (-1,0%). Para o feijão, estima-se queda na área cultivada (-8,3%) e ampliação na área colhida (5,4%), com diminuição no rendimento médio (-0,7%). A soja teve a mesma variação positiva para as áreas plantada e colhida (12,6%), com ampliação de 24,7% no rendimento médio. A cultura de algodão apontou decréscimo na área plantada (-3,0%) e na área colhida (-2,8%) e acréscimo no rendimento (5,7%). As projeções de área plantada e área colhida para o milho cresceram 0,9% e 24,6%, respectivamente, resultando em uma previsão negativa de rendimento de 20,6%.

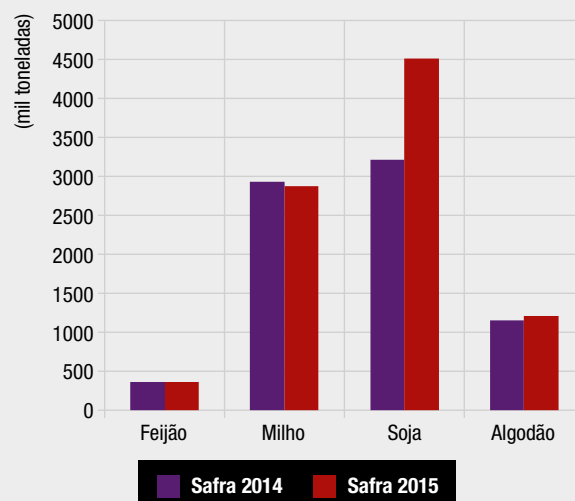


Gráfico 5
Estimativa da produção agrícola: feijão, milho, soja e algodão
Bahia – 2014/2015

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

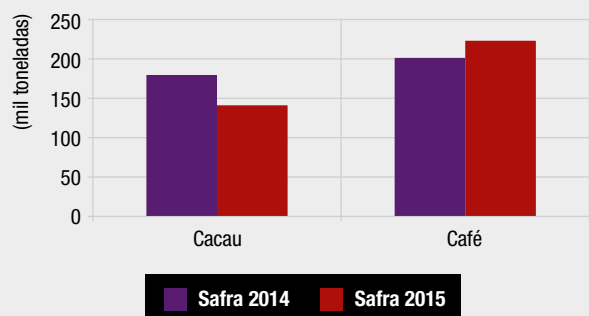


Gráfico 6
Estimativa da produção agrícola: cacau e café
Bahia – 2014/2015

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

As estimativas de produção das tradicionais *commodities* da agricultura baiana – cacau e café – apresentaram comportamentos opostos em 2015. Em relação ao cacau, em fase de colheita, constatou-se decréscimo da produção de 21,2%. Projeta-se retração na área plantada (-12,2%), na área colhida (-12,7%) e no rendimento médio (-9,8%). Já para o café, também em fase de colheita, as estimativas apontaram crescimento na produção (10,8%) em 2015, culminando em ampliação na área plantada (2,9%), na área colhida (4,0%) e no rendimento médio (6,6%).

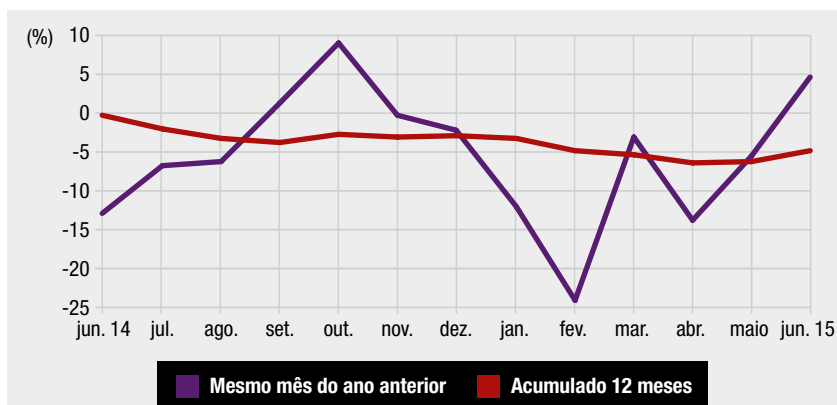


Gráfico 7
Taxa de variação da produção física da indústria de transformação
Bahia – jun.mai 2014-jun. 2015

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.
Nota: CNAE 2.0.

Os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-IBGE) referente à indústria de transformação baiana exibiram, em junho de 2015, acréscimo de 4,1% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. O desempenho do setor foi influenciado, principalmente, pelos resultados positivos dos segmentos *Veículos* (277,6%), *Produtos derivados de petróleo e biocombustíveis* (2,3%), *Produtos de borracha e material plástico* (7,8%) e *Couros, artigos para viagem e calçados* (0,7%). As contribuições negativas vieram de *Metalurgia* (-20,6%), *Produtos químicos* (-5,8%), *Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos* (-64,0%), *Produtos alimentícios* (-6,1%), *Celulose, papel e produtos de papel* (-2,8%) e *Bebidas* (-7,0%). No acumulado dos últimos 12 meses, o indicador recuou 4,8%.

A análise da indústria geral em junho de 2015 indicou variação positiva de 2,9% – eliminando influências sazonais – na comparação com o mês de maio do mesmo ano. Esse resultado foi determinado, sobretudo, pelo avanço da indústria de transformação e da extrativa mineral.

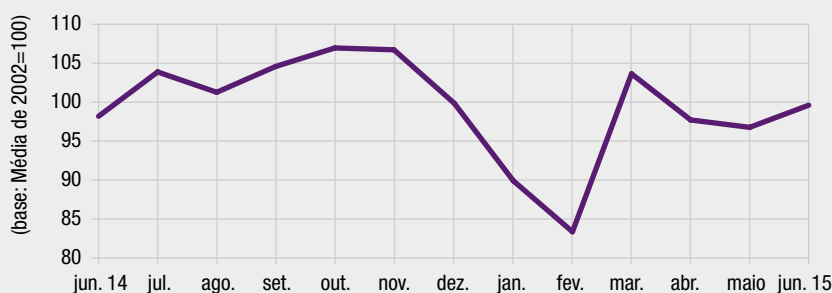


Gráfico 8
Índice dessazonalizado de produção física da indústria geral
Bahia – jun. 2014-jun. 2015

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

O consumo total de eletricidade no estado da Bahia registrou, no mês de junho de 2015, crescimento de 3,0% em relação ao mesmo mês de 2014, totalizando 1,800 GWh (gigawatt/hora). Considerando-se as classes de consumo residencial e comercial, observa-se que, em junho, elas totalizaram 510 MWh e 251 MWh, respectivamente, representando, para o consumo residencial, um acréscimo de 0,9%, e, para o consumo comercial, um aumento de 3,7%, em relação a 2014. No acumulado dos últimos 12 meses, nota-se expansão de 5,7% no consumo total e, entre as classes industrial, comercial e residencial, ampliação de 7,3%, 4,7% e 4,2%, respectivamente.

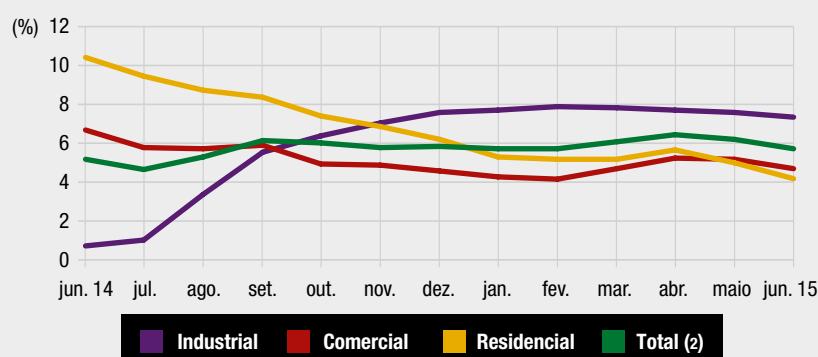


Gráfico 9
Taxa de variação do consumo de energia elétrica (1) – Bahia – jun. 2014-jun. 2015

Fonte: Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado 12 meses.

(2) Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf.

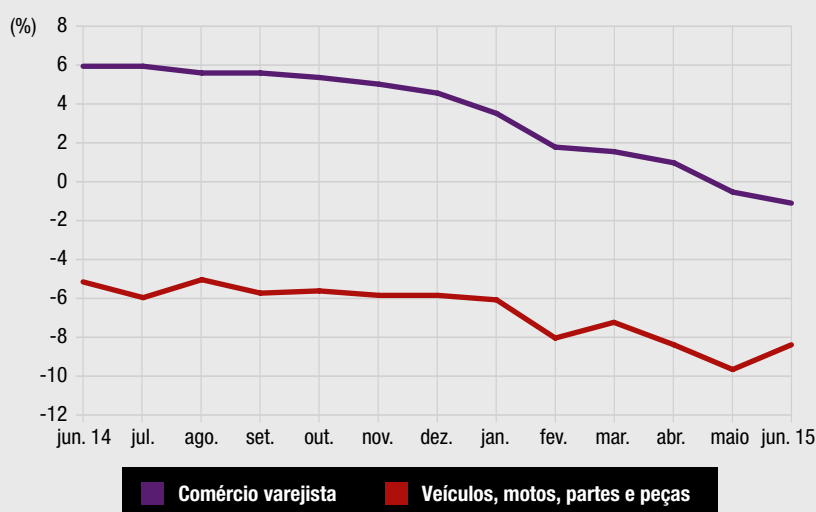


Gráfico 10
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1)
Bahia – jun. 2014-jun. 2015

Fonte: IBGE-PMC.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC-IBGE), no mês de junho de 2015, o comércio varejista baiano teve decréscimo das vendas de 5,4%, considerando-se igual mês do ano anterior. Os maiores impactos negativos vieram dos segmentos *Hipermercados*, *supermercados*, *produtos alimentícios*, *bebidas e fumo* (-5,1%), *Móveis e eletrodomésticos* (-11,2%), *Tecidos, vestuário e calçados* (-6,5%), *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria* (-5,8%) e *Combustíveis e lubrificantes* (-2,0%). No acumulado dos últimos 12 meses, comércio varejista e veículos registraram variações negativas de 1,1% e 8,4%, respectivamente.

Considerando-se os últimos 12 meses, até junho de 2015, os segmentos de maior destaque na variação positiva do comércio varejista foram *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (13,3%) e *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (5,5%). Os segmentos *Combustíveis e lubrificantes* (-0,7%), *Tecidos, vestuário e calçados* (-4,9%), *Móveis e eletrodomésticos* (-9,2%), *Livros, jornais, revistas e papelaria* (-12,4%), *Equipamentos e materiais para escritório* (-18,0%) e *Hipermercados* (-0,2%) mostraram arrefecimento.

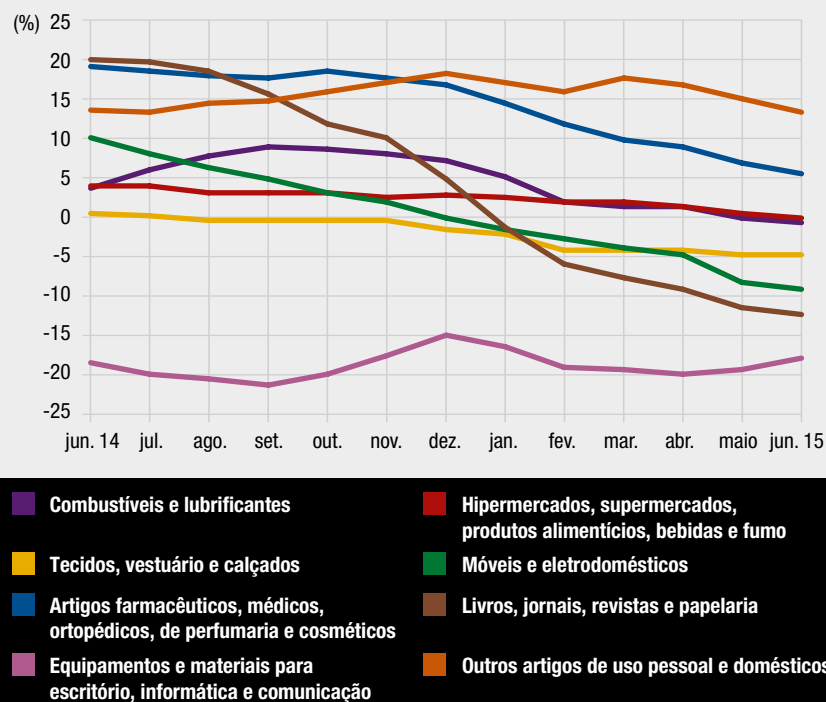


Gráfico 11
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1)
principais segmentos – Bahia – jun. 2014-jun. 2015

Fonte: IBGE–PMC.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

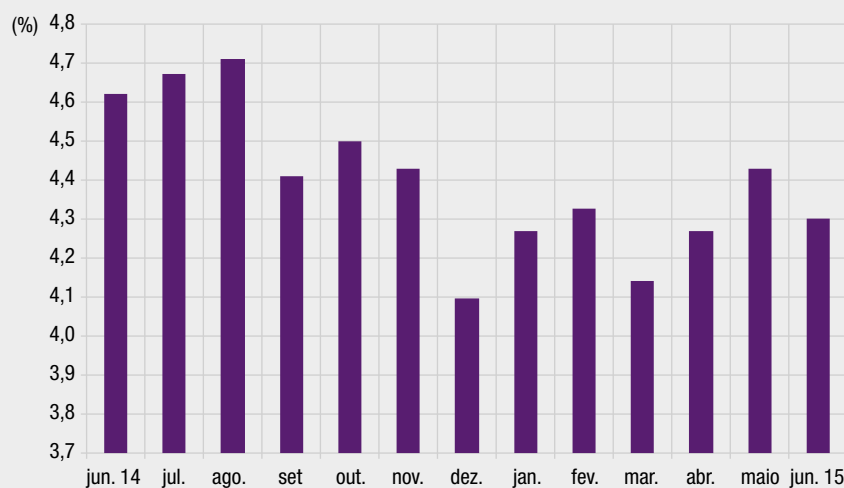


Gráfico 12
Taxa de inadimplência (1) – Bahia – jun. 2014-jun. 2015

Fonte: Bacen.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Pessoas Físicas.

Conforme dispõem os dados divulgados pelo Bacen, em junho de 2015, a inadimplência relativa às operações de crédito no estado chegou a 3,9%. A taxa de inadimplência de pessoas físicas alcançou 4,3%, e a de pessoas jurídicas, 3,4%.

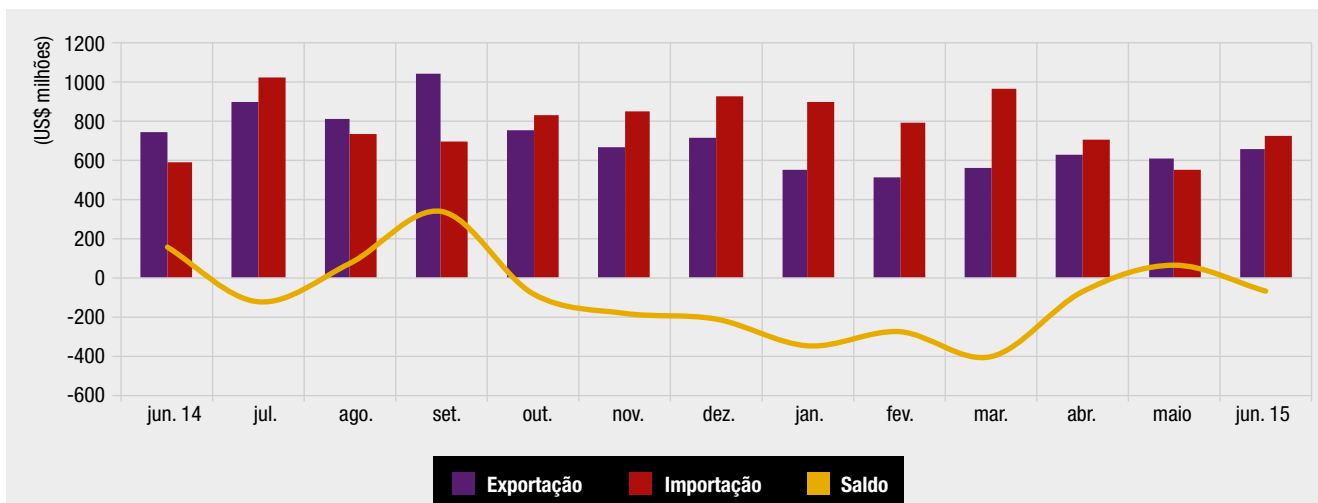


Gráfico 13
Balança comercial – Bahia – jun. 2014-jun. 2015

Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em junho de 2015, as exportações baianas somaram US\$ 653 milhões, e as importações, US\$ 720 milhões, resultando em um déficit de US\$ 67 milhões. Confrontando junho de 2015 com o mesmo mês do ano anterior, as exportações e as importações apontaram arrefecimento de 12,3% e 21,9%, respectivamente.

As exportações por fator agregado, na comparação com o mês de junho de 2014, exibiram retração nos produtos básicos (-25,9%) e nos produtos industrializados (-4,78%). No acumulado de 12 meses, as vendas externas dos básicos e industrializados registraram crescimento de 8,9% e queda de 20,8%, respectivamente.

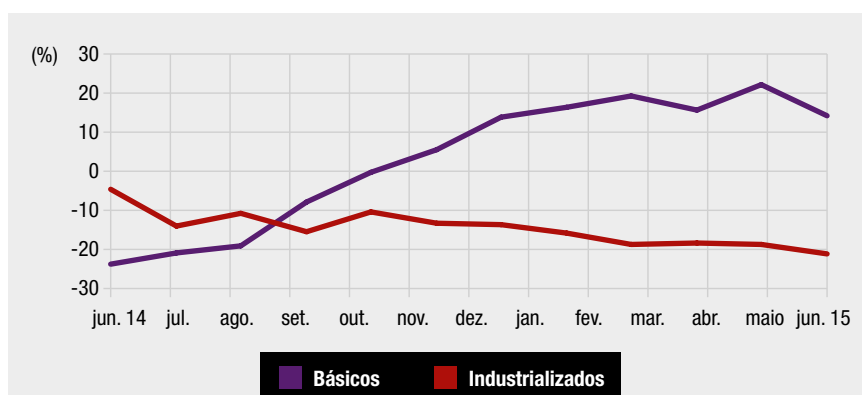


Gráfico 14
Taxa de variação das exportações baianas, por fator agregado (1)
Bahia – jun. 2014-jun. 2015

Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado 12 meses.

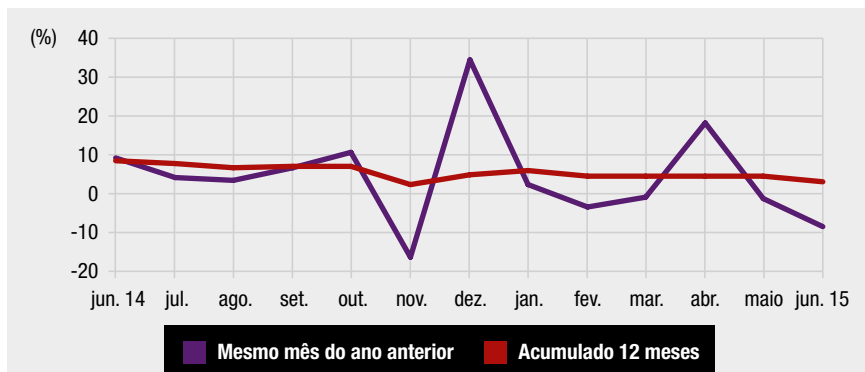


Gráfico 15
Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes
Bahia – jun. 2014-jun. 2015

Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.
Elaboração: SEI/CAC.
Deflator IGP-DI.

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), a arrecadação total – ICMS e outros tributos – somou R\$ 1,699 bilhão em junho, proporcionando um decréscimo real de 6,5% em relação ao mesmo período de 2014. Principal tributo de arrecadação do estado, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) totalizou R\$ 1,432 bilhão em junho, obtendo uma variação nominal negativa de -3,0% e, em termos reais, exibindo uma queda de 8,6% em relação ao mês anterior. Com esse resultado, o indicador acumulado em 12 meses até junho foi de 3,1%.

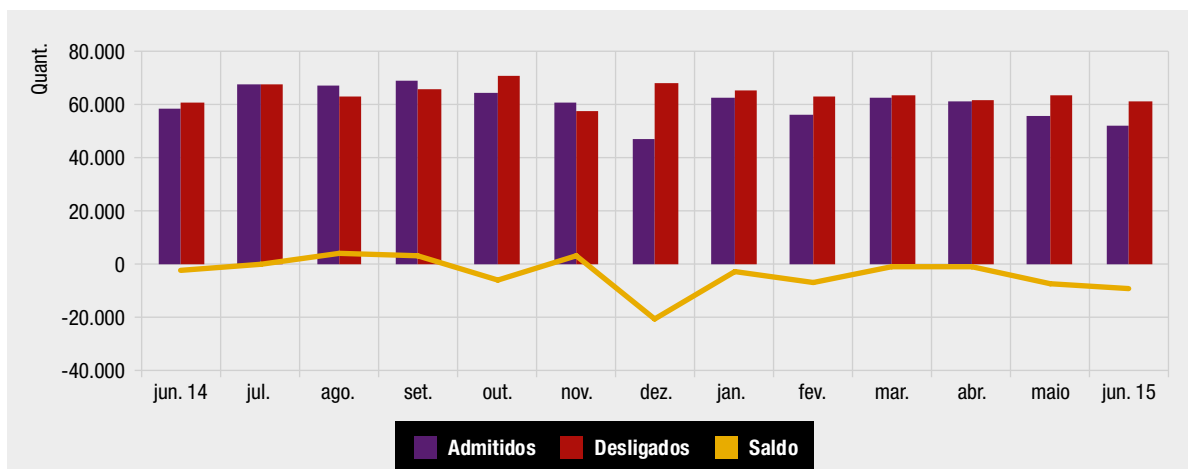


Gráfico 16
Geração de empregos celetistas (1) – Bahia – jun. 2014-jun. 2015

Fonte: Caged.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.
Sem ajustes.

Conforme dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o saldo total de empregos com carteira de trabalho assinada na Bahia, em junho de 2015, apresentou retração de 9.124 postos de trabalho. Esse resultado emanou da redução de postos em todos os setores de atividade econômica: Serviços (-4.243 postos) e Construção Civil (-4.081 postos). No acumulado dos últimos 12 meses, ocorreu queda de 36.968 postos de trabalho, o que correspondeu à redução de 2,0% em relação ao estoque anterior.

Com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS), em junho de 2015, 18,0% da População Economicamente Ativa (PEA) estava desempregada na referida região. Com relação ao total de ocupados, ocorreu redução de 2,6% na comparação entre junho de 2015 e o mesmo mês de 2014. Entre os ocupados por setor de atividade econômica, em termos relativos, houve redução da ocupação em *Construção* (-21,9%), *Indústria de transformação* (-3,7%) e *Comércio e reparação de veículos* (-0,7%). O setor de *Serviços* foi o único positivo do mês (0,9%). Considerando-se as categorias de ocupação, houve diminuição no *Setor privado* (-4,3%), sendo que a categoria *Com carteira assinada* registrou -2,2%; *Sem carteira assinada*, -18,8%; *Autônomos*, -5,0%; e *Domésticos*, -0,8%.

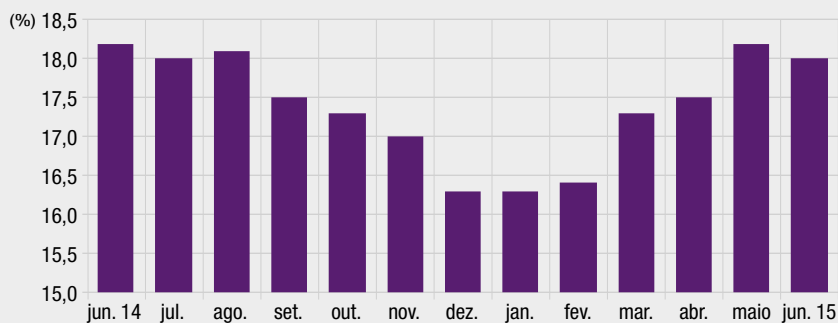


Gráfico 17
Taxa de desemprego total – RMS – Bahia – jun. 2014-jun. 2015

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA).
Elaboração: SEI/CAC.

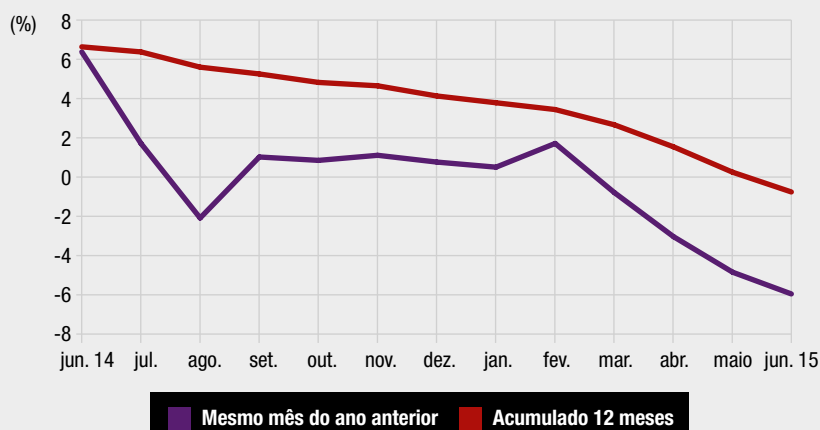


Gráfico 18
Taxa de variação da massa de rendimento dos ocupados (1) – RMS
Bahia – jun. 2014-jun. 2015

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA).
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Ocupados no trabalho principal.

A massa real de rendimentos dos ocupados da RMS, calculada pela PED a partir dos dados de população ocupada e de rendimento médio, decresceu 6,0% em junho. No acumulado dos últimos 12 meses, o indicador apontou -0,8%.

Indicadores Conjunturais



INDICADORES ECONÔMICOS

Índice de preços

Tabela 1
Índice de Preços ao Consumidor (IPC) (1) – Salvador – jun. 2015

Grandes grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	Jun. 2014	Jun. 2015	No ano (2)	Últimos 12 meses (3)	Jun. 2007 = 100	Jun. 1994 = 100
Alimentos e bebidas	0,04	-0,26	4,70	5,43	184,64	452,11
Habitação e encargos	0,53	0,71	6,68	7,81	163,48	1120,93
Artigos de residência	0,86	0,56	-2,22	3,88	100,23	230,71
Vestuário	1,39	2,92	-1,93	3,73	115,71	207,44
Transporte e comunicação	-0,18	0,37	3,19	2,99	125,09	896,90
Saúde e cuidados pessoais	2,19	-0,28	8,79	11,69	171,60	575,11
Despesas pessoais	1,69	0,15	11,12	9,13	187,03	737,77
Geral	0,72	0,35	5,36	6,25	154,53	519,56

Fonte: SEI.

(1) O IPC de Salvador representa a média de 15.000 cotações de uma cesta de consumo de 375 bens e serviços pesquisados em 634 estabelecimentos e domicílios, para famílias com rendimentos de 1 - 40 salários mínimos.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 2
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica – capitais brasileiras – jun. 2015

Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês (1) (%)	Variação acumulada (%)		Porcentagem do salário mínimo
			No ano (2)	12 meses (3)	
Aracaju	275,42	-0,63	12,10	11,22	37,99
Belém	356,24	5,11	15,80	11,86	49,14
Belo Horizonte	338,76	-4,82	7,18	5,92	46,73
Brasília	359,61	-2,87	9,09	10,97	49,60
Campo Grande	349,80	-3,99	13,45	13,17	48,25
Curitiba	359,69	-1,40	13,88	8,24	49,62
Florianópolis	386,10	-2,08	9,35	9,14	53,26
Fortaleza	325,40	-5,49	16,05	9,19	44,89
Goiânia	329,65	-5,01	9,44	11,70	45,47
João Pessoa	309,48	1,87	13,77	9,86	42,69
Manaus	352,35	2,49	9,87	6,08	48,60
Natal	302,76	-3,09	12,67	3,51	41,76
Porto Alegre	384,13	-0,11	10,20	9,33	52,99
Recife	318,53	-3,83	11,22	3,61	43,94
Salvador	320,03	-8,05	19,49	14,72	44,14
São Paulo	392,77	-2,31	10,89	10,75	54,18
Rio de Janeiro	368,71	-6,71	9,08	7,36	50,86
Vitória	367,94	-5,15	10,44	6,35	50,75

Fonte: Dieese.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Agricultura

Tabela 3
Produção física e área plantada dos principais produtos – Bahia – 2014/2015

Lavouras	Produção física (t)			Área plantada (ha)		
	2014 (1)	2015 (2)	Variação (%)	2014 (1)	2015 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	140.845	131.445	-6,7	7.315	6.274	-14,2
Algodão herbáceo	1.163.996	1.196.537	2,8	341.690	331.602	-3,0
Alho	6.937	4.450	-35,9	613	615	0,3
Amendoim (2º safra)	3.951	4.080	3,3	3.719	4.000	7,6
Arroz total	10.214	16.333	59,9	9.275	9.231	-0,5
Batata-inglesa (2º safra)	105.940	52.090	-50,8	2.506	1.306	-47,9
Cana-de-açúcar	6.693.374	6.129.148	-8,4	128.802	120.720	-6,3
Cebola	323.120	320.543	-0,8	9.273	9.321	0,5
Feijão total	357.311	374.112	4,7	582.176	533.883	-8,3
Feijão 1ª safra	94.806	157.020	65,6	265.571	276.439	4,1
Feijão 2ª safra	262.505	217.092	-17,3	316.605	257.444	-18,7
Fumo	3.532	3.740	5,9	3.589	3.767	5,0
Mamona	33.560	81.559	143,0	91.039	115.847	27,2
Mandioca	2.134.473	2.096.390	-1,8	342.626	290.505	-15,2
Milho total	2.916.717	2.887.554	-1,0	825.818	833.442	0,9
Milho 1ª safra	2.479.794	2.351.003	-5,2	553.490	559.476	1,1
Milho 2ª safra	436.923	536.551	22,8	272.328	273.966	0,6
Soja	3.206.364	4.503.577	40,5	1.276.369	1.437.658	12,6
Sorgo granífero	122.529	167.040	36,3	120.732	130.555	8,1
Tomate	288.477	248.283	-13,9	6.447	5.755	-10,7
Permanentes						
Banana (4)	1.088.647	1.070.830	-1,6	77.078	88.147	14,4
Cacau	179.179	141.110	-21,2	568.271	498.879	-12,2
Café total	201.715	223.497	10,8	171.142	176.167	2,9
Café arábica	123.901	134.889	8,9	128.762	126.963	-1,4
Café cenephora	77.814	88.608	13,9	42.380	49.204	16,1
Castanha-de-cajú	5.279	4.547	-13,9	25.994	20.932	-19,5
Coco-da-baía (3)	552.836	572.075	3,5	79.976	75.400	-5,7
Guaraná	2.691	2.600	-3,4	6.972	6.500	-6,8
Laranja (4)	1.026.167	985.650	-3,9	71.873	60.950	-15,2
Pimenta-do-reino	4.467	4.500	0,7	1.972	1.800	-8,7
Sisal	132.078	175.226	32,7	210.061	245.896	17,1
Uva	77.504	77.392	-0,1	2.864	2.864	0,0

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2014.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), junho de 2015 (dados sujeitos a retificação).

(3) Produção física em mil frutos.

(4) Produção física em tonelada.

Tabela 4
Área colhida e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2014/2015

Lavouras	Área colhida (ha)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2014 (1)	2015 (2)	Variação (%)	2014 (1)	2015 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	5.620	4.990	-11,2	25.061	26.342	5,1
Algodão herbáceo	341.060	331.602	-2,8	3.413	3.608	5,7
Alho	613	615	0,3	11.316	7.236	-36,1
Amendoim	3.719	4.000	7,6	1.062	1.020	-4,0
Arroz total	9.275	9.231	-0,5	1.101	1.769	60,7
Batata-inglesa	2.506	1.306	-47,9	42.275	39.885	-5,7
Cana-de-açúcar	118.088	111.344	-5,7	56.681	55.047	-2,9
Cebola	9.273	9.321	0,5	34.845	34.389	-1,3
Feijão total	498.591	525.669	5,4	717	712	-0,7
Feijão 1ª safra	204.891	268.225	30,9	463	585	26,5
Feijão 2ª safra	293.700	257.444	-12,3	894	843	-5,7
Fumo	3.589	3.767	5,0	984	993	0,9
Mamona	50.452	103.605	105,4	665	787	18,3
Mandioca	194.000	180.505	-7,0	11.002	11.614	5,6
Milho total	656.729	818.574	24,6	4.441	3.528	-20,6
Milho 1ª safra	409.581	544.608	33,0	6.054	4.317	-28,7
Milho 2ª safra	247.148	273.966	10,9	1.768	1.958	10,8
Soja	1.276.369	1.437.658	12,6	2.512	3.133	24,7
Sorgo granífero	112.548	130.555	16,0	1.089	1.279	17,5
Tomate	6.447	5.755	-10,7	44.746	43.142	-3,6
Permanentes						
Banana (4)	71.704	81.738	14,0	15.183	13.101	-13,7
Cacau	547.422	477.793	-12,7	327	295	-9,8
Café total	161.006	167.378	4,0	1.253	1.335	6,6
Café arábica	124.736	123.950	-0,6	993	1.088	9,6
Café cenephora	36.270	43.428	19,7	2.145	2.040	-4,9
Castanha-de-cajú	22.690	20.710	-8,7	233	220	-5,6
Coco-da-baía (3)	73.697	61.214	-16,9	7.501	9.345	24,6
Guaraná	6.719	6.500	-3,3	401	400	-0,1
Laranja (4)	62.297	60.950	-2,2	16.472	16.171	-1,8
Pimenta-do-reino	1.826	1.800	-1,4	2.446	2.500	2,2
Sisal	150.206	184.571	22,9	879	949	8,0
Uva	2.862	2.864	0,1	27.080	27.022	-0,2

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2014.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), junho de 2015 (dados sujeitos à retificação).

(3) Rendimento médio em frutos por hectare.

(4) Rendimento médio em quilo por hectare.

Indústria

Tabela 5
Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – jun. 2015

(%)

Classes e gêneros	Mensal (1)	Ano (2)	12 meses (3)
Indústria Geral	4,1	-8,6	-4,7
Indústrias extrativas	-4,1	-3,6	-2,6
Indústrias de transformação	4,6	-8,9	-4,8
Produtos alimentícios	-6,1	-5,4	-2,5
Bebidas	-7,0	-14,0	-9,5
Couros, artigos para viagem e calçados	0,7	3,7	3,4
Celulose, papel e produtos de papel	-2,8	2,6	1,7
Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	2,3	-21,0	-9,3
Outros produtos químicos	-5,8	-4,7	2,5
Produtos de borracha e de material plástico	7,6	0,1	-0,3
Produtos de minerais não-metálicos	-2,8	-9,4	-7,3
Metalurgia	-20,6	-24,0	-19,2
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	-64,0	-66,4	-53,2
Veículos automotores, reboques e carrocerias	277,6	31,6	11,3

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 6
Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – jun. 2014-jun. 2015

(%)

Períodos	Mensal (1)	Ano (2)	12 meses (3)
Junho 2014	-12,9	-4,9	-0,2
Julho	-6,7	-5,2	-2,0
Agosto	-6,2	-5,3	-3,2
Setembro	1,3	-4,6	-3,7
Outubro	9,0	-3,2	-2,8
Novembro	-0,3	-3,0	-3,0
Dezembro	-2,2	-2,9	-2,9
Janeiro 2015	-12,0	-12,0	-3,2
Fevereiro	-24,1	-17,9	-4,9
Março	-3,0	-12,6	-5,4
Abril	-13,6	-12,9	-6,4
Maio	-5,5	-11,4	-6,2
Junho 2015	4,6	-8,9	-4,8

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Energia

Tabela 7
Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – jun. 2015

(%)

Classes	No mês (3)	Mensal (4)	Acumulado no ano (5)	12 meses (6)
Rural/Irrigação	3,4	9,1	8,5	5,0
Residencial	0,9	3,3	4,2	7,6
Industrial ¹	3,9	3,6	7,3	5,2
Comercial	3,7	4,7	4,7	9,5
Utilidades públicas ²	4,5	8,7	5,9	5,6
Setor público	2,5	1,3	-2,1	-1,3
Concessionária	1,9	2,8	3,2	3,8
Total	3,0	4,3	5,7	6,2

Fonte: Chesf, Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Consumo industrial corresponde à Coelba e Chesf.

(2) Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração elétrica.

(3) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(4) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(5) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(6) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Comércio

Tabela 8
Variação no volume de vendas no varejo (1) – Bahia – maio 2015

(%)

Classes e gêneros	Mensal (2)	No ano (3)	12 meses (4)
Comércio Varejista	-5,4	-4,8	-1,1
Combustíveis e lubrificantes	-2,0	-6,8	-0,7
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-5,1	-1,3	-0,2
Hipermercados e supermercados	-4,3	-0,4	0,2
Tecidos, vestuário e calçados	-6,5	-9,6	-4,9
Móveis e eletrodomésticos	-11,2	-12,7	-9,2
Móveis	-14,7	-12,3	-8,5
Eletrodomésticos	-9,6	-12,8	-9,6
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	-5,7	-1,9	5,5
Livros, jornais, revistas e papelaria	-6,1	-17,1	-12,4
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-18,9	-21,1	-18,0
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	0,3	8,0	13,3
Comércio Varejista Ampliado	-3,9	-6,3	-3,3
Veículos, Motos, Partes e Peças	-1,6	-11,0	-8,4
Material de construção	5,0	-1,5	-3,2

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Dados deflacionados pelo IPCA.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Comércio exterior

Tabela 9
Exportações, principais segmento – Bahia – jan.-jun. 2014/2015

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. (%)	Part. (%)	Var. (%) preço médio
	2014	2015			
Papel e celulose	803.045	692.717	-13,74	19,64	-14,52
Químicos e petroquímicos	778.210	618.121	-20,57	17,52	-18,86
Soja e derivados	675.592	500.464	-25,92	14,19	-24,37
Metalúrgicos	263.991	397.175	50,45	11,26	0,80
Automotivo	258.892	217.418	-16,02	6,16	-9,71
Petróleo e derivados	773.492	196.087	-74,65	5,56	-47,45
Metais preciosos	121.926	135.670	11,27	3,85	-51,31
Cacau e derivados	95.124	104.407	9,76	2,96	5,42
Borracha e suas obras	119.168	98.782	-17,11	2,80	-13,75
Algodão e seus subprodutos	61.449	86.303	40,45	2,45	-16,57
Minerais	43.655	85.955	96,90	2,44	-23,56
Couros e peles	80.838	77.296	-4,38	2,19	8,54
Sisal e derivados	51.933	64.825	24,82	1,84	23,74
Café e especiarias	83.563	59.718	-28,54	1,69	-30,23
Frutas e suas preparações	42.271	42.781	1,21	1,21	-15,06
Máquinas, aparelhos e materiais mecânicos e elétricos	38.427	26.787	-30,29	0,76	-34,62
Calçados e suas partes	27.972	24.612	-12,01	0,70	-8,40
Fumo e derivados	21.520	19.514	-9,32	0,55	-12,68
Milho e derivados	1.221	13.413	998,19	0,38	-9,96
Carne e miudezas de aves	9.161	918	-89,98	0,03	-34,69
Demais segmentos	77.485	64.334	-16,97	1,82	-31,79
Total	4.428.936	3.527.297	-20,36	100,00	-13,40

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 09/07/2015.

Elaboração: SEI.

Tabela 10
Exportações, principais países – Bahia – jan.-jun. 2014/2015

Países	Pest (ton)		Var. %	(US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %
	2014	2015		2014	2015		
China	1.164.926	1.414.974	21,46	787.834	945.067	19,96	26,79
Argentina	115.854	104.956	-9,41	463.017	388.690	-16,05	11,02
Estados Unidos	518.172	294.539	-43,16	582.122	337.772	-41,98	9,58
Países Baixos (Holanda)	533.357	611.401	14,63	350.303	317.695	-9,31	9,01
Alemanha	386.966	363.194	-6,14	217.335	137.205	-36,87	3,89
Bélgica	202.361	190.841	-5,69	129.187	130.077	0,69	3,69
França	171.919	250.559	45,74	97.934	113.252	15,64	3,21
Antilhas Holandesas	757.565	354.539	-53,20	476.455	110.324	-76,84	3,13
México	115.646	84.637	-26,81	164.332	91.499	-44,32	2,59
Itália	141.682	94.495	-33,31	92.353	74.257	-19,59	2,11
Colômbia	36.662	49.668	35,48	75.138	70.426	-6,27	2,00
Japão	60.688	92.603	52,59	51.292	66.132	28,93	1,87
Canadá	3.265	3.537	8,35	57.364	63.598	10,87	1,80
Coreia do Sul	53.713	51.512	-4,10	82.447	51.595	-37,42	1,46
Espanha	104.123	86.712	-16,72	73.120	48.695	-33,40	1,38
Chile	15.064	15.633	3,78	41.915	42.191	0,66	1,20
Provisão de navios e aeronaves	74.432	90.287	21,30	53.740	39.990	-25,59	1,13
Indonésia	13.374	12.849	-3,93	39.558	37.592	-4,97	1,07
Índia	6.186	28.627	362,81	12.853	34.050	164,91	0,97
Hong Kong	47.179	36.448	-22,74	44.267	33.754	-23,75	0,96
Taiwan (Formosa)	47.218	71.092	50,56	28.282	32.477	14,83	0,92
Malásia	3.180	73.990	2.226,98	8.831	28.622	224,11	0,81
Finlândia	33.787	22.028	-34,80	37.409	26.742	-28,52	0,76
Suíça	444	382	-14,02	27.630	22.501	-18,56	0,64
Turquia	3.111	14.367	361,74	6.504	20.322	212,44	0,58
Uruguai	47.948	8.588	-82,09	46.947	20.157	-57,06	0,57
Peru	7.402	10.651	43,90	14.594	20.069	37,51	0,57
Reino Unido	27.117	22.472	-17,13	19.939	17.573	-11,87	0,50
Emirados Árabes Unidos	11.980	533	-95,55	24.476	16.886	-31,01	0,48
Venezuela	7.055	3.769	-46,57	20.083	14.794	-26,34	0,42
Demais países	298.113	147.783	-50,43	301.675	173.294	-42,56	4,91
Total	5.010.488	4.607.668	-8,04	4.428.936	3.527.297	-20,36	100,00

Fonte: MDIC/Secex.

Elaboração: SEI.

INDICADORES SOCIAIS

Emprego

Tabela 11
Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e de desemprego total – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2014-jun. 2015

(%)

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		População total (1)
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Participação (PEA/PIA)	Desemprego total (DES/PEA)	
Janeiro 2014	1.886	126,0	1.565	142,4	321	80,7	1.273	132,9	59,7	17,0	3.605
Fevereiro	1.886	126,0	1.552	141,2	334	83,9	1.278	133,4	59,6	17,7	3.609
Março	1.882	125,7	1.549	140,9	333	83,7	1.286	134,2	59,4	17,7	3.613
Abril	1.888	126,1	1.554	141,4	334	83,9	1.285	134,1	59,5	17,7	3.617
Maiο	1.878	125,5	1.549	140,9	329	82,7	1.300	135,7	59,1	17,5	3.621
Junho	1.881	125,7	1.539	140,0	342	85,9	1.302	135,9	59,1	18,2	3.625
Julho	1.868	124,8	1.532	139,4	336	84,4	1.320	137,8	58,6	18,0	3.629
Agosto	1.848	123,4	1.513	137,7	335	84,2	1.344	140,3	57,9	18,1	3.633
Setembro	1.857	124,0	1.532	139,4	325	81,7	1.340	139,9	58,1	17,5	3.637
Outubro	1.863	124,4	1.541	140,2	322	80,9	1.338	139,7	58,2	17,3	3.641
Novembro	1.882	125,7	1.562	142,1	320	80,4	1.324	138,2	58,7	17,0	3.645
Dezembro	1.869	124,8	1.564	142,3	305	76,6	1.342	140,1	58,2	16,3	3.649
Janeiro 2015	1.862	124,4	1.558	141,8	304	76,4	1.354	141,3	57,9	16,3	3.653
Fevereiro	1.846	123,3	1.543	140,4	303	76,1	1.375	143,5	57,3	16,4	3.657
Março	1.845	123,2	1.526	138,9	319	80,2	1.381	144,2	57,2	17,3	3.662
Abril	1.825	121,9	1.506	137,0	319	80,2	1.405	146,7	56,5	17,5	3.666
Maiο	1.835	122,6	1.501	136,6	334	83,9	1.401	146,2	56,7	18,2	3.670
Junho	1.828	122,1	1.499	136,4	329	82,7	1.413	147,5	56,4	18,0	3.674
Variação mensal (%)											
Jun. 2015/maio 2015	-0,4		-0,1		-1,5		0,9		-0,5		-1,1
Variação no ano (%)											
Jun. 2015/dez. 2014	-2,2		-4,2		7,9		5,3		-3,1		10,4
Variação anual (%)											
Jun. 2015/jun. 2015	-2,8		-2,6		-3,8		8,5		-4,6		-1,1

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Em 1000 pessoas.

(2) Base: média de 2000 = 100.

Nota: Projeções populacionais ajustadas com base no Censo de 2010. Ver nota técnica nº 8.

Tabela 12

Taxas de desemprego, por tipo de desemprego

Região Metropolitana de Salvador, município de Salvador e demais municípios da Região Metropolitana de Salvador – jan. 2014-jun. 2015

(%)

Trimestres	Taxas de desemprego, por tipo										
	Região Metropolitana de Salvador – RMS					Município de Salvador			Demais municípios da Região Metropolitana		
	Total	Aberto	Oculto			Total	Aberto	Oculto	Total	Aberto	Oculto
			Total	Precário	Desalento						
Janeiro 2014	17,0	12,4	4,6	3,9	(1)	16,0	11,8	4,3	20,6	14,8	5,8
Fevereiro	17,7	12,8	5,0	4,3	(1)	16,4	12,0	4,5	22,2	15,6	6,7
Março	17,7	12,8	4,9	4,2	(1)	16,8	12,2	4,6	20,8	14,8	6,0
Abril	17,7	12,9	4,8	4,1	(1)	16,8	12,1	4,7	20,7	15,4	5,2
Maio	17,5	12,9	4,6	4,0	(1)	16,8	12,2	4,6	20,2	15,9	(1)
Junho	18,2	13,3	4,8	4,2	(1)	17,1	12,4	4,7	22,2	16,9	5,3
Julho	18,0	13,3	4,7	4,0	(1)	16,8	12,4	4,4	22,8	16,8	6,0
Agosto	18,1	13,2	4,9	4,2	(1)	16,9	12,3	4,6	22,4	16,3	6,2
Setembro	17,5	12,8	4,7	3,9	(1)	16,4	12,0	4,4	21,4	15,6	5,8
Outubro	17,3	12,6	4,7	3,9	(1)	16,4	11,8	4,6	20,5	15,3	5,2
Novembro	17,0	12,2	4,8	4,0	(1)	16,1	11,4	4,6	20,4	15,1	5,2
Dezembro	16,3	11,3	5,0	4,3	(1)	15,3	10,6	4,7	19,7	13,7	6,0
Janeiro 2015	16,3	11,2	5,1	4,5	(1)	15,1	10,4	4,7	20,4	13,8	6,6
Fevereiro	16,4	11,3	5,0	4,4	(1)	15,2	10,5	4,7	20,3	14,0	6,3
Março	17,3	12,3	5,1	4,4	(1)	15,9	11,3	4,7	22,2	15,8	6,5
Abril	17,5	12,9	4,6	4,1	(1)	15,8	11,7	4,2	23,4	17,2	6,2
Maio	18,2	13,7	4,5	4,0	(1)	16,4	12,5	3,9	24,6	18,0	6,6
Junho	18,0	13,8	4,2	3,6	(1)	16,3	12,6	3,7	24,1	18,2	5,9
Variação mensal											
Jun. 2015/maio 2015	-1,1	0,7	-6,7	-10,0	0,0	-0,6	0,8	-5,1	-2,0	1,1	-10,6
Variação no ano											
Jun. 2015/dez. 2014	10,4	22,1	-16,0	-16,3	0,0	6,5	18,9	-21,3	22,3	32,8	-1,7
Variação anual											
Jun. 2015/jun. 2014	-1,1	3,8	-12,5	-14,3	0,0	-4,7	1,6	-21,3	8,6	7,7	11,3

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 13

Distribuição dos Ocupados, por Setor e CNAE 2.0 Domiciliar – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2014-jun. 2015

Períodos	Distribuição dos ocupados, por setor e CNAE 2.0 domiciliar										(%)
	Total geral (1)	Indústria de transformação (2)	Construção (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Total (5)	Transporte, armazenagem e Correio (6)	Informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais técnicas e técnicas (7)	Atividades administrativas e serviços complementares (8)	Administração pública, defesa e segurança social; educação, saúde humana e serviços sociais (9)	Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (10)	Serviços domésticos (11)
Janeiro 2014	100	8,5	10	19,9	59,1	5,7	5,2	8,9	18,5	12,4	7,8
Fevereiro	100,0	8,5	10,2	19,5	59,5	6,2	4,9	9,5	17,5	12,6	8,2
Março	100,0	8,0	10,2	19,9	59,7	6,1	5,0	9,5	17,2	12,9	8,3
Abril	100,0	8,4	10,2	19,3	60,1	5,8	5,4	8,8	18,1	12,9	8,5
Maio	100,0	8,0	10,2	19,6	60,1	5,3	5,4	8,9	18,4	13,4	8,1
Junho	100,0	8,7	10,1	19,4	59,4	5,2	5,8	8,7	18,3	13,0	7,7
Julho	100,0	8,6	9,9	19,3	59,7	5,5	5,8	9,0	18,0	12,8	8,0
Agosto	100,0	8,7	9,7	18,3	60,7	5,7	5,9	9,1	18,1	12,9	8,4
Setembro	100,0	7,9	9,8	18,3	61,7	5,8	5,5	9,3	18,7	13,2	8,6
Outubro	100,0	7,5	9,8	18,8	61,5	6,1	5,3	9,6	18,5	13,3	8,1
Novembro	100,0	7,4	9,8	19,8	60,8	6,1	5,3	9,4	18,5	13,0	7,9
Dezembro	100,0	7,9	9,7	19,9	60,4	6,2	5,3	9,5	17,8	12,9	8,1
Janeiro 2015	100,0	8,6	9,3	19,5	60,8	6,1	5,5	9,7	18,2	13,1	7,8
Fevereiro	100,0	9,1	9,2	19,0	61,1	6,1	5,3	9,6	18,1	13,8	7,7
Março	100,0	9,0	8,5	18,7	62,1	6,0	5,2	10,1	18,5	14,3	7,5
Abril	100,0	8,7	8,6	18,9	61,9	6,0	5,5	9,7	18,2	14,3	7,7
Maio	100,0	8,4	8,1	19,3	62,2	6,2	5,6	9,8	18,9	13,4	7,9
Junho	100,0	8,6	8,1	19,8	61,5	5,9	5,7	8,9	19,0	13,3	7,9

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(-) Dados não disponíveis. A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em novembro de 2010.

(1) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar.

(2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(3) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Inclui atividades imobiliárias (Seção L da CNAE 2.0 domiciliar).

(6) Seção H da CNAE 2.0 domiciliar.

(7) Seções J, K, M da CNAE 2.0 domiciliar.

(8) Seção N da CNAE 2.0 domiciliar.

(9) Seções O, P, Q da CNAE 2.0 domiciliar.

(10) Seções I, S, R da CNAE 2.0 domiciliar.

(11) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar.

Nota: Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 14
Distribuição dos ocupados, por posição na ocupação – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2014-jun. 2015

(%)

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros (2)
	Total (1)	Assalariado priv. c/carteira assin.	Assalariado priv. s/carteira	Assalariado público	Total	Autônomo trab. p/público	Autônomo trab. p/empresa			
Janeiro 2014	69,2	51,7	7,6	9,8	18,5	17,2	1,3	2,7	7,8	1,8
Fevereiro	69,5	51,9	8,1	9,5	18,1	16,8	(3)	2,7	8,2	1,5
Março	68,6	51,2	8,4	9,1	18,7	17,5	(3)	2,7	8,3	1,7
Abril	68,4	50,9	7,8	9,7	18,2	16,9	(3)	3,0	8,5	1,9
Maio	68,6	51,9	7,0	9,7	18,5	17,1	1,4	2,8	8,1	2,0
Junho	69,2	52,3	7,3	9,6	18,3	16,8	1,5	2,8	7,7	2,0
Julho	68,6	51,8	7,5	9,4	18,9	17,2	1,6	2,5	8,0	2,0
Agosto	68,1	51,2	7,5	9,3	19,1	17,4	1,8	2,6	8,4	1,8
Setembro	67,9	50,8	7,1	9,9	19,3	17,6	1,7	2,5	8,6	1,7
Outubro	68,5	51,5	7,0	10,0	19,4	17,9	1,5	2,6	8,1	1,4
Novembro	69,1	51,5	7,3	10,3	18,9	17,4	1,5	2,7	7,9	1,4
Dezembro	68,7	52,2	7,2	9,3	18,9	17,3	1,6	2,8	8,1	1,5
Janeiro 2015	69,4	53,3	7,0	9,1	18,5	16,9	1,6	2,7	7,8	1,6
Fevereiro	69,7	53,9	6,7	9,1	18,3	16,8	1,5	2,3	7,7	2,0
Março	69,9	53,2	6,7	10,0	18,2	16,8	1,4	2,3	7,5	2,1
Abril	68,9	52,0	6,7	10,1	18,5	17,1	1,4	2,7	7,7	2,2
Maio	68,7	52,1	6,3	10,2	18,1	16,9	(3)	3,2	7,9	2,1
Junho	68,5	52,5	6,1	9,9	17,9	16,5	(3)	3,3	7,9	2,4

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Incluem os que não informaram o segmento em que trabalham.

(2) Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 15
Rendimento médio real trimestral dos ocupados, assalariados e autônomos no trabalho principal
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2014-jun. 2015

(R\$)

Trimestres	Rendimento médio real					
	Ocupados (1)		Assalariados (2)		Autônomos	
	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)
Janeiro 2014	1.340	101,4	1.433	98,0	1.050	117,4
Fevereiro	1.319	99,8	1.425	97,5	1.047	117,1
Março	1.323	100,1	1.419	97,1	1.025	114,6
Abril	1.331	100,8	1.437	98,3	1.023	114,4
Maio	1.341	101,5	1.440	98,6	1.005	112,3
Junho	1.339	101,4	1.451	99,3	1.007	112,6
Julho	1.331	100,7	1.430	97,8	1.056	118,1
Agosto	1.331	100,8	1.434	98,1	1.069	119,5
Setembro	1.342	101,6	1.445	98,8	1.060	118,5
Outubro	1.361	103,0	1.470	100,6	1.034	115,6
Novembro	1.360	102,9	1.468	100,5	1.039	116,2
Dezembro	1.371	103,8	1.469	100,5	1.098	122,8
Janeiro 2015	1.358	102,8	1.453	99,4	1.101	123,1
Fevereiro	1.353	102,4	1.440	98,5	1.080	120,7
Março	1.335	101,0	1.409	96,4	1.056	118,1
Abril	1.334	101,0	1.406	96,2	1.032	115,4
Maio	1.318	99,7	1.379	94,4	1.054	117,8
Junho	1.294	98,0	1.371	93,8	1.018	113,9
Variação mensal (%)						
Jun. 2015/maio 2015	-1,8	-1,8	-0,6	-0,6	-3,4	-3,4
Variação no ano (%)						
Jun. 2015/dez. 2014	-5,6	-5,6	-6,7	-6,7	-7,3	-7,3
Variação anual (%)						
Jun. 2015/jun. 2014	-3,4	-3,4	-5,5	-5,5	1,1	1,1

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflator utilizado: IPC-SEI; valores em reais de junho de 2015.

(4) Base: média de 2000 = 100.

Tabela 16

Rendimento médio real trimestral dos ocupados, por grau de instrução (1) – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2014-jun. 2015 (R\$)

Períodos	Total (2)	Rendimento médio real trimestral dos ocupados				
		Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo
Janeiro 2014	1.340	(3)	892	982	1.309	3.288
Fevereiro	1.319	(3)	905	952	1.287	3.228
Março	1.323	(3)	910	950	1.285	3.135
Abril	1.331	(3)	899	976	1.282	3.130
Maio	1.341	(3)	889	995	1.292	2.946
Junho	1.339	684,6	881	1005	1.279	3.025
Julho	1.331	(3)	901	1011	1.276	2.986
Agosto	1.331	(3)	903	1014	1.285	3.064
Setembro	1.342	(3)	890	1004	1.328	3.003
Outubro	1.361	(3)	864	1001	1.350	3.041
Novembro	1.360	(3)	876	981	1.348	3.166
Dezembro	1.371	(3)	907	990	1.317	3.275
Janeiro 2015	1.358	(3)	933	971	1.310	3.218
Fevereiro	1.353	(3)	939	962	1.288	3.246
Março	1.335	(3)	938	963	1.299	3.105
Abril	1.334	(3)	943	942	1.292	3.123
Maio	1.318	(3)	917	924	1.292	3.026
Junho	1.294	(3)	895	912	1.261	2.985
Variação mensal (%)						
Jun. 2015/maio 2015	-1,8	0,0	-2,4	-1,4	-2,4	-1,4
Variação no ano (%)						
Jun. 2015/dez. 2014	-5,6	0,0	-1,4	-7,9	-4,2	-8,9
Variação anual (%)						
Jun. 2015/jun. 2014	-3,4	-100,4	1,5	-9,3	-1,4	-1,3

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: IPC-SEI; valores em reais de abril de 2014.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 17

Rendimento médio real trimestral dos assalariados no setor público e privado, por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não-assinada pelo atual empregador (1) – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2014-jun. 2015

Trimestres	Total geral (2)	Assalariados no setor privado						Assalariados do setor público (6)
		Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho		
			Indústria de transformação (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Serviços (5)	Assinada	Não-assinada	
Janeiro 2014	1.433	1.269	1.543	1.088	1.236	1.335	862	2.605
Fevereiro	1.425	1.265	1.580	1.058	1.246	1.334	859	2.590
Março	1.419	1.259	1.576	1.031	1.249	1.329	816	2.534
Abril	1.437	1.279	1.690	1.054	1.247	1.338	850	2.588
Maio	1.440	1.298	1.809	1.062	1.246	1.359	866	2.509
Junho	1.451	1.298	1.803	1.087	1.246	1.368	829	2.599
Julho	1.430	1.288	1.670	1.095	1.259	1.362	805	2.458
Agosto	1.434	1.275	1.593	1.118	1.244	1.343	800	2.489
Setembro	1.445	1.264	1.686	1.088	1.231	1.333	770	2.646
Outubro	1.470	1.268	1.746	1.121	1.224	1.346	738	2.773
Novembro	1.468	1.269	1.763	1.110	1.230	1.348	723	2.904
Dezembro	1.469	1.285	1.676	1.141	1.265	1.358	746	2.791
Janeiro 2015	1.453	1.282	1.621	1.123	1.260	1.350	749	2.731
Fevereiro	1.440	1.261	1.503	1.099	1.255	1.327	739	2.700
Março	1.409	1.240	1.433	1.060	1.241	1.307	731	2.626
Abril	1.406	1.244	1.464	1.040	1.257	1.305	759	2.574
Maio	1.379	1.238	1.440	1.045	1.249	1.291	806	2.489
Junho	1.371	1.240	1.545	1.053	1.228	1.292	827	2.440
Variação mensal (%)								
Jun. 2015/maio 2015	-0,6	0,2	7,3	0,8	-1,7	0,1	2,6	-2,0
Variação no ano (%)								
Jun. 2015/dez. 2014	-6,7	-3,5	-7,8	-7,7	-2,9	-4,9	10,9	-12,6
Variação anual (%)								
Jun. 2015/jun. 2014	-5,5	-4,5	-14,3	-3,1	-1,5	-5,5	-0,2	-6,1

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos. Inflator utilizado: IPC-SEI; valores em reais de abril de 2014.

(2) Incluem os que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

(3) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Seções H a S da CNAE 2.0 domiciliar e excluem os serviços domésticos.

(6) Incluem os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.).

Nota: Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 18
Rendimento real trimestral máximo e mínimo dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2014-jun. 2015

Períodos	Rendimento médio real trimestral									
	Ocupados (2)					Assalariados (3)				
	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de
Janeiro 2014	447	768	916	1.454	2.460	759	793	1.006	1.516	2.550
Fevereiro	447	768	906	1.453	2.420	761	807	1.003	1.535	2.571
Março	447	802	894	1.447	2.459	782	806	1.002	1.552	2.571
Abril	445	800	913	1.441	2.515	799	806	997	1.551	2.760
Maio	443	799	934	1.442	2.515	795	802	996	1.559	2.747
Junho	441	795	927	1.434	2.607	790	798	993	1.545	2.747
Julho	439	788	926	1.471	2.492	788	795	1.010	1.558	2.642
Agosto	435	787	926	1.520	2.509	786	790	1.001	1.553	2.720
Setembro	435	786	939	1.520	2.497	781	788	1.000	1.569	2.698
Outubro	434	781	958	1.510	2.692	779	786	1.025	1.615	2.714
Novembro	431	779	954	1.501	2.680	776	781	1.040	1.608	2.697
Dezembro	536	776	964	1.506	2.667	772	779	1.067	1.599	2.691
Janeiro 2015	533	776	959	1.501	2.624	771	826	1.050	1.586	2.667
Fevereiro	532	818	945	1.494	2.595	772	826	1.038	1.574	2.623
Março	525	817	934	1.469	2.577	812	827	1.028	1.546	2.595
Abril	514	812	928	1.494	2.576	806	817	1.015	1.545	2.595
Maio	508	806	920	1.523	2.541	800	812	1.005	1.524	2.541
Junho	506	800	911	1.418	2.532	797	805	971	1.518	2.532
Variação mensal (%)										
jun. 2015/maio 2015	-0,3	-0,7	-0,9	-6,9	-0,3	-0,3	-0,8	-3,4	-0,4	-0,3
Variação no ano (%)										
Jun. 2015/dez. 2014	-5,5	3,1	-5,5	-5,9	-5,1	3,2	3,4	-9,0	-5,1	-5,9
Variação anual (%)										
Jun. 2015/jun. 2014	14,9	0,6	-1,7	-1,2	-2,9	0,9	0,8	-2,2	-1,7	-7,8

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: IPC-SEI; valores em reais de abril de 2014.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Emprego formal

Tabela 19
Flutuação mensal do emprego – Bahia – jan. 2014-jun. 2014

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2014 (2)	1.644	-3.149	-9.796	5.744	12.170
Declaração fora do prazo	20.364	1.252	2.175	3.223	11.862
Com ajuste (3)	22.008	-1.897	-7.621	8.967	24.032
Janeiro	3.994	1.058	991	-1.092	3.188
Fevereiro	7.420	228	169	1.434	5.070
Março	631	566	15	-1.749	446
Abril	882	182	-2.502	-295	1.279
Maió	8.205	1.360	-1.230	696	4.044
Junho	-2.564	-877	-3.204	191	279
Julho	-125	369	837	-1.523	159
Agosto	4.090	215	1.989	659	1.692
Setembro	3.163	-222	1.840	1.495	767
Outubro	-6.207	-918	-3.313	1.396	-1.780
Novembro	2.904	-2.126	2.526	4.467	2.426
Dezembro	-20.749	-2.984	-7.914	65	-5.400
2015 (2)	-26.093	-2.385	-8.742	-4.505	-10.025
Declaração fora do prazo	-956	-205	-1.076	94	186
Com ajuste (3)	-27.049	-2.590	-9.818	-4.411	-9.839
Janeiro	-992	-114	-122	-1.121	417
Fevereiro	-4.677	-417	-2.081	-797	-1.204
Março	-1.355	-147	62	-935	-457
Abril	-4.505	-726	-1.290	-1.186	-1.278
Maió	-8.138	-300	-2.630	-253	-4.799
Junho	-6.426	-681	-2.681	-213	-2.704

Fonte: MTE-Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(2) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano.

(3) Este saldo levou em consideração o ajuste realizado no ano até maio.

Tabela 20
Flutuação mensal do emprego – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2014-jun. 2015

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2014 (2)	-6.901	-711	-6.335	-2.071	2.579
Declaração fora do prazo	11.477	658	908	818	8.921
Com ajuste (3)	4.576	-53	-5.427	-1.253	11.500
Janeiro	1.769	20	-157	-760	2.762
Fevereiro	3.634	51	-359	404	3.237
Março	-1.551	33	759	-1.483	-1.053
Abril	-1.626	-119	-867	-851	370
Maio	1.888	76	84	-313	2.208
Junho	-4.078	-614	-2.352	-529	-564
Julho	-1.577	240	312	-1.250	-929
Agosto	2.595	399	1.160	-25	901
Setembro	2.351	171	1.157	435	641
Outubro	-5.393	120	-2.844	21	-2.680
Novembro	4.843	-76	1.202	2.429	1.638
Dezembro	-9.756	-1.012	-4.430	-149	-3.952
2015 (2)	-24.834	-236	-15.207	-7.315	-8.366
Declaração fora do prazo	351	-95	-4.682	386	811
Com ajuste (3)	-24.483	-331	-19.889	-6.929	-7.555
Janeiro	569	569	-2.585	-2.734	1.579
Fevereiro	-6.800	-725	-2.901	-1.884	-1.777
Março	-1.167	369	-2.136	-635	404
Abril	-893	834	-3.068	-1.411	59
Maio	-7.419	-874	-436	-380	-4.389
Junho	-9.124	-409	-4.081	-271	-4.242

Fonte: MTE–Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(2) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano.

(3) Este saldo levou em consideração o ajuste realizado no ano até maio.

FINANÇAS PÚBLICAS

União

(Continua)

Tabela 21
Demonstrativo das receitas da União – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-ago. 2015/2014

(R\$ 1.000)

Receita realizada	2015			2014		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.
Receita (exceto intraorçamentária) (I)	109.290.612	126.132.609	235.423.221	188.393.011	266.043.685	454.436.696
Receitas correntes	99.313.236	97.829.594	197.142.830	187.028.721	204.673.941	391.702.662
Receita tributária	33.851.172	28.215.694	62.066.866	59.822.790	59.778.828	119.601.618
Impostos	33.520.081	27.717.452	61.237.533	59.134.777	59.042.505	118.177.282
Taxas	331.090	498.242	829.332	688	736.323	737.011
Receita de contribuições	53.569.888	53.918.484	107.488.372	104.366.477	108.505.463	212.871.940
Contribuições sociais	52.204.489	52.715.766	104.920.255	103.004.384	107.046.283	210.050.667
Contribuições econômicas	1.365.400	1.202.718	2.568.118	1.362.092	1.459.180	2.821.272
Receita patrimonial	3.568.600	4.384.075	7.952.675	9.448.092	18.300.419	27.748.511
Receitas imobiliárias	237.900	93.826	331.726	325	254.586	254.911
Receitas de valores mobiliários	1.605.767	2.630.859	4.236.626	4.958.439	8.625.309	13.583.748
Receita de concessões e permissões	72.315	73.130	145.445	256	1.487.331	1.487.587
Compensações financeiras	1.598.885	1.530.725	3.129.610	3.767.650	7.863.698	11.631.348
Receita de Cessão de Direitos	51.128	54.345	105.473	0	66.791	66.791
Outras receitas patrimoniais	2.604	1.190	3.794	135	2.704	2.839
Receita agropecuária	2.974	3.656	6.630	6	5.032	5.038
Receita da produção vegetal	1.693	2.548	4.241	5	1.512	1.517
Receita da produção animal e derivados	1.281	1.108	2.389	3	3.525	3.528
Outras receitas agropecuárias	0	0	0	2	-6	-4
Receita industrial	50.977	70.926	121.903	5	137.744	137.749
Receita da indústria de transformação	50.977	70.926	121.903	106	137.744	137.850
Receita de serviços	2.729.995	2.822.147	5.552.142	106	8.466.615	8.466.721
Transferências correntes	55.976	47.785	103.761	5.986.530	161.730	6.148.260
Transferências intergovernamentais	0	0	0	59	0	59
Transferências de instituições privadas	12.613	4.356	16.969	0	10.162	10.162
Transferências do exterior	38	0	38	4	-1.189	-1.185
Transferências de pessoas	54	56	110	770	686	1.456
Transferências de convênios	43.269	43.365	86.634	100	152.058	152.158
Transferências para o combate à fome	3	7	10	54	14	68
Receitas correntes a classificar	736.514	2.590.445	3.326.959	21	1.421	1.442
Outras receitas correntes	4.747.140	5.776.381	10.523.521	-38	9.316.688	9.316.650
Multas e juros de mora	1.633.851	1.629.936	3.263.787	3.516.960	1.016.782	4.533.742
Indenizações e restituições	926.487	458.560	1.385.047	771	1.926.769	1.927.540
Receita da dívida ativa	471.142	529.478	1.000.620	1.280.806	0	1.280.806
Receitas diversas	1.715.660	3.158.407	4.874.067	1.666.729	1.592.352	3.259.081
Receitas de capital	9.977.376	28.303.016	38.280.392	1.364.290	61.369.744	62.734.034
Operações de crédito	43.067	18.255.614	18.298.681	-13.055.650	48.814.910	35.759.260
Operações de crédito internas	35.685	18.218.894	18.254.579	-13.214.063	48.611.541	35.397.478
Operações de crédito externas	7.382	36.720	44.102	158	203.369	203.527
Alienação de bens	50.244	50.294	100.538	140	115.856	115.996
Alienação de bens móveis	31.600	33.746	65.346	72	89.362	89.434
Alienação de bens imóveis	18.645	16.549	35.194	68	26.494	26.562
Amortizações de empréstimos	3.453.975	3.010.181	6.464.156	4.857.134	4.367.715	9.224.849
Transferências de capital	-104	677	573	31	11.993	12.024
Transferências do exterior	46	-731	-685	0	0	0

(Continua)

Tabela 21
Demonstrativo das receitas da União – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-ago. 2015/2014

(R\$ 1.000)

Receita realizada	2015			2014		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.
Transferências de pessoas	0	0	0	0	0	0
Transferência de outras instituições públicas	0	0	0	0	0	0
Transferências de convênios	-150	1.408	1.258	19	5.276	5.295
Outras receitas de capital	6.430.194	6.986.249	13.416.443	9.391.684	8.059.270	17.450.954
Resultado do Banco Central do Brasil	0	0	0	0	0	0
Remuneração das disponibilidades	6.429.859	6.986.138	13.415.997	9.391.415	8.058.758	17.450.173
Proveniente da Execução de Garantias	0	0	0	0	0	0
Receita dívida ativa alienação estoques de café	15	10	25	96	68	164
Receita Títulos Tesouro Nacional Resgatados	0	0	0	0	0	0
Receitas de capital diversas ²	0	0	0	0	0	0
Receita (intra-orçamentária) (II)	4.276.076	3.232.858	7.508.934	6.799.873	5.850.035	12.649.908
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	113.566.688	129.365.467	242.932.155	195.192.884	271.893.720	467.086.604
Operações de crédito - refinanciamento (IV)	64.987.397	69.921.294	134.908.691	105.637.465	78.293.257	183.930.722
Operações de crédito internas	64.987.397	69.921.294	134.908.691	105.637.465	74.952.106	180.589.571
Mobiliária	64.987.397	69.921.294	134.908.691	105.637.465	74.952.106	180.589.571
Operações de crédito externas	0	0	0	0	3.341.150	3.341.150
Mobiliária	0	0	0	0	3.341.150	3.341.150
Subtotal com refinanciamento (V) = (III +IV)	178.554.085	199.286.762	377.840.847	300.830.349	350.186.977	651.017.326
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	178.554.085	199.286.762	377.840.847	300.830.349	350.186.977	651.017.326
Saldo de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)	-	-	-	-	-	-

Receita realizada intraorçamentária	2015			2014		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.
Receita (intraorçamentária) (II)	4.276.076	3.232.858	7.508.934	6.799.873	5.850.035	12.649.908
Receitas correntes	3.373.497	3.232.858	6.606.355	5.517.753	5.656.566	11.174.319
Receita tributária	-22	95	73	39	59	98
Impostos	-29	83	54	8	36	44
Taxas	7	12	19	31	23	54
Receita de contribuições	1.346.727	1.322.841	2.669.568	2.427.850	2.472.927	4.900.777
Contribuições sociais	1.346.727	1.322.839	2.669.566	2.427.849	2.472.924	4.900.773
Contribuições econômicas	0	2	2	2	3	5
Receita patrimonial	1.698	233	1.931	291	533	824
Receitas imobiliárias	241	218	459	215	330	545
Receitas de valores mobiliários	1.441	0	1.441	0	0	0
Receita de concessões e permissões	17	16	33	76	202	278
Receita industrial	12.552	8.823	21.375	37	22.135	22.172
Receita da indústria de transformação	12.552	8.823	21.375	37	22.135	22.172
Receita de serviços	4.025	15.706	19.731	13	65.669	65.682
Outras receitas correntes	2.008.516	1.885.160	3.893.676	3.039.803	3.095.243	6.135.046
Multas e juros de mora	6.345	32	6.377	20	608	628
Indenizações e restituições	106	618	724	393	263	656
Receitas diversas	65	60	125	80	81	161
Receitas de capital	902.580	0	902.580	1.282.120	193.469	1.475.589
Operações de crédito	902.580	0	902.580	1.282.120	193.469	1.475.589
Operações de crédito internas	902.580	0	902.580	1.282.120	193.469	1.475.589

(Conclusão)

Tabela 21
Demonstrativo das receitas da União – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-ago. 2015/2014

(R\$ 1.000)

Receita realizada intraorçamentária	2015			2014		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.
Alienação de bens	0	0	0	0	0	0
Alienação de bens móveis	0	0	0	0	0	0
Alienação de bens imóveis	0	0	0	0	0	0
Outras receitas de capital	0	0	0	0	0	0
Resultado do Banco Central do Brasil	0	0	0	0	0	0
Integralização de capital social	0	0	0	0	0	0
Remuneração das disponibilidades	0	0	0	0	0	0
Proveniente da execução de garantias	0	0	0	0	0	0
Saldo de exercícios anteriores	0	0	0	0	0	0
Receitas de capital diversas	0	0	0	0	0	0

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – anexo i (LRF, art. 52, Inciso i, alíneas “a” e “b” do inciso ii e §1º).

Tabela 22
Demonstrativo das despesas da União – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-ago. 2015/2014

Despesa executada	2015			2014		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.
Despesas (exceto intraorçamentária) (VIII)	106.135.992	122.045.494	228.181.486	197.596.556	296.894.490	494.491.046
Despesas correntes	100.072.350	113.498.187	213.570.537	186.014.487	248.034.738	434.049.225
Pessoal e encargos sociais	23.750.304	17.932.099	41.682.403	38.595.078	33.995.751	72.590.829
Juros e encargos da dívida	407.666	21.126.085	21.533.751	10.749.710	48.968.252	59.717.962
Outras despesas correntes	75.914.380	74.440.003	150.354.383	136.669.699	165.070.735	301.740.434
Transferência a estados, DF e municípios	22.850.401	22.447.196	45.297.597	46.385.825	43.591.724	89.977.549
Benefícios previdenciários	33.086.633	32.428.678	65.515.311	59.264.499	73.257.390	132.521.889
Demais despesas correntes	19.977.346	19.564.128	39.541.474	31.019.374	48.221.621	79.240.995
Despesas de capital	6.063.642	8.547.307	14.610.949	11.582.069	48.859.752	60.441.821
Investimentos	772.422	1.054.227	1.826.649	2.614.759	4.558.748	7.173.507
Inversões financeiras	4.828.055	7.409.436	12.237.491	8.853.140	9.385.145	18.238.285
Amortização da dívida	463.165	83.643	546.808	114.170	34.915.859	35.030.029
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (IX)	3.054.789	3.451.239	6.506.028	7.126.761	6.234.861	13.361.622
Despesas correntes	2.565.763	3.450.990	6.016.753	5.915.674	6.034.317	11.949.991
Pessoal e encargos sociais	1.548.768	1.517.762	3.066.530	2.743.354	2.740.043	5.483.397
Outras despesas correntes	1.016.995	1.933.229	2.950.224	3.172.320	3.294.274	6.466.594
Demais despesas correntes	1.016.995	1.933.229	2.950.224	3.172.320	3.294.274	6.466.594
Despesas de capital	489.026	249	489.275	1.211.088	200.544	1.411.632
Investimentos	(4.782)	244	(4.538)	1.915	7.063	8.978
Inversões financeiras	493.808	4	493.812	1.209.173	193.480	1.402.653
Subtotal das despesas (X) = (VIII + IX)	109.190.781	125.496.733	234.687.514	204.723.317	303.129.351	507.852.668
Amortização da dívida - refinanciamento (XI)	1.578.491	4.894.037	6.472.528	2.231.414	138.679.520	140.910.934
Amortização da dívida interna	414.422	809.804	1.224.226	1.466.207	137.375.023	138.841.230
Dívida mobiliária	800.146	809.804	1.609.950	1.284.465	138.175.413	139.459.878
Outras dívidas	(385.724)	-	(385.724)	181.742	(800.391)	(618.649)
Amortização da dívida externa	1.164.069	4.084.234	5.248.303	765.208	1.304.498	2.069.706
Dívida mobiliária	48.795	4.046.602	4.095.397	116.929	1.241.007	1.357.936
Outras dívidas	1.115.274	37.631	1.152.905	648.279	63.491	711.770
Subtotal com refinanciamento (XII) = (X + XI)	110.769.273	130.390.770	241.160.043	206.954.731	441.808.871	648.763.602
Superávit (XIII)	-	-	-	-	-	-
Total (XIV) = (XII + XIII)	110.769.273	130.390.770	241.160.043	206.954.731	441.808.871	648.763.602

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º).

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As despesas liquidadas são consideradas.

Estado

(Continua)

Tabela 23
Balanco orçamentário – receita – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-ago. 2015/2014

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2015			2014		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	5.851.946.000	6.072.257.608	11.924.203.607	5.540.430.708	6.006.523.323	11.546.954.032
Receitas correntes	5.612.892.979	6.006.523.721	11.619.416.700	5.358.793.771	5.766.292.934	11.125.086.705
Receita tributária	2.945.545.234	3.668.444.631	6.613.989.865	3.392.623.690	3.273.488.141	6.666.111.831
Impostos	2.785.611.722	3.488.294.023	6.273.905.744	3.256.186.363	3.098.392.782	6.354.579.146
Taxas	159.933.512	180.150.608	340.084.121	136.437.326	175.095.359	311.532.685
Contribuição de melhoria	-	347.714.562	347.714.562	-	-	-
Receita de contribuições	329.138.281	347.714.562	676.852.843	278.684.425	318.437.175	597.121.599
Contribuições sociais	329.138.281	-	329.138.281	278.684.425	318.437.175	597.121.599
Contribuições econômicas	-	172.184.466	172.184.466	-	-	-
Receita patrimonial	180.992.182	10.612.485	191.604.667	78.469.756	677.744.009	756.213.765
Receitas imobiliárias	4.628.598	145.172.984	149.801.582	5.029.219	6.719.502	11.748.720
Receitas de valores mobiliários	151.386.847	3.150.134	154.536.981	57.090.043	81.375.612	138.465.655
Receitas de concessões e permissões	601.022,77	-	601.023	2.672.109	391.837	3.063.946
Outras receitas patrimoniais	2.392.232	2.879.403,51	5.271.635	6.356.354	20.129.845	26.486.199
Receita agropecuária	52.567,83	33.123,60	85.691	77.805	30.000	107.805
Receita da produção vegetal	-	754	754,00	-	-	-
Receita da produção animal e derivados	48.352	29.600,00	77.952	77.000	30.000	107.000
Outras receitas agropecuárias	4.215,80	2.770	6.985	805	-	805
Receita industrial	-	-	-	-	-	-
Receita da indústria de transformação	-	-	-	-	-	-
Receita da indústria de construção	-	-	-	-	-	-
Outras receitas industriais	-	-	-	-	-	-
Receita de serviços	27.866.033	21.490.620	49.356.653	14.556.878	28.919.448	43.476.326
Transferências correntes	2.058.181.327	1.639.239.577	3.697.420.903	2.163.497.687	1.961.321.492	4.124.819.179
Transferências intergovernamentais	1.830.985.312	1.602.291.065	3.433.276.377	2.101.460.408	1.880.503.084	3.981.963.492
Transferências de instituições privadas	734.400	-	734.400	-	-	-
Transferências do exterior	-	-	-	-	-	-
Transferências de pessoas	-	-	-	-	-	-
Transferências de convênios	226.461.614	36.948.512	263.410.127	62.037.279	80.818.408	142.855.687
Transferências para o combate à fome	-	-	-	-	-	-
Outras receitas correntes	71.117.356	157.416.742	228.534.097	126.951.526	143.820.366	270.771.891
Multas e juros de mora	31.740.475	40.506.855	72.247.330	35.456.318	40.769.460	76.225.777
Indenizações e restituições	12.549.387	87.143.155	99.692.542	42.224.118	40.390.120	82.614.237
Receita da dívida ativa	4.668.517	5.603.505	10.272.023	14.205.382	11.145.914	25.351.296
Receitas diversas	22.158.976	24.163.227	46.322.203	35.065.709	51.514.872	86.580.580
Conta retificadora da receita orçamentária	0	0	0	-696.067.996	-637.467.696	-1.333.535.692
Receitas de capital	239.053.020	65.733.887	304.786.907	181.636.937	240.230.390	421.867.327
Operações de crédito	82.255.254	17.924.368	100.179.622	97.945.863	4.637.996	102.583.859
Operações de crédito internas	44.774.754	5.882.444	50.657.198	97.945.863	2.398.996	100.344.859
Operações de crédito externas	37.480.500	12.041.924	49.522.424	-	2.239.000	2.239.000
Alienação de bens	3.281.203	3.522.068	6.803.272	6.080.761	141.308	6.222.069
Alienação de bens móveis	1.740.923	1.109.935	2.850.858	830.833	-84.994	745.839
Alienação de bens imóveis	1.540.280	2.412.133	3.952.413	5.249.928	226.302	5.476.229
Amortização de empréstimos	37.983.016	14.264.610	52.247.625	12.347.277	51.193.755	63.541.032
Amortização de empréstimos	37.983.016	14.264.610	52.247.625	12.347.277	51.193.755	63.541.032
Transferências de capital	115.533.548	30.022.841	145.556.388	65.263.036	184.257.331	249.520.367
Transferências intergovernamentais	1.078.860	651.045	1.729.905	100.000	3.371.264	3.471.264
Transferências de instituições privadas	-	-	-	-	-	-
Transferências do exterior	-	-	-	-	-	-
Transferências de pessoas	-	-	-	-	-	-
Transferências de outras instituições públicas	-	-	-	-	-	-
Transferências de convênios	114.454.687	29.371.796	143.826.483	65.163.036	180.886.067	246.049.103
Transferências para o combate à fome	-	-	-	-	-	-

(Conclusão)

Tabela 23

Balanco orçamentário – receita – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-ago. 2015/2014

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2015			2014		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.
Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-
Integralização do capital social	-	-	-	-	-	-
Dív. Atv. Prov. Da amortiz. De emp. E financ.	-	-	-	-	-	-
Restituições	-	-	-	-	-	-
Outras receitas	-	-	-	-	-	-
Receitas (intraorçamentárias) (II)	394.927.646	702.827.387	1.097.755.033	400.793.823	386.877.939	787.671.762
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	6.246.873.646	6.775.084.994	6.246.873.646	5.941.224.531	6.393.401.263	12.334.625.794
Operações de crédito - refinanciamento (IV)	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito internas	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito externas	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-	-
Subtotal com refinanciamentos (V) = (III + IV)	6.246.873.646	6.775.084.994	13.021.958.640	5.941.224.531	6.393.401.263	12.334.625.794
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	6.246.873.646	6.775.084.994	13.021.958.640	5.941.224.531	6.393.401.263	12.334.625.794
Saldos de exercicios anteriores	-	-	-	-	-	-

Receita intraorçamentária	2015			2014		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.
Receitas correntes	394.927.646	702.827.387	1.097.755.033	400.793.823	386.877.939	787.671.762
Receita de contribuições	388.231.102	396.070.764	784.301.866	396.435.586	377.655.616	774.091.201
Contribuições sociais	388.231.102	396.070.764	784.301.866	396.435.586	377.655.616	774.091.201
Receita de serviços	6.696.544	6.755.247	13.451.792	4.357.354	9.222.324	13.579.677
Total	394.927.646	702.827.387	1.097.755.033	400.793.823	386.877.939	787.671.762

Fonte: Sefaz-BA.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “a” do inciso II e §1º).

Nota: *Conta Retificadora da Receita - a mesma apresenta os valores de receita já deduzidos de suas respectivas deduções. A partir do bimestre março - abril o valor atribuído foi 0,00 para não gerar diferenças. Informações fornecidas pela SEFAZ/DICOP/GERAC/COPAF

Tabela 24
Balanco orçamentário – despesa – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-ago. 2015/2014

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2015			2014		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	6.041.371.809	5.935.124.422	11.976.496.232	5.151.150.217	5.609.897.944	10.761.048.161
Despesas correntes	5.275.052.625	5.385.299.846	10.660.352.472	4.541.309.970	4.801.468.295	9.342.778.264
Pessoal e encargos sociais	2.942.349.020	2.896.160.239	5.838.509.260	2.181.468.121	2.253.124.251	4.434.592.372
Juros e encargos da dívida	93.712.604	87.584.656	181.297.259	91.721.046	83.244.289	174.965.334
Outras despesas correntes	2.238.991.001	2.401.554.952	4.640.545.953	2.268.120.803	2.465.099.754	4.733.220.557
Transferências a municípios	820.632.342	849.958.031	1.670.590.373	823.962.554	807.780.679	1.631.743.233
Demais despesas correntes	1.418.358.660	1.551.596.921	2.969.955.580	1.444.158.249	1.657.319.076	3.101.477.325
Despesas de capital	766.319.184	549.824.576	1.316.143.760	609.840.247	808.429.649	1.418.269.896
Investimentos	545.929.257	344.594.280	890.523.536	434.555.916	678.893.006	1.113.448.922
Inversões financeiras	44.423.414	55.442.745	99.866.158	29.379.484	10.957.546	40.337.030
Amortização da dívida	175.966.514	149.787.552	325.754.066	145.904.846	118.579.097	264.483.944
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-
Reserva do rpps	-	-	-	-	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (II)	405.800.536	708.854.096	1.114.654.632	299.607.388	305.241.598	604.848.987
Subtotal das despesas (III)=(I + II)	6.447.172.345	6.643.978.519	13.091.150.864	5.450.757.605	5.915.139.542	11.365.897.147
Amortização da dívida / refinanciamento (IV)	-	-	-	-	-	-
Amortização da dívida interna	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da dívida externa	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	6.447.172.345	6.643.978.519	13.091.150.864	5.450.757.605	5.915.139.542	11.365.897.147
Superávit (VI)	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	6.447.172.345	6.643.978.519	13.091.150.864	5.450.757.605	5.915.139.542	11.365.897.147

Despesa intraorçamentária	2015			2014		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.
Despesas correntes	405.800.536	708.854.096	1.114.654.632	299.607.388	305.241.598	604.848.987
Pessoal e encargos sociais	372.335.814	351.528.822	723.864.635	244.500.138	261.530.976	506.031.115
Outras despesas correntes	33.464.722	357.325.275	390.789.997	55.107.250	43.710.622	98.817.872
Despesas de capital	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Total	405.800.536	708.854.096	1.114.654.632	299.607.388	273.542.627	573.150.016

Fonte: Sefaz-BA.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “b” do inciso II e §1º) – LEI 9.394/96, Art. 72 – Anexo X.

Tabela 25
Receita tributária mensal – Bahia – jan. 2014-ago. 2015

(R\$ 1,00)

Meses	ICMS		Outras		Total	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Janeiro	1.484.124.207	1.583.511.763	163.693.939	150.462.916	1.647.818.146	1.733.974.679
Fevereiro	1.453.994.092	1.454.444.368	280.889.224	161.936.239	1.734.883.316	1.616.380.607
Março	1.328.502.425	1.360.457.185	132.882.059	392.603.113	1.461.384.484	1.753.060.297
Abril	1.348.908.999	1.656.563.208	275.939.975	267.767.705	1.624.848.974	1.924.330.912
Maiο	1.373.463.025	1.421.610.534	308.023.225	267.257.890	1.681.486.249	1.688.868.424
Junho	1.475.655.314	1.431.792.705	235.482.127	266.964.687	1.711.137.440	1.698.757.392
Julho	1.326.532.115	1.455.357.934	268.112.600	536.098.010	1.594.644.716	1.991.455.944
Agosto	1.372.151.126	1.479.578.363	306.692.299	651.757.885	1.678.843.425	2.131.336.248
Setembro	1.415.365.716	-	319.553.514	-	1.734.919.231	-
Outubro	1.531.899.546	-	150.400.071	-	1.682.299.617	-
Novembro	1.564.423.799	-	101.454.348	-	1.665.878.147	-
Dezembro	1.669.982.818	-	363.826.644	-	2.033.809.462	-

Fonte: Sefaz-BA – Relatórios Bimestrais.

Elaboração: SEI.

(Continua)

Tabela 26 Arrecadação mensal do ICMS, por Unidades da Federação – Brasil – jan.-ago. 2015/2014										
Unidade da federação	2015									
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Acumulado jan.-ago.	
Norte	2.089.740	1.901.438	1.820.077 (1)	1.912.093 (1)	1.983.260	1.142.773	1.270.815	1.946.220 (1)	14.066.416 (1)	0
Acre	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amazonas	619.732	633.218	619.063 (1)	629.904 (1)	701.723	0	0	614.116 (1)	3.817.755 (1)	0
Pará	870.290	758.663	727.292	780.526	779.623	805.396	773.943	822.721	6.318.453	0
Roraima	281.690	241.379	213.367	275.428	275.931	281.258	276.530	267.876	2.113.458	0
Amapá	81.722	67.986	64.668	0	0	0	0	0	214.376	0
Roraima	57.249	49.353	49.829	56.558	53.354	56.119	50.604	52.309	425.374 (1)	0
Tocantins	179.057	150.838	145.858	169.677	172.629	0	169.739	189.199	1.176.999	0
Nordeste	5.740.008 (1)	5.262.624 (1)	4.946.771 (1)	5.564.162	5.120.229	5.335.472 (1)	5.271.683	3.971.609	41.212.559 (1)	0
Maranhão	394.197	418.874	381.999	385.289	387.236	442.114	390.345	439.220	3.239.276	0
Piauí	293.266	274.280	224.088	262.695	239.885	292.520	267.298	261.720	2.115.751	0
Ceará	843.832	763.582	752.657	811.920	767.845	807.175	813.072	845.356	6.405.438	0
Rio Grande do Norte	415.222	371.584	367.826	379.461	355.475	367.024	377.810	0	2.634.403	0
Paraíba	436.477	367.506	345.780	385.136	384.408	368.959 (1)	372.812	359.070	3.020.148 (1)	0
Pernambuco	1.198.389	1.071.965	974.392	1.101.118	994.736	1.054.763	1.040.292	0	7.435.655	0
Alagoas	293.307	280.768 (1)	231.880 (1)	253.347	274.569	250.351	230.633	237.403	2.052.259 (1)	0
Sergipe	257.787 (1)	239.754 (1)	216.528 (1)	242.506	233.707	241.080	234.184	259.236	1.924.783 (1)	0
Bahia	1.607.531	1.474.311	1.451.621	1.742.690	1.482.369	1.511.486	1.545.236	1.569.604	12.384.847	0
Sudeste	17.183.618	16.393.588	16.125.333	14.550.736	13.749.283	17.155.398	17.544.228	16.565.801	129.267.986	0
Minas Gerais	3.223.717	2.968.410	2.912.383	3.175.767	3.046.970	3.124.987	3.127.672	3.183.676	24.763.583	0
Espírito Santo	771.855	760.248	677.656	781.857	741.769	756.570	806.417	793.442	6.090.115	0
Rio de Janeiro	2.970.030	2.525.843	2.434.570	0	0	2.741.916	3.099.825	2.499.998	16.272.181	0
São Paulo	10.218.016	10.139.087	10.100.724	10.593.112	9.960.544	10.531.626	10.510.313	10.088.686	82.142.107	0
Sul	5.977.293 (1)	5.051.357	5.270.441 (1)	5.761.502	5.651.617	5.478.193	4.189.943	4.165.438	41.545.785 (1)	0
Paraná	2.150.055	1.650.280	1.896.168	2.019.252	2.097.232	1.998.898	2.065.633	2.035.514	15.913.033	0
Santa Catarina	1.463.996 (1)	1.312.392	1.302.888 (1)	1.401.647	1.336.444	1.285.854	0	0	8.103.221 (1)	0
Rio Grande do Sul	2.363.242	2.088.685	2.071.385	2.340.603	2.217.941	2.193.441	2.124.310	2.129.923	17.529.532	0
Centro-Oeste	2.986.899	2.862.852	2.772.029	3.126.371 (1)	2.990.687	3.061.808	3.107.644	2.446.897	23.355.186 (1)	0
Mato Grosso	650.875	641.872	679.196	781.654	695.282	711.673	746.893	715.390	5.622.834	0
Mato Grosso do Sul	636.922	571.478	597.889	655.282	628.487	626.542	650.945	0	4.367.545	0
Goiás	1.099.961	1.097.295	1.016.463	1.126.542 (1)	1.116.540	1.106.606	1.174.511	1.155.940	8.893.858 (1)	0
Distrito Federal	599.141	552.207	478.481	562.894	550.378	616.988	535.294	575.567	4.470.949	0
Brasil	33.977.559 (1)	31.471.859 (1)	30.934.650 (1)	30.914.865 (1)	29.495.076	32.173.645 (1)	31.384.312	29.095.965 (1)	249.447.932 (1)	0

(Conclusão)

Tabela 26
Arrecadação mensal do ICMS, por Unidades da Federação – Brasil – jan.-ago. 2015/2014

Unidade da federação	2014											
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Norte	1.941.633 (1)	1.856.474	1.797.410	1.816.172	1.857.770	1.887.114 (1)	1.828.586 (1)	1.971.176	1.684.776	1.675.212	1.885.759 (1)	1.353.986
Acre	0 (1)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0 (1)
Amazonas	663.711	720.430	701.301	634.659	667.543	631.993	567.743 (1)	632.909	651.475	600.676	763.119 (1)	0
Pará	733.435	676.427	636.046	696.640	681.023	720.018 (1)	718.350	768.474	750.830	780.229	813.709	1.092.105
Rorônia	261.787	191.264	218.059	226.689	239.835	257.455	267.810	285.615	0	0	0	1.948.514
Amapá	77.089	72.255	59.683	65.462	69.030	69.527	71.910	71.275	71.642	74.591	75.499	83.487
Roraima	49.272	47.990	45.305	47.876	51.409	53.440	48.848	47.131	48.165	52.562	56.540	0
Tocantins	156.338	148.108	137.015	144.846	148.931	154.681	153.925	165.772	162.663	167.154	176.892	189.719
Nordeste	5.291.162	5.069.902	4.808.552	4.862.134	26.400.097	5.125.049	4.908.980 (1)	5.027.161	5.259.314	5.562.708	30.166.585	5.833.935
Maranhão	408.968	368.327	370.487	332.790	379.816	368.955	371.820	404.306	398.902	450.620	421.483	4.715.626
Piauí	240.707	248.030	204.551	238.784	235.031	242.000	238.574	249.536	259.909	281.399	266.499	274.339
Ceará	775.352	762.942	724.674	738.926	723.088	752.458	780.739	761.177	830.214	856.339	861.852	887.968
Rio Grande do Norte	346.846	352.314	350.106	358.043	347.248	361.082	334.755	381.141	376.606	374.675	396.950	409.691
Paraíba	373.911	331.353	339.589	346.514	383.408	364.374	344.151	350.459	367.946	385.225	405.870	399.130
Pernambuco	1.119.921	1.008.829	1.000.662	971.082	999.635	1.053.642	1.005.336	988.313	1.064.817	1.114.645	1.158.919	1.184.000
Alagoas	259.419	247.902	240.484	238.750	262.532	208.059	224.489	223.057	246.630	244.860	256.201	275.469
Sergipe	252.588	228.821	211.512	218.489	216.384	226.008	210.607 (1)	217.251	221.593	247.733	24.773.278	233.284
Bahia	1.513.449	1.521.383	1.366.488	1.418.755	1.441.194	1.548.472	1.398.511	1.451.920	1.492.697	1.607.212	1.625.532	1.730.901
Sudeste	16.801.664	16.667.741	16.073.423	16.326.412	16.344.114 (1)	16.389.749	16.543.503	16.302.527	17.121.200	17.991.779	17.288.093	18.159.683
Minas Gerais	3.202.912	3.181.795	2.919.350	3.078.683	3.034.947 (1)	3.211.897	3.048.410	3.209.803	3.295.486	3.400.093	3.474.958	3.229.710
Espírito Santo	744.747	738.741	863.876	701.856	755.761	758.656	697.930	695.344	684.122	790.398	759.377	808.356
Rio de Janeiro	2.855.822	2.841.005	2.611.484	2.676.961	2.514.530	2.430.417	2.545.639	2.620.494	2.645.156	2.884.164	2.652.799	2.608.066
São Paulo	9.998.183	9.906.200	9.678.713	9.868.912	10.038.876	9.988.778	10.251.524	9.776.885	10.496.436	10.971.124	10.400.959	11.513.550
Sul	5.379.863	4.921.918	4.935.593	5.243.683	5.016.922	5.102.846	4.724.562	5.056.243	5.587.398	5.619.429	5.327.825	2.498.295 (1)
Paraná	1.835.815	1.617.494	1.681.523	1.874.550	1.719.730	1.724.115	1.672.688	1.707.120	1.951.086	1.994.028	1.838.616	0
Santa Catarina	1.337.314	1.259.176	1.278.663	1.257.322	1.250.828	1.293.069	1.181.943	1.241.952	1.334.752	1.396.959	1.480.990	0
Rio Grande do Sul	2.206.733	2.045.248	1.975.407	2.111.810	2.046.364	2.085.662	1.869.931	2.107.171	2.301.561	2.228.441	2.008.219	2.498.295 (1)
Centro-Oeste	2.809.838	2.613.092	2.562.936	3.030.045	2.890.626	2.912.842	2.857.576	3.008.321	3.222.271	3.171.612	3.038.436	3.571.271 (1)
Mato Grosso	667.989	576.409	558.839	718.936	638.639	685.357	682.631	685.988	698.234	734.028	706.208	684.831
Mato Grosso do Sul	593.876	576.872	571.806	616.964	605.920	605.983	583.045	616.542	636.956	615.016	647.810	695.994
Goiás	978.814	958.688	928.682	1.155.869	1.078.473	1.090.618	1.049.940	1.096.847	1.320.167	1.152.436	1.117.504	1.324.816 (1)
Distrito Federal	569.159	501.122	503.608	538.276	567.594	530.884	541.961	608.944	566.914	670.132	566.914	865.630
Brasil	32.224.159 (1)	31.129.126	30.177.913	31.278.446	52.509.530 (1)	31.417.600 (1)	30.863.208 (1)	31.365.427	32.874.958	34.020.741	57.066.698 (1)	31.417.170 (1)
												426.984.976 (1)

Fonte: Sefaz/Confaz/Cotepe-ICMS.

Elaboração: SEI/Confaz.

Última Atualização em dezembro.

(1) Dado sujeito a retificação.

Município

Tabela 27
Balanco orçamentário – receita – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-ago. 2015/2014

Receita realizada	2015			2014		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	805.044.243	700.890.087	1.505.934.330	790.676.059	818.191.249	1.608.867.309
Receitas correntes	794.846.668	687.328.599	1.482.175.267	787.227.220	814.883.861	1.602.111.081
Receita tributária	305.863.315	248.172.005	554.035.320	298.377.458	334.986.811	633.364.269
Impostos	271.087.457	226.367.744	497.455.202	255.880.465	314.733.790	570.614.255
Taxas	34.775.857	21.804.261	56.580.118	42.496.993	20.253.021	62.750.014
Outras receitas tributárias	-	-	-	-	-	-
Receita de contribuições	38.303.643	14.527.718	52.831.360	28.676.693	35.963.451	64.640.144
Contribuições sociais	21.574.798	-	21.574.798	18.472.857	22.868.867	41.341.723
Contribuições econômicas	-	-	-	10.203.837	13.094.584	23.298.421
Receita patrimonial	20.817.764	44.089.694	64.907.458	27.335.985	30.214.420	57.550.405
Receitas imobiliárias	618.151	1.642.471	2.260.622	435.453	1.517.326	1.952.779
Receitas de valores mobiliários	13.300.938	29.672.877	42.973.815	22.917.640	23.513.360	46.431.000
Receitas de concessões e permissões	6.898.675	12.774.347	19.673.022	3.982.892	5.183.733	9.166.626
Outras receitas patrimoniais	-	-	-	-	-	-
Receita industrial	-	-	-	-	-	-
Receita da indústria de construção	-	-	-	-	-	-
Receita de serviços	-	3.690.383	3.690.383	412.089	8.815.437	9.227.526
Transferências correntes	392.779.052	340.911.249	733.690.301	371.314.972	357.259.104	728.574.076
Transferências intergovernamentais	391.092.995	340.499.196	731.592.191	353.723.709	356.203.036	709.926.745
Transferências de instituições privadas	1.685.424	12.710	1.698.134	15.784.096	12.635	15.796.731
Transferências do exterior	-	-	-	-	-	-
Transferências de pessoas	550	260.310	260.860	900	701	1.601
Transferências de convênios	84	139.033	139.117	1.806.266	1.042.732	2.848.998
Outras receitas correntes	37.082.895	35.937.549	73.020.444	61.110.024	47.644.639	108.754.662
Multas e juros de mora	19.375.909	19.127.932	38.503.841	18.361.861	23.248.444	41.610.305
Indenizações e restituições	1.382.277	4.613.407	5.995.684	1.320.734	1.359.057	2.679.791
Receita da dívida ativa	12.115.355	10.848.870	22.964.225	39.792.247	18.472.329	58.264.577
Receitas diversas	4.209.355	1.347.339	5.556.694	1.635.181	4.564.808	6.199.989
Receitas de capital	10.197.575	13.561.488	23.759.063	3.448.839	3.307.389	6.756.228
Operações de crédito	-	6.195.598	6.195.598	-	-	-
Operações de crédito internas	-	6.195.598	6.195.598	-	-	-
Alienação de bens	10.197.575	5.702.173	15.899.748	-	-	-
Alienação de bens móveis	-	-	-	-	-	-
Transferências de capital	-	1.663.717	1.663.717	3.448.839	3.307.389	6.756.228
Transferências intergovernamentais	-	-	-	3.380.000	2.917.083	6.297.083
Transferências de convênios	-	1.663.717	1.663.717	68.839	390.305	459.144
Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-
Receitas diversas	-	-	-	-	-	-
Dedução da receita corrente	-	-	-	-	-	-
Receitas (intraorçamentárias) (II)	38.000.042	63.968.107	101.968.149	40.803.228	39.474.726	80.277.954
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	843.044.285	764.858.194	1.607.902.479	831.479.287	857.665.975	1.689.145.262
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-
Total (V) = (III + IV)	843.044.285	764.858.194	1.607.902.479	831.479.287	857.665.975	1.689.145.262

Receita intraorçamentária	2015			2014		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.
Receitas correntes	38.000.042	63.968.107	101.968.149	40.803.228	39.474.726	80.277.954
Receita de contribuições	38.000.042	63.968.107	101.968.149	40.803.228	39.474.726	80.277.954
Receita de serviços	38.000.042	63.968.107	101.968.149	40.803.228	39.474.726	80.277.954
Receita de capital	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital intraorçamentária	-	-	-	-	-	-
Total	38.000.042	63.968.107	101.968.149	40.803.228	39.474.726	80.277.954

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador.

Elaboração: SEI/Coref.

Tabela 28

Balço orçamentário – despesa – orçamentos fiscal e da seguridade social – Salvador – jan.-ago. 2015/2014

Despesa executada	2015			2014		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	782.958.961	833.517.254	1.616.476.215	689.516.499	819.555.138	1.509.071.637
Despesas correntes	743.291.335	781.281.746	1.524.573.080	636.316.984	756.877.649	1.393.194.633
Pessoal e encargos sociais	335.903.905	361.062.450	696.966.356	292.590.891	343.657.718	636.248.609
Juros e encargos da dívida	11.503.677	11.715.869	23.219.545	11.348.540	11.189.637	22.538.177
Outras despesas correntes	395.883.753	408.503.427	804.387.179	332.377.552	402.030.295	734.407.847
Despesas de capital	39.667.626	52.235.508	91.903.134	53.199.515	62.677.489	115.877.004
Investimentos	25.267.617	39.036.383	64.304.000	42.524.170	51.446.571	93.970.741
Inversões financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da dívida	14.400.009	13.199.125	27.599.134	10.675.344	11.230.918	21.906.263
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (II)	37.602.624	43.575.895	81.178.519	32.374.738	39.624.320	71.999.057
Subtotal das despesas (III)=(I+II)	820.561.585	877.093.149	1.697.654.734	721.891.236	859.179.458	1.581.070.694
Superávit (IV)	-	-	-	-	-	-
Total (V) = (III + IV)	820.561.585	877.093.149	1.697.654.734	721.891.236	859.179.458	1.581.070.694

Despesa intraorçamentária	2015			2014		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Despesas correntes	37.602.624	43.575.895	81.178.519	32.374.738	39.624.320	71.999.057
Pessoal e encargos sociais	37.602.624	43.460.351	81.062.975	32.374.738	39.624.320	71.999.057
Outras despesas correntes	-	115.544	115.544	-	-	-
Despesas de capital	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Total	37.602.624	43.575.895	81.178.519	32.374.738	39.624.320	71.999.057

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

Publique
seu artigo



C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

ENDEREÇO ELETRÔNICO
PARA ENVIO DOS ARTIGOS

cep@sei.ba.gov.br

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Rosangela Conceição

Elissandra Britto

INFORMAÇÕES

55 71 3115-4771

e 3115-4711

www.sei.ba.gov.br



@eu_sei



imprensa.sei



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

A revista *Conjuntura & Planejamento*, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), aceita colaborações originais, em português, de artigos sobre conjuntura e planejamento da economia e áreas afins, bem como resenhas de livros inéditos que se enquadrem nestes mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial, instância que os aprova para publicação.

A Coordenação Editorial reserva-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, dentre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela Instituição, constante no *Manual de Redação e Estilo* da SEI, disponível no site www.sei.ba.gov.br, menu “Publicações”.

Os artigos ou resenhas que não estiverem de acordo com as normas não serão apreciados.

O autor terá direito a dois exemplares do periódico em que seu artigo for publicado.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- Apresentação em editor de texto de maior difusão (Word), formatado com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12;
- Os artigos devem conter, no mínimo, dez páginas e, no máximo, 15 e as resenhas, no máximo, três páginas;
- É permitido apenas um artigo por autor, exceto no caso de participação como coautor;
- Inclusão, em nota de rodapé, da identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome da(s) instituição(ões) a que está vinculado, e-mail, telefone e endereço para correspondência;
- Arquivos magnéticos devem ser enviados à Coordenação de Análise Conjuntural (CAC), para o e-mail c&p@sei.ba.gov.br;
- As tabelas e demais tipos de ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.) devem estar numerados consecutivamente, com algarismos arábicos, na ordem em que forem citados no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e localizados o mais próximo possível do trecho a que se referem;
- As ilustrações de qualquer tipo devem estar acompanhadas dos originais. As fotografias devem apresentar resolução de 300 dpi (CMYK), com cor real e salvas na extensão TIFF;
- As notas de rodapé devem ser explicativas ou complementares, curtas, numeradas em ordem sequencial, no corpo do texto e na mesma página em que forem citadas;
- As citações de até três linhas devem estar entre aspas, na sequência do texto. As citações com mais de três linhas devem constar em parágrafo próprio, com recuo da margem de 4 cm, fonte 10, espaço simples, sem aspas e identificadas pelo sistema autor-data (NBR 10520 da ABNT);
- As referências devem ser completas e precisas, segundo as Normas Brasileiras para Referências Bibliográficas – NBR 6023 da ABNT.

Todos os números da *Conjuntura & Planejamento* podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu “Publicações”.



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO



ISSN 1413-1536

